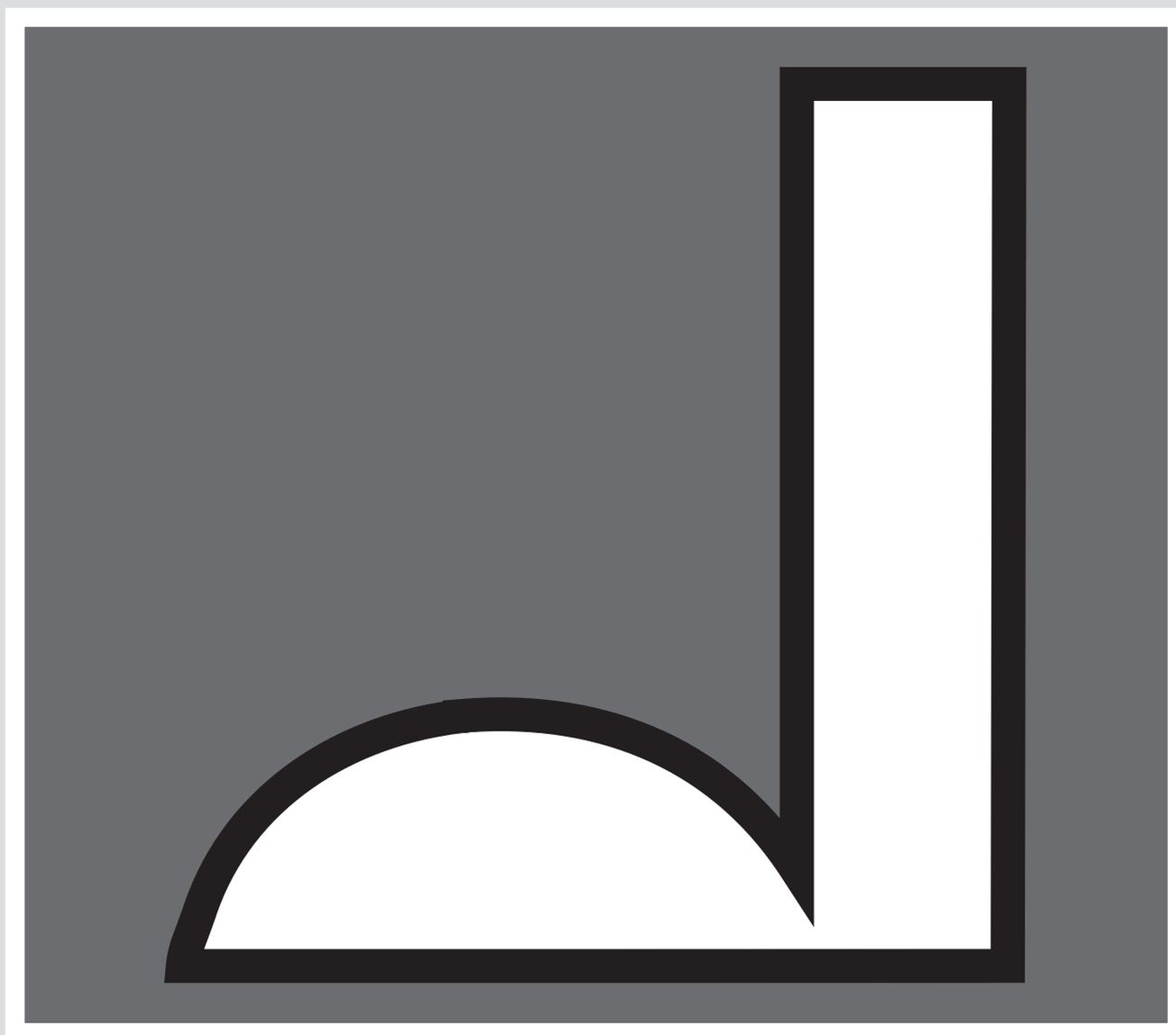




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXII - Nº 162 - QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Alvaro Dias – PSDB-PR  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – DEM-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges – DEM-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES

**Suplentes de Secretário**  
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP  
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI  
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM <sup>1</sup> /PSDB) – 29
<b>LÍDER</b>	<b>LÍDER</b>	<b>LÍDER</b>
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
<b>LÍDER DO PMDB – 19</b>	Epitácio Cafeteira	.....
<b>Valdir Raupp</b>	João Ribeiro	<b>LÍDER DO DEM – 16</b>
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	<b>José Agripino</b>
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	.....	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	<b>LÍDER DO PT – 12</b>	Edison Lobão
	<b>Ideli Salvatti</b>	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	<b>LÍDER DO PSDB – 13</b>
	Fátima Cleide	<b>Arthur Virgílio</b>
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	<b>LÍDER DO PTB – 6</b>	Sérgio Guerra
	<b>Epitácio Cafeteira</b>	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	<b>LÍDER DO PR – 3</b>	
	<b>João Ribeiro</b>	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	<b>LÍDER DO PSB – 3</b>	
	<b>Renato Casagrande</b>	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	<b>LÍDER DO PC do B – 1</b>	
	<b>Inácio Arruda</b>	
	<b>LÍDER DO PRB – 1</b>	
	<b>Marcelo Crivella</b>	
	<b>LÍDER DO PP – 1</b>	
	<b>Francisco Dornelles</b>	
<b>LÍDER DO PDT – 4</b>	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b>	<b>LÍDER DO GOVERNO</b>
<b>Jefferson Péres</b>	<b>José Nery</b>	<b>Romero Jucá - PMDB</b>
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

<sup>1</sup> Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

### EXPEDIENTE

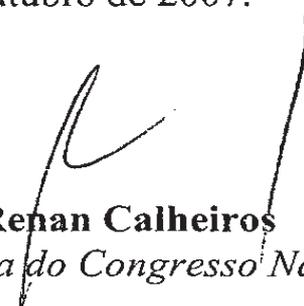
<p><b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 58, DE 2007

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007**, que “Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de outubro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 10 de outubro de 2007.



Senador **Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 176ª SESSÃO ESPECIAL, EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, nos termos do Requerimento nº 910, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque e outros Srs. Senadores... 34749

#### 1.2.1 – Oradores

Senador Paulo Duque..... 34749

Senador Papaléo Paes ..... 34754

Senador Marconi Perillo..... 34756

Fala da Presidência (Senador Papaléo Paes) ..... 34757

Senador Flávio Arns (art. 203 do Regimento Interno) ..... 34758

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 1 – ATA DA 177ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.147, de 2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, solicitando voto de pesar ao Estado de Santa Catarina e aos municípios da região oeste em decorrência das vítimas dos acidentes ocorridos ontem no Estado de Santa Catarina..... 34766

Nº 1.148, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar às famílias das vítimas dos acidentes ocorridos ontem, na BR-282, no Estado de Santa Catarina..... 34767

Nº 1.149, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, a fim de participar da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), a realizar-se em Joanesburgo, África do Sul, no período de 15 a 18 de outubro de 2007. .. 34767

Nº 1.150, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Amir Domingues..... 34767

Nº 1.151, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando autorização para desempenho

de missão parlamentar no exterior, a fim de participar do Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), a realizar-se em Joanesburgo, África do Sul, no período de 14 a 18 de outubro de 2007. .... 34768

Nº 1.152, de 2007, de autoria do Senador João Durval, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona..... 34768

Nº 1.153, de 2007, de autoria do Senador João Durval, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona..... 34769

#### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Comentários sobre a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na última semana, a respeito da fidelidade partidária. Protesto contra o anúncio, pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da transferência do Departamento de Comércio Exterior do Rio de Janeiro para Brasília. ... 34769

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR, como Líder – Posicionamento contrário à prorrogação da CPMF, destacando a barganha empreendida pelo Governo para angariar votos pela aprovação do tributo..... 34772

#### 1.2.3 – Comunicação

Do Senador Edison Lobão, informando que a partir desta data integrará a bancada do PMDB. 34772

#### 1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GILVAM BORGES – Comentários sobre a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na última semana, a respeito da fidelidade partidária. Referências à tentativa de cassação do mandato do Senador Renan Calheiros. Apelo no sentido de que o Senado retome as votações de temas importantes para o País..... 34773

SENADOR PAULO PAIM – Registro do recebimento do documento oriundo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, intitulado “Defesa da Universidade Pública e da Valorização do Trabalho Docente”. A importância de políticas públicas no combate às doenças falciformes. Apelo à Câmara dos Deputados para que desengavete o projeto do Estatuto da Igualdade Racial. .... 34779

SENADOR <i>MÁRIO COUTO</i> – Registro da realização do Círio de Nazaré, a partir do próximo dia 14. Críticas à elevada carga tributária no País. 34780	2007, que serão juntadas à matéria, nos termos do art. 263, do Regimento Interno..... 34805
SENADOR <i>OSMAR DIAS</i> – Congratulações ao Deputado Augustinho Zucchi pela aprovação, na Assembleia Legislativa do Paraná, de lei que trará benefícios fiscais para municípios do sudoeste do Paraná. 34784	<b>1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)</b>
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Análise do aumento da carga tributária no Governo Lula. .... 34786	SENADOR <i>MARCONI PERILLO</i> – Registro da inauguração ontem, da duplicação do último trecho da BR-060, ligando a cidade de Brasília–DF a Anápolis–GO..... 34805
SENADOR <i>NEUTO DE CONTO</i> – Defesa da criação da Universidade do Mercosul. A importância do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2007, de autoria de S. Exa., que cria o Fundo Nacional de Apoio à Biblioteca. Registro da realização da XI Feira Regional de Matemática, no Município de Saleté/SC. .... 34789	SENADOR <i>SÉRGIO ZAMBIASI</i> – Pesar aos familiares e solidariedade às vítimas do acidente ocorrido ontem no Oeste catarinense. Pesar pelas mortes dos jornalistas Amir Domingues e Lupi Martins..... 34808
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Preocupação com a exiguidade do prazo para votação do Orçamento da União. A mudança de posicionamento dos petistas em relação à privatização e ao FMI. Denúncia de que empresa de cosméticos vai fiscalizar obras do Programa Luz para Todos, no Piauí..... 34790	SENADOR <i>TIÃO VIANA</i> – Registro da visita ao Estado do Acre do Ministro da Educação, Fernando Haddad, para divulgar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e inaugurar a Universidade da Floresta..... 34809
SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> – Debate sobre a produção de etanol no Brasil..... 34793	SENADOR <i>RENATO CASAGRANDE</i> – Elaboração de cartilha voltada para as crianças da pré-escola e do ensino fundamental, abordando o tema do aquecimento global e a preservação do meio ambiente. O debate sobre a prorrogação da CPMF..... 34812
SENADOR <i>ELISEU REZENDE</i> – Enaltece a iniciativa do Governo de promover a licitação para a concessão de rodovias federais à iniciativa privada. ... 34795	SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Considerações sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a fidelidade partidária. .... 34820
<b>1.2.5 – Leitura de requerimento</b>	SENADOR <i>EDUARDO AZEREDO</i> – Preocupação com a diminuição dos repasses federais na área da saúde a estados e municípios, destacando a importância da emenda constitucional oriunda de proposta do Senador Tião Viana, que carece de regulamentação. 34822
Nº 1.154, de 2007, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Flávio Arns, solicitando voto de pesar às famílias das vítimas dos acidentes ocorridos ontem, na BR-282, no Estado de Santa Catarina. <b>Aprovado</b> , após usarem da palavra os autores..... 34797	SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Reitera esclarecimentos sobre fatos ocorridos em 1996, em que setores da imprensa atribuiu a S. Exa. a utilização indevida da TV Senado. Considerações sobre o caso Renan Calheiros. .... 34826
<b>1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	SENADOR <i>FLÁVIO ARNS</i> – Registro de ofício da Subcomissão Permanente de Assuntos da Pessoa com Deficiência do Senado entregue ao Ministro da Educação, requerendo iniciativas no sentido de que seja revista a decisão daquele Ministério recomendando que não sejam mais criadas escolas especiais para pessoas com deficiência. 34853
SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Louvor à designação do Senador Jefferson Péres para relatar a terceira representação a que responde o Senador Renan Calheiros, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ressalva as declarações atribuídas ao líder do DEM, Senador José Agripino, sobre a votação da prorrogação do CPMF. Apelo ao Senador Renan Calheiros para que se licencie da Presidência do Senado..... 34797	SENADOR <i>DELCÍDIO AMARAL</i> – Homenagem pelo transcurso do 30º aniversário do Estado do Mato Grosso do Sul..... 34856
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Defesa de investimentos na área de educação. Homenagem ao Dia das Crianças..... 34801	<b>1.2.10 – Leitura de requerimentos</b>
<b>1.2.7 – Proposta de Emenda à Constituição recebida da Câmara Dos Deputados</b>	Nº 1.155, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 14 a 19 de outubro próximo, para integrar a comitiva do Presidente da República, em viagem oficial ao Continente Africano..... 34859
Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no <i>caput</i> dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências..... 34802	Nº 1.156, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Lupi Martins, ocorrido ontem..... 34860
<b>1.2.8 – Comunicação da Presidência</b>	
Recebimento de diversas manifestações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de	

### 1.2.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2007 (nº 181/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ichu, Estado da Bahia..... 34860

Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2007 (nº 183/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba. .... 34863

Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007 (nº 184/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais..... 34866

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2007 (nº 189/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul. .... 34869

Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2007 (nº 228/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba..... 34872

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2007 (nº 234/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (Radcom) Rádio Líder Frequência Modulada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul..... 34880

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2007 (nº 255/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – Arcomnossa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará..... 34883

Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2007 (nº 256/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reduto, Estado de Minas Gerais. .... 34886

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2007 (nº 257/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco..... 34888

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2007 (nº 283/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba..... 34890

### 1.2.12 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo determinado de quarenta e cinco dias para a tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 323 a 332, de 2007, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde serão apreciados terminativamente. 34896

### 1.2.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 587, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para revogar a determinação de apreciação prévia pelo Senado Federal da escolha dos diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. .... 34896

Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes..... 34897

Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas..... 34897

Projeto de Lei do Senado nº 590, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica..... 34899

Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações); 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público); 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam. .... 34901

Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir prazo de reflexão à renúncia de representação. .... 34903

### 1.3 – ORDEM DO DIA

**A Presidência transfere a Ordem do Dia de hoje para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 11.**

**São os seguintes os itens transferidos:**

**Item 1**

Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 34904

**Item 2**

Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 34904

**Item 3**

Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 34904

**Item 4**

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria..... 34905

**Item 5**

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar. .... 34905

**Item 6**

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia..... 34905

**Item 7 (Proveniente da Medida Provisória nº 381, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de seis bilhões, trezentos e vinte milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e cinqüenta e oito reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 381, de 2007). ..... 34905

**Item 8 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004 (nº 7701/2006, naquela Casa), que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES”. 34905

**Item 9 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007..... 34905

**Item 10 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 854, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2007..... 34905

**Item 11 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)**

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 34906

**Item 12 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)**

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). ..... 34906

**Item 13 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)**

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Ex-

ploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. ....	34906	tituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). ..	34907
<b>Item 14 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)</b>		<b>Item 21</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. ....	34906	Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.....	34907
<b>Item 15</b>		<b>Item 22</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. ....	34906	Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.....	34908
<b>Item 16</b>		<b>Item 23</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	34907	Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.....	34908
<b>Item 17</b>		<b>Item 24</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	34907	Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.....	34908
<b>Item 18</b>		<b>Item 25</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. ....	34907	Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. ....	34908
<b>Item 19</b>		<b>Item 26</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. ....	34907	Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.....	34908
<b>Item 20</b>		<b>Item 27</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Cons-	34907	Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso. ....	34908
		<b>Item 28</b>	
		Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.....	34909
		<b>Item 29</b>	
		Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005 (nº 43/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ. ....	34909

<b>Item 30</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2007 (nº 1.041/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000.....	34909	
<b>Item 31</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007 (nº 220/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.....	34909	
<b>Item 32</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2007 (nº 1.065/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua”, celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000”.....	34909	
<b>Item 33</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2007 (nº 1.838/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston, em 27 de agosto de 1998. ....	34909	
<b>Item 34</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2007 (nº 2.316/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999.....	34909	
<b>Item 35</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007 (nº 2.219/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005. ....	34910	
<b>Item 36</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2007 (nº 2.381/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-Produção Cinematográfica, assinado em Berlim, em 17 de fevereiro de 2005. ....	34910	
<b>Item 37</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2007 (nº 12/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2006. ....	34910	
<b>Item 38</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007 (nº 39/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006. ...	34910	
<b>Item 39</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007 (nº 2.240/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004. ....	34910	
<b>Item 40</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2007 (nº 2.538/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Estabelecimento da Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística – Icranet, organização internacional com sede em Pescara, Itália, e de seus Estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005. ....	34910	
<b>Item 41</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2007 (nº 1.898/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004. ....	34910	
<b>Item 42</b>		
Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2007 (nº 1.975/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004. ....	34911	
<b>Item 43</b>		
Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005. ....	34911	
<b>Item 44</b>		
Requerimento nº 914, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. ....	34911	
<b>Item 45</b>		
Requerimento nº 958, de 2007, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. ....	34911	

**Item 46**

Requerimento nº 1.092, de 2007, do Senador Flávio Arns, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, à Comissão de Educação, uma vez que o prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se encontra esgotado. . 34911

**1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia**

Requerimentos nºs 1.149, 1.151 e 1.155, de 2007, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. . . . . 34911

**1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários à publicação intitulada “Balanço Social de 2006”, do Instituto Presbiteriano Mackenzie. . . . . 34911

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro de nota à imprensa divulgada pelo Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto. 34913

**1.3.3 – Comunicação da Presidência**

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, quinta-feira, dia 11, às 14 horas, com Ordem do Dia designada. . . . . 34914

**1.4 – ENCERRAMENTO****SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 176ª Sessão Especial em 10 de outubro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Paulo Duque*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 28 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, de acordo com o Requerimento nº 910, de 2007, do Senador Paulo Duque e de outros Srs. Senadores.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. Marcos Musafir, Presidente Nacional da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia; o Ex<sup>mo</sup> Sr. Deputado Darcísio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde; o Il<sup>mo</sup> Sr. José Geraldo Maciel, Secretário de Saúde, representante do Governador do Distrito Federal; o Il<sup>mo</sup> Sr. Dr. Hélio Barroso, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira; e o Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Paulo Duque, autor do requerimento, juntamente com outros Senadores.

Farei uso da palavra, preferindo usar a tribuna, mas, antes disso, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Duque, por ser o primeiro subscritor do requerimento.

V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo necessário para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO DUQUE** (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Dr. Papaléo, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Imaginem os senhores médicos presentes que esta sessão está sendo presidida por um jovem médico que, ainda universitário, passou alguns anos na minha cidade, na nossa cidade do Rio de Janeiro; fez estágio no Hospital Miguel Couto, ajudou o Dr. Nova Monteiro – todo mundo aqui se lembra dele. Vejam que coincidência: tem história no Miguel Couto, tem história no Souza Aguiar – hospitais do Rio – e hoje é um médico cardiologista de sucesso e Senador da República. Tudo combina, meu caro Dr. Papaléo, com a sessão de hoje.

Quando o Dr. Marcos Musafir me foi apresentado lá no Rio, na sede regional dessa tão bem organizada associação, a Sbot (Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia), eu confesso que não conhecia,

não sabia que ela existia no Brasil, que ela existia em todos os Estados brasileiros, que ela tinha organização matemática, uma organização de eficiência que se reunia no Brasil inteiro. Há uma sede principal em São Paulo, e outra sede, também principal, que fica no Rio de Janeiro. E foi lá que eu conheci a Sbot, foi lá que pude ver o trabalho sério e bem organizado dos profissionais que ali atuavam. E 72 anos é o que estamos comemorando hoje.

O Senado, que é a união dos Estados e representa, afinal, o Brasil inteiro, aqui está, por meio de seus representantes, com toda a legitimidade, para fazer uma reunião desse tipo hoje.

Quem é que não respeita o médico? Quem é que não ama o médico? Sobretudo, quem é que não tem um apreço muito grande por aqueles que tratam da nossa contuntura principal, do cotovelo, dos dedos?

Quando quebrei a perna, fui tratado no Hospital Miguel Couto. Olha que já faz tempo isso! Mas foi lá. Fui levado para lá. Eu já disse: se eu tiver um acidente qualquer, lá no Rio, quero ir para o Miguel Couto, porque é um excelente hospital – como sei que são, também, os hospitais em que V. S<sup>as</sup> trabalham; nos demais Estados, existem excelentes médicos ortopedistas e traumatologistas.

Há pouco tempo, consegui internar no Hospital de Ipanema – conhecido de vocês – uma paciente com grande problema no joelho. E lá foi adotado um sistema novíssimo de substituir todo o joelho por próteses. Em pouco tempo, essa paciente já caminhava, quase que corria, e eu não acreditava: meu Deus do céu, será que vão cerrar essa rótula e botar outra? Isso já se faz há muito tempo aqui no Brasil, mas aqui se faz com aperfeiçoamento. Há um Deputado Estadual do Rio que foi operado pelo Dr. Musafir há muitos anos e hoje exerce a sua atividade médica. Ele foi Deputado juntamente comigo, o Wagner Montes, radialista que é candidato a Prefeito. Ele foi operado pelo Dr. Musafir.

Sou advogado. Não entendo muito, mas gosto muito de aprender. O Dr. Nova Monteiro, que há muitos anos conheci - e muito bem -, gostava de ensinar não só aos universitários, mas também a quem o visitava. Faleceu, mas deixou o nome marcado na história da Medicina do Rio de Janeiro, do Brasil e talvez até mesmo na história universal.

Esta homenagem nasceu de uma espontaneidade, de uma casualidade, de um encontro na rua Teresa Guimarães, em Botafogo, onde funciona a Sbot, que conheci, e fiquei entusiasmado. Conversa vai, conversa vem, resolvemos realizar esta sessão no Senado da República, que representa todos os Estados da Federação. Aqui a representatividade é equânime, igualitária. Não importa o fato de São Paulo ser um Estado poderosíssimo: ele tem três Senadores; não importa que Rondônia ou Mato Grosso do Sul ou o Amapá sejam Estados economicamente novos, mais fracos: também cada um deles tem três Senadores. O que prevalece nesta Casa, pois, é a igualdade, na Federação, entre os Estados.

Por isso, quero dizer a todos os senhores que é uma honra muito grande tê-los aqui. Sei que, pela lógica, pelo que estou vendo, tem gente aqui do Amazonas, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, daqui do Distrito Federal, que era um cerrado enorme e hoje é uma cidade lindíssima, belíssima, com quase dois milhões e meio de habitantes.

Eu havia até preparado um discurso, mas pensei bem. Na Advocacia, ouvimos falar em Cícero, Catilina e tantos vultos; na Filosofia, ouvimos falar em Aristóteles, Sócrates, Platão; mas e na Medicina? A gente aprende muito com o passado. E na Medicina? Na Medicina, no passado, em quem já ouvimos falar? Já ouvi falar em Hipócrates – Hi-pó-cra-tes. Então, pensei em ver aquele juramento, que é uma das peças mais bonitas que já vi.

Peço licença ao Presidente da Mesa e um pouquinho de paciência para lembrar o juramento de Hipócrates, um médico da Grécia antiga, que teria vivido – temos que dizer que teria vivido – nos anos 450 a.C. e que nos deixou uma peça não muito longa, mas muito bonita. Falei: “Hoje, em homenagem ao médico brasileiro, ao médico do meu País, lerei esse juramento. Eu acho que eles não ficarão zangados comigo se eu ler esse juramento. É pequeno... Ele é usado sempre nas solenidades, nas formaturas. Por que não? Por que não?”

Os senhores não se espantem de eu ter 80 anos e não precisar de óculos para ler. Isso é assim mesmo. Isso faz parte. Não estou usando lentes de contato não, viu?

O juramento de Hipócrates. A mais bela página escrita pelo Pai da Medicina é o seu famoso juramento. Traduz ele o alto padrão de dignidade do seu mestre e sintetiza a maneira pela qual o médico deve portar-se no exercício de sua nobre e digna profissão. É uma página de alto valor, que deve ser lida e relida durante toda a vida pelo profissional da Medicina.

Ei-la:

Juro, por Apolo, médico, por Asclépio, por Hígia e Panacéia, sob testemunho de todos os deuses e de todas as deusas, cumprir fielmente, tanto quanto dependa do meu poder e de meu discernimento, este JURAMENTO e este compromisso escrito:

– considerar como pai aquele que me ensinou a arte médica; prover a sua subsistência, partilhar com ele os meus haveres, se assim o necessitar; considerar seus filhos como meus irmãos, ensinando-lhes a arte sem remuneração, se a quiserem aprender;

– fazer que meus filhos participem dos preceitos gerais, das lições orais e dos demais ensinamentos, bem como fazer que os filhos do meu mestre e os estudantes que se inscreverem e que tiverem jurado segundo a lei médica participem desses ensinamentos, e mais ninguém; [Vejam que é tão importante que diz “e mais ninguém”; não tem charlatão, não tem aprendiz; é só para o médico.]

– prescrever, com a minha autoridade e o meu discernimento, o regime dietético para alívio do doente e afastar tudo o que lhe é prejudicial ou nocivo; [Olha, isso aí a 450 anos antes de Cristo; é um ensinamento.]

– jamais prescrever medicamento mortal a quem quer que seja, seja quem for que assim o solicite; [Quanto já não solicitaram aos senhores médicos, dizendo: “Ah, doutor, eu quero acabar, quero ir embora, quero morrer; por favor, me dá um...” Isso acontece.] jamais ser autor de semelhante conselho; jamais fornecer medicação abortiva; [Veja, o aborto, que hoje é tão falado, tão discutido, naquela época já era objeto de discussão, de dúvidas. Diz Hipócrates: “Jamais prescrever qualquer tipo de remédio abortivo”.]

– conservar minha vida e minha profissão puras e santas; [Olha só: “puras e santas”.]

– não operar cálculos, mas enviar tais pacientes a quem se ocupe especialmente dessa operação; [Cálculo, naquela ocasião; ele era contra isso, mas era favor de enviar para quem fizesse isso: operar cálculo. Deve ser de vesícula.]

– entrar em toda casa a que for chamado com o fito de aliviar o doente, conservando-me puro de toda a iniquidade voluntária e corruptiva, proibindo-me todo o comércio voluptuoso, seja com mulher ou homem, livre ou escravo; [Ele considerava um absurdo, um crime ter qualquer tipo de relacionamento voluptuoso com uma paciente; Hipócrates já dizia isso.]

– calar, guardando como segredo inviolável, tudo o que vir e ouvir no exercício da minha profissão ou fora dela, bem como silenciar sobre tudo o que não deverá ser divulgado.

Se, então, cumprir fielmente meu JURAMENTO, se não falhar, possa eu gozar de minha vida e dos frutos de minha arte, honrado por todos os homens até a mais recuada posteridade.

Se, porém, violar meu JURAMENTO, se perjurar, que me aconteça o contrário.

Palavras sábias, palavras antigas. Acho que o passado sempre nos ensina muita coisa.

Eu havia preparado um discurso, mas creio, meu caro Presidente, Senador Papaléo Paes, que esse belo juramento, realmente bonito, é o mais apropriado para esses jovens médicos, todos eles jovens, porque a Medicina não envelhece, não consegue; pelo contrário, quantos médicos existem já idosos, entusiasmados com as novas descobertas?

Por exemplo, vejamos as cirurgias para extração de cálculo. Há pouco tempo, uma parenta minha fez uma operação para retirada de cálculo da vesícula. Acabou aquele negócio de cortar a barriga toda. Meu Deus do Céu, trouxeram para o Brasil – não sei se foi V. Ex<sup>a</sup> que trouxe – o método de fazer um, dois, três, quatro, cinco furinhos, e, pelos furinhos, fazer uma observação generalizada por todo o abdômen e extrair, por um dos furinhos, em geral o do umbigo, os cálculos que estão ali necessitando serem tirados, mas de uma maneira muito suave.

Eu passei por essa experiência, não em mim, mas em uma pessoa muito próxima a mim, tão próxima que eu me casei com ela. Por aí se vê, lá no Samaritano. A operação se faz assim agora. Imaginem o restante! Imaginem ser médico naquela época, sem o ecocardiograma, sem a radiografia. Meu Deus, tanta coisa que se inventou hoje e que o médico utiliza em sua arte, que é espetacular.

Então, o médico deve merecer o nosso amor, o nosso respeito, a nossa admiração. Por exemplo, se há tifo, ou outra doença contagiosa ali, ele entra para ver e examinar; se há tuberculose lá e é chamado, ele vai e examina. Todos os dias ele está exposto a algo perigoso. Todos os dias.

Sem falar no engenho e na arte daqueles que lidam com a traumatologia e com a ortopedia. Impressiona-nos muito, sobretudo no bairro de Copacabana, no Rio, o número colossal das pessoas usando bengalas, mas caminhando bem. Passaram por algum tipo de cirurgia, que cada vez é mais aperfeiçoada.

Então, a Sbot – Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - tem essa virtude também de

auxiliar o Poder Público, de trocar idéias, de inventar métodos... Meu Deus do Céu, o HTO, no Rio, tem uma fila de mais ou menos novecentos pacientes necessitando, urgentemente, de fazer qualquer tipo de operação, seja no dedo do pé, seja no ombro ou no joelho. Muitas são no joelho. Hoje, o homem vive mais. Ele utiliza muito seu peso sobre as pernas, sobre o joelho. Então, o HTO é, de fato... São mais de dez mil pessoas, está informando o nosso Presidente. Está aí o Dr. Francisco Matheus? Quero conhecê-lo.

Dr. Francisco, eu tive um problema tão sério para internar uma pessoa, mas não consegui; há dez mil na frente! Aí, fui ao Hospital de Ipanema. Graças a Deus, vocês também deram um espaço lá, assim como no HSE, para operar os joelhos, sobretudo. Formidável! O HTO é referência internacional, Dr. Musafir. Internacional, eu diria. É uma limpeza incrível, é uma técnica primorosa, é uma assistência tão... E todo mundo quer. Resultado: o atual Secretário de Estado de Saúde, Dr. Côrtes, está tratando de construir um grande hospital logo na entrada da ponte Rio – Niterói, capaz de fazer mais de 300 mil operações por ano, o que é um recorde, embora o País seja muito grande também, com população numerosa.

O HTO opera pessoas de todos os Estados brasileiros. Se fosse só do Rio de Janeiro, seria fácil; mas não é. É desde o Amazonas, e, às vezes, vem gente de fora e entendemos a necessidade dessa ampliação que está sendo feita. E esperamos que o Governo libere as verbas necessárias, porque teremos, sem dúvida, um dos maiores hospitais especializados do mundo. Não é do Brasil nem do Rio. É do mundo. O HTO vai ter dez andares, vai ser moderníssimo. O prédio já está sendo todo modernizado, ampliado e construído. Temos muita esperança de contar, ainda neste Governo, com o novo HTO.

Por isso, meus prezados amigos, médicos do meu querido País, eu tinha preparado um discurso que eu não vou fazer mais. Acho muito mais válido ter me expressado iniciando com o juramento de Hipócrates.

Em compensação, o meu ilustre Presidente e querido amigo nesta Casa, o Senado, o Senador Renan Calheiros, deixou algumas palavras que eu gostaria que a Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra me desse. O Presidente da Casa, por motivos superiores, não pôde estar presente aqui. Serei rápido em ler as palavras dele. Estou vendo que ninguém tem pressa hoje aqui, nem eu nem os senhores. Não. Vamos em frente.

É o seguinte:

É com extrema satisfação que saúdo, em nome do Senado Federal, os médicos ortopedistas e traumatologistas, representados

por essa instituição associativa modelar, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (Sbot).

Em suas mais de sete décadas de atividade, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia lutou com seriedade e persistência para concretizar as aspirações da categoria que representa e para que esta recebesse o devido reconhecimento.

Eu não sei se a Câmara ou o Senado, alguma vez, se lembrou de fazer um ato dessa natureza. Não sei. Mas hoje, exclusivamente...

Cuidar das doenças e deformidades relacionadas ao sistema locomotor; prestar assistência médica à pessoa que sofreu trauma do aparelho músculo-esquelético; assegurar a mobilidade humana, no melhor estado possível - eis a importantíssima missão a que se dedicam os médicos ortopedistas e traumatologistas.

Muito se exige, certamente, desse profissional. Não bastassem os anos de estudo dedicados à formação médica e à especialização, compete-lhe promover, ainda, sua própria atualização permanente, imprescindível se considerarmos os sucessivos avanços na área.

Novas tecnologias de exames, como a tomografia computadorizada e a ressonância magnética, vieram ampliar a precisão do diagnóstico, não sem aumentar, correspondentemente, a responsabilidade do médico e de suas escolhas.

O mesmo pode ser afirmado sobre técnicas inovadoras de intervenção cirúrgica, como a artroscopia (que é também um método de exame), ou a implantação de próteses, que mostrou notável evolução nos últimos anos. [De fato, mostrou. A paciente a que me referi fez uma implantação de prótese no joelho, com muito sucesso - aliás, no Hospital de Ipanema. Isso há pouco tempo.]

Um novo campo que se abre para a ortopedia, com enormes perspectivas e desafios, é o da regeneração de tecidos por meio de células-tronco. Essa terapia revolucionária poderá ser realizada inclusive com células-tronco obtidas da medula óssea do próprio paciente, não apresentando, assim, qualquer risco de rejeição.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as realizações da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia não se limitam ao incentivo ao de-

envolvimento dessas duas especialidades e à valorização de seus profissionais médicos, por meio de uma gestão dinâmica, arejada e democrática.

Ao lidarem diuturnamente com os graves danos ao aparelho locomotor causados por acidentes, em particular os que envolvem veículos automotores, os ortopedistas e traumatologistas tendem a desenvolver uma aguda consciência quanto a esse problema social, expresso em inúmeros dramas e provações pessoais [conforme todo mundo vê diariamente pelos jornais, pela televisão e pelos meios de comunicação].

A Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia tem-se dedicado a um conjunto de ações que visam a diminuir essa contínua e silenciosa tragédia que se abate sobre a sociedade brasileira.

Os mais de 300 mil acidentes de trânsito que ocorrem anualmente no Brasil resultam em, pelo menos, 35 mil vítimas fatais, de acordo com os dados do Departamento Nacional de Trânsito e do Ministério da Saúde. O número de feridos alcança os 400 mil por ano.

Essa é uma luta, Senhoras e Senhores, na qual o Congresso Nacional está decididamente empenhado [e realmente está]. Dezenas de projetos de lei em tramitação versam sobre o tema, buscando implementar controle e punição mais rigorosos da direção irresponsável, especialmente se relacionada à ingestão de álcool; estabelecendo o uso de equipamentos de segurança ou promovendo a educação para o trânsito, entre outras preocupações relevantes.

O Senador Cristovam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal, procurou implantar a educação no trânsito aqui em Brasília. Então, alguns dos senhores que estão passando uns dias, não sei quantos, algumas horas, vão reparar que é muito difícil um carro buzinar aqui. Foi a primeira coisa que reparei aqui em Brasília quando aqui cheguei para tomar posse. Os carros não buzina, deixam passar o pedestre. Que beleza! Isso é uma mudança de mentalidade. Reparem bem quando saírem: quase ninguém buzina aqui, não há essa preocupação de buzinar, de impaciência.

Mas estou terminando, senhores.

No ano passado, foram aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República duas leis que alteram o Código de Trânsito Brasileiro. A Lei nº 11.275

busca punir com maior efetividade a direção sob a influência do álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos; a Lei nº 11.334 dá maior rigor e abrangência à punição do trânsito em alta velocidade.

Senhoras e senhores, a entrada em vigor, dez anos atrás, do Código de Trânsito Brasileiro trouxe uma considerável melhora nas estatísticas dos acidentes de trânsito, efeitos esses que, com o correr do tempo, se fizeram atenuar.

É certo [diz o Presidente da Casa, cujo discurso estou lendo] que o esforço imprescindível de aperfeiçoar a legislação pertinente precisa ser complementada por outras ações, quer consistam elas na regulamentação das leis pelo Poder Executivo; quer no aprimoramento e renovação dos métodos dos órgãos de fiscalização e controle; quer no esforço mais amplo e difuso da sociedade em promover a melhora dos seus padrões de comportamento no trânsito.

A Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia vem desempenhando, nesse sentido, um papel dos mais importantes para aumentar a consciência quanto ao flagelo nacional dos acidentes de trânsito, procurando igualmente criar instrumentos que permitam melhor enfrentá-lo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os médicos ortopedistas e traumatologistas, juntamente com a sociedade que os congrega, devem ser reconhecidos pelos relevantes serviços que prestam à sociedade brasileira em sua atuação profissional e cidadã.

A eles, os nossos parabéns, que estendo também ao Senador Paulo Duque, que teve a iniciativa de propor esta mais que justa homenagem.

Muito obrigado!

São palavras do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, o regulamento do Senado, ao que parece, não permite que usem da tribuna aqueles que não tenham um mandato. Não é isso? Então, eu lamento profundamente não poder ouvir todos os nossos convidados que aqui estão hoje. Seria com muito prazer que ouviria os representantes... Tem gente do Acre, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, de toda parte. O Brasil está hoje representado, a classe médica está hoje muito bem representada aqui, pelo menos nesta primeira vez, neste primeiro entrosamento. É necessário o entrosamento do povo esclarecido, do

povo profissional com o Senado. A Câmara representa o povo, mas nós representamos os Estados. Não há Estado sem representação.

Este é o Senado, do qual eu me orgulho de pertencer. Orgulho-me muito de pertencer ao Senado. Sou do Rio, acho que é o lugar em que mais acidentes de trânsito existem. Mais vítimas procuram o Miguel Couto todos os dias, todos os hospitais da antiga Capital Federal. Sei que os senhores também têm problemas nos seus Estados.

Quero dizer que foi uma honra muito grande tê-los aqui, reunidos aqui nesta Casa, que é autêntica, muito autêntica, em que as peijas são diárias, as contestações, as queixas e até mesmo as invenções – até mesmo as invenções. Então, eu agradeço a V. S<sup>as</sup>.

Gostaria de saber o nome de todos que aqui vieram, para citá-los um a um. Eu agradeço muito à Sbot, que, com sua presença, construiu, na realidade, esta reunião. A Sbot tem 72 anos de serviços prestados à Medicina, ao seu aperfeiçoamento, à sua atuação, em uma cidade terrível, perigosa, em que até um trem-bala é alvejado, Sr. Presidente. Chegou-se a esse ponto. Mas o Rio continua lindo! Lindíssimo!

Muito obrigado pela atenção. Muito obrigado por terem vindo. Quando eu for à cidade dos senhores, seguramente vou procurar saber onde fica a Sbot lá do Amazonas, por exemplo, e prometo visitá-la.

Muito obrigado aos senhores. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço ao Senador Paulo Duque.

Fui comunicado de que o Dr. Marcos Musafir, como Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, vai prestar uma homenagem ao Senador Paulo Duque, a quem convido a se aproximar.

**O SR. PAULO DUQUE** (PMDB – RJ) – Recebo a Medalha do Mérito Ortopédico. Apenas quatro pessoas a têm. Agora sou o quinto. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em nome do Senado Federal, agradeço à Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia pela homenagem que faz a este grande membro desta Casa, Senador Paulo Duque.

Solicito ao Senador Paulo Duque que assuma a Presidência dos trabalhos.

*O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Duque.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Anuncio e registro, para que conste nos *Anais do Senado Federal*, que o Dr. Papaléo Paes, ilustre Senador, vai fazer o seu pronunciamento.

Dr. Papaléo Paes, por favor.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Paulo Duque, autor do requerimento que está nos proporcionando esta justa homenagem às senhoras e aos senhores e Presidente da Mesa. Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Federal Darcisio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde. Quero registrar também a presença da Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Deputada Federal Angela Amin, com os nossos cumprimentos. Sr. Marcos Musafir, Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Ilm<sup>o</sup>. Sr. José Geraldo Maciel, Secretário de Estado da Saúde e representante do Governador do Distrito Federal, Ilm<sup>o</sup>. Sr. Hélio Barroso, vice-Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Francisco Matheus Guimarães, Presidente do Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia e Diretor do Hospital de Traumatismo-Ortopedia; ilustríssimo Dr. Cláudio Santilli, Chefe do Serviço de Ortopedia da Santa Casa de São Paulo, onde, em 1935, foi fundada a SBOT; Prof. José Saleme, Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia; Srs. Diretores da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia de todo o País, Srs. Presidentes de gestões anteriores da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia de todo o País, Srs. Gestores e demais integrantes da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Sr<sup>as</sup> e Srs., Sr. Presidente e demais Parlamentares presentes.

Desde a fundação, no dia 19 de setembro de 1935, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia vem cumprindo um trajeto de extraordinárias conquistas e realizações, firmando-se, perante a opinião pública nacional, como uma das mais sérias, organizadas e atuantes sociedades de especialidades médicas do País.

Idealizada nas dependências do pavilhão Fernando Simonsen da Santa Casa de São Paulo, considerado o berço da ortopedia brasileira, a Sbot deve sua fundação à conjugação dos esforços do professor Luiz Ignácio Barros Lima, do Dr. Luiz de Resende Puech e do Dr. Achilles Ribeiro de Araújo. Atualmente, a entidade, além de congregar 9.631 ortopedistas brasileiros, detém a incumbência oficial de conferir aos médicos residentes o título dessa especialidade.

Aliás, a realização do exame para obtenção do título de especialista em ortopedia e traumatologia é um dos muitos aspectos da atuação da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia que a fazem credora da admiração e do respeito de todos. Na opinião de ninguém menos do que o Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira, a qualidade e a consistência do exame da Sbot é um exemplo que precisa ser seguido e que a ortopedia deve compartilhar com as demais socie-

dades médicas. Segundo ele, a ortopedia demonstra seriedade ao organizar um evento de altíssimo nível técnico e científico.

No mesmo nível de excelência situam-se também os congressos brasileiros da especialidade, anualmente organizados pela Sbot.

A 39<sup>a</sup> edição desse evento, atualmente reconhecido como um dos mais importantes da área médica do Brasil, realizar-se-á no próximo mês, na cidade de São Paulo, oferecendo aos participantes uma programação científica do mais alto nível. Apenas para que se faça uma idéia da magnitude do evento, vale dizer que seus destaques científicos incluem 312 temas livres, 26 mesas-redondas e nada menos que 39 conferências internacionais.

O Congresso anual representa, contudo, apenas uma entre muitas oportunidades de aperfeiçoamento e atualização oferecida pela sociedade a seus membros. Com efeito, a educação continuada constitui uma das preocupações centrais da entidade, a ponto de haver ela instituído uma comissão permanente para cuidar desse assunto. Uma das mais recentes iniciativas dessa comissão presidida pelo Dr. Moisés Cohen, foi a organização de um curso interativo ao vivo pela *Internet* que aborda questões práticas em ortopedia do adulto, trauma e ortopedia pediátrica. Com um total de 105 aulas, o curso denominado Eco-Online passou a ser oferecido gratuitamente a todos os membros da Sbot no corrente ano.

Esse projeto pioneiro, que faz uso de alta tecnologia, representa para os ortopedistas uma oportunidade única de se manter atualizado com os mais recentes avanços da atualidade – e vem tendo muito sucesso.

Ainda nesse âmbito não pode deixar de ser mencionada a *Revista Brasileira de Ortopedia*, órgão oficial de divulgação científica da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. A história desse periódico remonta de 1933, quando Barros Lima criou os *Arquivos Brasileiros de Ortopedia*, substituído, em 1939, pela atual publicação fundada, por Achilles de Araújo. Desde então, a ortopedia brasileira passou a contar com um periódico científico sério, com reconhecimento no Brasil e no exterior. Entre os grandes editores da revista merecem destaque Márcia Ibrahim de Carvalho, Donato D'Angelo e Carlos Giesta.

A caminho da indexação no Scielo, a *Revista Brasileira de Ortopedia* consolida a sua posição entre as melhores publicações científicas desse ramo da Medicina. Os talentos, a competência e autoria dos autores nacionais são reconhecidos no mundo científico como importantes para o desenvolvimento da ciência e da saúde músculo-esquelética, fazendo da *Revista Brasi-*

*leira de Ortopedia* mais uma excelente ferramenta de capacitação para os ortopedistas brasileiros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as numerosas e continuadas ações desenvolvidas na Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia na área social valeram-lhe, no ano passado, a concessão, pelo Ministério da Justiça, o título de Utilidade Pública Federal.

Como se sabe, trata-se de reconhecimento outorgado apenas às sociedades civis, associações e fundações que tenham o fim exclusivo de servir desinteressadamente ao bem comum. Para obtê-lo, a instituição candidata deve comprovar o seu envolvimento com ações sociais que beneficiem a coletividade ou o desenvolvimento de projetos que levem educação a seus associados. Assim, o engajamento da Sbot em campanhas públicas e os projetos de educação continuada para seus membros garantiram a decisão favorável do Poder Público.

Sr. Presidente, decisão justíssima, em face do incansável trabalho desenvolvido pela entidade em inúmeras campanhas preventivas e de informação e orientação à população de norte a sul do Brasil. Algumas das mais relevantes entre essas campanhas foram Carnaval sem Trauma, Cinto de Segurança no Banco de Trás, Prevenção de Fraturas do Idoso, Prevenção de Lesão nas Mãos por Fogos de Artifício, Enfrentamento dos Maus-Tratos contra a Criança e o Adolescente, Prevenção à Osteoporose, Casa do Idoso e Convênio com a Apae.

Não menos marcante é a atuação da Sociedade na defesa da valorização e da dignidade profissional de seus membros. Nesse campo, a Sbot tem apoiado firmemente a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina no projeto de criação da Ordem dos Médicos, entendida, como a melhor forma de moralizar a profissão, evitando que alunos mal preparados sejam admitidos ao exercício da Medicina, com evidente risco para a saúde da população.

A entidade propugna, outrossim, pela aprovação da Lei do Ato Médico, convicta de que a adequada caracterização legal do que seja “ato médico”, protegerá a população, informando-a sobre quem está qualificado para cuidar de sua saúde. Envolvida nos esforços para superação da grave crise da saúde pública, a Sbot reforça o clamor pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, a fim de acabar de uma vez por todas com os desvios dos recursos públicos para essa área e garantir, sem mais delongas, adequado financiamento para o setor.

Aproveito este momento em que estamos falando na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, para mencionar que a Câmara dos Deputados já aprovou a CPMF e o Senado Federal vai analisar a votação

dessa matéria. Esse imposto, imposto provisório, pelo qual o nosso grande médico Adib Jatene lutou, usou da sua garra, do seu poder de convencimento para que nós pudéssemos ter 0,20% do movimento de transação por meio de cheque destinado única e exclusivamente à saúde foi deturpado pelos governos. Hoje, nós temos uma cobrança indevida da população de 0,38%. Os discursos de hoje – que eram os discursos de ontem, que não queriam aprovar essa destinação de 0,20% para a saúde – dizem que não atingem a classe pobre, só quem tem cheque é que paga. Absolutamente, esse imposto está embutido em todo o produto e eu, como médico, como cidadão, como responsável por um voto do meu Estado aqui nesta Casa, que vai discutir CPMF, quero dizer aos meus colegas que só há uma maneira de eu votar a favor da CPMF: reduzi-la a 0,20% como era antigamente, com esses recursos única e exclusivamente destinados à saúde. Deturparam, colocaram todo tipo de bolsa na CPMF, DRU na CPMF, envolveram também a previdência de aposentados da Previdência na CPMF, ou seja, os governos oportunistas, ou o governo oportunista está fazendo com que o imposto seja cobrado indevidamente – pela deformação que sofreu, sendo tirado da saúde e dado para outras fontes.

O Governo tem, os senhores tenham certeza absoluta, condições de fundo para manter todos os seus programas sociais, independentemente do que está roubando da saúde. Nós poderíamos ter esse 0,38% todo para a saúde. E ele está sendo desviado da saúde.

Quero aproveitar a presença do Dr. Perondi e dizer que, no Senado nós só temos uma maneira de aprovar a CPMF. Só votarei a favor da CPMF, seja lá de quanto for, de 0,50%, de 0,100%, se tudo o que for arrecadado for destinado honestamente para a saúde. Assim eu voto.

Senão, vamos ter de discutir bastante e o Governo vai ter de se empenhar com o pouco a mais que tem aqui para aprovar esse imposto que, depois que o desviaram da saúde, eu chamo de injusto; se fosse só para a saúde, seria um imposto muito justo.

Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores, é evidente a relação entre qualidade de vida e boa mobilidade humana. Quando conseguimos andar, subir, descer, correr, a vida é mais bem vivida.

Em contrapartida, se perdermos a função musculoesquelética, outras complicações clínicas, cardiovasculares, respiratórias, obesidade, osteoporose, entre outras, rapidamente podem se instalar. Basta essa simples constatação para que se tenha uma pálida medida da responsabilidade ética e técnica de cada ortopedista na assistência a seus pacientes. Seu

trabalho é aliviar-lhes a dor e restabelecer-lhes a função, oferecendo-lhes o melhor de seu conhecimento e compaixão para envolvê-los e motivá-los no esforço de recuperação da saúde.

Os acidentes de trânsito ou mesmo os domésticos produzem milhões de vítimas a cada ano, muitas delas com fraturas ósseas complexas. Esses acontecimentos fortuitos conferem ao ortopedista e ao traumatologista um papel de grande relevância na nossa sociedade. Atuando à frente das emergências e ambulatórios dos hospitais públicos, no presente tão desaparelhados e até sucateados, os ortopedistas brasileiros desdobram-se para oferecer tratamento pronto e adequado a nossa sofrida população.

Esse é outro ponto importante. Nós, profissionais da saúde, médicos que estamos na linha de frente dos serviços de saúde, passamos pelo sucateamento dos serviços públicos, principalmente pela falta de recursos nesse serviço, para podermos executar a nossa atividade médica com dignidade, dignificando o nosso paciente, a quem atendemos com amor, carinho e dedicação.

Quando fazemos qualquer tipo de movimento, as propagandas de Governo só vêm em cima de nós, dizendo que somos mercenários, que só lutamos por salário. Absolutamente! Todo movimento que a classe médica faz é por melhores condições de trabalho. Envolve salário? Envolve. Mas, fundamentalmente, se nos restituem condições de atendermos melhor nosso paciente, normalmente até desprezamos a questão da briga pelo salário, quando somos recompensados com equipamentos, materiais para atendermos com dignidade os nossos pacientes.

São eles também responsáveis pelo tratamento da artrose, uma das doenças mais freqüentes na espécie humana e um dos principais fatores da incapacidade física dos idosos. Resultado da destruição progressiva dos tecidos que compõem as articulações, a artrose conduz à instalação progressiva de dor, deformidade e limitação dos movimentos. Embora seja uma doença incurável, a intervenção do ortopedista representa uma ajuda decisiva para a melhoria do estado funcional daqueles que, por ela, são afligidos.

Outro importante campo de atuação da especialidade que não pode ser esquecido é a área do esporte.

As lesões do sistema musculoesquelético decorrentes das atividades esportivas afastam o atleta de suas atividades por um período de tempo variável, conforme a gravidade da lesão. Importante ferramenta na reabilitação, com o objetivo de recuperar integralmente o atleta lesionado, a traumatologia oferece adequado tratamento às lesões esportivas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, ao prestar esta homenagem à Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Marcos Musafir, desejo também deixar consignados nos Anais da Casa os meus cumprimentos a todos os ortopedistas brasileiros, dedicados profissionais que, destinando boa parte de suas vidas a pesquisas, estudos, atendimentos e cirurgias, tanto fazem para minorar os padecimentos daqueles que são vitimados pelas mais variadas afecções osteomusculares.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Concedo a palavra ao Dr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Senador Marconi Perillo, pelo Estado de Goiás.

*O Sr. Paulo Duque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o nobre Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Papaléo Paes; Exmº Sr. Senador Paulo Duque, autor do requerimento; Exmºs Srs. Senadores; Exmº Sr. Deputado Federal Darcísio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde; Ilmo Sr. Marcos Musafir, nosso conterrâneo e Presidente Nacional da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia; Ilmo Sr. Dr. José Geraldo Maciel, Secretário de Estado de Saúde, que neste ato representa o Governador José Roberto Arruda; Ilmo Sr. Dr. Hélio Barroso, Vice-Presidente da Associação Médica brasileira; Ilmo's convidados aqui presentes, senhoras e senhores.

Certamente, muito justa a homenagem que a Casa de Rui Barbosa presta à Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia nesta sessão solene tão emblemática. Os ortopedistas hoje podem ser considerados verdadeiros ourives do sistema esquelético e respectivas articulações, porquanto, com a tecnologia disponível no mundo pós-moderno, conseguem devolver os movimentos à grande maioria dos pacientes e reparar-lhes lesões e fraturas.

Garantem a dignidade e o prazer da locomoção a quem sofreu algum tipo de problema que resulta em prejuízo ortopédico.

Os ortopedistas e cirurgiões ortopédicos buscam a perfeição de sua arte, assegurando ao paciente alcançar a melhor condição possível, no melhor período de tempo pelo método mais seguro. Pesquisam meticolosamente cada caso, para, numa articulação entre tempo, técnica e prognóstico de recuperação, restituir a mobilidade a quem precisa.

A ortopedia e a traumatologia, como muitas outras especialidades, desenvolveram-se pela necessidade de corrigirem-se deformidades, restabelecerem-se funções e, principalmente, aliviar a dor.

Os cirurgiões ortopédicos desenvolveram a habilidade de evitar perdas importantes de função e, realmente, prevenir mortes inevitáveis. São verdadeiros artesões à procura da melhor forma de se juntarem literalmente os ossos.

Ao buscar o melhor caminho no avanço da ortopedia, devemos, certamente, prestar atenção à história desse ramo da Medicina – quando falo de ortopedia também quero falar da traumatologia. O passado é fundamento para os desenvolvimentos do porvir e para as gerações futuras de médicos.

Embora não haja registros escritos sobre a ortopedia na era primitiva, o homem das cavernas legou-nos os esqueletos fossilizados, como prova da existência de patologias ortopédicas bastante semelhantes às de hoje. Legou-nos, também, a base da doutrina ortopédica, ou seja, o bom alinhamento, com estímulo à movimentação gradativa.

Hipócrates, com seus trabalhos realizados no período entre 430 e 330, revela-se, Sr. Presidente, como o Pai da Medicina, porque criou uma abordagem sistematizada e científica, bem como definiu o papel do médico na sociedade.

Mesmo com o passar dos séculos, o juramento de Hipócrates sempre permanecerá como referência das práticas médicas e para a ortopedia em particular. Isso porque é nos vários volumes do *Corpo Hippocrates* que encontramos um dos primeiros trabalhos sobre articulações e luxações.

Mas não poderíamos deixar de nos referir, neste dia de homenagem aos ortopedistas e traumatologistas, a Homero, que, sozinho no seu informe da Guerra de Tróia, proporcionou-nos uma percepção adequada para a compreensão de danos ao aparelho motor e o tratamento usado no campo de batalha. A *Ilíada* também contém referências a várias deformidades.

Os anatomistas gregos de Alexandria, durante o terceiro século Antes de Cristo, também trouxeram grandes contribuições ao campo da ortopedia. Herophilus praticou a dissecação humana e é considerado o primeiro a dividir nervos em componentes sensório e motor e também o primeiro a distinguir artérias e veias.

Hegetor, também de Alexandria, mais de cem anos Antes de Cristo, descreveu as relações anatômicas da articulação de quadril em detalhes e foi o primeiro a registrar uma descrição no *ligamentum teres*.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a ortopedia e a traumatologia, sem dúvida, representam um

dos ramos mais instigantes da medicina e campo em que tem havido extremo progresso, com tecnologia e empenho de especialistas.

Desejamos, portanto, que a Luz Maior permita a todos estes brilhantes ortopedistas, traumatologistas e cirurgiões ortopédicos aqui presentes e todos os outros representados pelas entidades que compõem a Mesa continuar na busca pelo melhor para todos os pacientes.

Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, quando tomei a decisão de construir um centro de reabilitação e readaptação em Goiânia, levei muito em consideração os avanços da ortopedia e da traumatologia na minha cidade, no meu Estado e, principalmente, a necessidade de se utilizar dessa mão-de-obra tão especializada na recuperação, na reabilitação de todos os necessitados desse tipo de tratamento.

Ao Sr. Presidente, ao autor do requerimento, a todos os presentes, os meus cumprimentos e os parabéns por esta homenagem.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

Reconhecemos o trabalho responsável que V. Ex<sup>a</sup> fez quando Governador do Estado de Goiás. E, hoje, faz parte desta Casa como um Senador atuante, muito preocupado com a área da saúde, como o foi quando Governador. Por isso V. Ex<sup>a</sup> merece, na classe médica, o destaque, em função do seu belo trabalho em prol da saúde. Estou falando disso principalmente pela condição de médico e de seu companheiro de Senado Federal. É uma honra conhecê-lo, pelo seu trabalho e pela sua grande responsabilidade, hoje, representando o seu Estado.

Muito obrigado.

Agradeço ao Senador Paulo Duque a oportunidade que nos deu de homenagear, neste momento, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e a presença dos senhores e das senhoras que vieram até este local, que representa talvez o mais importante espaço da democracia brasileira.

Peço às senhoras e aos senhores que acompanhem os trabalhos desta Casa e tenham – como são formadores de opinião – a responsabilidade devida com as avaliações políticas que fizerem.

Saibam que esta Casa é importantíssima, séria, fundamental e não pode, jamais, cair na vulgaridade para onde estão levar a nossa Instituição.

Temos que lembrar que os homens passam e as instituições ficam. Queremos, sim, instituições democráticas fortes o suficiente para lutar democraticamente pelo espaço que a sociedade merece dentro dessa conjuntura de poder.

Falo isso às senhoras e aos senhores porque precisamos da democracia para alcançar os nossos objetivos, como é o caso, na área médica. Por isso, fico muito satisfeito quando vejo esse grupo de pessoas responsáveis, trabalhadoras, que muito já fizeram pela sociedade brasileira no exercício de suas profissões.

Agradeço às senhoras e aos senhores presentes, ao Dr. Marcos Musafir, Presidente Nacional da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia; ao Dr. Hélio Barroso, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira; ao Dr. José Geraldo Maciel, Secretário de Estado de Saúde e Representante do Governo do Distrito Federal; ao Deputado Federal Darcísio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, com quem, ainda há pouco, conversava a respeito do projeto de lei do Senador Tião Viana, que é muito importante, responsável e atende às nossas expectativas, diferentemente da emenda que recebeu. Precisaremos discutir bastante isso aqui.

Ainda agradeço ao Dr. Francisco Matheus Guimarães, ao Dr. Cláudio Santilli, ao Dr. José Saleme, enfim, a todas as senhoras e os senhores que prestigiarão essa justa homenagem à SBOT.

Não havendo mais nenhum Senador para se pronunciar, quero parabenizá-los e dizer que sou Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e já recebi e já recebi uma proposta do Dr. Marcos para realizar uma audiência pública sobre os problemas e soluções para a saúde musculoesquelética no País. Serei o autor do requerimento e, aprovando-o, entraremos em contato com o senhor, para decidir quais serão as instituições a serem representadas. Muito obrigado ao senhor, em nome de quem agradeço mais uma vez a presença de todos aqui.

Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Sr. Senador Flávio Arns enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com forte e sincero entusiasmo que o Senado Federal patrocina, hoje, Sessão Especial em homenagem à Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, que acaba de completar 72 anos de existência. Se não pelas colaborações que tem prestado junto à opinião pública, sua relevância institucional tem assegurado a conquista de um alto nível qualitativo dos profissionais na área, granjeando confiança, respeito e admiração em todo o País.

Como é sabido, a Sociedade foi fundada em 19 de setembro de 1935, resultando da conjugação dos esforços do Prof. Luiz Ignacio Barros Lima, do Dr. Luiz de Resende Puech e do Dr. Achilles Ribeiro de Araújo. Foi idealizada nas dependências do Pavilhão Fernandinho Simonsen, da Santa Casa de São Paulo, que é considerado o berço da ortopedia brasileira. Por justa coincidência, o dia do ortopedista também é comemorado no dia 19 de setembro.

Atualmente, a SBOT, além de congrega os ortopedistas brasileiros, é a entidade oficial que confere aos residentes título de especialista. Trata-se de uma associação científica sem fins econômicos, entidade representativa constituída por número ilimitado de médicos, especializados em Ortopedia e Traumatologia.

Entre suas atribuições, destaca-se a congregação de especialistas na área, prestigiando esse ramo da medicina, defendendo os legítimos direitos dos que o exercem. Antes de tudo, a entidade representa e apresenta sugestões aos poderes públicos, privados e filantrópicos cooperando também com outras instituições congêneres, para a solução das questões profissionais, sociais e educacionais.

Do ponto de vista da garantia profissional do ortopedista, promove a formação de especialistas, provendo condições para atualização permanente, sob a forma de ensino, pesquisa, educação continuada, desenvolvimento cultural e defesa profissional. Por fim, contribui para a elaboração e consecução da política de saúde pública e aperfeiçoamento do sistema médico essencial público e privado.

Sr. Presidente, não por acaso, a SBOT tem sido com frequência acionada pelas revistas especializadas e a mídia em geral para se pronunciar sobre recomendações à terceira idade e a pessoas com limitações físicas. Segundo o trabalho de seus técnicos, a tais grupos faltam-lhes esclarecimentos metodicamente formatados para a retomada de uma vida mais saudável. Nesse sentido, a SBOT insiste em recomendar-lhes exercícios pelo menos cinco vezes por semana, além de atividades de fortalecimento muscular.

Também para aqueles que porventura foram vítimas de acidentes de trânsito, comprometendo o funcionamento normal das articulações, a SBOT remete-lhes igualmente seu recado. Além de aumentar a força física, a musculação melhora os sintomas de quem tem artrose e, por causar impacto, ajuda a manter a densidade óssea. Outro dia mesmo, o médico Ricardo Cury, da SBOT, recomendava, numa matéria na *Folha de S. Paulo*, uma orientação específica da entidade para idosos e pessoas com deficiência, com ênfase nos exercícios de flexibilidade e de equilíbrio.

Neste aspecto, em específico, gostaria de destacar a importância do trabalho desenvolvido pelos ortopedistas e traumatologistas brasileiros, cuja orientação às pessoas com deficiência e suas famílias tem sido fundamentais nas situações em que estes mais necessitam de informação e apoio para superar as dificuldades impostas pela deficiência, seja ela de nascença ou adquirida no decorrer da vida.

Sem dúvida, nos últimos anos, houve um processo muito salutar de “popularização” do conhecimento ortopédico, sobretudo com os avanços obtidos nas pesquisas. Em vez de abruptas amputações, hoje os hospitais abrigam verdadeiros bancos de tecidos e ossos, graças aos quais se pode realizar cirurgias reparatórias e regeneradoras jamais imaginadas até pouco tempo.

Por meio de enxertos, é possível substituir próteses de quadril e de joelho e compensar perda óssea no tratamento de tumores. Nas palavras do Presidente da SBOT, Marcos Musafir, trata-se de uma ótima forma de resolver vários problemas que tinham solução parcial ou radical há cerca de dez anos.

E não gratuitamente, a sociedade brasileira está de olho nas inovações. Há pouco se divulgou uma pesquisa sobre a preferência hospitalar dos pacientes em São Paulo. Pela primeira vez, registraram-se hospitais de primeira linha cujo melhor desempenho se deu pela ala ortopédica. Por exemplo, o setor de ortopedia do hospital Oswaldo Cruz obteve sua melhor colocação, com 19% das preferências, seguido de perto por Albert Einstein (16%), Hospital das Clínicas (13%) e Santa Casa (12%).

Sob a ótica do trabalho social, a SBOT tem, invariavelmente, participado do Dia Mundial da Osteoporose, alertando sobre os perigos das quedas na terceira idade. Elas podem levar o paciente a longas internações e, dependendo da área afetada na queda, à morte. As instituições também alertam sobre os perigos da osteoporose, uma das mais importantes doenças associadas ao envelhecimento e que atinge 20 milhões de brasileiros.

Para felicidade dos brasileiros, a SBOT costuma, igualmente, realizar blitzes, palestras e distribuição de

materiais informativos sobre a segurança de crianças no trânsito. Em geral, são ações que fazem parte da campanha “Criança Protegida no Carro”, anualmente realizadas em diversas capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Rio Branco e Teresina, além do Distrito Federal. Isso se justifica porque, segundo a entidade, a utilização de equipamentos como as cadeirinhas reduz em 70% a chance de morte e lesões graves em crianças devido a acidentes no trânsito.

Por outro lado, a *Revista Brasileira de Ortopedia Eletrônica* é o órgão oficial de divulgação científica da SBOT. Em 1933, Barros Lima criou os Arquivos Brasileiros de Ortopedia, substituído em 1939 pela *Revista Brasileira de Ortopedia*, fundada por Achilles de Araújo. Desde então a Ortopedia Brasileira passou a contar com um periódico científico, com reconhecimento no Brasil e no exterior.

Em resumo, seguindo de perto as palavras de um ex-dirigente da SBOP, para manter a fidelidade de um “contrato médico-social” durante estes tempos turbulentos, os médicos devem reafirmar sua dedicação ativa aos princípios do profissionalismo. À luz de uma ética responsável, tais princípios devem envolver não apenas seu comprometimento pessoal com o bem-estar dos pacientes, mas também um esforço coletivo para melhorar o sistema de saúde para o bem-estar da sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, reiteramos, uma vez mais, congratulações à Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatismo, na convicção de que o trabalho realizado não tem outro objetivo senão o adensamento do processo humanitarista da medicina. Aos dirigentes atuais e os pretéritos, destinamos uma especial saudação, na expectativa de que, no futuro próximo, o retorno de tanta dedicação seja recompensado com a conquista de um Brasil mais saudável.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 48 minutos.)

# Ata da 177ª Sessão Deliberativa Ordinária em 10 de outubro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias,  
Papaléo Paes, Osmar Dias e Mão Santa

(Às 14 horas, acham-se presentes as  
Sras. e os Srs. Senadores:)

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/10/2007 07:41:25 até 10/10/2007 22:00:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X <sup>2</sup>
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
DEM	MA	EDISÓN LOBÃO		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X	PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	MT	JONAS PINHEIRO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					

**Compareceram: 61 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu peço a palavra pela ordem para solicitar minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> entender mais adequado. Eu estou aqui inteiramente à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem,

Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB –

AP) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – É pelo mesmo motivo: inscrição para uma comunicação inadiável importante.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB –

AP) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, gostaria de falar como terceiro inscrito para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> achar mais oportuno.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Neuto de Conto.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar o envio à Mesa de um requerimento no qual solicitamos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com a tradição da Casa, as devidas homenagens e associação de pesar ao Estado de Santa Catarina, especialmente aos municípios da região oeste envolvidos no trágico aciden-

te que ceifou a vida de mais de trinta pessoas e feriu gravemente outras tantas que se encontram hospitalizadas nos diversos pontos de atendimento da região oeste do Estado de Santa Catarina.

Requeremos:

a) inserção em Ata de voto de profundo pesar aos Municípios de Descanso, Maravilha, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Iraceminha e Chapecó, pela perda de seus filhos. Igualmente ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

b) observação de um minuto de silêncio;

c) apresentação de condolências aos familiares enlutados através da Prefeitura de cada um dos municípios envolvidos e através da Cooper Alfa - Cooperativa Regional Alfa, sediada em Chapecó.

Sr. Presidente, ocorreu na minha região, extremo oeste de Santa Catarina, após a festividade de quarenta anos de criação de uma Cooperativa de Produtores Rurais, um acidente envolvendo vários veículos. Um ônibus tombou. Quando o socorro estava sendo prestado, um terceiro caminhão passou pela rodovia em alta velocidade e ceifou a vida de mais pessoas: repórteres, funcionários da RBS que faziam a cobertura dos fatos, repórteres das rádios, membros do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Nesse segundo acidente, o número de mortes acabou elevando-se para mais de trinta, além das mais de oitenta pessoas gravemente feridas nos hospitais da região.

Sabemos que nem uma multidão de palavras pode fazer diminuir o sofrimento daquelas famílias e principalmente da nossa comunidade oestina. Por isso, peço o registro em Ata desse requerimento em que solicito seja feito um minuto de silêncio e que se enviem a todos os municípios da região, ao Estado e principalmente à Cooperativa Alfa nossas condolências por esse fato lamentável.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Neuto de Conto, a Mesa encaminhará o voto de pesar e atenderá regimentalmente à sua solicitação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza e a compreensão dos demais Senadores, porque estou com um requerimento de pesar semelhante ao que o Senador Neuto de Conto apresentou.

Gostaria de deixar registrado que o acidente, pelas proporções, pelo número de vidas ceifadas e de pessoas em condições precárias internadas nos hospitais da região, foi de repercussão nacional. Tanto que foi veiculado pela grande imprensa com bastante destaque. Hoje pela manhã, quando acordei, liguei a televisão para acompanhar os noticiários e fiquei profundamente chocada, como imagino que devam ter ficado chocados milhares de brasileiros que assistiram àquelas cenas.

Imagino a situação do Senador Neuto de Conto, que é da região. Mas todos nós catarinenses efetivamente hoje estamos de luto, porque a 282 é uma rodovia importantíssima, que vem sendo submetida a obras de melhoria, inclusive o trecho, Senador Neuto de Conto, onde houve o acidente foi recentemente restaurado e estava sinalizado. Portanto, indiscutivelmente, o acidente aconteceu por imperícia, talvez até também da carreta, que depois do primeiro acidente acabou ampliando ainda mais a dimensão da tragédia. Há fortes indícios de que a carreta estava desgovernada por falta de freios. Portanto, há até a questão de falha no equipamento.

Precisamos, diante dessa tragédia, como tantas outras que vêm acontecendo, ter mecanismos para efetivamente debatermos e colocarmos para a sociedade a irresponsabilidade por trás de tudo isso. Temos acompanhado muitas vezes vários acidentes envolvendo álcool, envolvendo a imprudência e o quanto isso está ceifando vidas e causando situações absolutamente trágicas, como essa que estamos sofrendo agora, lá em Santa Catarina.

Então, eu queria deixar também o nosso registro.

O ônibus do primeiro acidente estava voltando das comemorações dos quarenta anos da Cooper Alfa, que é uma das cooperativas mais importantes do nosso Estado e também do Brasil, cujas solenidades ocorreram em Chapecó, na maior feira da agroindústria também do nosso Estado, a Efapi.

Em Santa Catarina, Senador Neuto de Conto, no mês de outubro, sempre nos preocupamos, porque é o mês das tão faladas e elogiadas festas de outubro, como a Oktoberfest, em Blumenau; as Marejadas, em Itajaí; a Fenarreco, em Brusque; a Fenaostra, em Florianópolis; e a Efapi, em Chapecó. Todas ocorrem no mês de outubro e acabam gerando muitos episódios de imprudência, de abuso do álcool.

Então, nós nos preocupamos com a segurança do trânsito nas nossas estradas, em razão da imprudência, da imperícia. Um acidente como esse, efetivamente, tem que nos fazer refletir e criar condições para que não continuem se repetindo acidentes com essa magnitude e que provoquem esse sofrimento.

Como disse o Senador Neuto de Conto, mais de trinta pessoas perderam a vida, e há mais de oitenta pessoas internadas em caso grave nos hospitais.

É muito importante que, além do voto de pesar e de um minuto de silêncio que o Senador Neuto de Conto propôs, a partir dessa tragédia, que nos abala e nos deixa a todos nós catarinenses profundamente impactados, tenhamos capacidade também de refletir e tomar medidas contra a imprudência, a imperícia, essa vinculação entre direção e álcool, que muitas vezes acabam ampliando o número de tragédias, que entristecem a todos nós.

Era isso, Sr. Presidente. Peço mil desculpas por ter-me alongado, mas realmente a dimensão da tragédia foi muito impactante para todos nós, para o Brasil e para o nosso Estado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Paulo Andre Argenta**

**De:** Claudio Schuster [claudioschuster@hotmail.com]  
**Enviado em:** quarta-feira, 10 de outubro de 2007 10:24  
**Para:** Paulo Andre Argenta; Luiz Antônio Alves de Azevedo  
**Assunto:** Acidente em SC

**Acidentes matam 26 pessoas em Santa Catarina**

lg

**SÃO PAULO - Dois acidentes na BR-282 deixaram ao menos 26 mortos e cerca de 80 feridos na noite desta terça-feira. Por volta das 19h30 um ônibus com 42 pessoas seguia de Chapecó para São José do Cedro, ambas em Santa Catarina, quando colidiu com um caminhão. O acidente aconteceu na altura do quilômetro 630, na cidade de Descanso (SC), no extremo oeste do Estado. Segundo informações do Corpo de Bombeiros de Chapecó, enquanto era realizado o atendimento dos feridos no primeiro acidente, por volta das 21h, um caminhão desgovernado carregado com açúcar atingiu o local e deixou mais mortos e feridos e diversos carros destruídos.**

Entre as vítimas fatais estão quatro homens do Corpo de Bombeiros identificados como Roberto Inácio Borgeri, 41; Leonir Francisco Bagatini, 41; Carlos Roberto Fransozi, 34; Evandro Dalton, 31, e o voluntário Helio Moss, de 38 anos. O acidente também matou um policial militar identificado como Ivanio Marcos Sehnem, de 29 anos. Eles ajudavam o resgate das vítimas.

O Instituto Médico Legal (IML) da cidade de São Miguel do Oeste (SC) confirmou ter recebido 24 corpos. Desses, 20 eram de pessoas da região e, por isso, já foram liberados às famílias.

Segundo Eloir Würzuis, técnico responsável pelo IML de São Miguel do Oeste, um homem, uma mulher e uma criança foram identificados como os passageiros da primeira carreta envolvida no acidente. Eles seriam da região de Cascavel, no Paraná.

O corpo de Roberto Carlos de Castro, 38 anos, natural de Chapecó foi identificado por documentos. No entanto, até às 9h40, os familiares ainda não tinham comparecido ao IML para fazer o reconhecimento.

Os feridos foram levados para as cidades de São Miguel do Oeste, Chapecó, Pinhalzinho e, os mais graves, para Florianópolis. As vítimas fatais também foram levadas para São Miguel do Oeste.

**Rodovia**

O local do acidente é uma região de serra com pista simples e muitas curvas. De acordo com o sargento Luiz Antônio Capeleto do Corpo de Bombeiros de Chapecó, o ônibus subia a serra, em um trecho íngreme, quando a carreta em sentido contrário tentava uma ultrapassagem na descida. Segundo ele, mais buscas são realizadas na serra durante a manhã desta quarta-feira.

A rodovia só deve ser liberada à tarde. A Polícia Militar orienta para que os motoristas com destino a Maravilha de Chapecó utilizem um caminho alternativo por Campo Ere ou Iperã do Oeste.

**Morte do Daniel**

O ônibus transportava pelo menos 40 trabalhadores de uma cooperativa agrícola que, na segunda à noite, haviam participado da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial, na cidade de Chapecó (SC), onde assistiram a um show do cantor Daniel. O veículo foi fretado pela cooperativa.

**DIÁRIO CATARINENSE**

Trânsito

**Tragédia abala o Oeste catarinense**

Colisões em seqüência, ontem à noite, na BR-282 causaram a morte de pelo menos nove pessoas em Descanso

--[if !vml]--<!--[endif]-->

Oeste de Santa Catarina viveu duas tragédias provocadas por dois acidentes no mesmo local ontem à noite. Pelo menos sete pessoas morreram na primeira colisão, e três em um ônibus e uma carreta, em Descanso. Na segunda batida, ocorrida pouco depois, pelo menos duas pessoas morreram.

Policiais e bombeiros que trabalhavam neste acidente, além de pessoas que haviam parado para olhar, foram atingidos por um caminhão que não parou. Até o fechamento desta edição, não havia a confirmação dos nomes das vítimas da segunda colisão.

Conforme informações transmitidas pela Rádio Peperi, de São Miguel do Oeste, às tragédias aconteceram na BR-282, perto de Rio das Antas. A primeira ocorreu por volta das 19h30min, quando colidiram de frente um ônibus e uma carreta. O coletivo viajava de Chapecó para São José do Cedro, município localizado entre São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira.

Segundo a emissora apurou, o motorista da carreta que transportava soja fazia uma ultrapassagem numa curva e atingiu o ônibus do frente. Os dois veículos caíram numa ribanceira e pegaram fogo.

No ônibus viajavam 29 pessoas da CooperAlfa, que haviam participado de um show do cantor Daniel, na Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial (Efapi), em Chapecó, onde estiveram mais de 15 mil pessoas. Entre os mortos deste acidente, seis estavam no coletivo da WR Turismo, de São José do Cedro. A outra vítima foi o motorista da carreta, com placas de Frederico Westphalen (RS). Muita gente parou para observar a tragédia. Um caminhão que passava pelo local não conseguiu parar e bateu em vários automóveis e numa ambulância.

O segundo acidente aconteceu por volta das 21h, e causou a morte de pelo menos duas pessoas. Segundo informações da Rádio Progresso, de Descanso, outras pessoas foram atropeladas.

Até o fechamento desta edição não havia confirmação dos nomes das vítimas.

Trânsito

**Noite de desespero**

DARCI DEBONA

<!--[if !vml]--><!--[endif]-->

O trecho oeste da BR-282 virou um caos no início da noite de ontem. Um ônibus de agricultores que voltava de uma festa na Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial (Efapi) de Chapecó colidiu com uma carreta próximo à ponte do Rio das Antas, em Descanso. Logo depois, enquanto bombeiros e policiais auxiliavam no resgate, um caminhão desgovernado, carregado de açúcar, levou o que tinha pela frente, aí incluídos veículos e pessoas que estavam no local. <!--[if !vml]--><!--[endif]-->

Testemunhas não entendem como a carreta passou, já que havia muitos carros parados devido ao primeiro acidente. O carro dos bombeiros, ambulâncias, tudo foi atingido. No local misturavam-se pacotes de açúcar, destroços de veículos e pessoas feridas. Dezenas de ambulâncias chegavam e saíam do local, sinalizando para a grande quantidade de mortos e feridos. Alguns diziam que as vítimas poderiam chegar a 40, número que até a 1h não era confirmado. Ninguém conseguiu dizer ao certo quantos eram as vítimas, levadas para atendimento em hospitais da região.

Familiares e curiosos chegavam a todo momento no local. Buscavam informações sobre eventuais parentes ou conhecidos. Filas se formaram nos dois sentidos da BR-282. Moradores de São Miguel do Oeste que voltavam para Chapecó, não conseguiram voltar para casa e tiveram que dormir em Maravilha.

A Polícia Rodoviária Federal orientava caminhões e carros para retornarem. Nos postos de combustível da redondeza, as pessoas tentavam saber as novidades. Alguns que presenciaram o acidente voltavam e repassavam as novidades. As rádios da região davam plantão sobre uma das maiores tragédias do Oeste, senão a maior.

O trecho é sinuoso, de Serra. Não há casas na proximidade. Também é precária a iluminação. A única luz era das sirenes das ambulâncias passando. Colegas da imprensa tentavam colher informações e ao mesmo tempo abalados com a morte do cinegrafista Evandro Troian, que coletava informações sobre o primeiro acidente. Um dos mais abalados era o repórter Francesco Silva, que estava junto com Evandro. Ele disse que tinha acabado de gravar uma entrevista quando viu o caminhão chegando. Conseguiu saltar e se abaixar. Nisso o microfone que estava em sua mão foi arrancado. Também foi arrancada a convivência com um colega e amigo.

**Paulo Andre Argenta**

**De:** Claudio Schuster [claudioschuster@hotmail.com]  
**Enviado em:** quarta-feira, 10 de outubro de 2007 11:57  
**Para:** Paulo Andre Argenta; Luiz Antônio Alves de Azevedo  
**Assunto:** ACIDENTE (Dados da 282)

**Desde 2001, pelo menos 38 pessoas perderam a vida em acidentes na BR-282. Em apenas um deles, envolvendo um ônibus e dois caminhões, houve 12 vítimas fatais:**

31/07/2001 — A colisão entre um ônibus de Uruguaiana e dois caminhões, no município de Iraceminha, no oeste catarinense, matou 12 pessoas. O choque ocorreu no km 622 da rodovia. Alguns corpos foram localizados a até 30 metros do ônibus, que teve todos os bancos do lado esquerdo arrancados pela força do impacto.

10/2/2003 — Uma colisão frontal envolvendo um caminhão e um Fiesta resultou na morte de três pessoas e duas feridas gravemente, todas ocupantes do carro. O acidente ocorreu às 16h30min, em São Miguel do Oeste, e tirou a vida de Romildo Draghetti, 61 anos, Rosa Trantin Perondi, 70 anos, e Galileu Manfrin, oito anos.

22/11/2003 — À 1h30min de um sábado, no km 399,9, em Joaçaba, três pessoas morreram numa colisão que envolveu um Gol com placas de Chapecó e um ônibus de Caçador. Morreram na hora o motorista do automóvel, João Pedro Alves de Oliveira, 39 anos, e os passageiros Gerson Luiz Paludo, 39 anos, e Gilberto Rodrigues, 27 anos.

27/11/2005 — Quatro jovens gaúchas foram vítimas de atropelamento em Lages, quando voltavam a pé de um show de rock. Elas foram atingidas por um Marea, cujo motorista estava alcoolizado. Morreram Patrícia de Fátima Borges Rodrigues, 22 anos, Tatiana dos Santos Poltronieri, 26 anos, Andressa de Oliveira Vieira, 20 anos, e Lifer Leão Lisboa, 20 anos.

30/1/2006 — As férias de verão em Santa Catarina terminaram de forma trágica para a família Fell, de Novo Hamburgo. O casal Loni e Nilson, e seus dois filhos, Rafael, 13 anos e André, cinco anos, foram vítimas de um caminhão que passou por cima do táxi que os conduzia à concessionária Chevrolet, em São Miguel do Oeste, onde pegariam o carro que estava para conserto.

13/2/2006 — A violência da colisão frontal entre uma Zafira, de Lages, e um Vectra, de Caxias do Sul, matou três pessoas no km 120, em Bom Retiro. O motorista do Vectra, Armelindo Dellazari, morreu a caminho do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, em Lages. A mulher dele morreu no local, carbonizada. O segundo motorista envolvido, Carlos Alexandre Azeredo, 32 anos, também morreu.

27/6/2006 — Nove mortos e 20 feridos foi o saldo de uma colisão entre uma carreta, um ônibus e um carro, no município de Catanduvas, no centro-oeste catarinense. O pneu do ônibus que transportava trabalhadores terceirizados da Celulose Irani estourou sobre uma ponte. O veículo perdeu o controle e se chocou de frente contra uma carreta que transportava suínos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Mesa agradece a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA)

– Pela ordem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem.

dem.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

dem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– ... e ao Senador Neuto de Conto e se solidariza com o voto de pesar às famílias enlutadas.

Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir minha inscrição pela Liderança da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> é o primeiro inscrito pela Liderança.

Pela ordem, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup> poderia me inscrever para uma comunicação inadiável?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> é então primeiro suplente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não. Então,

me inscreva aí como Líder do PMDB dos autênticos, que surgiu aqui em 1974.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> será inscrito, e vamos aguardar a autorização do Líder da Bancada, para V. Ex<sup>a</sup> fazer uso da palavra no momento regimental.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

Peço aos Srs. Senadores brevidade, porque o primeiro inscrito é o Senador Francisco Dornelles, que tem um compromisso logo após seu pronunciamento.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo,

gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me registrasse pela Liderança do meu Partido.

Falo bem rapidamente, Senador, sem criar transtorno e inquietação no coração dos Senadores que estão inscritos. Quanto ao Senador Dornelles, precisamos parar para ouvi-lo. É um mestre e professor de todos nós.

Senador Papaléo, nosso Presidente, estamos vivendo um momento, Senador Sibá, em que ou debelamos essa crise, ou ela vai debelar todos nós. É extremamente doloroso e constrangedor até fazer uma fala dessa natureza. Eu sou amigo pessoal do Senador Renan e queria fazer um apelo ao Senador Jefferson Péres, que agora é Relator desse novo processo: que a celeridade deve vir com a pulsação do coração de todos nós e da própria sociedade, e espero até que do

Senador Renan, para que respondamos rapidamente pelo sim ou pelo não, para que debelamos a crise, de maneira que o Senado, que está sangrando, rastejando, esvaindo-se em sangue em praça pública, possa ser recobrado rapidamente, para responder aos anseios da sociedade, dar celeridade àquilo que precisa ser dado, no sentido de fazer andar a Nação, porque estamos vivendo um momento extremamente ruim, de um clima extremamente ruim, de um morraço que parece não passar nunca mais. A sensação que tenho, Senador Papaléo, é que todos nós estamos dentro de um elevador que enguiçou e não tem porta de saída, não há como sair. Estamos asfixiados, sem poder respirar e sem ter como sair.

Queira Deus que encontremos rapidamente uma saída e que haja celeridade na Comissão de Ética, para que nós possamos, pelo sim, pelo não, ter uma resposta rápida e tirarmos esta Casa, a todos nós, dessa agonia que nós estamos vivendo.

Este é o meu apelo ao Senador Jefferson Péres, para que dê celeridade ao Conselho de Ética, para que todos nós saíamos de baixo dessa nuvem que estamos vivendo.

Os grandes temas da sociedade parecem já não interessar, como o exame da OAB, Senador Gilvam; parece que perdeu a graça dos primeiros dias, com tanta luta de estudantes; as pessoas não querem mais nem ouvir falar. Redução da maioria penal: não querem ouvir falar. Violência: não querem ouvir falar. Diminuição da idade para se tirar carteira de motorista, exame toxicológico, coisa que vai ao encontro do combate à violência no Brasil: as pessoas não querem ouvir falar. O mote é um só: uma nuvem difícil que paira sobre a sociedade brasileira, sobre esta Casa.

Sr. Presidente, desculpe a minha manifestação neste momento, mas nós precisamos dar celeridade para que saíamos desse elevador enguiçado e encontremos a porta de saída.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.147, DE 2007**

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as devidas homenagens e associação de pesar ao Estado de Santa Catarina, e aos municípios da região oeste, envolvidos pelo trágico acidente ocorrido que ceifou a vida de mais de trinta pessoas e feriu gravemente uma numerosa quantidade, que encontra-se hospitalizada nos diversos pontos de atendimento da região e do Estado, com o seguinte:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar; aos municípios de Descanso, Maravilha, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Iraceminha e Chapecó, pela perda de seus filhos: Iguamente ao Corpo de Bombeiros; Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

b) observação de um minuto de silêncio;

c) apresentação de condolências às famílias enlutadas por meio da prefeitura de cada um dos municípios envolvidos e pela da Cooper Alfa – Cooperativa Regional Alfa, sediada em Chapecó.

#### Justificação

Fomos surpreendidos ao final do dia de ontem, com a notícia que abalou a todos nós, de Santa Catarina, e com certeza, de outras regiões do País. Muitos fatores contribuíram para essa tragédia, não nos cabendo agora, procurar culpados, pois poderia ter sido ocasionada por falhas humanas, mecânicas, ou até mesmo por falhas estruturais na rodovia.

Mas, infelizmente, seja qual for a causa, o lamentável é a perda do grande número de vidas, trabalhadores, que estavam regressando das festividades patrocinadas pela sua Cooperativa, que comemorava seus 40 anos, jovens, que tendo ido ali para se divertirem em **show** popular, foram ceifados, policiais militares e bombeiros que prestando socorro às vítimas, do primeiro acidente, foram igualmente surpreendidos por outro acidente, vindo a serem vitimados assim como um profissional de imprensa da RBS, que fazendo seu trabalho de informar, também teve sua vida tragada, em plena atividade de trabalho, os motoristas dos veículos e outras tantas pessoas envolvidas.

Enfim, lamentamos tão terrível tragédia, e choramos juntamente com as famílias, que amargam perdas irreparáveis, com as municipalidades que hoje enterram seus mortos e cuidam dos que se encontram hospitalizados, numa grande maioria, em estado grave.

Senhor Presidente e Srs. Senadores, nem uma multidão de palavras seria capaz de amenizar tão terrível dor e nem reparar tão grande perda. Mas ao nos associarmos por uma ação humana e cristã, às famílias enlutadas e a essas regiões, pela perda, o fazemos para dizer-lhes que eles não estão sozinhos, nossas lágrimas caem juntos e suas dores, nós a tomamos, para sentirmos juntos.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Neuto de Conto**.

#### REQUERIMENTO Nº 1.148, DE 2007

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar às famílias das vítimas dos acidentes ocorridos ontem à noite na BR-282, no Estado de Santa Catarina, em duas colisões envolvendo um ônibus e dois caminhões.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Ideli Salvatti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex<sup>a</sup> para participar da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), que se realizará em Joanesburgo, África do Sul, no período de 15 a 17 de outubro de 2007, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 15-10-2007 a 18-10-2007.

Informo que estarei ausente do País no período de 15-10-2007 a 18-10-2007.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Jonas Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.150, DE 2007

##### Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Amir Domingues.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Senador Renan Calheiros,

Com fundamento nos arts. 218 e 219, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência inclusão em ata, de Voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Amir Domingues, ocorrido hoje, aos 79 anos de idade, no Hospital São Francisco em Porto Alegre – RS, com envio de mensagem à família.

Amir Domingues dedicou sua vida à profissão, sendo uma das vozes mais conhecidas dos rio-grandenses. Apresentou o Programa “Agora”, da Rádio Guaíba, empresa da Companhia Jornalística Caldas Júnior, onde trabalhou durante 50 anos.

Nasceu em Porto Alegre, em 22 de março de 1928, e, apaixonado por rádios desde os seis anos de idade, quando ouvia notícias da Segunda Guerra Mundial. Amir começou sua profissão aos 16 anos em Cruz Alta, terra do escritor Érico Veríssimo, para onde seu pai, um militar, fora transferido. Não havia emissora na cidade e Amir trabalhou como locutor de um serviço de alto-falantes, conhecido como “A Voz do Poste”.

Depois, já de volta a Porto Alegre, fez um teste na Rádio Gaúcha, onde passou a trabalhar em 1953. Passou por outras emissoras até ingressar na Rádio Guaíba, sua grande paixão, em 1957.

Nessa emissora, uma das mais antigas e tradicionais do Estado, Amir Domingues construiu uma sólida reputação de independência, seriedade e coragem. Sua presença à frente do programa de entrevistas e notícias “Agora” – que passou a apresentar em 1977 –, foi marcante. O Rio Grande do Sul passou a associar, de forma definitiva, sua voz e a personalidade ao programa, que se transformou num sucesso jornalístico permanente

Como jornalista e radialista, Amir Domingues coordenou e participou de grandes coberturas jornalísticas, no Estado e em âmbito nacional, principalmente em períodos de eleições. Destacou-se, ainda, como locutor esportivo em coberturas de Copas do Mundo.

Sua definição da característica principal da Rádio Guaíba serve, também, para classificar a carreira de Amir Domingues. Disse ele, numa entrevista à rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que “nós queríamos fazer uma rádio melhor, mais bonita, mais agradável de ouvir, e mais precisa na informação. Então, é por isso que a Guaíba conseguiu este prestígio que tem”.

É, por essa razão, também, que o Rio Grande aprendeu a admirar esse grande profissional e homem de bem que foi Amir Domingues, a quem prestamos nossas homenagens.

Brasília, 10 de outubro de 2007. – Senador **Pedro Simon**, Senador **Paulo Paim**, Senador **Sergio Zambiasi**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 1.151, DE 2007**

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Fórum IBAS, que se realizará na Cidade de Joanesburgo, África do Sul, no período compreendido entre os dias 15 a 17 de outubro de 2007, conforme programação anexa, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização da Casa para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período entre os dias 14 a 18 de outubro de 2007. – Senador **Sibá Machado**,PT/AC.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### **REQUERIMENTO Nº 1.152, DE 2007**

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, Ex<sup>mo</sup> Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal com dados relativos ao andamento e o cronograma das obras de restauração da BR-324 entre Salvador e Feira de Santana no Estado da Bahia, solicito as seguintes informações:

1. Qual o resultado do estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira e as diretrizes da modelagem da PPP (Parcerias Público Privadas) para as obras no trecho da rodovia BR-324 entre Salvador e Feira de Santana?

2. Qual será o período de vigência do contrato?

3. Qual o montante de recursos realmente previstos?

4. Na avaliação deste Ministério, o valor destinado ao projeto é suficiente para conclusão da restauração?

5. Quais serão os custos operacionais para a manutenção no determinado período?

6. Qual é o cronograma oficial do Ministério para a conclusão da restauração da BR-324?

7. Qual o atual estágio (cronograma) da obra de restauração da BR-324 entre Salvador e Feira de Santana?

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **João Durval**.

*(À Mesa, para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 1.153, DE 2007**

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, Ex<sup>mo</sup> Sr. Nelson Jobim, o seguinte pedido, de informações.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal para o acompanhamento do trabalho das tropas brasileiras em missão de paz, solicito as seguintes informações:

1. Qual o atual contingente de tropas brasileiras em missão de paz no exterior?

2. Qual o custo anual para a manutenção desse tipo de operação no exterior?

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **João Durval**.

*(À Mesa, para decisão.)*

#### **O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles, por permuta com o Senador Gilvam Borges.

Em seguida, fará uso da palavra, como Líder da Minoria, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; depois, o Senador Gilvam Borges; em seguida, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim.

#### **O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP

– RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão importante, na última semana, relacionada à fidelidade partidária. Se colocarmos em dois pratos da balança os prós e os contras, a decisão foi positiva. Mas eu gostaria de fazer alguns comentários sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Em primeiro lugar, se tivéssemos a votação proporcional em lista, o mandato pertenceria ao Partido. Como hoje a votação é proporcional nominal – o eleitor vota no candidato –, nós podemos dizer que, no caso da votação proporcional, o mandato pode pertencer ou ao Partido ou ao candidato.

No caso da votação proporcional, existem candidatos que conseguem uma votação superior ao coeficiente eleitoral. Por exemplo, no meu Estado, Rio de Janeiro, nós temos um coeficiente de 150 mil votos por cada candidato. Ora, se um candidato obteve 300 mil votos, ele se elegeu com seus votos e ainda transferiu 150 para o Partido.

Entretanto, no caso daqueles que se elegem com os votos de outros candidatos, aí sim, nós temos duas situações diferentes. Em um caso, o mandato pertence ao candidato; em outro, o mandato pertence ao Partido. E o Supremo não fez essa diferença. De modo que acho que foi um equívoco, porque, em determinados casos do sistema que temos hoje, o mandato pertence ao candidato, em outros, ao Partido.

Em segundo lugar, eu queria dizer também que o Tribunal Superior Eleitoral vai baixar normas sobre esse assunto. Nós temos hoje o privilégio de ter, na sua Presidência, o Ministro Marco Aurélio, que, pelas decisões corajosas que vem tomando, é um dos retratos do Estado democrático de direito. Mas eu estou certo e pediria que fossem considerados alguns pontos. Por exemplo, no caso de fusão e incorporação, vamos admitir que exista a fusão ou a incorporação de um Partido pelo outro. Acredito que um parlamentar pode ter o direito de deixar a sigla, pode não se sentir bem com o Partido a que foi feita a fusão ou pelo qual foi incorporado ou incorporou.

Existe ainda uma terceira situação, em que o Partido disputa uma campanha com uma certa plataforma eleitoral. O Partido é contra a reforma da Previdência, por exemplo, e, depois da eleição, o Partido muda a posição. Eu acho que o candidato, no caso, o parlamentar teria direito de fazer a mudança sem que fosse atingido pela punição de infidelidade.

Mas eu estou preocupado, Sr. Presidente, é com a possibilidade de essa regra de fidelidade partidária criar quase uma ditadura das cúpulas partidárias. Vejam só a situação: um determinado Partido, por razões políticas, expulsa um Deputado da sua sigla. Ora, acho que o Partido político tem todo o direito de expulsar o Deputado; é um problema do Partido com o Deputado. Mas, nesse caso, quando a saída não é voluntária, não é compulsória, ao Deputado não pode ser aplicado o problema da fidelidade partidária, de maneira que, expulso do Partido por razões políticas, também venha perder o mandato. São coisas diferentes, e estou certo de que o Ministro Marco Aurélio levará isso em conta nessa regulamentação que será feita na próxima semana.

Sr. Presidente, também tenho observado que alguns pretendem estender a decisão do Supremo Tribunal Federal ao caso de eleições majoritárias, para

Senador e Governador. Acho que isso seria impossível. Consideremos a seguinte situação: um Senador e seus dois suplentes mudam de Partido. O que haveria? Assumiria o Senado o candidato derrotado? Como? De que forma? Vamos admitir que um Governador e um vice-Governador mudem de Partido. E vou até mais longe: que o presidente da Assembléia mude de Partido. Como é que ficará?

Sr. Presidente, entendo que essa questão da fidelidade partidária é própria de eleições proporcionais e se aplica àqueles candidatos que mesmo em votação nominal foram eleitos pelo Partido, ou seja, que não atingiram o coeficiente eleitoral necessário para eleição. Entretanto, considero importante que o Congresso Nacional faça uma reforma política, examine todos os casos, para não sermos surpreendidos, às vésperas de eleições, com mudanças que muitas vezes estão sendo feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Francisco Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Dornelles, V. Ex<sup>a</sup> enriquece a democracia. Mas foi triste a decisão do Supremo Tribunal Federal. Vou lhe dar um quadro, que vale por dez mil palavras. Nós somos um contrapoder, para frear. Como eles não freiam, temos o direito de freá-los. Todos os dias eu freio o Poder Executivo, o Luiz Inácio. Esta é a filosofia de Montesquieu: a equipotência. Vou lhe dar um quadro. Ô Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup> que pensa, e pensa muito bem, um quadro vale por dez mil palavras – não fui eu que disse nem o Dornelles, foi Confúcio. Atentai bem para um caso concreto do Piauí, de um Deputado Federal extraordinário. Eu não tenho nada contra ele. Ele disputou até o Governo comigo em 94, eu ganhei, e acho que ele é melhor do que eu, um extraordinário Secretário, um educador, Deputado Federal. Ele tinha os seus motivos. Ele foi eleito e, no dia seguinte da eleição, mudou de Partido. Ele disse que o Prefeito do Partido dele, da Capital, de Teresina, o traiu. Isso é verdade. Ele era o candidato do Partido, e o Prefeito da Capital o traiu, fez campanha por outros e tal. Eu não estou aqui julgando, mas ele saiu do Partido. Eu tenho um professor intelectual em Parnaíba, do nível de V. Ex<sup>a</sup>, professor universitário e Vereador. Daí ele disse, como Giscard d'Estaing: “Eu entrego o Governo e vou ser Vereador da minha cidade”, que tem Vereadores de grandeza. Atentai bem, um professor que, depois de 17 anos no Partido, não gostou, conflito e tal, mudou, e aí vai cassado. Quer dizer, um trai na lua-de-mel, fica; o outro passa 17 anos e é cassado. O pau quebrou do lado mais fraco, do Vereador, como também quebrou

na eleição passada. Todos nós somos testemunhas de que foi uma insensatez a redução do número de Vereadores no Poder Legislativo Municipal. Não se diminuíram os gastos, os custos; eles dividiram por menos, mas empregaram mais gente. Então estamos todos errados. O imbróglio da nossa democracia é que não tem nada de poder. Não tem Poder Executivo. Nós não somos poder e nem o Judiciário. Nós somos instrumentos da democracia. Poder tem o povo que trabalha, o povo que é escorchado e que paga alta conta. E nós não estamos sabendo respeitá-lo. Nós fomos incapazes, incompetentes e preguiçosos. Não fizemos uma reforma eleitoral. Até que fizemos; houve um Senador que dignificou esta Casa – não é do meu Partido, pode coçar a cabeça –, que foi o Bornhausen. Ele fez uma minirreforma, muito bem feita, inteligente e correta. Por que nós votamos e a Câmara não votou? Aí eu louvo o Judiciário. Nós fomos fracos, então eles estimularam. Mas que o imbróglio está feito, está. Há muitos Vereadores nessa situação. Muitos. Porque a lei mesmo, pétrea, consolidada e que foi um avanço diz que, em um ano, não se faça modificação. E V. Ex<sup>a</sup> tem de ter em mente que para Abraham Lincoln – e na eleição agora de Hillary Clinton está disputando – são as mesmas regras, as mesmas leis. E nós temos essa mutação. Então, não tem louvor para nenhum. Nós temos de reconhecer que nós todos, os Três Poderes, estamos a dever ao povo, que é soberano, que é sábio e que está com uma paciência muito grande com essa democracia que cada vez piora. Eu sei a intenção de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece este Poder, pela sua experiência e pelo seu passado. Mas nós temos de ter coragem e humildade. Nós não somos poder nenhum, somos instrumentos da democracia. E os três estamos errados, os três estamos entregando ao Brasil uma democracia debilitada.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Estou de pleno acordo e acho que temos de tomar essa decisão do Supremo como uma lição para o Congresso. Está na hora de enfrentarmos o problema para fazermos uma reforma política.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Francisco Dornelles, eu queria aproveitar este aparte para lembrar que o PT, na última reunião, elaborou como sugestão para ser negociada com todos os Partidos e outras lideranças políticas nacionais a idéia de amadurecermos um plebiscito nacional que venha a culminar, quem sabe, com uma assembléia constituinte específica para tratar da reforma política. Temos o entendimento de que, da forma como a matéria foi conduzida até aqui, estamos praticamente impossibili-

litados de acreditar na tese de que teríamos um texto mais consolidado, centrado, observando cada detalhe desses, inclusive nos pontos que V. Ex<sup>a</sup> traz aqui como dúvida na interpretação e quanto ao rumo que o TSE vai seguir agora no aprimoramento da decisão do Supremo. Entendemos, hoje, que é preciso que passemos por uma assembléia constituinte específica. Portanto, eu gostaria até que, em um momento com mais calma, pudéssemos tratar desse assunto, conversar melhor, porque temos medo de que, da forma fatiada como está sendo tratada, estejamos sempre criando uma legislação ainda muito aquém da necessidade do Brasil a respeito dessa reforma política. Portanto, quanto aos pontos que V. Ex<sup>a</sup> traz, estou de pleno acordo. E realmente não é fácil poder dizer hoje, de fato e de direito, qual é a interpretação da fidelidade partidária, principalmente no que tange àqueles que tiveram eleição majoritária.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador. O assunto que V. Ex<sup>a</sup> levanta é bastante polêmico, mas acho que deve ser examinado.

Ouçó o Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Dornelles, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo brilhante raciocínio, porque do tema todo mundo está falando. Tenho uma compreensão do gesto, por exemplo. Quanto às pessoas que fizeram o gesto de sair do seu Partido – é um outro viés – e rapidamente voltaram, o que fica é o gesto, porque, se voltaram, não voltaram por entenderem que o Partido é sua casa, mas exatamente por causa dessa degola que já foi imposta pela Justiça. Isso cria diversos problemas; por outro lado, cria-se o fortalecimento da liderança partidária e do Partido como um todo, até para se colocar diante dos temas nacionais. Agora, sinceramente, os vieses que V. Ex<sup>a</sup> colocou, a linha de raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, eu confesso que não me atinei para ela. Por isso, faço o aparte para agradecer a V. Ex<sup>a</sup> – eu e tantos outros que o estão ouvindo agora e que fazem vida pública no Brasil – por esse raciocínio, que é louvável e extremamente inteligente. É preciso que se veja essa questão nessa ótica de V. Ex<sup>a</sup>. Faça-lhe este aparte para parabenizá-lo e dizer que, a partir de agora, vou raciocinar por esse viés para que possamos ter um entendimento amplo, e não um entendimento muito superficial, de águas rasas, dessa matéria que é tão séria, que é tão profunda, que lida com interesses do povo que vota, que lida com a história política de pessoas, com sonhos de pessoas e que, sumariamente, não se pode dar um final. V. Ex<sup>a</sup>, com a capacidade de sempre, veio à tribuna e, num discurso muito rápido – até porque, se somarmos os apartes do Senador Mão Santa, o meu

e o de Sibá, eles são muito maiores do que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> –, soube, numa síntese, falar tudo aquilo que precisamos ouvir do ponto de vista da profundidade dessa matéria. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Magno, fico muito honrado com o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, para terminar, eu queria aproveitar esses últimos minutos para fazer um protesto contra a decisão do Ministro do Desenvolvimento, que anunciou a transferência do Departamento de Comércio Exterior do Rio de Janeiro para Brasília. Não há nenhuma razão que justifique essa transferência.

O Departamento de Comércio Exterior está estruturado no Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho da maior importância. No Rio de Janeiro estão grandes e importantes órgãos ligados ao comércio exterior. E o Ministro, de repente, acorda e determina que, em sessenta dias, esse órgão seja transferido para Brasília. O Ministro não sabe as dificuldades de se fazer isso em outubro, pois os funcionários têm filhos nas escolas. Ele não leva em consideração a parte humana da transferência. Ele não leva em consideração que, hoje, em plena época do computador e da Internet, não há necessidade de uma transferência física de um Departamento para Brasília. O Ministro agiu de maneira totalmente insensível. Ele não compreende o que é o problema de centenas de famílias que moram no Rio, que têm casa no Rio, que têm filhos ainda no meio do ano escolar.

Desse modo, Sr. Presidente, faço um protesto contra a decisão do Ministro e um apelo ao Presidente da República, que tem demonstrado grande carinho com o Rio de Janeiro, para que ele possa sustar e impedir essa violência que o ilustre Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a quem reitero meu respeito, praticou contra o Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Solicito minha inscrição para uma comunicação de Liderança pelo PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, só uma informação, por obséquio.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Em que lugar o Senador Mário Couto está inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Senador Mário Couto, na lista dos oradores, está em terceiro lugar.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Só quero lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que existe alternância com comunicações inadiáveis e as Lideranças.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Mas a alternância é um orador ou uma comunicação inadiável ou um líder. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sim.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Então, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Gilvam Borges, como orador inscrito.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA. Pela Liderança do DEM.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é público que o Governo vem barganhando votos de apoio à prorrogação da CPMF.

Para lograr esse intento, ele cede cargos, libera emendas parlamentares, até mesmo atrai parlamentares para legendas aliadas.

O *O Estado de S. Paulo* de domingo estima em R\$686 bilhões o orçamento que está sendo deixado sob controle de aliados apenas para a aprovação da Emenda Constitucional.

Até mesmo as agências reguladoras estão sendo alvo de partidarização, algo impensável se nós lembrarmos das razões por que foram criadas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nada disso seria necessário se a prorrogação da CPMF fosse, de fato, tão boa para o País.

Ocorre, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a CPMF não é boa para o País e por isso sou contra sua prorrogação.

Na verdade, o Governo pensa que a CPMF é boa para ele, que parece confundir o ato de gastar com o de investir, boa para este Governo, que acredita que “choque de gestão” é a criação e distribuição, sem concurso público, de milhares de cargos em comissão, boa para um governo que entende que administrar só é possível arrecadando mais, cada vez mais.

Sr. Presidente, o Governo precisa desesperadamente da CPMF porque não consegue diminuir seus

gastos. O Governo não abre mão da CPMF porque não quer diminuir seus gastos. Não quer diminuir e não demonstra que pretenda sequer transformar esses gastos em investimentos. Aliás, isto está claro em declarações recentes do Presidente da República, quando Sua Excelência teria afirmado que “choque de gestão é contratar” e que “não se pode ter medo de arrecadar mais, porque o mal do Brasil é que durante muito tempo ele arrecadou menos”.

Nesse cenário, infelizmente, não há como acreditar na improvável contenção dos gastos públicos em benefício de investimentos em infra-estrutura, razão pela qual não alimento ilusões em relação aos tantos PACs anunciados e sobre os quais já pouco se fala.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se o Governo quer mesmo colaborar para que o País alcance, nos próximos anos, níveis mais elevados e sustentados de crescimento econômico, ele tem que fazer a sua parte: aliviar a carga tributária, gastar menos e investir mais.

Como lembra Affonso Celso Pastore, formação de mão-de-obra qualificada e infra-estrutura custam caro, demandam bons projetos, marcos regulatórios e tempo de maturação, nada que se resolva, portanto, com gastos desenfreados, falta de investimentos e CPMF prorrogada à custa desta recriminável barganha que a Nação vem assistindo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, farei a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Em 9 de outubro de 2007

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 7º, § 2º, do Regimento Interno, a partir desta data integrarei a bancada do PMDB.

Atenciosas saudações, – Senador **Edison Lobão**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> poderia me informar a que horas usarei da palavra como Líder do meu Partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O horário não posso lhe informar com correção. Após o Senador Gilvam Borges, fará uso da palavra o Senador Paulo Paim; em seguida, o Senador Mário Couto. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> terá lhe antecedendo pelo menos cinco Senadores?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Mas a ordem não é um inscrito, um Líder e um orador para uma comunicação inadiável? Então, não pode haver cinco na minha frente; no máximo, três.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Não. E ainda falta a documentação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sim, mas estou perguntando sobre a minha inscrição. A documentação está a caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A ordem de inscrição vou refazer: Senador Gilvam Borges, depois Senador Paulo Paim. Voltando para a lista, falará o Senador Mário Couto. Em seguida, falará um Líder ou um orador para uma comunicação inadiável.

Tem o Senador Osmar Dias, para uma comunicação inadiável, ou o Senador Mão Santa, que poderá falar pela Liderança, desde que chegue o documento autorizando. Na outra rodada, após a Senadora Lúcia Vânia, falaria V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sem querer desmerecer a conta de V. Ex<sup>a</sup>, a conta está errada.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Magno Malta, ao iniciar sua palavra, o Senador Gilvam Borges terá mais dez minutos para o seu discurso.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – São vinte, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Não, dez minutos. Hoje é quarta-feira.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, venha conversar com o Presidente em particular. V. Ex<sup>a</sup> olha a lista. Não quero vê-lo aborrecido.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tem uma corrente, urgente, inadiável, que muitas vezes já estive nesta tribuna, como outros colegas, e que, lamentavelmente, não está na pauta de entendimento da Oposição e da Situação.

O tema que retomo é vital não só para a democracia, mas para o gerenciamento de toda a vida desta Nação: Na última quinta-feira, dia 4, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão histórica na vida política brasileira. Como se sabe, por oito votos contra três, os Ministros do STF decidiram que os mandatos de depu-

tados federais, estaduais e vereadores pertencem aos partidos pelos quais os políticos foram eleitos.

Na prática, isso significa que os partidos passaram a ter o direito de cobrar de volta na Justiça o mandato de deputados e vereadores infiéis. Mas há outro viés na decisão do Supremo Tribunal Federal que merece a nossa atenção: a decisão do Supremo reitera a necessidade imperiosa de que procedamos à reforma política em nosso País.

Na verdade, o Congresso Nacional perdeu mais uma oportunidade de legislar sobre uma matéria de interesse direto dos partidos políticos e dos políticos. Como o Congresso reluta em promover a reforma política, o Tribunal acabou por avançar sobre as prerrogativas do Legislativo e resolveu impor as regras. E não era para menos: há mais de cinco legislaturas, discutimos o assunto e não saímos do lugar. Esta Casa já desempenhou o seu papel e encaminhou para a Câmara dos Deputados. Há muito o tema foi diagnosticado como o principal problema da vida política nacional.

Vejam bem a fragilidade dos partidos políticos brasileiros. Nossa legislação tem conduzido, quase invariavelmente, ao enfraquecimento dos partidos políticos e ao reforço da atuação egoísta, individual.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, grande parte da descrença da população em relação à classe política nasce daí.

O voto não se traduz em resultados concretos que melhorem a vida ou mudem o que os eleitores desejam ver transformado. E não é apenas isso. Ao votar, a população não está escolhendo um programa de ação que deseja ver cumprido. Por isso, não pode cobrá-lo de seus representantes no futuro.

Mais ainda, tornam-se grandes as dificuldades de entendimento político para o objetivo maior de gestão da coisa pública. Prevalece o fisiologismo e não os consensos ou divergências sobre o que seja melhor para o País. Há sérios problemas a serem resolvidos: a influência do poder econômico nas eleições e o abuso do poder por parte de políticos que prometem uma coisa e fazem outra, ou não fazem nada.

O financiamento de campanha e a prestação de contas, aliás, são nós que precisamos desatar. Ambos temas são fontes permanentes de escândalos, de processos nos tribunais eleitorais e, nos piores casos, de perda de mandato eletivo. Tudo isso porque ainda não definimos regras claras para administrar o modo como as campanhas arrecadam e lidam com dinheiro e a forma como esses recursos são declarados.

E quanto ao sistema de listas abertas? Nesse sentido, os trabalhos da Comissão Especial do Senado recomendaram a introdução do sistema distrital misto como o mais vantajoso. Outros apontam o sistema de

listas fechadas, pois o sistema de listas abertas só encontra um similar na Finlândia e inibe o funcionamento das agremiações, pois, perante estas, o Parlamento não possui compromissos duradouros. Discutamos, pois, a nossa fórmula, porque o importante, certamente, é sairmos do sistema atual.

Sr. Presidente, é lamentável que as principais reformas de que a Nação brasileira necessita e os principais temas que a Nação exige que discutamos estão se perdendo entre a fofoca política e o desejo brutal da cassação sumária do Presidente desta Casa. Ontem, eu fiquei impressionado. Estava sentado ali naquela cadeira e, de repente, por um grande entendimento e uma grande ação de força, que só me lembra a Revolução Francesa, quando Robespierre, arauto da moralidade, grande líder da Revolução Francesa, ídolo incontestado do povo da França, resolveu então implementar o terror imediato após controlar a Bastilha e, sob as frases famosas mundo afora de liberdade, fraternidade e igualdade, deflagrou o maior terror já visto na História. E aquele que mandava guilhotinar, decepar e estrangular, em seguida, em tempo recorde, a sua cabeça rolou, não pelo cepo, mas pela lâmina cortante da guilhotina. A sua cabeça caiu na cesta.

Fiquei impressionado, Sr. Presidente, porque a verdade perde o efeito imediatamente. Os fatos perdem o efeito completamente. E como é que lideranças conseguem se organizar de uma forma para outra e sob o cerco de um véu eles vêm dentro de um cordão blindado.

Eu vi o constrangimento de muitos que levantaram para falar e repetiram os chavões de cinco meses. Até os aliados de outrora estavam guindados por um cordão. Eu fiquei impressionado, Sr. Presidente.

Eu gostaria muito que essa gente importante da República, meus colegas e nobre Senadores, tivesse a oportunidade de colocar em pauta as reformas política e tributária, de discutir de forma séria, coerente, correta essa questão das inúmeras, incontáveis e infundáveis representações que ocorrem dentro desta Casa.

Ontem, eu comigo dizia, cá com os meus botões: sabe quando vai acabar essa história? O gosto de sangue que escorre, o veneno, a mistura da inveja com a vingança, que se associam para tentar imolar um colega, que foi perdoado aqui, aqui no plenário desta Casa.

E ouvi ontem o absurdo de quando um funcionário desta Casa, o ex-Senador Francisco Escórcio, envolvido em um escândalo, um *script* no qual ele se envolveu – todos nós o conhecemos –, e aí a palavra de ordem surgia com gosto de sangue na boca: “Demissão! Condenação! Deve ser exonerado amanhã!”

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Eu já concederei um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Eu agradeço.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – “Tem de ser demitido amanhã!” Eu me lembrei de Robespierre. Ora, qualquer um, indistintamente, para uma demissão sumária, requer imediatamente a instauração de um processo. O leigo tem a consciência disso. Afasta-se imediatamente, instaura-se o processo, ouve-se, senão a Justiça o reconduz imediatamente. Mas, não. O sangue estava bem colorado, vermelho, muito colorado o veneno; e eu vi os nossos aliados ali também, contrangidos, mas tiveram de discursar também, em um patrulhamento, Sr. Presidente, que me impressionou muito. Mas é o jogo democrático.

Eu volto ao tema das reformas necessárias. Volto ao tema do bom convívio, do entendimento salutar, respeitoso, que sempre gerenciou esta Casa, os destinos desta Casa. Sempre foi assim o Senado Federal. Até a Constituição dispõe que se deve ter 36 anos para poder chegar aqui. São líderes experimentados, mas caímos agora numa rede de intrigas, de dossiês, de calúnias, de discussões frontais. Isso me constrange muito, Sr. Presidente.

Fiquei constrangido ontem, não só pelos que estavam aqui, no boxe em que colocaram o Presidente desta Casa, e não falei aqui porque considerei que não deveria ter falado. Veio-me o entendimento de que eu teria de assistir. Tanto é que ninguém falou. O direito do cordão que cercava a grande força expedicionária da moralidade pública, a grande frente daqueles que querem a execução e a demissão do Presidente Renan Calheiros surpreendeu-nos.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Com a permissão da Mesa, primeiro concederei o aparte ao Senador Mário Couto e, em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Primeiro, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que lamentei ontem não poder ouvi-lo. Por várias vezes, olhei para V. Ex<sup>a</sup>, lembra? Várias vezes, olhei...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Estou aqui agora à disposição de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estava olhando para V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – ...com meu olhar, pedindo que V. Ex<sup>a</sup> falasse.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – É, mas estou aqui, agora, à sua disposição. Mas eu estava olhando...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Porque, Senador, quero dizer, primeiro, que, quando entrei nesta Casa, apreendi a respeitá-lo.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Acho que a democracia permite que cada um siga o seu rumo.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Entendi.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Agora, na vida, Senador, não devemos nos iludir. Triste do político que vive na ilusão.

Eu fui um dos oradores que ontem falou e sempre farei isso quando eu estiver beneficiando a sociedade brasileira. Não tenha dúvida disso. V. Ex<sup>a</sup> sempre vai ver minha postura nesta Casa assim. A ilusão de que falo, Senador, é que as pessoas dizem ou fazem que não estão percebendo o que a sociedade pensa de cada um. Eu vi isso ontem do Senador Renan Calheiros, quando disse que o Senado estava bem na opinião pública, que os conceitos estatísticos de pesquisa mostravam que o Senado estava bem. Então, se o Senado está bem e o Presidente está bem isso é uma ilusão. O Presidente não está bem, o Senado não está bem. Em todos os momentos, vê-se nesta Casa Senadores falando isso. Há poucos minutos eu ouvi o Senador Magno Malta falando isso; ontem, a maioria. V. Ex<sup>a</sup> é um dos poucos, eu não estou lhe recriminando, siga o caminho que V. Ex<sup>a</sup> quiser.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Mas V. Ex<sup>a</sup> é um dos poucos que ainda estão defendendo o Senador Renan Calheiros, um dos poucos. Não é porque, como V. Ex<sup>a</sup> disse, a maioria já entendeu que o Presidente não deve permanecer mais na Presidência. Eu disse a ele, não foi ontem, não. Eu disse logo no início dessa causa que já rola e que envergonha muito este Poder. Eu vou lhe citar um exemplo apenas, para que V. Ex<sup>a</sup> possa meditar na sua casa. Quando colocar o travesseiro na cabeça, medite. Estamos conversando, vou terminar. V. Ex<sup>a</sup> se lembra do primeiro momento em que o Senador Renan Calheiros foi a essa tribuna e fez a primeira defesa? V. Ex<sup>a</sup> se lembra de quantos Senadores foram por essa escada parabenizar S. Ex<sup>a</sup>? E ontem, Senador, decorridos vários meses, depois de várias defesas do Senador, depois de várias acusações, o que aconteceu? Foram parabenizar – já vou terminar – o Presidente ontem? Ao contrário. O que se viu ontem nesta Casa foi quase a unanimidade dos Senadores dizendo assim: “Renan Calheiros, pelo amor de Deus, se licencie e saia, porque este Senado, se isso não acontecer, com certeza, vai ter de tomar uma posição

mais drástica. Ou sai, ou se afasta, ou nós teremos de tomar... para o bem da nossa sociedade, para o bem da democracia neste País”. Eu respeito a opinião de cada um, a democracia exige isso. A minha opinião, Senador, é bem diferente da sua.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Mesmo inocente?

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Mesmo inocente, Senador?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sim.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – AP) – Senador, se nós fôssemos apagar todas as causas, o Renan Calheiros, pelos fatos, não tem mais condições de presidir esta Casa, quiçá o Congresso Nacional. Eu respeito V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Mesmo inocente?

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – ...pelas teses que V. Ex<sup>a</sup> traz a essa tribuna, mas, nessa aí, V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Mesmo sem provas?

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – ...está totalmente enganado.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Mesmo sem provas?

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Sem provas?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sim.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Há provas textuais.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sim.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Gravações passadas ontem pelo Senador Demóstenes.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Eu só pergunto a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – O caso do secretário.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Se não tiver prova, V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – São cristalinas as provas, Senador. São cristalinas!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peço ao Senador Mário Couto...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – A sociedade pede, Senador. Vou lhe fazer uma última pergunta: V. Ex<sup>a</sup> lê os *e-mails*, as correspondências que chegam para V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Li.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Eles elogiam V. Ex<sup>a</sup> neste caso?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Em 90%.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Ah, meu Deus do céu! Eu estou ficando louco, Senador! Eu estou maluco, porque 1.000% chegam para mim dizendo: “Tira o Renan! Fora o Renan!”. Mas, para V. Ex<sup>a</sup> todas chegam dizendo que V. Ex<sup>a</sup> está certo. Eu estou maluco! Vou já, já me consultar no hospital. Estou ficando doido!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mário Couto, terminou o aparte. Concedo a prorrogação da palavra ao Senador Gilvam.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Gilvan...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Vou conceder. Só um minutinho, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senador Gilvam está com a palavra.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Senador Mário Couto, eu realmente, às vezes, me impressiono com os dedos compridos de V. Ex<sup>a</sup> e o seu jeito especial de espancar as mesas, e me levanto para dar atenção a V. Ex<sup>a</sup>. Sei que não é carência, é veemência. V. Ex<sup>a</sup> tem a convicção do que defende, e muito bem. V. Ex<sup>a</sup> fala de opinião pública. V. Ex<sup>a</sup> sabe que existe a opinião pública publicada, falada, escrita e pautada. Eu já vi, já participei também, há muito tempo, de muitos julgamentos históricos. Eu vi, pelo registro da história, Joana D’Arc sendo jogada ao fogo; vi um homem que pregava a paz, o reordenamento jurídico de programas de governos atrás, Jesus Cristo, ser preterido em favor do criminoso Barrabás.

Eu sou um homem do perdão e também justo. Se V. Ex<sup>a</sup> me convencer, pode ter certeza, Senador Mário Couto, que assumo. Só não aceito a intransigência brutal e violenta, na qual se coloca o sentido de que “tem que sair”. Já houve um julgamento aqui e haverá mais dois ou três e quantos vieram – quantos vierem. Se não tiver provas, como se pode condenar? Se não tiver provas, como se pode dizer que o Senador Renan Calheiros, do dia para a noite, virou um grande demônio? Quem o fez esse grande demônio? Quem fez do Senador Renan Calheiros esse grande demônio?

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite mais um pequeno aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Só um minutinho, por favor. Já concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, depois de conceder ao Senador Magno Malta.

Senador Magno Malta, não se afobe. Desligue o celular, calma, tranqüilo que vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Gilvam Borges, estou tomando conta do celular de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado.

Realmente, precisamos sim. Estava aqui ontem e me levantei para cumprimentar o Presidente Renan Calheiros e, talvez, qualquer um outro, de qualquer Partido.

O que me constrange é a injustiça, a injustiça me constrange. Sempre fui contra a maré, contra a turba, contra a pauta, contra aquilo que se diz: “Não, é isso sim. Esse moço aqui é isso e aquilo”. Eu quero ver para crer.

Não. Eu, sinceramente, estou vindo a esta tribuna para lembrar Louis Nizer: esse dedo que aponta – nunca esqueça – tem quatro puxando para trás. Não esqueça disso. Eu não tenho vocação para promotor, para acusador. Se convocado para ser justo, justo serei, e estou sendo justo. Posso ser um dos poucos, mas estou sendo justo, Sr. Presidente, estou sendo justo, convicto. Ando tranqüilo nas ruas do meu Estado, em qualquer aeroporto que passo sou cumprimentado, mas V. Ex<sup>a</sup> está feliz com os *e-mails* que recebe. Eu recebo os meus *e-mails*. Mando selecionar os que estão contra e mando-os de volta; os que estão a favor são os eu leio.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Me dê só um aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Então, V. Ex<sup>a</sup> não se precipite em me julgar. Não me julgue.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Não estou julgando V. Ex<sup>a</sup>, não. Só acho que se V. Ex<sup>a</sup> separar não vai ficar nada para V. Ex<sup>a</sup> ler, não vai ficar nada, porque todos, com certeza, estão contra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Não.

Já vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Mário Couto. Até tenho muita admiração por V. Ex<sup>a</sup>. O arco-íris, que nos brinda sempre quando nasce o sol neste planeta todo, é o que realmente nos dá esperança, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso.

Quero conceder um aparte ao Senador Magno Malta e, em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Gilvam Borges, eu dizia há pouco que o clima, de fato...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – É um clima difícil.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – ... está asfixiante, difícil de respirar, tanto nas ruas como nesta Casa. Eu diria que estamos como que num elevador que sofreu uma pane fora da porta, cheio de pessoas com síndrome do pânico. E não tem porta, parece que não tem saída, que não vai acabar nunca, que ninguém vem para socorrer. E é preciso que isso tenha celeridade, e aí a razão do meu apelo ao nosso Relator Jefferson Péres, que é um homem conhecer do Direito, um homem íntegro, justo, figura que sempre

admirei e continuo admirando: que dê celeridade, porque a celeridade, para o sim ou para o não, nos tirará desta situação, tanto a sociedade como esta Casa, que sangra publicamente. O Senador Osmar Dias disse – e eu entendo bem isso – que nós estamos numa situação em que tudo faz sucesso. A Mônica Veloso está fazendo sucesso agora com a *Playboy* dela. Daqui há pouco o Chiquinho Escórsio vai posar para uma revista masculina.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – E com o Photoshop também...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Não é? Uma *G Magazine* da vida. Será que vai fazer esse sucesso, o Chiquinho Escórsio? Pelo amor de Deus! Então, nós precisamos acabar com esse negócio. É tão asfíxiante que o mais indouto dos cidadãos... E aí é a experiência que tenho vivido nas ruas, aprendi a conviver...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> foi vítima de um julgamento recentemente.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Fui julgado lá, fui absolvido lá por tantos votos a zero. Minhas mãos continuam limpas, como sempre, na vida pública, da maior decência, da maior dignidade, com Deus, com minha família e com a sociedade. É por isso que digo que não há nenhum problema ser analisado pela Comissão de Ética; pode-se ter um desafeto que faça uma maldade, que o traga para a Mesa do Senado. E, como ela é carimbadora – está aqui o Senado Papaléo Paes, e eu sou da Mesa – nós não tratamos o mérito, nós temos que mandar para a Comissão de Ética. Mas, se o indivíduo não deve nada, será inocentado. Não há que ter medo da Comissão de Ética. E, com a vida pública criminalizada – a política brasileira está criminalizada –, vai acontecer mais cedo ou mais tarde com todo mundo. Cair na Comissão de Ética? Não há que ter medo, se as mãos estão limpas; se foi acusado injustamente; se o tentaram detonar... Eu sei porque presidi a CPI do Narcotráfico, mexi com o interesse de muita gente. Eu sou autor da CPI dos Bingos. Os bingueiros não me amam, os velhos bicheiros. Aqueles não gostam de mim. Alguma coisa está por trás disso. Agora, por que eu vou ter medo? E o meu julgador foi Demóstenes, de quem todo mundo tem medo. Eu queria que fosse ele! O julgamento dele é que me faria bem, como estou me sentindo. Então, o que precisamos é acabar com isso de uma vez, para acabar com este clima de asfixia. O cidadão mais indouto põe o dedo no nariz da gente na rua e diz: “Vocês vão acabar com isso ou não vão? Vocês vão acabar com isso ou não vão? Vocês vão acabar com isso ou não vão?” Não se trata, Senador Gilvam, de justiça ou injustiça – e é preciso

ter justiça –; trata-se de acabarmos com isso de uma vez e rapidamente: para o sim ou para o não.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Com justiça...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Para o sim ou para o não, acabarmos rapidamente. Não é?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Mas com justiça.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Sim, exatamente.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Com justiça; acima de tudo, a justiça.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – É por isso que eu digo: não podemos esperar outra coisa do Jefferson Péres. Mas o Senado Federal sangra publicamente, está sendo arrastado publicamente, desmoralizado publicamente. Eu não uso terno na rua. Eu não gosto desta roupa; não gosto mesmo. Troco o meu *jeans* pelo terno no gabinete; eu o visto no gabinete. Vou embora de *jeans* e volto de *jeans*. Eu não gosto de terno. Mas tem gente que não usa nem o broche, não usa nem o terno para não ser identificado como Parlamentar. Quer dizer, o clima asfíxiante é que tem de acabar, para o sim ou para o não, porque o que não dá é ver esta Casa, esta instituição sangrando publicamente – e ela está sangrando publicamente. Então, que nós resolvamos essa questão, porque tudo vira moda, tudo vira sucesso. Espero que não tenhamos de ver na mídia a revista do Chiquinho porque virou sucesso neste episódio lamentável.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço o aparte.

Sr. Presidente, só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Gilvam, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. Senador Mário Couto já usou cerca de cinco minutos.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC) – Sr. Presidente, o próximo inscrito sou eu?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que aguarde, pois será melhor o Senador concluir o raciocínio.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Concluo fazendo um apelo a todos os Colegas membros desta Casa para que voltemos, com urgência, aos grandes temas da reforma, que voltemos a atender a grande demanda da Nação brasileira.

Sr. Presidente, sou um homem muito otimista. Não sou do tipo príncipe do apocalipse. Não acredito nesse sangramento de que tantos falam que trará morte, que deixará tudo acabado, que fará fechar o Senado e o Congresso. Acredito em trabalho, em prosperidade, em honestidade, em equilíbrio, em respeito, em consideração.

Nem que eu seja o último a assim proceder, até que me provem o contrário, não irei condenar um homem sem provas. Meu voto sempre será aberto. Participei de vários episódios de cassação aqui e sei como isso finaliza. O dedo em riste que aponta deve lembrar-se de que outros quatro o puxam para trás. Por isso faço um apelo aos Colegas para que retomemos nossos trabalhos.

Tudo bem que a questão prossiga na Comissão de Ética. O Senador Jefferson Péres é um homem da mais alta credibilidade, ético e de respeito. Acredito que agora tudo deva caminhar com rapidez e com eficiência. Espero que com o parecer de S. Ex<sup>a</sup> possamos ter uma avaliação precisa. Mas, enquanto isso, vamos às reformas, vamos trabalhar. Precisamos trabalhar muito.

Essa história de que está tudo acabado e que a opinião pública é que está realmente clamando nas ruas, sinceramente, não acredito nisso. Acredito no que é publicado, escrito, falado, televisionado.

Era o que tinha a dizer. Meu muito obrigado.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GILVAM BORGES.**

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última quinta-feira, dia 4, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão histórica na vida política brasileira.

Como se sabe, por 8 votos contra 3, os ministros do STF decidiram que os mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores pertencem aos partidos pelos quais os políticos foram eleitos. Na prática, isso significa que os partidos passaram a ter o direito de cobrar de volta, na Justiça, o mandato de deputados e vereadores “infieis”.

Mas há um outro viés na decisão do STF, que merece a nossa atenção: a decisão do Supremo reitera a necessidade imperiosa de que procedamos a reforma política em nosso país. Na verdade, o Congresso Nacional perdeu mais uma oportunidade de legislar sobre uma matéria de interesse direto dos partidos e dos políticos. Como o Congresso reluta em promover a reforma política, o tribunal acabou por avançar sobre as prerrogativas do Legislativo e resolveu ele mesmo impor as regras. E não era para menos. Há mais de cinco legislaturas nós discutimos o assunto e não saímos do lugar.

Há muito foi diagnosticada como principal problema da vida política nacional. Vejam bem! A fragilidade dos partidos políticos brasileiros. Nossa legislação tem conduzido quase que invariavelmente ao enfraquecimento dos partidos políticos e ao reforço da atuação individual.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, grande parte da descrença da população em relação à classe política nasce daí. O voto não se traduz em resultados concretos que melhorem a vida ou mudem o que os eleitores desejam ver transformado.

E não é apenas isso. Ao votar, a população não está escolhendo um programa de ação que deseja ver cumprido. Por isto não pode cobrá-lo de seus representantes no futuro.

Mais ainda: tornam-se grandes as dificuldades de entendimento político para o objetivo maior de gestão da coisa pública. Prevalece o fisiologismo e não os consensos ou divergências sobre o que seja melhor para o País.

Há sérios problemas a serem resolvidos: a influência do poder econômico nas eleições; o abuso do poder por parte de políticos que prometem uma coisa e fazem outra (ou não fazem nada). O financiamento de campanha e a prestação de contas, aliás, são nós que precisamos desatar. Ambos os temas são fontes permanentes de escândalos, de processos nos tribunais eleitorais e, nos piores casos, de perda de mandato eletivo. Tudo isso porque ainda não definimos regras claras para administrar o modo como as campanhas arrecadam e lidam com o dinheiro, e a forma com que esses recursos são declarados.

E quanto ao sistema de listas abertas?

Nesse sentido, os trabalhos da Comissão Especial do Senado recomendaram a introdução do sistema distrital misto como o mais vantajoso. Outros apontam o sistema de listas fechadas, pois o sistema de listas abertas só encontra similar na Finlândia, e inibe o funcionamento das agremiações, pois, perante estas, o parlamentar não possui compromissos duradouros.

Discutamos, pois, a nossa fórmula, porque o importante, certamente, é sairmos do sistema atual.

A reforma que se pretende deve fortalecer os partidos, tornando as agremiações mais ideológicas e mais comprometidas com programas que, por sua vez, precisam representar o compromisso do partido com o seu eleitorado.

A escolha do eleitor acontecerá, então, em relação a programas que podem – e devem – ser cobrados depois. Com isso, os partidos se fortalecem e são efetivamente agentes do povo na busca de soluções para os seus problemas.

Não há como sedimentar consenso em torno de uma matéria desse calibre em um ambiente político que se metamorfoseia a cada dia, sem regras claras, com brechas e mais brechas para que os mal-intencionados se esquivem de seus compromissos com seus eleitores.

Daí a necessidade de um esforço especial, de nossa parte, no sentido de começarmos a discutir e a votar, para valer, os principais pontos da reforma política. Estaremos, dessa forma, fortalecendo nossa democracia, pavimentando o terreno para que as matérias que vierem a seguir sejam votadas com mais eficiência, e contribuindo para que o sistema político brasileiro seja aperfeiçoado cada vez mais.

O Presidente Lula será reconhecido pela História como o homem que implementou todas as reformas necessárias para ajustar o País a este novo mundo moderno e informatizado. Sobretudo porque terá sido capaz de comandar a reforma das reformas, a mãe de todas as reformas, que é a Reforma Política.

Sem esse ordenamento, sem essa reestruturação, cai por terra o grande vigilante da democracia. Já podemos observar a desorganização do mundo político e de suas lideranças credenciadas pelo povo, que se reflete no Poder Judiciário e no Poder Executivo. A Nação precisa se levantar com urgência, Senhor Presidente!

É hora de sacudir a poeira de dogmas surrados como o de que “todo político calça 40” e provar que somos homens de bem e que não podemos pagar por uma minoria que macula o poder confiado pelo povo. Nem legar às gerações futuras a nossa omissão sobre o tema. Portanto, reforma política já, Sr. Presidente!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes – PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável. V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com o Regimento, terá direito a cinco minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, quero comentar, rapidamente, o documento que recebi do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a Andes, com o título: “Defesa da Universidade Pública e da Valorização do Trabalho Docente”.

De acordo com o documento, o Sindicato vem, desde o dia 11 de maior deste ano, discutindo com o Governo as reivindicações da campanha salarial dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Em agosto, foi instalada uma mesa na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, com o objetivo de debater o assunto. O Sindicato alerta para a urgência do tema e pede o apoio dos Parlamentares.

A Andes solicita que apoiemos a pauta apresentada por eles ao Ministério do Planejamento. Ressalta ainda que debater a matéria é de fundamental impor-

tância para que o processo avance e para que seja garantida a adoção de medidas que promovam a justa valorização do trabalho docente e, conseqüentemente, da universidade pública.

Quero complementar, Sr. Presidente, falando um pouco sobre a importância das políticas públicas no combate às chamadas doenças falciformes. Muitos desconhecem o termo. Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup>, que é médico, o conhece bem.

O tema que trago hoje à tribuna refere-se às doenças falciformes, entre as quais a anemia falciforme. Doenças hereditárias, determinam, já nos primeiros anos de vida, manifestações clínicas importantes, sendo um grave problema para a saúde pública no País.

Os casos têm prevalência nos Estados com maior concentração de pobres e afro-brasileiros. De acordo com a Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes (Fenafal), atualmente, 3.500 crianças nascem, por ano, no Brasil, com a doença. Segundo o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), 200 mil nascem com o traço da doença.

A taxa de mortalidade entre as crianças que nascem com algumas dessas doenças, infelizmente, é bastante alta: cerca de 25% delas não atingem os cinco anos de idade se não estiverem sob cuidados especiais.

Os números da mortalidade perinatal, ou seja, daquelas crianças que nascem mortas ou que falecem na primeira semana, são ainda mais assustadores: de 20% a 50% – referentes ao percentual analisado, naturalmente.

Sr. Presidente, dados da Fenafal nos mostram a proporção de nascidos vivos diagnosticados com a doença falciforme. Em primeiro lugar, vem a Bahia, depois Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais.

Essa questão aponta para a necessidade urgente de políticas públicas específicas. Lembro que, no Estatuto da Igualdade Racial, do qual tive a alegria de ser o autor, aprovado pelo Senado por unanimidade, existe um capítulo para tratar somente desse tema.

Poderíamos lembrar ainda que levantamento feito pelo Governo Federal e análises epidemiológicas da morbimortalidade mostram a importância desse debate, pois são doenças geneticamente determinadas ou agravadas pelas condições de vida – repito – de pobres e de afro-brasileiros.

O Governo Federal deve incentivar, Sr. Presidente, pesquisas sobre doenças prevalentes na população negra, assim como deverá desenvolver campanhas públicas que vão na linha de programas de educação e de saúde que alcancem todos os pobres.

As doenças prevalentes na população pobre e negra integrarão os programas de cursos e treinamentos para a área de saúde.

Os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, que realizam partos, conforme recomenda a norma, farão exames laboratoriais nos recém-nascidos para diagnóstico, em especial do traço falciforme e da anemia falciforme.

O Sistema Único de Saúde deverá incorporar os exames para identificação dessas doenças.

As pessoas com doença falciforme terão atenção especial por parte dos gestores municipais e estaduais do SUS.

Sr. Presidente, esses são alguns pontos previstos já no Estatuto e tenho certeza que a norma regulamentadora há de avançar. Diante da importância de cuidados em torno desse assunto, a partir deste ano, a Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes passa a comemorar, no dia 27 de outubro, o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

Sr. Presidente, informo que, a pedido dessa Federação, que cuida das nossas crianças – repito, principalmente pobres – que sofrem das chamadas doenças falciformes, apresentei um projeto de lei para que o dia 27 de outubro seja o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

Finalizo, Sr. Presidente, mais uma vez, fazendo um apelo para que a Câmara dos Deputados desengavete – está lá, cheio de teia de aranha já – o Estatuto da Igualdade Racial. Não indicaram nem o relator. Está lá há dois anos. Ora, se alguém discorda da redação, diga, altere, faça o bom debate e vote, contra ou a favor. O Senado aprovou o Estatuto votou por unanimidade. Mas não posso concordar com o fato de que há dois anos o Estatuto esteja na Câmara, guardadinho, sem que indiquem a Comissão Especial, o relator e a matéria não vá a debate e não votem contra nem a favor.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> e deixo o apelo à Câmara dos Deputados.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias. PDT – PR) – V. Ex<sup>a</sup> deseja falar pela ordem, Senador Flávio Arns?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Não sei se é possível fazer opção.

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias. PDT – PR) – Não, porque ele estava fazendo uma comunicação inadiável.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ah, uma comunicação inadiável... mas só quero manifestar minha solidariedade e enaltecer o trabalho que o Senador Paulo Paim vem fazendo, porque merece destacar para o Senado Federal e para a sociedade que é de autoria do Senador Paulo Paim do Estatuto da Igualdade Racial, assim como do Estatuto da Pessoa com Portadora de Deficiência e a do Estatuto do Idoso. S. Ex<sup>a</sup> é um batalhador pela conquista de direitos sociais, sem dúvida alguma.

Quero destacar e enaltecer o trabalho que vem sendo feito por S. Ex<sup>a</sup>. Apóio o apelo que faz para que o Estatuto da Igualdade Racial tenha continuidade e seja apreciado na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias. PDT – PR) – A manifestação de V. Ex<sup>a</sup> será devidamente registrada, Senador Flávio Arns.

Senador Mário Couto, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos, com prorrogação de dois minutos.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro quero aproveitar esta oportunidade, na tarde de hoje, para desejar a todos os meus irmãos paraenses um bom Círio de Nazaré.

No dia 14 deste mês, na próxima semana, portanto, meu querido Mão Santa, nós estaremos fazendo, como ocorre todos os anos, a homenagem a nossa padroeira, Nossa Senhora de Nazaré. Mais de um milhão de pessoas irão às ruas prestar a sua homenagem à Santa milagrosa. Tenho certeza de que este ano nós teremos um Círio histórico; com número recorde de pessoas nas ruas, pagando milagres, pedindo à Santa proteção. Nossa Senhora de Nazaré tem mostrado que ama os paraenses e tem feito muitos milagres naquela terra querida. O Círio é indescritível. A festa é linda e maravilhosa. É uma explosão de fé. Convido todos os brasileiros e desejo um bom Círio a todos os meus irmãos paraenses.

Presidente, onde está o Senador Gilvam Borges? Senador Gilvam Borges, onde está V. Ex<sup>a</sup>? Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup> disse uma frase muito bonita e verdadeira. Eu vou repeti-la. V. Ex<sup>a</sup> me permite repetir a sua frase? Responda com a cabeça.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Eu não posso consentir, senão V. Ex<sup>a</sup> vai se aproveitar.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Eu vou me aproveitar? Não pode consentir?

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Eu vou consentir a V. Ex<sup>a</sup>, mas vou dizer a primeira frase e a segunda.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> disse: “Até o diabo, Senador Mário Couto, tem seguidores.” É verdade. É verdade, Senador: até o diabo tem seguidores.

V. Ex<sup>a</sup> disse que recebe correspondência e que separa as que lhe interessa e as que não lhe interessa. No meu modo de ver, está cometendo um erro. Eu leio todas e respondo a todas, porque sou consciente de que triste é o político que não aceita críticas. Então, como político, eu as aceito. Por que não? Triste o político que não assimila as críticas, Sr. Presidente. Eu aceito.

Quanto a esse caso do nosso Presidente, eu posso assegurar-lhe que V. Ex<sup>a</sup> está lendo poucas correspondências, porque eu não acredito, Senador Gilvam Borges....

Eu vou lhe dar o aparte.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Em seguida, quando julgar conveniente. Estou lhe pedindo um aparte...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Calma! Calma! Calma! Vou lhe dar. Não se afobe. V. Ex<sup>a</sup> é tranqüilo. Além de ser tranqüilo, V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar de que eu fiquei tão tranqüilo ali; me escute!

Quero ser rápido, porque tenho muita coisa para dizer hoje. Quero ser rápido. V. Ex<sup>a</sup> é tranqüilo...

Quando cheguei aqui, eu me aborreci comigo mesmo. Sabe, Mão Santa, eu me aborreci comigo mesmo.

Puxa vida, rapaz! Bem que a minha mulher me deu um conselho, na minha casa. Minha mulher chegou e me disse: “Você não vai gastar muito com as suas roupas para ir lá para o Senado.” Mas, minha mulher, lá o pessoal se veste bem. Tenho de comprar paletó, sapato. Quando cheguei aqui e vi a sua tranqüilidade, com chinelo, todo à vontade, voltei e disse à minha mulher: você tem razão, minha mulher!

Como é o nome da sua esposa, Mão Santa?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Adalgisa.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Adalgisinha, a minha é Solangezinha. A Solangezinha chegou e disse: “Mas, rapaz, vai gastar dinheiro com sapato?” Eu disse: Rapaz, agora me arrependi mesmo. Porque V. Ex<sup>a</sup> usa chinelo e não faz calo, tranqüilo, eu o admiro, Senador, e eu fui gastar. Estou pagando R\$512,00 por mês de roupa. Eu vejo o Wellington Salgado, com cabelão, nem penteia. Eu fico a pensar: para que eu fui gastar dinheiro? Tem gente que não penteia nem o cabelo, outro vai com chinelo. Minha Santa Filomena, Senador!

Mas, tudo bem, morreu o assunto. Pronto! Acabou o assunto. Em outra ocasião a gente discute. O Caso Renan para mim está liquidado. Vai ter que sair mesmo. Se eu fosse ele, dizia para as lideranças agora: “Vou me afastar por quatro meses, vou passar lá em Alagoas quatro meses, depois eu volto e resolvo minha vida”. Isso é o que eu faria, isso é o que a sociedade quer.

Mas está encerrado o assunto. Eu vou para o que mais interessa.

Eu quero hoje, Presidente, aproveitar estes oito minutos que ainda me restam, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> está me olhando... É verdade, Senador. Mas cada um segue os seus destinos, não é verdade?

Mas eu queria aqui dizer à sociedade brasileira que por várias vezes eu vim a esta tribuna, Senador Jonas Pinheiro, falar sobre gastos do Governo Federal. Eu mostrei nesta tribuna vários conceitos sobre os gastos do Governo Federal. Mostrei as viagens excessivas do Presidente da República. Mostrei que o Presidente da República gasta, por ano, 1,5 bilhão com passagens, andando no Aerolula, viajando para o exterior, visitando Hugo Chávez. Mostrei os gastos do Planalto, a farra que fazem no Planalto; mostrei a farra que fazem nos cartões de crédito do Governo, dinheiro a vista do povo. As festas no Itamaraty. Os cargos comissionados. E já falei tanto da corrupção desenfreada desse Governo, recorde absoluto em toda a história deste País.

Senador Mão Santa, senhores e senhoras, passem. Sabem quanto o País paga de corrupção por ano? Paga US\$3,5 bilhões. São dados da Fundação Getúlio Vargas, Senador. São US\$3,5 bilhões. Senador Mão Santa. Mais gastos, mais corrupção, mais cobrança de impostos. Vou repetir, Senador Mão Santa: mais gastos, mais corrupção, mais cobrança de impostos.

O Governo Fernando Henrique Cardoso vinha diminuindo a carga do tributo sobre a população brasileira. Eu tenho dados aqui. Em 2002, era 31.86 sobre o PIB a carga tributária do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, passou para 31.46. Vinha diminuindo. No Governo Lula, a coisa se inverteu. Em 2003, 33.38; em 2004, 32.22; em 2005, 33.38 – olhem como vem crescendo e muito –; em 2006, 34.23 em cima do PIB, só de imposto.

Quero mostrar à população brasileira, Senadores, que a cobrança de impostos neste País é insuportável. A cobrança de impostos, Senador Jonas Pinheiro, é tão estupidamente excessiva que a população brasileira está esperando por nós, aqui do Senado, para estancar essa cobrança de impostos insuportável em cima da população brasileira.

Senadores, a Câmara dos Deputados aprovou a CPMF. Lógico, não tenho absolutamente nenhuma dúvida – perdi parte do meu tempo questionando com o nobre Senador Gilvam Borges – de que foi por uma imposição do Presidente Lula que fez com que os Deputados Federais, na sua maioria, votassem a favor da CPMF – não todos porque toda regra tem exceção. A coisa está tão escancarada neste País que isto foi público: só dou cargos públicos a vocês e só libero as emendas se vocês votarem a favor da CPMF. Isso foi imposição do Presidente Lula.

Os Deputados que votaram não têm compromisso com a sociedade. São aqueles, Senador Gilvam Borges, que vêm para o Parlamento à procura de troca. São aqueles que vêm para o Parlamento para ser vaquinhas de presépio, para concordarem com tudo que o Presidente da República mandar e, cada vez mais, tornar esta Casa submissa. São raras as exceções, mas elas existem.

Eu tenho aqui um painel. Quero que a TV Senado mostre o quanto o povo brasileiro está pagando hoje de imposto. Gastos no Planalto. O Lula faz a farra de gastos. Corrupção no Governo. E toma a cobrar impostos. E o crescimento é paralelo. Se estamos em 34.5 do PIB, daqui a quatro anos vamos chegar quase à metade do PIB. Esta Nação não está mais produzindo, só está tirando do bolso do brasileiro. Se gasta, sai dinheiro em corrupção – US\$3,5 bilhões por ano – e cobra imposto para cobrir, para acompanhar os gastos, para acompanhar os gastos com corrupção. É assim que nós estamos. Eu quero que a TV Senado mostre à população brasileira.

População brasileira, vocês ganham pouco. O Presidente Lula está dizendo que a sociedade brasileira está ganhando bem e que pode pagar mais impostos. São palavras próprias do Presidente da República Federativa do Brasil. Não são minhas as palavras, são dele. Olhe aqui – isto é de hoje, quentinha.

Olhe aqui, o brasileiro já pagou este ano, até este mês de outubro... Pasmem, senhoras e senhores, já está ultrapassando o valor do ano passado. Deixe-me ver se ainda sei fazer a conta, eu até me atrapalho. Ajude-me, Senador Mão Santa! Deixe-me ver se aprendi no primário: unidade, milhar, milhão, bilhão. É isso? Seiscentos e noventa e um bilhões. E o painel já abriu outra casa para trilhões.

Eu queria que a “TV Senado” mostrasse à população brasileira. Nós já vamos entrar na casa dos trilhões. Isso é o que o povo brasileiro está pagando hoje para o Luiz Inácio Lula da Silva gastar. É isso que o povo brasileiro está gastando hoje para o Luiz Inácio Lula da Silva gastar com viagens, com farras, com festas, com corrupção dentro do Governo.

Senador Mão Santa, já vou lhe dar o aparte. V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto, solicito aos aparteantes que sejam sucintos, em função dos demais oradores inscritos.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – É porque V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui. Eu lhe devo uma explicação. Talvez V. Ex<sup>a</sup> possa se sensibilizar. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem sensível.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> sempre me sensibilizou.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> é um homem sensível.

Quando comecei a fazer o meu pronunciamento, o Senador Gilvam Borges tomou quase dez minutos do meu tempo. Eu lhe dava algumas explicações, mostrando que ele estava errado em alguns conceitos...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Não foi o contrário, não?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Então, eu quero pedir...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós já prorrogamos o tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – ...a V. Ex<sup>a</sup> que me conceda mais cinco minutos, para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós já prorrogamos em cinco minutos. Vamos atendê-lo com a colaboração dos Srs. Senadores que estão aguardando.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Vou encerrar. Mão Santa, vou encerrar e conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Jonas Pinheiro e Senador Lobão, quando a CPMF foi criada era para ser aplicada na Saúde. Vamos melhorar a saúde brasileira! Tudo bem! O povo brasileiro concordou.

Contribuição provisória... Já se foram onze anos! Onze anos tirando o dinheiro do bolso dos brasileiros! Eh, classe média! Essa não existe mais! Eh, classe média brasileira! Outrora classe média. Essa não existe mais! Onze anos! Onze anos! Mas o brasileiro concordou. É para melhorar a saúde do País. Todos nós precisamos disso. Vamos dar apoio. Vamos dar moral a esse imposto. Pagamos. A população pagou por onze anos, Senador Lobão!

Hoje, só 42% do que é arrecadado com essa contribuição provisória são dedicados à saúde. E ainda querem renovar! A esperança do povo brasileiro é este Senado. Dos países em desenvolvimento, este, o nosso querido Brasil, é o que mais cobra imposto da população. Está acima até dos Estados Unidos da América do Norte. Este ano, chegaremos a R\$1 trilhão em pagamento de impostos.

Sabem quanto paga cada brasileiro por dia? Até hoje, até este mês, sabem quanto já pagou cada cidadão brasileiro? Atenção, população deste País! Três mil reais! Cada brasileiro já pagou R\$3 mil este ano! Esse é um dado da Fundação Getúlio Vargas.

E há gente a favor de mais impostos. Sabe quem? A começar pelo Presidente Lula, o insaciável Presidente Lula.

Será que esta população vai agüentar? Será que vai suportar?

Com muito prazer, escuto o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, V. Ex<sup>a</sup> mencionou uma palavra muito importante: esperança. O Senado seria a esperança. Li um livro de Ernest Hemingway, **O Velho e o Mar**, que diz que a maior estupidez é perder a esperança; que o homem pode ser derrotado, mas ele não nasceu para aceitar derrotas. Pode ser até destruído. Então, a gente faz uma reflexão. E quis

Deus que eu estivesse com um livro que cita Thomas Mann, o filósofo: “Uma das situações da vida mais cheias de esperanças é aquela em que estamos tão mal que já não poderíamos estar pior. Será que suportaríamos estar pior do que estamos?” V. Ex<sup>a</sup> é uma esperança. V. Ex<sup>a</sup>, em pouco tempo, demonstrou a esta Casa. V. Ex<sup>a</sup> é um seminarista, chegou outro dia. E aqui não existe cardeal, não, porque a voz de V. Ex<sup>a</sup> está mais forte, está mais verdadeira. A voz de V. Ex<sup>a</sup> é a do povo na insatisfação, é do povo indefeso diante do mar da corrupção, é do povo escorchado pela maior tributação, pela maior cobrança de impostos na história do mundo. É bem maior do que dos norte-americanos. O ICMs lá são dois: um é um 2%, outro é 4% ou 6%; aqui são 18%. Aqui existem 76 impostos. E este Senado só tem uma, não tem duas esperanças, não. Se manquem, Parlamentares! Não tem duas, não! Se não enterrarmos essa CPMF aqui, estaremos desmoralizados, primeiro no Português. Ô Luiz Inácio provisório! Olhe aí, eu sei que você não gosta de ler. Peça a sua Marisa para lhe ajudar. A Adalgisa me ajuda muito. Olhe no dicionário: provisório é provisório! Então, não podemos enganar o povo. E esse é um imposto injusto. Ô, Luiz Inácio, não é 0,38%, não! Esses seus aloprados estão lhe enganando! Se você abrir um pequeno negócio, Mário Couto, vamos supor, tire mil reais do banco, é 0,38%. Daqui a um mês, o banco está cobrando mais 0,38%. Então, é 0,76%. É um imposto que sobrecarrega muito mais os pobres. Ô, Luiz Inácio, o preço do xampu com que a sua encantadora Marisa e a minha Adalgisa embelezam os cabelos – atentai bem – tem com 52,8% de imposto. Brasileiros e brasileiras. Ô, Luiz Inácio, do jeito que você quer a Marisinha com os cabelos limpos, e eu, a

minha Adalgisa, deixe os trabalhadores economizarem no xampu e no sabonete: são 52,8%! Enfim, brasileiras e brasileiros... E para o Luiz Inácio me entender: se o xampu ou o sabonete custasse um real, poderia ser comprado por 48 centavos, para tornar cheirosas as mulheres do meu Brasil, que trabalham tanto!

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, e há um detalhe que V. Ex<sup>a</sup> muito bem conhece: quem ganha menos paga mais! É isso que V. Ex<sup>a</sup> acabou de falar.

Pois não, Senador Gilvam Borges, é com muita honra e prazer que escuto V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Senador Mário, não entrarei no mérito do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas quero lhe dizer que me impressiona a indumentária de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> impressiona, na tribuna, não só pela boa retórica e a excelente argumentação dos temas que sempre aborda. Esse seu terno realmente está chamando muita atenção, não é? A gravata, o sapato cromado. Até o lenço, pelo jeito que V. Ex<sup>a</sup> o tirou e passou. Eu, realmente, não uso muito. Tenho dificuldades no traje. Mas quero lhe dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem uma excelente plástica. É um excelente Parlamentar e com certeza teremos muitos temas para debater daqui por diante. Então, quero parabenizá-lo pela postura e elegância que realmente nos honra muito. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que as considerações sobre o Presidente iremos abordar em seguida. Mas, realmente, as minhas sandálias são empoeiradas e é fino o solado delas, mas são poucos os que conseguem alçá-las. Com certeza absoluta, nosso caminhar são caminhares idênticos. Sempre caminhamos para um mesmo rumo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Obrigado. Mas isso são coisas maternas e paternas.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pois não. Estou encerrando. Já vou descer.

Senador, desculpe. Não quis ofendê-lo. Pelo contrário. Vi que V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa tranqüila usando chinela. Senador, o meu pai e a minha mãe me ensinaram...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – ...a estar de sapato?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Calma, Senador, e me escute. Eles me ensinaram, lá na Ilha do Marajó, que se um dia eu fosse um Senador da República – e Deus quis que fosse – que eu deveria, aqui...

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – E é cromado o sapato de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Calma, não é só vestir bem. Lógico que isso é natural. Está no Regimento da Casa, certo? Então, é o que procuro, mesmo que o sapato me dê calo. Mas eu não teria, logicamente, coragem de vir com uma chinela. Cada um faz o que quer, Senador.

Então, quero dizer o seguinte, Senador: Isso eu aprendi com meu pai e minha mãe. Além de eu aqui ter a minha postura séria, honrada – não estou dizendo que V. Ex<sup>a</sup> não tenha, estou dizendo que a minha é séria e honrada –, eu aqui estou me portando bem, inicialmente pelos trajes. Desço dessa tribuna, Senador, dizendo que todo dia eu rezo antes de sair de casa e nas minhas orações eu peço: meu Deus, se eu for elogiado, que eu seja sempre elogiado principalmente pelo sexo feminino. Deixa o masculino para depois. Muito obrigado, Senador.

*Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Osmar Dias. Regimentalmente, são cinco minutos, mas como há precedentes, evidentemente se o Senador Osmar Dias desejar mais tempo, a Mesa, coerentemente, concederá.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu vou abordar um tema sério, até para ser um pouco diferente nesta tarde.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, na semana passada, foi autor de um requerimento que propôs um dia de homenagem ao Sudoeste do Paraná. O evento comemorou a Revolta dos Posseiros, que completa cinquenta anos exatamente nesta data, no dia de hoje. E o Sudoeste do Paraná recebeu as homenagens do Senado, por requerimento de V. Ex<sup>a</sup> e recebeu ontem também uma homenagem da Assembléia Legislativa, por proposição do Deputado Augustino Zucchi, que levou para lá a sessão da Assembléia Legislativa.

A Revolta dos Posseiros foi aqui descrita pelos Senadores que participaram da sessão solene da semana passada. Todos nós sabemos que muita gente morreu por ocasião daquele movimento heróico dos colonos do Sudoeste, que, para defender as suas terras, entregaram muitas vezes as suas vidas e as vidas de seus familiares. E o Sudoeste cresceu assim, nesse clima de luta, de rebeldia, sim, mas também de luta para defender os direitos da população daquela região.

Mas quero aqui, neste dia 10 de outubro de 2007, cinqüenta anos depois da Revolta dos Posseiros, feste-

jar uma lei que foi aprovada na Assembléia Legislativa, de autoria de um companheiro de Partido, Deputado Augustinho Zucchi, na verdade um amigo de muito tempo, Deputado que trabalha como poucos neste País e que, sem nenhuma dúvida, tem orgulhado o Estado do Paraná, pela sua conduta séria, pela sua conduta determinada, na busca de benefícios para a sua região e para as regiões e os Municípios que representa.

E se há alguma coisa que realiza um parlamentar é a aprovação de uma lei que possa beneficiar o seu Estado ou a sua região. Pois foi o que o Deputado Augustinho Zucchi conseguiu. Acredito que a homenagem que S. Ex<sup>a</sup> prestou ontem, levando para o Sudoeste a sessão da Assembléia Legislativa, foi uma homenagem importante, mas a maior homenagem que alguém poderia prestar seria, sem dúvida nenhuma, aprovar um projeto da envergadura e da importância do projeto de lei que ele aprovou e que virou lei. E aqui eu devo fazer até um corte no meu pronunciamento para dizer que disputei as eleições contra o Governador e não concordo com muitas coisas que faz o Governador. Mas admito que, ao sancionar a lei do Deputado Augustinho Zucchi, demonstrou também reconhecimento pela importância da lei aprovada e, sobretudo, permitiu que essa lei entrasse em vigor para atender à região Sudoeste em igual condição ao que vem ocorrendo em Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu já tinha esses benefícios fiscais e, agora, também os têm Pato Branco e Francisco Beltrão, e Municípios vizinhos lá do Sudoeste. Agora, sim, o Sudoeste vai poder ter mais tranquilidade para consolidar o pólo de eletroeletrônicos.

Trata-se de uma lei que vai dar benefícios fiscais para produtos eletroeletrônicos, telecomunicações, informática, *softwares* e agregados. E essa lei já proporcionou os seus resultados práticos. Uma empresa de Pato Branco, que deixaria a cidade para se estabelecer em outra região, já comunicou que, além de permanecer em Pato Branco, vai ampliar as suas instalações para contratar mais seiscentos funcionários.

Então, qual é o resultado prático desta lei do Augustinho Zucchi, Deputado do nosso PDT? Esta lei vai beneficiar a região Sudoeste, que tem a sua economia baseada na agricultura familiar. A lei do Augustinho Zucchi vai beneficiar e vai motivar a transformação econômica da região, uma região que se desenvolveu e cresceu a partir da agricultura familiar. Aliás, nós estamos agora lutando para trazer, juntamente com o Deputado Augustinho Zucchi, as instalações do Frigorífico de Frangos da Cooperativa Aurora, que tem sede em Chapecó, para que se instale também no Sudoeste e, dessa forma, possa promover renda e empregos.

Mas esse pólo eletroeletrônico vai se consolidar, porque essa lei vai beneficiar diretamente as empresas que se instalarem. E, como estamos falando de empresas de eletroeletrônico, estamos permitindo com essa lei a dinamização da economia regional e a transformação da economia regional. Essa dinamização ocorrerá pelo aumento de renda, pela oferta de empregos de qualidade. E é bom lembrar que as universidades instaladas no Sudoeste – a Universidade Tecnológica; a Fadep, que está instalada em Pato Branco; a Universidade que está lá em Francisco Beltrão; *campi* de Dois Vizinhos – vão formar pessoas qualificadas, técnicos, exatamente para serem agregados, para agregar conhecimento nesse pólo eletroeletrônico.

É de extrema felicidade, portanto, a iniciativa do Deputado Augustinho Zucchi e é de extrema relevância para uma região que carecia de uma lei, como já existe em Foz do Iguaçu, que permite esse incentivo fiscal de uma forma prática, para que as empresas sejam atraídas a investir na região Sudoeste, criando, como eu disse, empregos de qualidade. Porque, ao lado da agricultura familiar, era preciso ...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei por mais cinco minutos, para completar dez, que é a nota que V. Ex<sup>a</sup> merece como Parlamentar que engrandece esta Casa.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Obrigado pela tolerância e pela generosidade.

Eu dizia que os empregos que serão criados serão empregos de qualidade. Quando nós ajudamos a levar o Cefet para Pato Branco, para a região, nós estávamos pensando exatamente que os filhos dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares, precisavam de uma oportunidade para se especializarem e terem uma profissão quando fossem para a cidade. E isso aconteceu. As universidades estão dando uma grande contribuição para a formação de pessoas em cursos técnicos que, inclusive, vão beneficiar outros segmentos da economia local.

Mas esse pólo de eletroeletrônico que se consolida com a lei do Deputado Augustinho Zucchi será, sem nenhuma dúvida, a grande alavanca do desenvolvimento da região do sudoeste do Paraná.

Eu confio que muitos empregos serão criados não só em Dois Vizinhos, Pato Branco, Francisco Beltrão, mas em toda a região Sudoeste, porque se irradiam dessas fábricas, desses componentes, dessas peças outras fábricas que serão atraídas para se instalarem, sendo beneficiadas – e vou falar de forma resumida os benefícios – com o diferimento do ICMS na importação de componentes para fabricação de produtos de informática, eletroeletrônicos e telecomunicações.

Esse diferimento significa que as indústrias não vão mais pagar ICMS antecipado na importação de insumos; na prática, é como se tivessem isenção do imposto na entrada. Crédito presumido igual a 80% do valor do ICMS destacado na nota fiscal de venda dos produtos. E os produtos devem incorporar *softwares* ou programas de origem nacional, de preferência desenvolvidos em incubadoras. Com isso, obriga-se que esse desenvolvimento local também agregue o conhecimento dessas universidades e possa haver com as incubadoras a geração de novas tecnologias que vão agregar valor, agregar renda e trazer novos empregos de qualidade para a região.

Acredito que, com essa iniciativa, temos um bom exemplo de que as emendas individuais, que muitas vezes são aclamadas, que são reclamadas, e que podem atender a um, dois, dez Prefeitos de uma região, não têm nenhuma importância diante de uma iniciativa legislativa que vai proporcionar tanto crescimento, tantos empregos, tanto desenvolvimento para uma região importante como é a região Sudoeste do Paraná.

Então, a grande homenagem que o Deputado Augustinho Zucchi prestou realmente aos moradores da região Sudoeste, às famílias da região Sudoeste foi conseguir aprovar esse projeto de lei de sua iniciativa, coincidindo exatamente com a comemoração dos 50 anos do importante episódio ocorrido na região – a Revolta dos Posseiros.

E posso dizer que essa iniciativa orgulha todos nós, do PDT, orgulha o Sudoeste e o Paraná, porque não vai beneficiar apenas o Sudoeste, vai beneficiar o Paraná e vai ajudar muita gente que deixou a região em busca de oportunidades a voltar para o Sudoeste, porque lá estarão as oportunidades sendo criadas.

Essa iniciativa vale muito mais do que muitas emendas parlamentares, que, muitas vezes, têm um destino que a população até ignora, porque não beneficiam ninguém. Essa é uma iniciativa concreta, sólida, que vai gerar resultados práticos para toda uma população, para toda uma sociedade.

Parabéns ao Deputado Augustinho Zucchi, parabéns ao Sudoeste, parabéns ao nosso Paraná!

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, que não usou nem o tempo que lhe foi concedido, mas que engrandece este Senado da República.

Convidamos para usar da palavra, também do Estado do Paraná, o Senador Alvaro Dias, do PSDB.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, teria dez minutos. Já mais ousarei cortar a sua palavra.

Houve permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula esteve recentemente em Santa Catarina e fez apologia da carga tributária, defendeu aumento da carga tributária e afirmou: “Quando vocês conversarem com alguém que faça críticas à carga tributária perguntem que imposto aumentou”.

Pois bem, Sr. Presidente, vamos dizer quais impostos sofreram aumento durante o Governo Lula: no mínimo seis impostos e contribuições federais, incluindo dois que incidem diretamente sobre o salário dos trabalhadores, que são o Imposto de Renda das Pessoas Físicas e a Contribuição Previdenciária.

Para uma inflação de 28,2% no primeiro mandato do Presidente Lula, a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas foi corrigida em 18,8%. A arrecadação do Imposto de Renda subiu de 5,49% para 5,89% do Produto Interno Bruto (PIB).

Estamos respondendo à indagação do Presidente de quais impostos subiram.

A Contribuição Previdenciária: o teto para a cobrança do tributo, hoje de R\$2.894,28 mensais, sofreu reajustes de 85%. A arrecadação subiu de 4,79% para 5,32% do PIB.

Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social): a forma de cobrança da contribuição foi alterada e a alíquota foi elevada de 3% para 7,6% para vários setores. A arrecadação passou de 3,46% para 3,9% do PIB.

Vamos em frente.

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido: aumentou a base de cálculo do tributo para as pessoas jurídicas prestadoras de serviços. A arrecadação passou de 0,87% para 1,11% do PIB.

PIS (Programa de Integração Social): a arrecadação passou de 0,77% para 0,86% do PIB.

Contribuição dos Servidores Públicos: passou a ser cobrada também dos servidores inativos. A arrecadação passou de 0,3% para 0,52% do PIB.

Ficamos em dúvida. O Presidente sabe, esconde que sabe e engana ou tenta enganar a população do País, afirmando que não houve aumento de impostos no seu Governo? Ou o Presidente não sabe e os técnicos que o assessoram na área não o informam antes de ele fazer pronunciamentos dessa natureza? Afirmar incorretamente fatos de importância na vida das pessoas é um desrespeito que não se admite de um Presidente da República eleito com tantos votos.

O respeito à população deve ser a prioridade básica e indispensável de quem se elege dessa forma ou de qualquer forma. O respeito às pessoas é a condição preliminar para que alguém possa ser respeitado.

É sintomático que o Presidente Lula deflagre uma cruzada em defesa da arrecadação na esteira das declarações de aumentar os gastos de custeio e pessoal. O Presidente defende o aumento da carga tributária, inclusive com a prorrogação da CPMF, que tem uma denominação oficial, mas que pode ser batizada pelo povo brasileiro de “confisco permanente da movimentação financeira”. Confisco. Nesse período de utilização da CPMF como imposto provisório, o povo brasileiro foi confiscado em R\$250 bilhões. Não é pouco, Senador Mão Santa; são R\$250 bilhões de confisco do povo brasileiro, Senador Jefferson Péres, nesses anos de vigência desse perverso imposto, que se dá em cascata, incidindo sobre todos os demais impostos, inclusive aqueles que mereceram esse aumento aqui indicado percentualmente no nosso pronunciamento.

Enfim, o Presidente Lula defende o aumento dos gastos de custeio e pessoal. Entende ele que é preciso contratar, contratar mais. Ora, é inadmissível para uma administração moderna aceitar os paralelismos existentes, essa superposição permanente de ações que significa gastos desnecessários, sobretudo num país com tantas carências, com demandas sociais não atendidas; comprometer cada vez mais a capacidade de investir do Estado brasileiro, em razão da irresponsabilidade do supérfluo, é, sem sombra de dúvidas, cometer um crime contra o povo.

O Presidente Lula deixou de considerar que não se oferece aos cidadãos a contrapartida dos impostos cobrados. Não se oferece um serviço público de excelência e uma possibilidade de qualidade de vida aceitável. Eu tenho certeza, Senador Jonas, de que esta Casa se curvaria diante da pretensão do Governo de prorrogar a CPMF se nós tivéssemos um serviço de saúde pública no País condizente com aquilo que se arrecada para atender essa área essencial da vida humana. Nós estamos vivendo o caos na saúde pública, e o Governo quer prorrogar a CPMF sob o pretexto de atender a saúde mais uma vez.

Concedo, Senador Jefferson Péres, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com a satisfação de vê-lo indicado Relator de uma representação que diz respeito ao Presidente do Senado Federal. Sem dúvida, foi entregue em boas mãos. Pena que demoraram muito; já deveriam tê-lo feito antes. Sendo V. Ex<sup>a</sup> o Relator, não há suspeição que viva, não há suspeição que prevaleça.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema que é unanimidade nacional. Senador Alvaro Dias, se V. Ex<sup>a</sup>

ouvir dez economistas sobre diferentes temas, como política monetária, política fiscal, política cambial, V. Ex<sup>a</sup> vai ouvir, talvez, muitos conflitos de opiniões. No entanto, se a pergunta versar sobre carga tributária, há unanimidade: a carga tributária brasileira está se tornando insuportável pois é a mais alta, de longe – como V. Ex<sup>a</sup> bem o sabe –, de todos os países emergentes. Nossos vizinhos aqui, Argentina e Chile, têm carga tributária de cerca de 25% do PIB; os tigres asiáticos, até menos; a da China é de 20% do PIB; a nossa é de 35% e ascendente!

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Apesar da sonogação.

**O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM)** – Sim, apesar da sonogação. Quando o atual Governo começou, pela nova metodologia de cálculo do PIB, a nossa carga tributária era de 32%; agora está em 35%. É insuportável! Eu creio que nós não deveríamos rejeitar a CPMF. Acho que seria um desfalque muito grande na arrecadação do Governo: cerca de US\$40 bilhões no próximo ano. Mas creio que o Governo teria de acenar, Senador Alvaro Dias, de forma clara, sem subterfúgio, talvez até com atos, talvez até inserindo na própria Constituição uma desoneração progressiva, não apenas da CPMF, mas da carga tributária, até chegarmos, pelo menos, a 30% do PIB, porque, Senador, todos os economistas concordam com isso. Ela não é apenas elevadíssima; é um dos fatores limitantes, um dos obstáculos à retomada de um crescimento econômico duradouro. Como é que o Governo, diante disso, dessa unanimidade, dessa obviedade, não toma medidas efetivas para reduzir essa carga gradualmente? V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. Com muita lucidez, V. Ex<sup>a</sup> liga o crescimento econômico ao modelo tributário. É óbvio que, se não tivéssemos governos ou governantes imediatistas, já teríamos concretizado a reforma tributária, alavancando o crescimento econômico com uma correta distribuição de renda no País.

O modelo tributário tem de ser esse instrumento poderoso, impulsionador do crescimento econômico e organizador da distribuição de renda no País. Os governos, lamentavelmente, raciocinam “imediatisticamente”. Querem arrecadar sempre mais e agora, já. Se pensassem a médio e longo prazo, se tivessem essa visão estratégica de futuro, certamente admitiriam uma reforma tributária que, mesmo reduzindo receita provisoriamente, impulsionaria o crescimento econômico, o que, por conseqüência, jogaria mais recursos no Tesouro Nacional, incrementando a receita pública de forma acentuada.

Temos inúmeros exemplos, em gestões municipais e estaduais, em que a redução de determinadas alíquotas proporcionou o incremento da receita no setor. Eu próprio, como Governador, tive oportunidade de vivenciar essa experiência. Ao reduzir a alíquota do ICMS sobre a carne, de 17% para 7%, tivemos um crescimento de 300% de receita no setor.

É a resposta da sociedade, imediata e eficiente, a um gesto de boa vontade do governo, a um gesto de responsabilidade pública, na verdade.

Eu, Senador Jefferson Péres, coloco-me de forma intransigente contra a prorrogação da CPMF, por não acreditar que o Governo possa utilizá-la convenientemente ou, a exemplo do que propõe V. Ex<sup>a</sup>, que venha a desonerar, paulatinamente, para que a sociedade possa, enfim, comemorar a justiça fiscal.

Nós necessitamos é de um debate responsável sobre um novo modelo tributário, o que o Governo não quer. O Governo tem tudo o que deseja em matéria de arrecadação – tudo o que ele pede o Congresso Nacional concede – e, por isso, não se interessa em debater reforma tributária.

Se subtrairmos do Governo o conforto dessa receita tranqüila, obviamente ele vai admitir discutir reforma tributária. Imagino que a não-prorrogação da CPMF obrigará o Governo a adotar mecanismos de controle dos gastos públicos. Porque não há, no Governo, ninguém que discuta isso. Não ouvi de nenhum integrante deste Governo qualquer afirmativa sobre eventuais estudos que estariam sendo realizados, no interior do Governo, sobre mecanismos eficientes de controle dos gastos públicos. Ao contrário, o que se ouve sempre é o próprio Presidente da República, líder dessa máquina estatal, afirmando que é preciso contratar mais, que é preciso gastar mais – isso é interminável –, que, enfim, o Governo precisa gastar mais.

Ora, gastar mais implica arrecadar mais. E a população brasileira não suporta mais pagar os impostos que vem pagando.

A questão crucial é esta: pagam-se impostos demais, e recebem-se serviços públicos de menos, e cada vez mais precários. A estrutura pública em setores essenciais como saúde pública, segurança pública e educação são estruturas claudicantes, comprometidas pela ineficácia e, sobretudo, envolvidas com corrupção, desvio de finalidade na aplicação dos recursos, superfaturamento em obras e, lastimavelmente, péssimo gerenciamento. A conseqüência é o atendimento precário da população. A ineficiência da máquina pública é assustadora, sem falar no seu crescente aparelhamento. É visível que estão aparelhando o Estado brasileiro partidariamente.

A arrecadação de impostos e as contribuições vêm batendo recordes sucessivos. Nos oito primeiros meses do ano, atingiu R\$381,487 bilhões (um novo recorde). O que é observado pela população no dia-a-dia, ao voltar para casa, ao trafegar pelas estradas e por aeroportos, ao procurar um hospital ou um posto de saúde, ao ir à delegacia de polícia mais próxima, Senador Mão Santa, é a deterioração dos serviços públicos. Isto é inegável: está exatamente na contramão do crescimento da receita pública do País.

Ora, se o Governo arrecada cada vez mais, por que o Governo oferece cada vez menos? Qual é a conclusão? Setenta em cada cem brasileiros se sentem inseguros quando voltam para casa. A estatística ratifica que a cultura do medo do crime e da violência está enraizada na sociedade. São dados do Relatório do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos.

Pela pesquisa, feita em trinta e cinco países desenvolvidos, o Brasil é o que tem mais medo: 70%. O menor índice foi da Índia, com 13%. Portanto, o medo campeia no nosso País. A percepção quanto à insegurança que ronda cada brasileiro é um dado da realidade. Inexplicavelmente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2008, elaborado pelo Executivo, traz um corte de R\$300 milhões para a Segurança Pública.

Cresce a arrecadação, a população paga mais tributos a cada dia e o Governo não é capaz de assegurar serviços básicos e reduzir investimentos em setor fundamental e essencialmente prioritário como é o setor de Segurança Pública.

Os estudos demonstram, trabalhadores, que 38% do vencimento dos trabalhadores que recebem até três salários mínimos são consumidos com impostos. O trabalhador ganha pouco. Todos nós concordamos com essa tese, inclusive o Presidente da República. O trabalhador ganha pouco. Pois bem, os que ganham menos, até três salários, entregam para o Governo 38% do que recebem! Além de ganharem menos, entregam 38% ao Governo.

Enfim, é bom repetir sempre: a sociedade brasileira não suporta mais essa carga tributária. Nos últimos quatro anos e meio, as despesas correntes do Governo cresceram invariavelmente acima das taxas de aumento do Produto Interno Bruto. Senador Neuto de Conto, como podem despesas correntes do Governo crescerem, proporcionalmente, mais do que os índices do Produto Interno Bruto? Nós estamos na contramão da eficiência administrativa. Isso é sintoma de péssimo gerenciamento. São dados irrefutáveis porque são dados oficiais, que desmontam a afirmativa de que o Brasil está sendo administrado com incompetência pelo atual Presidente da República.

Como se não bastasse isso, houve aumento dos cargos de confiança. Aí é imoralidade! Na atual gestão, foi multiplicado por 7,6 o número médio mensal de novos postos comissionados. Sepulta-se o concurso público, que é uma instituição, porque valoriza o talento, a qualificação técnica e profissional, e instala-se, para alegria dos áulicos, o festival dos cargos comissionados. E o povo paga a conta.

A média mensal de novos empregos desse gênero subiu de 23,8, no primeiro mandato – pasme, Senador Mão Santa! – para 179,7 de janeiro a julho deste ano. De 23,8, no primeiro mandato, para 179, de janeiro a julho deste ano. Houve aumento com o pessoal terceirizado também, ao contrário do que afirma o Governo.

Portanto, aumentar dessa forma, exorbitante, o número de cargos comissionados é um atentado contra a competência, é uma afronta à eficiência administrativa, porque nós sabemos como são preenchidos os cargos comissionados, com que objetivo se nomeia para cargos comissionados. Não é preciso aqui dissertar sobre isso.

Em 2006, as despesas de custeio da União com terceirização atingiram R\$12,9 bilhões, um aumento de 11%. Portanto, além do aumento das despesas com pessoal contratado pelo Governo, há o aumento de despesa com terceirização. Foram gastos R\$11,7 bilhões em 2002. No total do primeiro mandato de Lula, os gastos de custeio atingiram R\$43 bilhões, 4% a mais do que R\$41 bilhões dos últimos quatro anos do governo anterior. Todos os valores estão ajustados pela inflação do período.

Sr. Presidente, vou concluir trazendo apenas mais um dado.

O PT ocupa 39,6% dos cargos comissionados DAS-6, que incluem secretários-executivos de ministérios, dirigentes de autarquias e fundações e o comando de órgãos ligados à Presidência da República. As áreas de desenvolvimento, incluindo Planejamento de Políticas Sociais e a Presidência da República, concentram a maior parte dos cargos ocupados por filiados ao PT. Juntos, todos os demais onze partidos aliados estão representados em apenas 7,5% das posições no mesmo nível de hierarquia do serviço público. Portanto, o aparelhamento do Estado tem nome: Partido dos Trabalhadores. De forma massiva.

Um outro dado que veio à tona recentemente, na reportagem do jornalista Fábio Zanini, da *Folha de S.Paulo*, diz que diretores de empresas estatais lideram a lista de...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É o vigésimo terceiro minuto do seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Um minutinho só.

Diz que diretores de empresas estatais lideram a lista de doadores da campanha do Presidente Lula no ano passado. Há uma relação direta com a nomeação de ocupantes de cargos comissionados. Diretores de estatais lideram as doações para a campanha do Presidente.

Agora concluindo, Senador Mão Santa, estamos convencidos de que a ineficiência administrativa de uma estrutura superdimensionada de 37 ministérios, um cenário no qual predominam os aumentos de gastos de custeio e pessoal, não pode ser ancorada no aumento da arrecadação de tributos.

Conclusão segunda: o trabalhador brasileiro vai comprometer 32% da sua renda em 2007 para pagar serviços que o Estado deveria oferecer à população, principalmente porque arrecada demais, mas não oferece.

Conclusão última: a atual carga tributária, bem como o cipoal burocrático...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Apenas para concluir, Senador Mão Santa.

A atual carga tributária, bem como o cipoal burocrático que a circunda, além de onerar de forma injusta e cruel o trabalhador, constitui igualmente um entrave ao desenvolvimento sustentável da economia. Um país que edita cinquenta normas tributárias por dia útil precisa promover reformas estruturais urgentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Apenas queremos complementar o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que foi um dos mais importantes. São 76 impostos que o brasileiro paga. O ICMS dos Estados Unidos é de 6% e o do Brasil é de 18%.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Neuto de Conto, do PMDB, pelo Estado de Santa Catarina.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ocupamos a tribuna nesta tarde para falar um pouco sobre educação.

O Presidente da República tem anunciado que serão inúmeras as regiões do País atendidas pelas escolas técnicas e pelas novas universidades federais. Em Santa Catarina, temos somente uma universidade federal na capital do Estado. Já foi anunciado que ela terá três extensões: uma no sul do Estado, na região

de Tubarão; uma no norte do Estado, em Jaraguá do Sul; e uma terceira extensão no meio-oeste, na cidade de Curitiba. A região oeste, minha região, o grande oeste produtor, ficou alijada de universidades gratuitas e federal. Apesar de as que estão lá serem de extrema valia e terem com competência e capacidade conduzido o ensino de terceiro grau naquela região, nós teremos de ser iguais, queremos a universidade gratuita, como existe em grande parte do Brasil e também em outras regiões de Santa Catarina.

Por essa razão, nós estamos trabalhando para que se crie em Chapecó e em São Miguel do Oeste a Universidade do Mercosul, que, além de atender o sudoeste do Paraná, parte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, poderia agregar todas as universidades dentro dessa mesma linha de raciocínio dos países que fazem com o Brasil não só a fronteira, mas que também atuem com o Brasil por meio do Mercosul.

Deveremos apresentar no PPA da próxima semana uma proposta de emenda e também no Orçamento da União para que lá se possa dar oportunidade ao jovem e ao estudante não só aos cursos, mas principalmente à pesquisa naquele importante celeiro, não só para o Brasil, pois abastece principalmente de carne de frango e suíno o mundo.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, também relacionado à educação, é o projeto que apresentamos na semana passada e que foi aprovado na Comissão de Educação. Trata-se do Projeto de Lei nº 310, de 2007, que cria o Fundo Nacional de Apoio à Biblioteca. Aprovado já naquela Comissão, seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos, como terminativo, para que possamos criar no País o hábito da leitura. Não só nas universidades, nas grandes cidades, mas também nos pequenos Municípios, nas associações de classe, nas pequenas escolas do interior, com recursos do Município, do Estado, da União, com doações de empresas e também com a colocação dos livros lidos – porque, depois de ser lido, normalmente ele vai para a prateleira –, para que eles possam circular e muitas pessoas tenham oportunidade do conhecimento por meio da leitura.

E, com o hábito da leitura, certamente, terão sua elevação no conhecimento, no bem-estar social e, particularmente, na participação efetiva no meio da sociedade.

Dentro dessa visão e dessa ótica, pensamos que estamos também participando no auxílio, na complementação da lei que aprovamos nesta Casa, a de nº 10.753, de outubro de 2003, que já estabelece a criação das bibliotecas, mas não especifica como serão abastecidas. E o nosso projeto faz com que se complemen-

te e se dê oportunidade a todos os segmentos sociais, seja no bairro, na escola, no clube, para que se tenha a oportunidade do conhecimento por meio da leitura. Também ficamos muito satisfeitos porque se está criando a biblioteca digital mundial, em que o Brasil faz coro.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, diz respeito à XI Feira Regional de Matemática. Foi a primeira vez que ouvi. Em Santa Catarina, no Município de Salete, em um trabalho extraordinário da Secretaria de Desenvolvimento Regional, as regionais de Rio do Sul e Taió e a Prefeitura Municipal de Salete criaram um programa fantástico, que é a Feira Regional de Matemática, de que participam 80 escolas de primeiro e segundo graus do Estado e do Município, onde estudam os jovens daquela região, e, dentro desse trabalho, em sua 11ª edição, desenvolveram, em cada classe, em cada escola, um tema muito importante.

Tem escola cujo tema é a água. Então, aplicam sobre a água a matemática – o volume de cada frasco, a velocidade da água que sai da torneira, e, pela matemática, calculam-se o uso, o consumo e, especialmente, o aprendizado dentro da proposta.

A segunda proposta que vi – vou citar só duas ou três – é a casa, a moradia do aluno, em que eles aprendem a fazer todos os cálculos para que, ainda no primeiro grau, saibam dimensionar a sua propriedade e qualquer outra propriedade que exista na região, na área ou no conhecimento. Até no esporte, em todas as quadras possíveis, eles calculam, e foi um aprendizado fantástico, muito bom, muito importante e muito significativo.

Por isso, registro esses três assuntos nesta tarde até para fugir do debate contínuo, permanente e persistente da situação em que vive a nossa Casa, da situação em que vivemos nós, Senadores, perante a Nação. Estou trazendo uma nova visão para que a sociedade comece a entender que precisamos, sim, trabalhar, prosperar e, principalmente, trazer temas ao debate, como o da educação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encerro citando um filósofo chinês que viveu nos anos 300 A.C. e cuja filosofia ainda se faz presente em nossos dias. Dizia ele, Sun Tzu: “Se queres projetar a vida para um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher. Mas, se queres projetar a vida por 50, 60, 70 anos, plante árvores”. Dá uma visão mais longa e uma oportunidade maior de conhecimento. Mas dizia ele também: “Se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem”. Treinando e educando o homem, certamente, não teremos somente as nossas comunidades e os nossos Estados, mas também, em particular, o crescimento do nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após belo pronunciamento do nosso Senador Neuto de Conto, peço permissão para complementar o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup> com o que Sócrates ensinou para a Humanidade: “Só existe um grande bem: o saber. Só existe um grande mal: a ignorância”.

Convidamos para usar da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Sibá Machado e, logo em seguida – estamos alternando –, o Senador Heráclito Fortes, por cessão da Senadora Maria do Carmo.

O Senador Sibá está telefonando. O Senador Heráclito pode vir, não é? Então, ele ficou ligado ao mundo e o Heráclito Fortes vai falar para o mundo, representando o Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considero a proposta feita aqui, há poucos momentos, pelo Senador Neuto de Conto por demais oportuna. Nós temos de construir uma agenda positiva. Nós temos de tratar de assuntos nesta Casa, sem esquecer a crise, que é inevitável, mas nós temos de fazer com que a Casa ande. Estou totalmente de acordo com V. Ex<sup>a</sup>. Nós temos de tratar de assuntos importantes, como a educação – V. Ex<sup>a</sup> acabou de falar disso – e a questão da CPMF.

O Governo, meu caro Senador Mão Santa, usa artimanhas de difícil compreensão. Está fazendo uma carga contra o Congresso, contra o Senado, no momento, com relação ao prazo de votação da CPMF. Tudo bem. Mas o Governo não alertou, ainda, também para a importância da votação da lei maior que se vota aqui todo ano, que é o Orçamento da União.

É estranho que o Governo não tenha ainda alertado, Senador Jonas Pinheiro – V. Ex<sup>a</sup> que é da Comissão –, para a exigüidade do tempo que nos separa do final do ano legislativo e da aprovação desse texto.

É evidente que, este ano, vamos ter uma votação difícil, pelo clima que se estabeleceu. E a discussão do Orçamento será no âmbito do Congresso, em um plenário conjunto, em que poderá haver adiamentos e obstruções. Mas o Governo não trata dessa questão, porque quer chegar na véspera do ano e jogar nas costas de todos nós a responsabilidade da aprovação, sob a alegação de que quem não votar o Orçamento não é bom brasileiro. Não será assim.

É preciso que o Governo alerte também a imprensa para os prazos exigidos na votação do Orçamento.

Senador Flávio Arns, até uma criança pode fazer esta comparação: por quantos meses transitou pela Câmara a discussão da CPMF? É só examinar. Não

vai querer o Governo, com seu poder, sua arrogância e sua prepotência, que, em trinta dias, o Senado vote de maneira açodada essa matéria.

O espírito legislativo não é esse. A matéria vai chegar, terá sua tramitação, e os dispositivos regimentais permitem o retorno às Comissões, no caso de emendas, o que é regimental, criando prazos novos para a relatoria.

Seria uma irresponsabilidade o Senado da República aprovar simplesmente porque o Governo quer, até porque está mais do que provado que a grande questão no País, no que diz respeito à saúde, não é com relação a recursos, mas, sim, gerenciamento.

O atual Governo convive com esse imposto transitório desde que tomou posse. Mas é bom lembrar que o atual Partido do Governo, o Partido-chave, o PT, lutou com todas as forças que possuía à época para não aprovar esse imposto. Dizia horrores do espírito do imposto transitório à época, mas agora quer vê-lo permanente.

A mesma coisa, Senador Eliseu Resende, e V. Ex<sup>a</sup> chegou em boa hora, o Governo dizia da privatização das estradas brasileiras, desconjurava, cantava os males da privatização. E, ontem, cantou, em prosa e verso, o sucesso do modelo e do sistema. É pena que somente aos pouquinhos este Governo vá reconhecendo a importância que teve o Governo Fernando Henrique para o País, o momento difícil que viveu, a conjuntura internacional difícil, e um país se estruturando aqui, um país saindo de inflação incontrolável para uma moeda estável, apesar da oposição empedernida, forte e vigorosa que encontramos.

Mas não estranho essa mudança de pensamento dos ontem oposicionistas e hoje governistas. Quem não se lembra, por exemplo, da visita a esta Casa do Congresso do francês José Bové? José Bové, protestando contra os transgênicos, a pedido do Partido dos Trabalhadores, se expôs, foi preso e agredido no Brasil, em solidariedade a uma posição intransigente do então Partido da oposição com relação ao plantio dos transgênicos em nossa terra.

Hoje é um apologista. É um empedernido apologista dos transgênicos. Será que a técnica dos transgênicos foi aperfeiçoada ou a cabeça do Partido dos Trabalhadores é que mudou? É difícil entender essas mudanças.

Mas o Partido dos Trabalhadores combatia a corrupção, a sombra da corrupção, o pensamento da corrupção, e aí daquele que ousasse enveredar por esse rumo. E, hoje, o Brasil todo vê que a convivência entre a corrupção e o Governo é uma convivência flácida. Flácida, prazerosa e chega-se ao cinismo de governantes defenderem condenados. Não diz respeito, inclusive, a uma decisão da Justiça.

Senador Neuto de Conto, com o maior prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Neuto de Conto** (PMDB – SC) – Eminentemente Senador Heráclito Fortes, como Deputado Federal, eu acompanhava todas essas adversidades. A própria CPMF, a Oposição à época votou de forma totalmente contrária e, agora, a quer. Mas existe um fato que acredito ser o mais profundo de todos. Vivíamos uma inflação de 2% ao dia. Chegava a 60% ao ano. No Congresso Nacional, tive a oportunidade e a responsabilidade de ser o Relator. E em um projeto de conversão, com 56 emendas, aprovamos o plano de estabilização da economia do País, que é o nosso real de hoje, a grande ferramenta da solução dos problemas econômicos da Pátria. Lá também, por unanimidade, votaram contra. E, hoje, está-se utilizando esse grande avanço para o País, para a sociedade, para o trabalhador de modo geral, e principalmente para a economia do País perante o mundo. Por isso, eu o cumprimento pela análise.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> se lembra da maneira como o PT combatia a dívida externa brasileira, o FMI e seus derivados, dizendo que a miséria brasileira era porque tudo o que arrecadávamos era para fazer face ao pagamento da dívida? Senador Eliseu Resende, o atual Governo, de maneira precipitada, antecipada, quitou a nossa dívida com o FMI. Eu nunca vi um negócio daqueles. Quitou antecipadamente. Imaginem os senhores se não tivesse acontecido isso. Pagamos ao FMI antecipadamente com o dólar alto. O mesmo País e o mesmo Governo que usa a política de comprar dólar por meio do Banco Central para baixá-lo. Pois o Governo comprou, pagou a dívida com o dólar lá em cima. Agora, o dólar está em baixa.

Imaginem o diferencial entre o dólar alto com que pagou e o dólar baixo e o que daria para este País fazer em investimento, sem atrasar nenhum dos seus compromissos. Não estávamos com cobrador na porta, não estávamos descumprindo nenhuma das metas; pelo contrário, o prestígio do País só aumentava. Nós somos, com relação ao FMI, o País de melhor situação no continente. Imaginem o que estamos perdendo nesse diferencial. Só isso, para ver como são as coisas, como se tem a capacidade de mudar, a partir do momento em que chega à sua mão a famigerada caneta.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas, Sr. Presidente, quero finalizar, mostrando que não tem jeito. Nós vimos, Senador Sibá Machado, há poucos meses, aquele escândalo que envolvia o famoso Programa Luz para Todos – desvio de recursos, queda

de Ministros, prisão. E, para não fugir à regra, Senador Mão Santa, o Estado mais punido foi o nosso, o Piauí, onde o Governador e o Presidente prometeram luz para todos, em todas as residências rurais daquele Estado.

E nós esperamos, o povo esperou, e nada. O Luz para Todos terminou sendo corrupção para poucos e deu no que deu. E o Governo, prometendo restabelecer o Programa, novamente o Presidente anuncia, e o Governador o acompanha.

E, hoje, Senador Tião Viana, há a notícia de uma concorrência que foi feita em Pernambuco – a obra é realizada no Estado do Piauí. Em toda a história, essas licitações foram feitas sempre no Estado da execução da obra, pois agora deslocaram para Pernambuco, para tirar a oportunidade das empresas piauienses de participar do certame. E não se vá dizer que é porque lá tem mais competência o empresariado do que o nosso, porque, hoje, os jornais do Piauí trazem uma matéria. Senador Eduardo Suplicy, escute essa, para V. Ex<sup>a</sup> viajar feliz, hoje, para São Paulo: “Empresa de cosméticos vai fiscalizar obras do Luz para Todos [no Piauí]”. Isso mesmo!

A denúncia é feita pelo Sr. Jorge Mendonça, da associação do setor e, portanto, conhecedor das empresas e das artimanhas.

Vejam bem, os detalhes: “O objeto da empresa que ganhou a licitação para fazer fiscalização das obras tem como objeto no contrato social é completamente diferente do que pede o edital, não trata de uma empresa genuinamente de engenharia e o objeto dela é venda de cosméticos, aluguel de barcos.”

Atente bem, Senador Mão Santa, para este fato.

O resultado da licitação para contratação da empresa fiscalizadora foi divulgado no mês de setembro. A empresa Piauiense JB Engenharia, que eu não conheço – não sei se o Senador Mão Santa conhece – ficou classificada no Pregão

Eletrônico, mas perdeu por diferença de R\$1,00 para a empresa pernambucana, esta especializada em cosméticos.

Aí vêm as denúncias de alteração contratual feita na véspera da licitação, e por aí afora.

Ao encerrar, quero fazer o registro, Senador Tião Viana, de mais esse escândalo que se anuncia, de mais esse absurdo que se permite. É a repetição de fatos que não poderemos tolerar, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex<sup>a</sup>, como guardião da moralidade neste País, ave rara dentro do seu Bloco partidário, precisa ver o que está acontecendo novamente no Programa Luz para Todos.

Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> tomasse conhecimento. V. Ex<sup>a</sup> estava ocupado e não ouviu. Uma empresa de cosméticos ganhou uma licitação para fiscalizar obras do Programa Luz para Todos no Estado do Piauí, em uma concorrência realizada, Senador Alvaro Dias, em Pernambuco, eliminando-se antecipadamente as empresas locais.

Fica feito o registro e a promessa, Senador Tião Viana, de que, na semana que vem, voltarei a esse assunto.

Quero crer, Senador Neuto de Conto, que cumprimos aqui a nossa missão, uma agenda positiva, embora o assunto seja negativo, Senador Sibá Machado. É furto, Senador Sibá Machado, é roubo, é mensalão, é aloprado. O País não agüenta mais!

Vamos aceitar o conselho do Senador e criar uma agenda positiva, eliminando a roubalheira sistemática deste País, porque é impossível empresa de cosméticos investigar energia elétrica. No futuro, vai dar choque, e se lembrem de que avisei.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador...

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Tião Viana, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Sibá Machado tem a palavra para uma breve comunicação.

Enquanto S. Ex<sup>a</sup> se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma indagação a V. Ex<sup>a</sup>, pois hoje há um movimento, muito significativo, do País por Justiça, do País para Sempre e também da Associação de Pais e Mães Separados. Eles haviam feito sugestão ao Deputado Tilden Santiago, no sentido de que S. Ex<sup>a</sup> apresentasse um projeto de lei relativo à guarda compartilhada. Esse projeto, já aprovado na Câmara, encontra-se no Senado Federal. É preciso apenas que ele entre na Ordem do Dia do Senado Federal.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, agradeceria se nos informasse se está para ser colocado na Ordem do Dia o PLC nº 58/06, que trata da guarda compartilhada – ou seja, se porventura pai e mãe estiverem separados, poderá o juiz proceder de tal maneira que ambos tenham a responsabilidade de compartilhar a guarda de suas crianças.

Então, trata-se de um assunto de enorme interesse. O Senador Demóstenes Torres, inclusive, apresenta um requerimento, que assino...

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> se me der essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, a matéria está pronta, aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que a pauta está trancada.

Senador Eliseu Resende, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Peço-lhe uma informação breve, Sr. Presidente. Há uma autorização sobre a mesa, para que eu possa usar a tribuna por delegação do meu Partido, o Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Eliseu Resende. Há o Senador Sibá Machado, o Senador Mão Santa e V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho certeza de que o Senador Mão Santa será elegante e concederá a V. Ex<sup>a</sup> o direito de inversão de ordem, após o Senador Sibá Machado.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG) – Agradeço a benevolência do Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho acompanhado, na medida do possível, o debate que se faz no Brasil inteiro a respeito do etanol.

O Presidente Lula viajou por diversos países e brilhantemente tem feito uma defesa – em muitos casos até apaixonada – do etanol brasileiro, tecnologia hoje completamente concluída.

O Brasil inteiro convivendo com essa realidade; o mundo agora se voltando ao nosso Brasil para tratar desse importante assunto que é os biocombustíveis.

Sobre o biodiesel, o Governo Federal, o Presidente Lula teve um cuidado muito grande no sentido de regionalizar as principais fontes de matéria-prima voltadas ao biodiesel. Teve também o cuidado de estender à produção familiar, aos beneficiários da reforma agrária, a produção de oleaginosas para vir a se transformar em biodiesel.

Ultimamente temos assistido, tanto por parte de europeus quanto por parte de norte-americanos, a preocupação no sentido de que o etanol brasileiro não pode, no afã de um crescimento para as exportações, prejudicar terras que antes produziam fontes de alimentos, ser comercializado o álcool onde seja encontrada situação de trabalho escravo e muito menos onde possa ter sido feita conversão de florestas em cultivo de cana.

Esse debate, Sr. Presidente, em um determinado momento, é importante, e acho que o Brasil tem feito pouco esforço em seu dever de casa no sentido de trabalhar nessa direção. Muita gente tem exigido que se faça o zoneamento para a cana-de-açúcar no Brasil. Acho que todos nós também concordamos com esse zoneamento, e isso me despertou a curiosidade de podermos estudar outras fontes, outras matérias-primas para a produção de álcool, diferentes da cana-de-açúcar, como no esforço feito para o biodiesel.

O biodiesel trabalha óleos conforme o clima brasileiro e as diversas estações do ano e conforme a situação das regiões pela cultura popular, apontando para que o Nordeste avance com a mamona, apontando para que a Amazônia possa avançar com o dendê e apontando para que o Centro-Oeste e o Sudeste possam trabalhar com outras fontes, inclusive a soja.

Resolvi procurar informações sobre outras experiências com álcool no Brasil, diferentemente da cana-de-açúcar. Acabo de visitar então os Municípios de Botucatu e São Pedro do Turvo, em São Paulo, onde fui informado de que a Universidade Estadual de São Paulo – Unesp, por meio do Cerat (Centro de Estudos de Raízes e Amidos Tropicais), avançou muito em tecnologia de álcool a partir da mandioca.

Então, Sr. Presidente, acabo de vir – digamos assim – com uma inspiração muito grande no sentido de iniciar um debate no Senado e de divulgarmos isso ao máximo, com uma visão de que, dentro da regionalização dos óleos para biodiesel, podemos fazer também uma regionalização do álcool, da produção de etanol. Nesses casos, os números sobre a mandioca no Brasil são muito promissores.

Desta visita, quero saudar e parabenizar, agradecendo pela recepção, o Dr. Cláudio Cabello, que é o Diretor da Cerat/Unesp, em Botucatu; a Dr<sup>a</sup> Magali Leonel, que também é pesquisadora do Cerat; e todos os seus funcionários e também das empresas que visitamos.

Visitamos lá a Halotek-Fadel, especializada em amido, voltada 100% para a indústria do papel. Visitamos a usina Coraci, que destila álcool de mandioca, de milho e de arroz, e a indústria de polvilho Ouro de Minas, que também está em fase final de implantação de uma planta para a produção de álcool de mandioca.

Dessas experiências todas, os números foram muito provocativos. A Malásia, segundo eles, é hoje a maior produtora de mandioca, voltada quase que 100% para o abastecimento do mercado da China, com uma produção eminentemente familiar.

Sr. Presidente, quanto aos números, comparando-se com a cana, temos todas as condições de incentivar a nossa Embrapa e todos os centros de pesquisa de

raízes e tubérculos do Brasil, para que a gente possa ter agora uma nova visão, como é o caso da Universidade do Tocantins, que estuda a batata-doce, e agora esse caso da Unesp, que estuda a mandioca, a fim de que a gente pudesse trabalhar nessa regionalização.

O que me chama a atenção é que o álcool de mandioca, segundo as informações, produz um tipo de álcool cujas moléculas de carbono, que são formadas por três átomos, não produz resíduos, como é o caso da própria cana-de-açúcar, que produz quatro moléculas de carbono. Então, o C4 para a cana-de-açúcar e o C3 para o álcool de mandioca.

Esse álcool, o C3, já vem numa condição que os japoneses e chineses usam na fórmula de fabricação de bebidas. Segundo eles, o C4 produz metano, que é um elemento químico danoso à saúde humana.

Então estou aqui muito bem impressionado porque se a gente vai para a produtividade, a mandioca em primeiro lugar. Acho que todas as pessoas no Brasil conhecem um pé de mandioca, sabem plantar, tratar e colher um pé de mandioca. Os indígenas fazem isso, com uma altíssima tecnologia que possa ter de mecanização. Então, mandioca é para todos.

Se se disser que a cana-de-açúcar não poder ir para a Amazônia – realmente é uma coisa a ser pensada –, poderíamos então fazer uma substituição: a Amazônia continuar produzindo álcool, mas álcool a partir da batata-doce ou da mandioca.

Então, vem aí o primeiro desafio: que a nossa Embrapa juntamente com as universidades da região e outros centros de pesquisa avancem em tecnologia de altíssima produtividade da mandioca. Porque tínhamos, num passado não tão distante, uma produtividade na Amazônia em torno de 12 toneladas por hectare. Hoje, já se fala no Estado do Acre em 19 toneladas por hectare. No próprio Estado de São Paulo já se chega a 33 toneladas por hectare. Ouvi falar que no Paraná passa de 40 toneladas por hectare. Os números da cana-de-açúcar, a média de cerca de 85 toneladas por hectare. Mas, na produção de álcool, a mandioca bate de dois a um na cana-de-açúcar. Porque enquanto que com uma tonelada de cana se chega a 90, 100 litros de álcool, nós podemos ter na mandioca entre 150 e 170 litros de álcool. Outra: o álcool da cana-de-açúcar é um álcool menos nobre. O da mandioca é um álcool muito especial, já sai um álcool muito mais puro – próximo do álcool neutro. Esse álcool é base industrial para uma série de setores, como é o caso da indústria de perfumes, como é o caso da indústria de bebidas, e tantas outras coisas que podem ser utilizadas. Como ele é um C3, segundo a informação química, é um álcool que não traz nenhum dano à saúde humana.

Então, vamos imaginar a nossa situação amazônica, e ali o nosso Estado do Acre. Poderemos então iniciar um trabalho de elevar a nossa produtividade das atuais 19 toneladas por hectares para cerca de – média de São Paulo – 33, 35 toneladas, com um número de litros tirados da ordem de 170 litros por tonelada, temos, no balanço final, um empate com a cana-de-açúcar.

A outra vantagem: é um produto que pode ser eminentemente produzido a partir da agricultura familiar. A outra ainda é que podemos elevar o padrão de renda – agora o preço da mandioca em São Paulo está na ordem de R\$130,00 a tonelada. Fazendo uma conta básica, um preço linear de R\$100,00, teríamos ali uma produção – uma família com três hectares de mandioca plantados – com rentabilidade da ordem de dois salários mínimos. Então uma transferência de renda muito grande.

Nesse caso, por que o Brasil não avança nisso? A produção da Malásia e a produção da Indonésia são eminentemente de minifúndios, é uma coisa de fundo de quintal. A informação que tenho é que o maior produtor não possui mais que cinco hectares naqueles dois países. Então, se pode lá, pode aqui. Imaginemos aqui ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua. Dois minutos para a conclusão, Senador Sibá.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ...a cana-de-açúcar com o seguinte zoneamento: o Centro-Oeste, o Sudeste e parte do Nordeste produzindo álcool a partir de cana-de-açúcar. Toda a Região Norte, toda a Amazônia podendo produzir, então, álcool a partir da mandioca ou da batata-doce.

Ponto número um: investimento em tecnologia. É preciso fazer a pesquisa avançar. Quero aqui lançar o desafio – antes de fazer uma visita à Embrapa – para que trabalhem na direção de termos, na Amazônia, um centro de referência para estudos da mandioca e de raízes dessa natureza voltado a esse tipo de tecnologia.

O segundo passo é buscar investimentos empresariais para termos usinas muito mais baratas que a usina de cana-de-açúcar. Para se instalar uma usina de cana-de-açúcar para moer cerca de três milhões de toneladas ao ano, é preciso um investimento mínimo da ordem de US\$80 milhões, enquanto que para produzir muito mais álcool do que isso a partir da mandioca seriam necessários investimentos, no máximo, de US\$12 milhões. Esse seria o custo dessa planta.

Além disso, estaríamos regionalizando o Brasil no que diz respeito à produção do etanol, desafiando o mundo com mais uma matriz, descentralizando renda, fazendo divisão de renda no Brasil e revivendo uma cultura – não digo milenar, porque vamos considerar de Pedro Álvares Cabral para cá, mas secular – que garante hoje a possibilidade de inserção dos pequenos e dos mais pobres do campo brasileiro nesse desafio.

Encerrando, Sr. Presidente, agradeço muito a recepção que tive em Botucatu e em São Pedro, em São Paulo, agradeço aos empresários que me receberam. Quero dizer do desafio de iniciar um intercâmbio tecnológico entre o Cerat, lá de São Paulo, e a nossa Universidade do Acre e a Embrapa, do desafio de formar pessoal capacitado. Podemos criar um mestrado especial nessa área, uma escola técnica voltada para essa realidade e colocar o nosso Estado do Acre em posição promissora na produção de etanol a partir da mandioca e da batata-doce.

Vou até pedir uma conversa entre o Governador Binho Marques e o Governador do Estado do Tocantins para que a gente troque experiências antes de enfrentar, nos dois Estados, esse novo desafio.

Recomendo isso para nossa bancada. Estou muito feliz com a visita que fiz e acho que estamos agora com mais um novo e grande desafio para os nossos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eliseu Resende nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para enaltecer um fato auspicioso e relevante, ocorrido ontem, em favor do desenvolvimento da infra-estrutura nacional.

Como administrador que tem uma história de trabalho no campo da infra-estrutura – fui Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do meu Estado, Minas Gerais; Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Nacional e Ministro dos Transportes –, acompanhei a evolução dos critérios e de sistemáticas de financiamento, colhendo a contribuição dos usuários para o aperfeiçoamento da infra-estrutura do Brasil e a sua expansão.

Na época em que construímos a Ponte Rio-Niterói, formulamos um processo de financiamento da ponte segundo o qual ela se pagaria ao longo do tempo pela cobrança do pedágio. O pedágio foi instituído, então, na Ponte Rio-Niterói. Duplicamos a rodovia Presidente

Dutra e ali inserimos o processo de cobrança de pedágio, e a rodovia duplicada vem sendo conservada adequadamente. Construímos a duplicação da rodovia Porto Alegre-Osório, no Rio Grande do Sul, também com a introdução da cobrança do pedágio. Introduzimos a cobrança do pedágio naquela que é hoje uma das principais rodovias do País, considerada, por suas características técnicas, como rodovia de Primeiro Mundo, a Rio-Juiz de Fora.

A partir daí, Srs. Senadores, o Governo Federal paralisou o processo de concessão de rodovias e, desde 1980, não se abre concessão de uma rodovia federal no País. Enquanto as rodovias dos Estados, principalmente as do Estado de São Paulo, evoluíram nesse processo, não tivemos mais nenhuma ação governamental para o pedagiamento das estradas e a obtenção direta da contribuição dos usuários para o seu aperfeiçoamento.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é importante comparar o custo do frete, o tempo de viagem percorrido, o consumo de combustíveis, a depreciação dos veículos, o desgaste de pneus e o aumento do número de acidentes numa estrada esburacada não-restaurada e numa estrada de características técnicas perfeitas.

Temos o problema do risco-país, que, no Brasil, sofre muito com o estado de deterioração das nossas estradas. Há um prejuízo grande em decorrência disso para a economia.

Ideologicamente, o processo de cobrança de pedágio foi contestado, é questionado. No entanto, sem dúvida alguma, a tarifa de pedágio que se cobra é bem menor do que o ganho econômico e compensatório para o usuário e para a economia. Assim, o processo de introdução da cobrança do pedágio é um processo aconselhável.

Um fato relevante ocorreu ontem: pela primeira vez nos últimos vinte anos, o Governo colocou em licitação, sob forma de concessão, a cobrança do pedágio para o aperfeiçoamento de grandes trechos, de grandes estradas-tronco do Brasil, com destaque para a rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo; a rodovia Régis Bittencourt, que liga São Paulo a Curitiba; a BR-101, ligando Curitiba a Florianópolis; a BR-476, ligando Curitiba à divisa do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina; a BR-153, que atravessa o Estado de São Paulo e a BR-116, no Rio de Janeiro, ligando a Ponte Rio-Niterói a Além Paraíba e a Volta Redonda.

O resultado do exame das propostas foi o mais auspicioso possível. Em vez de o Governo cobrar pela concessão, cobrar o valor da concessão numa contribuição inicial, o Governo optou apenas por julgar as licitações e entregar as obras para quem oferecesse as menores tarifas.

Em decorrência disso, houve uma redução de tarifa rodoviária de mais de 50%, o que realmente impressionou o empresariado nacional e trouxe a perspectiva de grande progresso no processo do aperfeiçoamento da infra-estrutura nacional.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que esse evento simboliza também um aspecto filosófico importante: foi descortinado o manto do questionamento da privatização rodoviária e da privatização de outros setores da economia através da decantação de um entendimento de que há uma diferença profunda entre o conceito de concessão e o conceito de privatização.

Privatização corresponde a uma alienação de bens e ativos. A venda das ações da Petrobras seria uma privatização; a venda das ações da Vale do Rio Doce seria uma privatização; a venda da Companhia Siderúrgica Nacional foi uma privatização. O caso que procuramos introduzir, das concessões, nada tem a ver com a privatização. Trata-se apenas de delegação para exploração do patrimônio público a terceiros para que, com isso, obtenha-se maior eficiência possível e, particularmente e principalmente, a vinculação dos recursos.

Com isso, o Brasil dá um passo célere, importante, para o desenvolvimento da infra-estrutura. Nós esperamos que esse processo continue a ser seguido pelo Governo independentemente de questões ideológicas. Esperamos que esse processo se estenda para as ferrovias, portos, aeroportos e, particularmente, também para o setor de energia e para o setor de navegação, a fim de que possamos ter, de forma adequada, a participação do setor privado, a conjunção dos propósitos dos empresários com o Governo para a conclusão dos grandes projetos de infra-estrutura que promoverão, seguramente, o desenvolvimento do País.

Este, Sr. Presidente...

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Eliseu Resende, um aparte, por favor.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG) – Com muita honra, Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Eliseu Resende, V. Ex<sup>a</sup>, que é um especialista no setor rodoviário e que tantos serviços já prestou ao Brasil nessa área, aborda com muita pertinência essa questão. Por diversas vezes eu ocupei essa tribuna para pedir agilidade do Governo na questão das concessões, das PPP's. De maneira que agora, quando finalmente se tem o resultado – e positivo – da primeira licitação, é momento de realmente admitirmos que o Governo agiu certo, apenas lamentando que tenha demorado tanto, pois já poderíamos ter as estradas com os cuidados necessários há mais tempo. Mas é momento, sim, de reconhecer que o resultado

é positivo para o progresso do Brasil. É realmente o marco em que o Governo se desfaz de algum vínculo ideológico que estaria obstaculizando essa linha de financiamento das estradas, que é linha de uso do pedágio, para que possamos ter estradas em melhor situação. São conhecidas as estatísticas que mostram que o nível de manutenção das estradas que têm pedágios é bem melhor, com uma redução significativa no número de acidentes, e é o que se espera dessa solução que agora é desenhada, registrando sempre, para nós mineiros, a importância da Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, construída com financiamento internacional, mas já prevendo esse processo de manutenção por meio de pedágio da iniciativa privada desde a assinatura dos contratos de financiamento. Assim, eu, que tive a honra de poder governar Minas Gerais na época da duplicação da Fernão Dias, fico particularmente satisfeito em ver que desta vez o Governo conseguiu acertar.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo. Lembro-me bem do seu trabalho, quando Governador do Estado de Minas Gerais, em prol da duplicação da Fernão Dias, de Belo Horizonte a São Paulo. A obra foi concluída praticamente no seu Governo, parece-me que há oito ou dez anos. Até então não houve um processo de conservação do empreendimento realizado com tanta competência naquela época. A Fernão Dias ficou sem conservação e, hoje, o mato está subindo, os buracos surgindo.

Portanto, é um fato auspicioso o Governo delegar essa estrada ao setor privado para, por meio de cobrança do pedágio, promover investimentos, aperfeiçoando as rodovias e, com isso, reduzindo o tempo de viagem e o consumo de combustível em cerca de 25%, tendo uma queda na depreciação dos veículos, desgastando-se menos os pneus e, por fim, reduzindo-se os fretes, desenvolvendo, assim, a Nação.

É um engano achar que o pedágio vem como tributo adicional. Ao introduzi-lo, ele fica vinculado ao aperfeiçoamento da estrada, já que, constitucionalmente, esse dinheiro não pode ser aplicado em outra coisa. Com isso, o valor do pedágio passa a ser insignificante diante ou quando comparado com a redução do custo operacional das viagens, abrindo, conseqüentemente, grandes repercussões e benefícios para os usuários e para a economia nacional.

Portanto, Sr. Presidente, é a oportunidade que temos aqui no Senado Federal de enaltecer essa ação do Governo, independentemente de questões partidárias e ideológicas. O que queremos enaltecer são aqueles atos e ações que realmente são perfeitos,

completos, competentes e adequados para racionalmente produzir o aperfeiçoamento da infra-estrutura do País com vista à racionalidade do seu desenvolvimento econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eliseu Resende.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.154, DE 2007**

Requeiro, nos termos Regimentais e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de pesar pelas vítimas do acidente ocorrido na BR-282, próximo a ponte do Rio das Antas, em Descanso, no Estado de Santa Catarina, no início da noite de ontem.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007, – Senador **Raimundo Colombo**, Senador **Flávio Arns**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento lido.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Senador Raimundo Colombo.

**O SR. RAIMUNDO COLOMBO** (DEM – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, em Santa Catarina, havia uma grande comemoração, onde cerca de 15 mil famílias se reuniram para comemorar os 40 anos da Cooperalfa, a maior cooperativa de Santa Catarina e uma das maiores do Brasil, que produz a marca Aurora. Houve essa confraternização, esse grande encontro na Efa-pi, em Chapecó. No entanto, um ônibus com famílias que estavam voltando para São Miguel do Oeste acabou sofrendo um acidente, num impacto com outro caminhão.

Nesse primeiro momento, muitas pessoas ficaram feridas e cerca de seis ou sete pessoas vieram a falecer. Tendo chegado o Corpo de Bombeiros para os primeiros socorros, juntamente com a comunidade das redondezas, que estava solidária, aconteceu outra tragédia. Outro caminhão, em alta velocidade, acabou atropelando cerca de 100 pessoas. O final disso é que 26 pessoas morreram e cerca de 100 pessoas estão hospitalizadas. É uma grande tragédia!

Portanto, em nome do Senado e de todo o povo de Santa Catarina, encaminho este requerimento no sentido de me solidarizar e enviar os pêsames às famílias e à própria instituição.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e fica o requerimento para a deliberação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para encaminhar a votação.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o Senador Raimundo Colombo permitir, também quero assinar esse documento de solidariedade a todas as famílias, a todas as pessoas, em função do que aconteceu no Estado de Santa Catarina, Estado vizinho ao meu. Sempre digo que tenho por Santa Catarina um amor extraordinário, um grande respeito porque as raízes da minha família, tanto por parte de pai como de mãe, estão naquele Estado.

É uma circunstância que, na verdade, deixa entristecido todos nós. Assim, que possamos transmitir a nossa solidariedade e compartilhar a dor de todas as pessoas envolvidas naquele triste episódio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência encaminhará os pêsames aos familiares das vítimas.

O requerimento vai Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, estou inscrito para uma comunicação de Liderança. Então, eu gostaria de fazer uso desse espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito por...

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Liderança Partidária.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito, Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero externar meu sentimento de pesar às famílias acidentadas, referidas pelo Senador Raimundo Colombo, pela Senadora Ideli Salvatti e pelo Senador Flávio Arns, nesse desastre que houve em Santa Catarina na noite de ontem.

Tivemos, hoje, uma notícia muito importante e significativa na história do Senado. Felizmente, ainda que tenha demorado um pouco, soubemos de uma notícia que nos deixou mais tranquilos. Refiro-me à designação, pelo Senador Leomar Quintanilha, Presidente do Conselho de Ética, do Senador Jefferson Pé-

res para Relator da representação do PSOL referente ao Presidente, Senador Renan Calheiros, no que diz respeito aos episódios de emissoras de rádio e meios de comunicação no Estado de Alagoas.

O que quero dizer, Prezados Senadores Mão Santa, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Presidente Tião Viana, é que tenho a convicção de que a relatoria está em ótimas mãos. Se algum dia eu tiver cometido qualquer ação que leve um partido político ou meus companheiros do Senado a fazer uma representação para que eu possa respondê-la no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se designado for o Senador Jefferson Péres, tenho a certeza e a convicção de que S. Ex<sup>a</sup> terá um procedimento o mais imparcial, isento, justo e rigoroso. Não é a primeira vez que S. Ex<sup>a</sup> é designado Relator de matéria de tamanha importância. Afinal de contas, trata-se daquele Senador que nós escolhemos – eu próprio votei nele para ser o Presidente da nossa Casa –, tenho a certeza de que o Senador Jefferson Péres irá realizar um trabalho o mais justo e esclarecedor. Tenho já a notícia de que o Senador Jefferson Péres, por exemplo, proporá que possam ser ouvidas as testemunhas principais dos episódios e que possam, inclusive, realizar um diálogo com o próprio Senador Renan Calheiros para que não reste dúvida alguma sobre tudo o que aconteceu.

Acho isso importante, Senador Tião Viana.

Também é importante a determinação do Senador Jefferson Péres de realizar o maior esforço possível para que, até a primeira semana de novembro, no dia 02 de novembro, tenhamos concluído o exame dessa representação, bem como das outras.

Todo o nosso empenho – eu que sou membro do Conselho de Ética –, pode ter certeza o Senador Jefferson Péres, S. Ex<sup>a</sup> terá, para colaborar na direção de um trabalho o mais isento e justo.

Também quero dizer algo para o Líder do Democratas. Senador Tião Viana, é possível que V. Ex<sup>a</sup> tenha visto a declaração feita no programa, em rede nacional de televisão, do Democratas, que era o PFL, externada pela voz do Líder que cotidianamente convive conosco, o Senador José Agripino Maia, que tem tido uma convivência muito respeitosa e construtiva conosco. Eis que exatamente ele, que tem tamanha preocupação com que o nosso Presidente Renan Calheiros fale sempre a verdade, está dizendo algo – e transmiti isto a ele hoje – que me preocupa, porque não é a verdade.

Ele está dizendo para toda a Nação que todo Senador que votou com o Senador Renan Calheiros, que votou, portanto, pela absolvição do Senador Renan Calheiros, ou seja, que os Senadores que votaram pelo Senador Renan Calheiros, segundo sua afirma-

ção peremptória, serão os que votarão pela CPMF. Quero aqui esclarecer isso. Sei, Senador Mão Santa, que V. Ex<sup>a</sup> tem uma opinião diferente da minha sobre a CPMF, conforme o que aqui já externou, embora eu ainda tenha toda a oportunidade de tentar persuadi-lo de que a CPMF será e continuará sendo uma boa coisa. O que quero dizer, primeiro, Senador Mão Santa, é que não cabe razão ao Senador Líder do DEM ao dizer que aqueles que votaram contra o Senador Renan Calheiros, ou seja, aqueles que votaram, na verdade, “sim”, no sentido de que teriam avaliado que ele quebrou o decoro parlamentar – e já expliquei isso –, votariam contra a CPMF. Não é assim.

Eu sou um Senador que avaliei que o Senador Renan Calheiros, por causa da emenda que tinha apresentado, por causa da não-declaração à Receita Federal de um empréstimo... Não preciso aqui detalhar os fatos, mas foram, por exemplo, por duas circunstâncias que avaliei, levando em conta o parecer do Senador Renato Casagrande e da Senadora Marisa Serrano, que estavam ambos com razão ao apontar que ali havia quebra de decoro. E assim votei. E estou procurando compreender. Apresentei um requerimento, que muitos Senadores assinaram, para que os Ministros da Fazenda, da Saúde, da Previdência e do Desenvolvimento Social compareçam, em breve, ao Senado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na CAS e na CAE, para esclarecer sobre a natureza da CPMF, suas vantagens e desvantagens, de maneira tal a poder persuadir inclusive aqueles que aqui ainda não estão persuadidos, como, por exemplo o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Suplicy, V Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, com muita honra lhe concedo um aparte.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu é que quero aqui persuadir. Primeiro, CPMF quer dizer confisco, não é contribuição. V. Ex<sup>a</sup> se lembra do nosso Presidente Collor. Foi muito melhor do que essa imoralidade. Houve um confisco de quem tinha dinheiro, de quem tinha poupança. Esse é dos pobrezinhos, que estão enganando. Eles estão pagando, todos estão pagando. É injusto e não é provisório, está sendo permanente. É um confisco permanente. E esse dinheirinho vai ficar nas melhores mãos, de que você gosta tanto: do povo trabalhador, da mãe de família, do pai, que não tem segurança, não tem educação, não tem saúde. Então, esse dinheiro não vai sair do Brasil, não. Vai sair daquele que trabalha, do trabalhador, que vai ter esse dinheirinho para justamente gastar naquilo que o Governo não devolve: segurança, educação e saúde.

Então, espero ter conquistado o voto de V. Ex<sup>a</sup> para enterrar a CPMF, libertando o povo brasileiro de 76 impostos escorchantes. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que Tiradentes se sacrificou, e, naquele tempo, os impostos eram um quinto. Era a derrama. Agora, é a metade: você trabalha e a derrama é de 50%. Então, bem-vindos novamente os portugueses, que seriam muito melhor que este reinado que está aí, dos aloprados.

**O Sr. Renato Casagrande** (Bloco/PSB – ES) – Eu gostaria de um aparte, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, a pessoa que gastar apenas R\$100,00 vai pagar 38 centavos. Se ele gastar mil vez mais que os R\$ 100,00, se gastar R\$ 100.000,00...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Estão enganando... V. Ex<sup>a</sup> é economista, é como Adam Smith, mas o Luiz Inácio, eu tenho que... Eu estou aqui.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> há de convir que...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Vou dar um quadro a V. Ex<sup>a</sup>, permita-me o debate qualificado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> há de convir que aqueles que gastam mais, obviamente, vão pagar muito mais. Então, cada um vai pagar, no caso da CPMF, 0,38%.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> vai me permitir a realidade. Um desempregado vai tirar um dinheiro nesse banco: vamos dizer que são R\$1.000,00 para começar um negócio, um trabalho. Um capital. Então, ele paga ali 0,38%.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Para cada...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É, para cada negócio. Depois, ele vai saldar. Ele volta e paga aos banqueiros, que garantem essa farra e esse Partido dominando.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Ele vai pagar 0,38%...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Então, não é 0,38%, não: é 0,76% numa negociação para começar um emprego, um trabalho.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vai pagar 0,38%. Portanto, paga aquele que gasta relativamente pouco, mas aquele que faz operações de grande envergadura, claro, pagará mais. O importante é para onde serão destinados esses recursos.

Senador Renato Casagrande, concedo-lhe um aparte e, em seguida, ao Senador Flávio Arns.

**O Sr. Renato Casagrande** (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Primeiro, a partir de hoje, instala-se o debate sobre a CPMF. A

Câmara votou a matéria nesta madrugada, e a proposta de emenda deverá chegar aqui nas próximas horas, ou chegará ainda esta semana. Então, instala-se o debate sobre a CPMF. V. Ex<sup>a</sup> já está debatendo o tema com o Senador Mão Santa e fazendo o primeiro enfrentamento sobre CPMF. Creio que temos de vincular uma questão ao debate da CPMF – aproveitando que o Senador Tião Viana está presidindo a Mesa: eu gostaria muito de fazer o debate da CPMF com base no carimbo de um percentual maior de recursos para a área de saúde. O Senador Tião Viana apresentou um projeto que foi desfigurado na Comissão de Assuntos Econômicos. Precisamos saber que a área de saúde tem dois problemas centrais: gestão inadequada, em alguns casos, e falta de recursos. O Ministro Temporão já disse que quer a ampliação dos recursos para a área de saúde e que precisa desses recursos. Portanto, acho que deveríamos debater com o Governo não simplesmente o fim ou a continuidade da CPMF, mas deveríamos debater com o Governo a possibilidade real de dispormos de mais recursos para a área de saúde. Não acho que o Governo pode abrir mão da CPMF de uma única vez, mas acho que o Governo pode vincular um maior percentual de recursos para a área de saúde e pode diminuir o percentual da alíquota. Então, Senador Eduardo Suplicy, vou-me inscrever como Líder, para que eu possa debater, desde hoje, o tema. Eu queria dar essa contribuição a V. Ex<sup>a</sup>, para que possamos analisar a matéria só no diálogo. Hoje, o Ministro Guido Mantega está aqui, e disse que se não houver aprovação da CPMF, vai aumentar o IOF – o imposto de importação. Creio que não é essa a discussão agora. Se a matéria não for aprovada, o Governo verifica o que se tem de fazer. Mas a discussão agora é relativa ao diálogo, ao debate, e não ao aumento de algum imposto. Obrigado, Sr. Senador.

**O SR EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – É muito importante que V. Ex<sup>a</sup> tenha chamado a atenção sobre esse projeto de lei que o Senador Tião Viana apresentou. Ele foi modificado, por uma sugestão da Senadora Patrícia Saboya, e causou preocupação a diversos Governos, como o do Espírito Santo, o do Rio de Janeiro, o do Rio Grande do Sul, o de São Paulo e tantos outros. E é necessário que, na próxima semana, na Comissão de Assuntos Sociais, possamos modificar a matéria, que esta causando tamanha preocupação ao Ministro da Saúde...

*(Interrupção do som.)*

**O SR EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...Temporão, e é muito importante que façamos o ajuste adequado.

Senador Renato Casagrande, V. Ex<sup>a</sup> enfatiza a importância dos recursos para a Saúde, apoiando a CPMF, e esse é mais um exemplo de que não tem razão o Líder José Agripino em dizer que quem votou considerando que houve quebra do decoro parlamentar, no caso do Senador Renan Calheiros, são os mesmos que vão votar matéria relativa à CPMF.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Só quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>. A votação da CPMF é assunto completamente diferente das questões de decoro parlamentar que vêm sendo objeto de discussão e de votação aqui, no Senado. Mas, independentemente do fato de eu ser a favor ou contra a CPMF, ou mesmo questionar, como questiono, ...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – ... se os recursos estão, de fato, indo para a Saúde – acho que não estão indo para a Saúde, e isso precisa ser comprovado –, eu queria só apontar um dos aspectos que V. Ex<sup>a</sup> levantou: é só 0,38%, quer dizer, ...

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Zero vírgula trinta e oito.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Zero vírgula trinta e oito por cento. Mas sabe-se que isso é difícil de explicar e de compreender também, com todo o respeito, porque o Brasil arrecada R\$ 40 bilhões com a CPMF; e com todos os outros impostos reunidos, arrecada R\$ 200 bilhões. Então, não é 0,38%. A CPMF contribui, no bolo de impostos, com 20% a 25%. Vinte e cinco por cento! Por que isso? Porque a CPMF é um dos impostos – é contribuição, mas vamos chamar de imposto – mais perversos que existem, porque, quando se compra uma caneta, por exemplo, essa caneta passa por 10 operações até chegar à nossa mão, e cada consumidor está pagando 0,38% de imposto. Isso vai fazer com que haja arrecadação de R\$ 40 bilhões, comparados com R\$ 200 bilhões, que é o que se arrecada com todos os impostos. Há ainda algo mais trágico, Senador Suplicy: esse imposto é arrecadado no Município, no Estado, mas não retorna absolutamente nada para Estados e Municípios. Portanto, este argumento utilizado pelos nossos Ministros: “É pouquinho, é só 0,38%”, é equivocado.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – A CPMF representa 20% a 25% do bolo de impostos do nosso País, e ainda existem dúvidas de para onde está sendo direcionada. Com a DRU, Desvinculação dos Recursos da União, destinamos uma parte para a Saúde e ficamos com 20%. Então, creio que há muitos pontos a serem questionados

sobre a matéria, mas quero dizer que ela proporcionará um bom debate aqui, no Senado Federal.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Prezado amigo e Senador Flávio Arns, em verdade, vai mais diretamente para o cidadão do que para o Estado, o Município. No caso da CPMF, que vai para o Fundo de Combate à Pobreza, faz uma brevíssima passagem pelo Município para administrar as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Ele vai para ¼ da população, 11 milhões e 100 mil famílias, ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – ...44 milhões de pessoas, só para dar um exemplo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua. Concedo-lhe mais um minuto, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Vamos aprofundar este debate, para verificar, Senador Flávio Arns, que a contribuição não é tão perversa.

Na minha conclusão, Senador Tião Viana, quero aqui fazer novo apelo, como se fosse para meu irmão, para meu maior amigo. Eu gostaria de dizer, com franqueza, ao Senador Renan Calheiros: o melhor é que, até a primeira semana de novembro, o Presidente Renan Calheiros se licencie, dedique-se inteiramente ao esclarecimento de cada um dos episódios das quatro representações instauradas contra S. Ex<sup>a</sup>, de tal maneira, inclusive, a colaborar com os Relatores Senadores Jefferson Péres, João Pedro, Almeida Lima e o que for designado para que...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente. ... o Senado Federal, os 81 Senadores e, em especial, nosso Presidente Renan Calheiros, cheguem a uma conclusão sobre esse episódio.

Especialmente depois do sentimento expresso ontem pelo grande número de Senadores, que fez essa recomendação, fiquei pensando, caro Senador Tião Viana – V. Ex<sup>a</sup> é Vice-Presidente, uma das pessoas hoje mais próximas do Senador Renan Calheiros –, qual será o amigo, o companheiro, o irmão, a esposa ou o filho, a pessoa mais próxima do Senador Renan Calheiros, Senador Delcídio, que poderá transmitir ao Senador Renan Calheiros, que aqui agora se encontra... Digo-lhe, então, pessoalmente, com carinho como se fosse V. Ex<sup>a</sup> meu irmão, Presidente Renan Calheiros: V. Ex<sup>a</sup>, ainda mais com a designação do Senador Jefferson Péres, poderá colaborar muito para que tudo seja esclarecido no prazo mais curto possível. É a minha recomendação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência havia anunciado antes a fala do Senador Mão Santa. Somente por essa razão, observando o esquema de alternância de um orador inscrito e uma breve comunicação, falarão S. Ex<sup>a</sup> e, a seguir, o Senador Marconi Perillo, por permuta comigo. Eu estaria na frente, mas cedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, cujo nome está na lista de oradores.

Peço a compreensão de todos e o cumprimento do tempo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, no meu entender, não é esta Casa, mas o Brasil que vai mal.

Ô Delcídio Amaral, entendo, como na reflexão de Sócrates, que só há um bem, o saber; e só há um grande mal, a ignorância.

Este País, Osmar Dias, está caminhando para a ignorância.

Eu gosto do Luiz Inácio, votei nele, considero a D. Marisa uma encantadora dama, mas estamos aqui, Renan, para ensinar o Presidente, ou, então, vamos fechar esta Casa. Nós somos os pais da Pátria.

Luiz Inácio disse que ler uma página de um livro dava mais canseira do que fazer uma hora de esteira. Haja besteira, Osmar Dias!

Agora, ele mudou e disse que gosta mesmo é de novela. Eu não sei qual foi a novela que o encantou, Gabiraldi.

Com relação a esse negócio de ele ter dito que era pobre, já contam que Abraham Lincoln também o foi, mas Abraham Lincoln foi buscar a sabedoria: lia a Bíblia, lia Shakespeare. E aí está. Ele ensinou muito e até definiu democracia como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Ele disse e ensinou. O Abraham Lincoln foi esse exemplo.

Não precisamos, Luiz Inácio, buscar exemplos lá fora. Aqui mesmo: Juscelino sofreu. Esse negócio de dizer que é porque veio do Nordeste... Juscelino, essa visão de futuro, era órfão. Ô Paim, Juscelino, aos quatro anos, com a sua irmã do lado, viu seu pai passar em um caixão de defunto, vítima de tuberculose. Ele, filho de professora, precisou vender o anel, tentou o seminário e não conseguiu a vaga porque foi franco, dizendo que aquela não era a sua vocação. Juscelino lutou. Ele era filhinho de professora viúva, que lhe deu essa visão da necessidade de se buscar a sabedoria.

Está claro, Azeredo, que povos instruídos e alfabetizados são prósperos, ricos, saudáveis e felizes. Pode olhar! Povos sem saber estão aí, no

mundo, cada vez mais miseráveis. Isso é o que nos preocupa, pois piorou, mesmo, a educação.

Estamos mal educados, ô Pedro Simon. As bibliotecas e os livros eram melhores.

Quem não se lembra daquele tempo em que, após cursarmos o primário, fazíamos o exame de admissão?

Todo menino com dez ou onze anos, ô Perillo, fazia o exame de admissão. A gente fazia um ditado – eu me lembro ainda de meu pai –, uma dissertação, uma composição, e sabíamos todos.

Isso se tornou um imbróglio, e o exemplo arrasta. Não foi um bom exemplo o que Luiz Inácio deu. O estudo está aí e os números estão aí. Em Matemática, somos o penúltimo em pesquisa feita; lêem e não entendem o que lêem. Isso é a grande desgraceira. Há falta de respeito, falta de conhecimentos, e o Brasil vive o pior momento da sua história.

Bem ali, Paim, no Chile, pequenininho, quando você salta no país, dizem-lhe, logo, o seguinte: “A polícia daqui não é corrupta!” É; isso quem me disse foi um motorista.

Luiz Inácio, eu ia num táxi quando o motorista disse-me: “Essa é a casa do Presidente Ricardo Lagos”. Ô Garibaldi, era um sobradinho e não vi nem policial lá. O motorista disse-me: “Olha, ele é acostumado a receber autoridades. Ele mesmo serve os drinques e a mulher coloca a mesa”. E o país é a melhor das civilizações da América, porque eles buscam o saber. Lá, eles são educados.

Em Buenos Aires, às quatro horas da manhã, as livrarias estão abertas e todo mundo as respeita.

Ô Tião, aqui, falam dos acidentes provocados pelo álcool. Ontem, eu dizia que, nos Estados Unidos, a pessoa pode ter quatro ou cinco carros, mas jamais vai guiar bêbada. Ela chama um táxi para ir fazer uma refeição, ir a um jantar, porque vai tomar o seu uísque. Isso tudo é educação; é o que está faltando em nosso País.

Embora vivamos este momento, quero ser otimista, pois, na minha cidade, Parnaíba, foi lançado o *Almanaque da Parnaíba* de nº 82. Isso mostra o esforço da minha cidade e do meu Estado pelo saber e pela cultura.

Essa cidade, Paim, que deu ao Brasil Evandro Lins e Silva, João Paulo dos Reis Velloso e Assis Brasil, tem um centro cívico, um hino, uma bandeira e um almanaque.

Emocionado eu estou porque 12 de outubro é o Dia das Crianças e eu pude ler, Osmar Dias, um escrito de minha mãe.

Ô Pedro Simon, minha mãe era terceira franciscana como V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é quem pode falar a respeito de franciscano, aqui, ninguém mais!

Tomo o que ela escreveu para prestar minha homenagem, no Dia das Crianças, a todas as crianças que não têm uma mãe poetisa como eu tive. “Ao meu filho Francisco, meu pequeno Querubim”.

Pedro Simon, ela diz:

Filho! Tu és o enlevo e o amor de minha vida

Dos sonhos que sonhei, tu és a realidade!

És a visão formosa e abençoada, descida do céu para aumentar minha felicidade!

Estreitando-te ao colo, em preces entretida,

peço a Deus que te faça um anjo de piedade,

pois a vida só vale a pena ser vivida

por quem sabe visar da alma a imortalidade!

Como linda avezinha a esvoaçar contente,

qual borboleta azul trêfega e buliçosa vives tu, filho, a rir e a saltar sorridente...

Às vezes a ralhar, repreendo-te queixosa:

“Tu és feliz demais!” E depois, mais paciente:

“Tu és um querubim nadando em mar de rosa!”

E com isso eu quero lembrar a todos nós que temos família que devemos prestigiar este dia 12 de outubro. Temos de lembrar Bilac, que disse: “Criança, não verás nenhum país como este”. Que possamos nós, pais e avós, alertar as nossas crianças para que tenhamos um futuro melhor para este País.

Discordo do Presidente da República, Luiz Inácio, quando desestimula o ler, o saber. Digo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Couto, que o que me fez chegar aqui foi acreditar em Deus, no amor que cimenta a família, no estudo e no trabalho. Não compreendo como essa gente, sem ler, sem estudar... De repente, eu estava operando tireóide.

Esse é o exemplo que temos que dar. Que possamos, então, plantar em nossas crianças esse amor ao ler e ao saber. Eu estou aqui feliz, e, se cheguei a esta Casa, foi porque quando eu fui prefeito e Governador do meu Estado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Presidente Renan Calheiros, mais um minuto, por favor. Em um minuto, Deus ensinou e rezou o Pai-Nosso.

Se estou aqui, Paim, foi porque o povo do Piauí viu que plantei a semente mais importante: a do saber em meu Estado, a educação e o desenvolvimento universitário.

E eu queria alertar o Presidente Luiz Inácio para que não repita nunca mais aquilo. *Errare humanum est*, e ele errou.

Mas não repita. Agora ele corrigiu. Foi pior. Ele disse que não gosta de ler, ele gosta mesmo é de novela. Que é bom, é; mas encaminhe as nossas crianças a amar os livros e a buscar o saber, para a felicidade da nossa Pátria.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra, por permuta com o Senador Tião Viana, ao Senador Marconi Perillo. Antes, porém, será feita a leitura de um expediente que está sobre a mesa.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 89, DE 2007**

(Nº 50/2007, na Câmara dos Deputados)

(De iniciativa do Presidente da República)

**Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.**

AS Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

.....” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 95:

“Art. 95. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2011.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento), facultado à lei reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, mantida a parcela de destinação de que trata o inciso I do § 2º do referido art. 84, e reduzidas, na proporção das parcelas previstas nos incisos II e III do mesmo dispositivo, as respectivas destinações.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2007**

**Altera o art. 76 e acrescenta o art. 95 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando a vigência da desvinculação de arrecadação da União e da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.**

Art. 1º O **caput** do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.” (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Art. 95. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2011.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nos termos definidos em lei, mantida, para fins de destinação do produto da arrecadação, a mesma proporção decorrente da aplicação do § 2º do referido art. 84.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

#### **MENSAGEM Nº 269, DE 2007**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 60, inciso II, da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da proposta de emenda à Constituição que “Altera o art. 76 e acrescenta o art. 95 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando a vigência da desvinculação de arrecadação da União e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira”.

Brasília, 20 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 46/2007 – MF/MP

Brasília, 13 de abril de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Proposta de Emenda Constitucional que altera o art. 76 e acrescenta o art. 95 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando a vigência da desvinculação de receitas da União e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Sem dúvida, a situação fiscal do Brasil tem evoluído positivamente. São muitos os fatores que contribuíram para isso, merecendo destaque dois elementos que se mostraram fundamentais para que a consecução dos objetivos relativos ao equilíbrio fiscal brasileiro pudesse se concretizar. Trata-se especificamente da Desvinculação de Receitas da União, a chamada DRU, e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

Uma das características da estrutura orçamentária e fiscal brasileira é a coexistência de um volume

elevado de despesas obrigatórias – a exemplo das despesas com pessoal e benefícios previdenciários – com um sistema que vincula parcela expressiva das receitas a finalidades específicas. Tal estrutura reduz significativamente o volume de recursos livres do orçamento, os quais são essenciais para a consecução dos projetos prioritários do governo – como obras de infra-estrutura – e para a constituição da poupança necessária à redução da dívida pública.

Neste contexto, a DRU tem sido imprescindível enquanto instrumento de racionalização da gestão orçamentária, respondendo, nos últimos anos, por cerca de 58% do total dos recursos livres da União. É importante ressaltar que a existência da DRU não tem impedido a expansão de programas sociais prioritários, a exemplo do Bolsa-Família e da ampliação das dotações destinadas à educação, que deverá prosseguir nos próximos anos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB. Ao contrário, a DRU tem permitido à administração pública estabelecer prioridades e alocar recursos para o atendimento dessas prioridades.

É por estes motivos, ou seja, pela importância da DRU na constituição dos recursos livres do orçamento federal e pela necessidade de manter um grau mínimo de autonomia na definição de prioridades e na gestão orçamentária que estamos propondo a prorrogação da sua vigência até dezembro de 2011.

É por razões semelhantes – a necessidade de manter a estabilidade fiscal e macroeconômica – que propomos a prorrogação da CPMF pelos próximos quatro anos. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a CPMF é um tributo com baixo custo de administração e que tem garantido um montante consistente de arrecadação – alcançando R\$32 bilhões em 2006. Mesmo num ambiente de crescente solidez macroeconômica, não haveria como prescindir de tal volume de receita sem comprometer o bom desempenho das contas públicas.

Ao propor a prorrogação da CPMF não estamos nos furtando de avaliar propostas de redução progressiva da incidência deste tributo. Entendemos, no entanto, que é melhor discutir este tema quando da tramitação da presente Proposta de Emenda Constitucional no Congresso Nacional. O importante é que tal discussão não considere isoladamente uma eventual desoneração da CPMF, mas sim o conjunto das prioridades de desoneração tributária e, em particular, se é mais urgente reduzir linearmente a alíquota da CPMF ou reduzir mais rapidamente sua incidência em operações em que gera maiores distorções, a exemplo das operações de crédito.

Respeitosamente, – **Bernard Appy** – **Paulo Bernardo Silva**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
TÍTULO X

**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**  
.....

~~Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)~~

~~§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a e b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, **c**, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)~~

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a e b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, **c**, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000)

.....  
Art. 84. A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, prevista nos arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrada até 31 de dezembro de 2004. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 1º Fica prorrogada até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 e suas alterações. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 2º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37 de 2002)

I – vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II – dez centésimos por cento ao custeio da previdência social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

III – oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 3º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I – trinta e oito centésimos por cento, nos exercícios financeiros de 2002 e 2003; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

~~II – Oito centésimos por cento, no exercício financeiro de 2004, quando será integralmente destinado ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)~~

.....  
Art. 95. Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

.....  
LEI Nº 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996

**Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.**

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita as disposições cons-

tantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência recebeu diversas manifestações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007.

Os expedientes serão juntados ao Processo Especial da matéria, nos termos do art. 263 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, três fatos da mais alta relevância e importância histórica marcaram a história do meu Estado, o Estado de Goiás. O primeiro deles, as Bandeiras, no início do século XVIII, tendo à frente Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera. O segundo fato de grande importância se deu no Governo Getúlio Vargas, que criou um projeto denominado Marcha para o Oeste. Dessa maneira, Getúlio quis mostrar ao Brasil que não tínhamos apenas o País do litoral, mas também o Brasil do interior, Senador Eliseu Resende, um Brasil que ainda precisava ser explorado, ser descoberto, apesar das Bandeiras, no início do século XVIII. A Marcha para o Oeste, na década de 30, foi fundamental para o meu Estado. Com esse projeto, Pedro Ludovico Teixeira se encorajou a buscar apoio e subsídios junto ao seu correligionário, Getúlio Vargas, e teve a iniciativa corajosa de construir nossa bela capital, Goiânia, que vai completar agora seus 73 anos. E o terceiro fato foi, na minha opinião, fundamental para que Goiás se inserisse no contexto nacional e mundial como um dos principais Estados exportadores do Brasil, um dos Estados que mais crescem do ponto de vista de riqueza acumulada, de transformação industrial e de agregação de valor das nossas matérias-primas, que foi exatamente a construção de Brasília. O Governo Juscelino Kubitschek, com suas cinco metas, tendo como metas-síntese a construção de Brasília.

Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que tivemos, portanto, três grandes eventos absolutamente fundamentais para a história do meu Estado: as Bandeiras, Getúlio Vargas, com a Marcha para o Oeste, e depois Juscelino Kubitschek.

Em função da construção de Goiânia, certamente os Parlamentares desta Casa e do Congresso Nacional tiveram a iniciativa, salvo melhor juízo, ainda na Constituição de 46, de introduzir um artigo garantindo a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro

para o centro, para o interior, para o planalto central do Brasil. Assim, a construção de Goiânia muito influenciou os Parlamentares e o próprio Presidente Juscelino Kubitschek, que, certa ocasião, fazendo um comício no interior de Goiás, na cidade de Jataí, alertado por um estudante de Direito sobre esse artigo, jurou transferir a Capital para o planalto central do Brasil.

Mas, além da construção de Brasília, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em seu projeto de expansão do Brasil do litoral para o interior, teve a iniciativa feliz de construir a BR-060, no trecho Brasília–Anápolis. E, depois, de começar e deixar em estágio muito adiantado a construção da Belém–Brasília, que, àquela época, era considerada a “rodovia das onças”. Juscelino Kubitschek, com todos seus técnicos e colaboradores, dentre eles Bernardo Sayão, que morreu durante a construção da Belém–Brasília, teve papel fundamental no sentido de induzir o crescimento do Brasil para a região central, para o meu Estado.

Estou historiando esses fatos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para falar de um evento que, na minha opinião, tem grande importância. Trata-se da inauguração da terceira ou quarta etapa da duplicação da BR-060, exatamente no trecho Brasília – Anápolis. A construção foi realizada na década de 60 por Juscelino Kubitschek. E, no dia de ontem, o Presidente da República foi ao meu Estado para fazer solenemente a inauguração do último trecho.

Quero fazer esse registro, porque essa obra tem relevância histórica, é da mais alta importância. Não é a primeira fase. Na verdade, a construção começou há 26 anos. Lamentavelmente, no Brasil, uma obra dessa envergadura acaba sem solução de continuidade; sua conclusão acaba sendo postergada por uma série de fatos.

Eu mesmo, quando Governador do Estado, tive de vir, dezenas de vezes, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Fazenda, ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao Diretor do Dnit – então, DNER –, para buscar um ajustamento de conduta no sentido de que alguns trechos da rodovia fossem desembargados pelo Ministério Público Federal, porque havia suspeitas seriíssimas, aliás, porque o Ministério Público havia argüido suspeitas de irregularidades nos processos de licitação. Trabalhamos intensamente, durante dois ou três anos, para desembargarmos alguns trechos, que ficaram paralisados, porque o Tribunal de Contas da União não podia autorizar o reinício da obra. Até que conseguimos fazer um TAC, ou alguns TACs, tanto no trecho de Brasília quanto no de Goiás, junto ao Ministério Público Federal, envolvendo o

Tribunal de Contas da União, as empresas responsáveis pela construção, o Dnit, e, com isso, acabamos conseguindo desembaraçar a conclusão da duplicação da BR-060.

Mas, antes de conceder o aparte ao Senador Mão Santa, quero lembrar que essa obra começou exatamente há 26 anos, especialmente o trecho Anápolis–Goiânia, que acabou sendo inaugurado, há cerca de oito, nove anos, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso – uma obra que foi iniciada pelo Governador Henrique Santillo, com apoio federal e, depois, concluída e inaugurada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse outro trecho acabou se transformando em uma novela; foram anos e anos a fio. Mas tenho o privilégio de dizer que esse processo de duplicação começou no primeiro ano do meu primeiro mandato como Governador do Estado de Goiás. Acertei com o Presidente Fernando Henrique, tivemos o apoio de toda a Bancada de Senadores e Deputados Federais, e, a partir de então, com recursos no Orçamento da União, a obra começou a ser desenvolvida no sentido Brasília – Anápolis e Anápolis – Brasília.

Durante esse processo todo, fizemos duas ou três inaugurações, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A obra mereceu investimentos da ordem de R\$500 milhões. Boa parte desses recursos, talvez a metade, ou pouco mais, realizou-se durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Depois, entrou o Presidente Lula e continuamos a luta por recursos, sempre tendo o apoio imprescindível da Bancada de Parlamentares do nosso Estado. Depois do trabalho intenso, a fim de desembargarmos todos os processos que haviam por conta de superfaturamento etc., a obra pôde ser concluída.

Não tive o privilégio de estar presente à inauguração, porque, ontem, tínhamos aqui uma série de questões a serem resolvidas nas nossas Bancadas. Não tive também o privilégio e o prazer de participar de sua inauguração como Governador de Estado, mas tenho a sensação do dever cumprido; a satisfação, Senador Eliseu Resende e demais Senadores presentes, de ter podido colaborar com grande parte, na parceria do Estado com a União e com os Parlamentares, para que essa obra pudesse ser finalmente concluída.

Essa rodovia está agora a serviço não só dos goianos e dos brasilienses, mas de todos os brasileiros, porque é uma verdadeira artéria nacional.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marconi Perillo, V. Ex<sup>a</sup>, muito feliz, invoca Juscelino Kubitschek. Acho que a nossa Pátria precisa cultivar esses símbolos. V. Ex<sup>a</sup> senta na cadeira de Juscelino Kubitschek – ele foi Senador por Goiás. Foi lá que ele se inspirou e prometeu construir Brasília, foi numa cidade de Goiás. Então, parabênzo o povo de Goiás, que está adquirindo a fazenda em Luziânia, onde ele residiu nos últimos instantes de sua vida, refletindo e mostrando como é difícil a vida de um político. Ele, com muito altruísmo, é o símbolo maior. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que simboliza essa nova geração política de nosso País e de Goiás e que oferece a todo País um aprendizado no exemplo que foi Juscelino.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> engrandece este modesto pronunciamento.

Antes de encerrar, gostaria de lembrar que esse eixo macroestruturante começou com o Programa Brasil em Ação, Senador Eliseu Resende; depois veio o Programa Avança Brasil. Nos Governos de Fernando Henrique, havia os PPAs e os eixos macroestruturantes. Claro, isso tudo também foi iniciado anteriormente, com o plano de viação com que V. Ex<sup>a</sup> tanto colaborou. V. Ex<sup>a</sup> foi muito importante para a realização de inúmeras obras rodoviárias no meu Estado, nos governos em que atuou como excelente Ministro.

Mas quero lembrar que, fruto dessa aliança, dessa parceria, desse trabalho, vemos a duplicação, hoje – e participei disso, ativamente, durante quase oito anos, como Governador de Estado, buscando recursos, empenho junto à Bancada federal, que nunca deixou de atender aos nossos apelos –, o trecho da BR-153 que liga Goiânia à cidade de Itumbiara, na divisa com Minas Gerais, outra obra de transcendental importância para Goiás e para o Brasil. E esperamos que o trecho Uberlândia até Itumbiara, Senador Eduardo Azeredo, também seja priorizado, para que possa haver a interligação de toda essa região centro-leste do Brasil, por meio de pistas duplicadas.

Então, quero fazer esse registro e dizer que começamos agora outras batalhas – aliás, já as começamos há algum tempo –, como a reabilitação e a duplicação da Belém – Brasília – primeiro, a reabilitação, porque, em alguns trechos, a Belém – Brasília ainda é intransitável, infelizmente –, a duplicação da BR-060 no trecho de Goiânia até a divisa com Mato Grosso, além das outras rodovias que estão em construção ou em fase de conclusão ou que precisam ser reabilitadas.

Encerramos, ontem, uma etapa da nossa luta pela duplicação da BR-060 no trecho Brasília–Anápolis – já

que Goiânia–Anápolis já estava pronto, já havia sido inaugurado – e, iniciamos, agora, uma nova frente de batalha, para que o Estado de Goiás, que está no coração do Brasil e é por onde se escoam ou por onde passam todas as mercadorias, com o comércio realizado em grande parte deste País, possa, efetivamente, estar bem servido de rodovias, de ferrovias.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, além dessas lutas em relação às rodovias, iniciamos outras frentes de batalha também, no sentido de garantir a efetiva construção da Ferrovia Norte – Sul, que será fundamental para a competitividade do nosso Estado, e a construção das eclusas de São Simão na hidrovía Tietê – Paraná, para que, efetivamente, o Estado possa escoar sua produção de etanol, de biocombustível, da agroindústria, por meio de um meio de transporte mais eficiente, mais barato e, conseqüentemente, mais eficiente.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao ilustre Senador Eliseu Resende, grande brasileiro, grande Ministro dos Transportes que este Brasil conhece.

**O Sr. Eliseu Resende** (DEM – MG) – Senador Marconi Perillo, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pela sua exposição nessa tribuna, agora. Competentemente, como Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado e como ex-Governador do Estado, com uma administração criteriosa e de êxito, V. Ex<sup>a</sup> traça os parâmetros básicos do desenvolvimento da infra-estrutura brasileira. Quero enaltecer as suas referências à BR-153, que corresponde à Belém–Brasília, adicionado o trecho Brasília–Goiânia–Itumbiara, que atravessa o triângulo mineiro, o Estado de São Paulo, atravessa Santa Catarina e o Rio Grande do Sul na linha do Tratado das Tordesilhas. É uma vertical do Brasil. Quando V. Ex<sup>a</sup> traça uma perspectiva de aperfeiçoamento dessas estradas, da BR-153, por exemplo, faz uma exaltação importante a um dos trechos mais importantes da produção nacional e do escoamento da nossa produção, um verdadeiro corredor de exportação que liga a bacia Amazônica à bacia do Prata. Também a sua referência às eclusas, que chegam até o Tietê – Paraná, passando pelas margens do rio Paranaíba. São importantes eventos que devemos colocar na nossa consideração e particularmente discuti-los na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, onde estarei preparado para apresentar o novo plano nacional de viação que dará ênfase a esses grandes eixos. Parabênzo V. Ex<sup>a</sup> por defender o aperfeiçoamento da BR-060 e da BR-153 no seu promissor Estado de Goiás. Meus parabéns.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eliseu Resende, e o agrego com muito prazer ao meu pronunciamento porque V. Ex<sup>a</sup> bem sabe do respeito, da consideração, da estima ...

*(Interrupção do som)*

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO) – ... que tenho pelo grande brasileiro que é V. Ex<sup>a</sup>. Não foi por acaso, Senador Eliseu Resende, que não titubeei ao designá-lo relator do novo Plano Nacional de Viação – isso um evento da mais alta relevância para o Brasil, depois de décadas do antigo Plano Nacional de Viação –, por considerá-lo, com certeza, o maior especialista nesse setor aqui na Casa.

Tenho a honra de presidir a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a qual V. Ex<sup>a</sup> e muitos dos nossos Pares presentes também a compõem, mas não tenho dúvida, não titubeio em afirmar que V. Ex<sup>a</sup> é um dos maiores especialistas do Brasil e do mundo nesta área. Por se tratar também de um cidadão reto, honesto, íntegro, preparado, denso intelectualmente estamos certos de que teremos um grande debate sobre os novos eixos macroestruturantes do País, principalmente acerca do novo Plano Nacional de Viação.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância. Esse era o registro que gostaria de fazer na condição de cidadão goiano, na condição de ex-Deputado, ex-Governador, Senador da República, sobre esse feito da mais alta importância para Goiás e para o Brasil, que é a conclusão da última etapa do trecho rodoviário da BR-060, que liga Brasília a Anápolis. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Renan Calheiros, Presidente e, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, e Mão Santa, sucessivamente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos pelo belo pronunciamento, mas eu faria minhas as palavras de Simón Bolívar, que disse que abdicava todos os títulos, só não o de ser bom cidadão, o que V. Ex<sup>a</sup> é.

Convidamos para usar da palavra o Senador do Rio Grande do Sul Sérgio Zambiasi, do Partido Trabalhista Brasileiro.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, teria cinco minutos, mas jamais vou cortar a palavra do Rio Grande do Sul.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa, pela solidariedade.

Trata-se de um rápido registro. Primeiro, de pensar e de solidariedade às vítimas do acidente no oeste catarinense, próximo ao norte do Rio Grande do Sul, impactando toda a região e nos motivando a buscar junto à Polícia Rodoviária Federal informações sobre causas e conseqüências, investigações que possam levar a minimizar esse gravíssimo drama que centenas de famílias do Brasil estão vivendo em função de acidentes de trânsito.

Brasília está ainda enlutada por um gravíssimo acidente desse final de semana, que chocou a capital federal.

O oeste catarinense está chorando mais de trinta mortes e mais de oitenta feridos, muitos em estado grave, gravíssimo. É um fato que merece uma investigação séria sobre procedimentos e responsabilidades com relação a esse tipo de comportamento nas estradas. Esse acidente, que impactou o Brasil inteiro, mexe profundamente com o povo catarinense, assim como com o povo gaúcho – vizinho e irmão.

Também aproveito, Presidente Mão Santa, este momento para, com muito pesar, ocupar a tribuna para lamentar as mortes de dois dos mais destacados e competentes radialistas e jornalistas do nosso querido Rio Grande do Sul: Amir Domingues e Lupi Martins.

Amir Domingues morreu na última segunda-feira, aos 79 anos de idade, no Hospital São Francisco, em Porto Alegre, e Lupi morreu ontem, aos 63 anos, também na capital gaúcha. Ambos, sem nenhuma dúvida, inscreveram seus nomes na história da comunicação e do radiojornalismo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Amir Domingues dedicou sua vida à profissão, sendo uma das vozes mais conhecidas de todos os gaúchos. Por mais de quatro décadas, apresentou o programa “Agora” na Rádio Guaíba, emissora da Companhia Jornalística Caldas Júnior.

Apassionado por rádio desde menino, quando ouvia notícias da Segunda Guerra Mundial, Amir Domingues iniciou na profissão aos 16 anos, em Cruz Alta, terra do escritor Érico Veríssimo, para onde seu pai, um militar, fora transferido. De volta a Porto Alegre, ingressou na Rádio Gaúcha, em 1953. Depois, passou por outras emissoras. Em 1957, foi contratado pela Rádio Guaíba, sua grande paixão e uma das pioneiras do radiojornalismo brasileiro.

Na Rádio Guaíba, Amir e seu programa “Agora” acompanharam os principais episódios da história gaúcha, da história brasileira, da história mundial nas suas últimas quatro décadas e entrevistaram alguns dos nomes mais importantes da história deste País.

Amir era uma referência do radiojornalismo sul-rio-grandense e brasileiro.

Outra perda irreparável, Sr. Presidente, para o rádio gaúcho foi a morte, na manhã de ontem, do jornalista e radialista Lupi Martins, irmão do jornalista Lasier Martins, outro grande nome do radiojornalismo brasileiro.

Lupi Martins ficou conhecido no rádio brasileiro por trabalhar na “**Voz do Brasil**” durante 25 anos. Nessas duas décadas e meia, ele foi a voz dos gaúchos nesse programa de integração da Radiobrás.

Na Rádio Nacional de Brasília, chegou a apresentar o programa “Brasil em dois minutos”, onde narrava, direto de Porto Alegre, os casos mais interessantes e mais polêmicos.

Lupi Martins também trabalhou na Rádio Guaíba, onde foi setorista do Grêmio Futebol Porto-Alegrense por 25 anos, e na RBS-TV. Atualmente, era editor do “Jornal do Hipismo”.

Neste momento em que a comunicação social do Rio Grande do Sul está enlutada pelas perdas desses dois grandes profissionais, quero registrar a enorme contribuição que Amir Domingues e Lupi Martins deram ao radiojornalismo gaúcho e brasileiro.

Obrigado, Presidente Mão Santa, pela oportunidade dessa manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Tião Viana; e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> poderá usar o tempo que achar conveniente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O tempo regimental, meu caro amigo Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia de ontem, tive a alegria de acompanhar o Sr. Ministro de Estado da Educação, Dr. Fernando Haddad, numa visita de trabalho ao Estado do Acre, quando tivemos dois momentos muito importantes na vida federativa brasileira no que diz respeito à Região Norte, ao meu Estado, que foi a presença desse movimento intenso que ele está promovendo de fortalecimento e divulgação do Plano de Desenvolvimento da Educação, o chamado PDE; e, ao mesmo tempo, a inauguração da nossa chamada Universidade da Floresta, lá no extremo oeste brasileiro.

Chegou o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, da Universidade Federal do meu Estado, à última fronteira oeste do Brasil, junto à Serra do Divisor, implantando o pólo da chamada Universidade da

Floresta, abrindo a perspectiva para uma homenagem às futuras gerações, às gerações presentes no que diz respeito ao futuro. É um momento grandioso da vida educacional do Estado, daquela região, que tem uma convergência em torno de si de mais ou menos 250 mil pessoas, que não tinham qualquer perspectiva do ensino superior, a não ser a migração para os centros urbanos mais desenvolvidos, como Manaus, Belém e Rio Branco, e, com isso, perdendo a oportunidade de estarem próximas de seus familiares e das suas raízes na sua formação.

Junto a isso, o Ministro encontrou um ambiente físico muito bem definido naquela edificação que foi feita pela parceria entre o Governo Federal, o Governo Estadual e a Universidade Federal do Acre e encontrou também uma formação de professores extraordinária, a maioria em nível de doutorado, pós-doutorado e mestrado, atendendo aos requisitos de qualificação profissional.

Veio junto com o Governador Binho Marques, que tem como marca de sua gestão a educação e, como trajetória de vida e como desafio no seu horizonte de vida, deixar a causa da educação como a causa de todas as pessoas que vivem em comunidade naquele Estado. O Ministro Fernando Haddad ficou profundamente gratificado ao se deparar com a realidade do Estado, que mudou a sua qualificação relativamente aos indicadores da educação: saímos, em 1999, da 27<sup>a</sup> posição em qualidade de ensino e, em alguns itens, já alcançamos a sexta posição entre os 27 Estados da Federação, o que só nos motivou e causou orgulho.

Melhor ainda foi o Ministro dizer que ali se via o bom exemplo da boa aplicação de recursos na educação, a boa prática da gestão em educação e a correspondência entre as expectativas dos Estados, dos Municípios e da União, numa interface muito bem definida. Isso nos deixou a todos comovidos, gratificados e muito orgulhosos do trabalho em educação no meu Estado, que começou com o ex-Governador Jorge Viana e teve continuidade com o atual Governador, que era Secretário de Educação. Esse trabalho se consolida hoje com as grandes diretrizes vinculadas aos grandes projetos de educação no Brasil.

Fiquei extremamente sensibilizado e orgulhoso vendo centenas de professores e diretores de escolas discutindo todos os itens do PDE, do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Então, o que se afirmou como conteúdo da renovação e do compromisso das grandes diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação no meu Esta-

do? Uma educação básica de qualidade, Sr. Presidente, essa é a prioridade do Plano de Desenvolvimento da Educação. Investir na educação básica significa investir na educação profissional e na educação superior, porque elas estão ligadas direta ou indiretamente. Significa também envolver todos, pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola.

Com o PDE, o Ministério da Educação pretende mostrar à sociedade tudo o que se passa dentro e fora da escola, realizando uma grande prestação de contas. Se as iniciativas do MEC não chegarem à sala de aula e beneficiarem a criança, não se conseguirá atingir a qualidade que se deseja para a educação brasileira. Por isso, é importante a participação de toda a sociedade no processo.

O Compromisso Todos pela Educação deu o impulso a essa ampla mobilização social. Além dele, outra medida adotada pelo Governo Federal é a criação de uma avaliação para crianças dos seis aos oito anos de idade. O objetivo é verificar a qualidade do processo de alfabetização dos alunos no momento em que ainda é possível corrigir distorções e salvar o futuro escolar da criança.

A alfabetização de jovens e adultos também receberá atenção especial. O Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo MEC para atender os brasileiros com dificuldades de escrita e leitura ou que nunca frequentaram uma escola, está recebendo alterações para melhorar seus resultados. Entre as mudanças, estão a ampliação de turmas nas regiões do interior do País, onde reside a maior parte das pessoas sem escolaridade, e a produção de material didático específico para esse público. Hoje, há poucos livros produzidos em benefício do público adulto que está aprendendo a ler e a fazer cálculos.

A criação de um piso salarial nacional dos professores (atualmente, mais de 50% desses profissionais ganham menos de R\$800,00 por quarenta horas de trabalho); a ampliação do acesso dos educadores à universidade, a chamada universidade aberta; a instalação de laboratórios de informática em escolas rurais; a realização de uma Olimpíada de Língua Portuguesa, como a já existente Olimpíada de Matemática; garantia de acesso à energia elétrica para todas as escolas públicas; melhorias no transporte escolar para os alunos residentes em áreas rurais; e qualificação da saúde do estudante são outras ações desenvolvidas dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Na educação profissional, a principal iniciativa do PDE é a criação de institutos federais de educação

profissional, científica e tecnológica, os chamados CEFETs. A intenção é que essas instituições funcionem como centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia e de professores para a escola pública. Os institutos serão instalados em cidades de referência regional, para que contribuam com o desenvolvimento das comunidades próximas e ajudem a resolver a falta de professores em disciplinas como Física, Química e Biologia.

O PDE inclui metas de qualidade para a educação básica. Isso contribui para que as escolas e secretarias de Educação se organizem para o atendimento dos alunos. Também cria uma base sobre a qual as famílias podem se apoiar para exigir uma educação de maior qualidade. O plano prevê ainda acompanhamento e assessoria aos Municípios com baixos indicadores de ensino.

Para que todos esses objetivos sejam alcançados, é necessária a participação da sociedade. Tanto é que ex-Ministros da Educação, professores e pesquisadores de diferentes áreas de ensino foram convidados a contribuir para a construção do plano. Para resolver a enorme dívida que o Brasil tem com a educação, o PDE não pode ser apenas um projeto do Governo Federal. Tem de ser um projeto de todos os brasileiros.

Então, Sr. Presidente, quando vejo a chegada do Fies, aperfeiçoado agora, que é um novo marco revolucionário dentro do PDE, dentro das diretrizes do Governo Federal, fico cheio de orgulho. Isso foi aprovado ontem, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e espero que, após a desobstrução a pauta, seja uma matéria prioritária. É uma matéria que alcança milhões de jovens brasileiros dentro das instituições de ensino superior, além do que foi o Pronuni, além do que já foi o avanço de seis mil professores contratados, da redução de custeio, da recuperação de custeio de mais de 85% do financiamento das universidades públicas brasileiras, da expansão regional do ensino público. Então, é a consolidação de diretrizes de uma política de Estado para a educação.

O Ministro Fernando Haddad foi muito claro ontem ao dizer que, com essas regras, com essas diretrizes, com esses compromissos aplicados e vividos, não vamos precisar ter disputa entre governo e oposição que venham a suceder os atuais, porque, observadas essas regras básicas, nos próximos vinte anos o Brasil terá saldado toda a dívida que acumulou com as gerações passadas e que tem com as gerações presentes para assegurar o seu futuro.

Então, Sr. Presidente Mão Santa, fico orgulhoso de ter como Ministro de Estado da Educação o Dr. Fernando Haddad, um homem preparado, responsável, sério, com o objetivo direto de fortalecer e consolidar uma política educacional brasileira verdadeira, profunda e que envolva sobretudo a participação da sociedade e a ruptura daqueles paradigmas, daqueles focos de atraso.

Uns queriam que as crianças não fossem reprovadas, como se a sala de aula fosse um ambiente de passagem, sem qualquer controle de qualidade, sem qualquer busca da valorização. É um contraponto também para aqueles que achavam que se tinha de reprová-los que não estivessem aptos e deixá-los à margem da história, à margem da oportunidade. Trata-se, hoje, de qualificar, de não abrir mão das oportunidades e de assegurar a mão estendida da cidadania para todas as gerações presentes.

Fiquei profundamente orgulhoso. Vi, nas palavras do Ministro Fernando Haddad, a grandeza de reconhecer que erros passados foram enormes, irreparáveis na história da dívida educacional brasileira, mas que acertos também foram feitos. Ele fez questão de reconhecê-los. Não podemos deixar de reconhecer os acertos de algumas gerações que antecederam o Governo do Presidente Lula.

A maturidade é plena, o setor está pronto para deslanchar e colocar o Brasil num patamar de dignidade.

Encerro, com as palavras do Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Tião Viana, também participei hoje de café da manhã com o Ministro Fernando Haddad. Não tenho nenhuma dificuldade em reconhecer a sua competência no cargo e o fato de que vem se saindo bem. Ocorre que levamos ao Ministro uma preocupação, entregamos a ele um documento referente às escolas especiais. A Secretária da área de Educação Especial fez um documento preliminar, que já foi aqui comentado pelo Senador Flávio Arns e por mim, no qual propõe que não se crie mais nenhuma escola de ensino especial no Brasil e que as que existem passem a funcionar como clínicas e não mais como escolas especiais. O Ministro foi sensível, entendeu que, na verdade, todos somos favoráveis à escola inclusiva, na qual o aluno que tem algum problema pode participar da aula – é até melhor que ele participe da aula comum –, mas existem situações que exigem uma escola especial. Lamentavelmente, a informação, depois que estivemos com ele, é a de

que a Secretária disse que não arreda o pé, que a posição dela é esta mesmo: não criar mais nenhuma escola especial. Então, ao fazer o cumprimento ao Ministro, quero manifestar essa confiança e pedir inclusive o seu apoio para que não tenhamos esse atraso no processo. É perfeitamente possível conviver com as duas situações: a escola inclusiva e as escolas especiais, em casos especiais.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, cuja trajetória pessoal tem sido marcada por solidariedade humana aos portadores de necessidades especiais, fato reconhecido por todos nós no Senado.

Senador Eduardo Azeredo, francamente, coloque-me à disposição e, inclusive, penso que já poderíamos iniciar o amadurecimento desse debate, convidando a Secretária para uma audiência pública, a fim de fazermos o bom combate de idéias e de convencimento sobre argumentos que, tenho certeza, são de décadas e décadas de experiência acumulada sobre a melhor maneira de prestar amor e solidariedade a essas situações especiais. Portanto, a minha inteira concordância.

Termino, Sr. Presidente, cumprimentando o Governador Binho Marques, o Ministro Fernando Haddad, a Secretária da Educação Básica do MEC, Maria do Pilar, e todos os Prefeitos do meu Estado que cumprem as suas metas e as suas responsabilidades na recuperação da grande dívida da história brasileira com a educação. Sem educação, não haverá futuro.

Muito obrigado.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Tião Viana, um minutinho.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me, Senador Augusto Botelho...

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Tião Viana, a respeito desse assunto que o Senador Eduardo Azeredo falou com V. Ex<sup>a</sup>, sobre as escolas especiais, o que falta é que existem pessoas com necessidades especiais que, pelas suas condições, não podem ser incluídas nas escolas convencionais. O Ministro, que ficou inclusive de visitar uma escola aqui em Brasília, vai conseguir fazer com que o nosso novo sistema inclua essas escolas. Conforme entendimento do Ministério da Educação, todos têm que ir para as escolas convencionais. Todos nós gostaríamos disso, inclusive seria bom para as próprias crianças das escolas convencionais, já que a convivência com portadores de necessidades especiais desenvolveria nelas o sentimento de solidariedade para com o próximo. Assim, gostaria de

dizer a V. Ex<sup>a</sup> que penso que o plano da educação vai ajudar a melhorar a desigualdade no Brasil.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que chegaremos a um bom resultado nesse diálogo.

Aproveito a oportunidade e tomo a liberdade de anunciar a honrosa visita em plenário da grande Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, bem acompanhada da Bancada de Senadores.

Seja muito bem-vinda ao plenário do Senado Federal.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Tião Viana, convidamos para usar da tribuna o orador inscrito, Senador Renato Casagrande, do PSB do Estado do Espírito.

V. Ex<sup>a</sup> usará o tempo que achar conveniente, que é o espírito da Lei de Montesquieu.

Pedimos permissão para prorrogar o tempo da sessão por mais uma hora para que todos os Senadores presentes tenham direito de usar da palavra.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a concessão de V. Ex<sup>a</sup>, mas serei sucinto, pois o Senador Garibaldi Alves Filho tem um compromisso e vai falar logo após o meu pronunciamento.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Governadora do Rio Grande do Sul, que muito nos honra com a sua presença aqui nesta data, o primeiro assunto que trago a esta tribuna é apenas um registro.

Como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, tenho acompanhado o tema e os seus desdobramentos. As últimas notícias referem-se à presença do Presidente Lula na Conferência da Organização das Nações Unidas, que aprovo e sobre a qual já falei; uma notícia positiva. A notícia negativa foi a redução drástica da área coberta com gelo no Ártico, a maior redução da história recente do nosso Planeta, mostrando a interferência efetiva da ação humana sobre o aquecimento da Terra.

Para que possamos mudar essa realidade, considero fundamental envolver as crianças. Para tanto, o meu gabinete tomou a iniciativa de publicar uma história que trata do aquecimento global voltada para as crianças, para os jovens, mais especificamente as crianças do Ensino Fundamental e da pré-escola. Trata-se de uma cartilha da Turma do Agostinho, desenvolvida por Henrique César Faria, abordando de forma mui-

to simples as causas do aquecimento global e o que nós e os governos podemos fazer para conquistarmos adeptos à preservação do meio ambiente, numa visão de desenvolvimento. Não basta só preservar; tem que haver uma visão de desenvolvimento.

Preparei esta cartilha e já fiz a impressão pelo meu gabinete, mas penso que também o Senado poderia ampliar essa impressão para que outras escolas pudessem usá-la. Portanto, quero pedir o registro desta cartilha nos Anais da Casa, como uma contribuição do meu mandato e também para que o Senado possa avaliar a sua multiplicação.

Senador Eduardo Suplicy, antes de entrar no próximo assunto, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É a propósito da visita da Governadora Yeda Crusius e da Bancada do Rio Grande do Sul, que aqui a recebo com tanta atenção – vou justamente falar do projeto de V. Ex<sup>a</sup> – por meio dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Eduardo Azeredo. S. Ex<sup>a</sup> está justamente preocupada com o assunto que V. Ex<sup>a</sup> trouxe hoje em aparte.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – E é justamente sobre isso que vou falar agora.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Gostaria, inclusive, de dizer que estou de acordo com a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> relativamente à modificação que foi feita no projeto de lei do Senador Tião Viana, não por responsabilidade de S. Ex<sup>a</sup>. Houve uma iniciativa da Senadora Patrícia Saboya em apresentar uma emenda que modifica a destinação de recursos de tal maneira que diminui muito significativamente a destinação de recursos para a saúde, em especial para os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal e Espírito Santo. Quero dizer que encaminhei uma carta ao Senador Tião Viana e também à Senadora Patrícia Saboya com a análise desses dados. Se V. Ex<sup>a</sup> achar adequado, posso encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> para transcrevê-la nesse seu pronunciamento.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Eu gostaria muito, Senador Eduardo Suplicy. Irá enriquecer meu pronunciamento.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Assim, V. Ex<sup>a</sup> poderá completar os argumentos, pois a visita da Governadora Yeda Crusius é exatamente sobre o tema que V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Uma feliz coincidência, Governadora Yeda Crusius. Quero, portanto, parabenizá-la e aos três Senadores do Rio Grande do Sul por essa articulação.

O segundo tema que trago à tribuna diz respeito à CPMF e à saúde. Começamos o debate da CPMF no Senado no dia de hoje. A Câmara votou a matéria nessa madrugada, e a estamos debatendo aqui. Mas há algumas verdades que precisam ser ditas.

A primeira verdade é que o Governo arrecada muito e tem aumentado sua arrecadação. Estão aí os números colocados para todos. A segunda é que o Governo gasta mal. O perfil e a qualidade dos gastos do Governo não são adequados. A terceira é que o Governo não pode abrir mão de uma vez só da CPMF. V. Ex<sup>a</sup> é Governadora e sabe que isso desorganiza um planejamento de gastos da Administração Pública.

Com base nisso, temos alguns debates. Se o Governo arrecada muito e tem um gasto desqualificado, vamos qualificar o gasto. E qualificar o gasto é fazer mais investimentos em infra-estrutura, o que é fundamental, e em áreas em que isso se mostra literalmente necessário – e a saúde é uma dessas áreas.

O art. 198 da Constituição Federal estabeleceu que os Municípios gastariam 15%; os Estados, 12%; e a União, a variação do PIB, a partir de 2004, enquanto não houver uma lei complementar. Temos uma proposta de lei tramitando aqui, de autoria do Senador Tião Viana, e outra proposta tramitando na Câmara dos Deputados.

É fundamental que façamos o vínculo da aprovação da CPMF com o aumento do gasto na área de saúde. É a oportunidade que o Brasil tem de aumentar o gasto na área de saúde. Vamos debater a continuidade da CPMF. Podemos debater uma redução escalonada da CPMF; podemos transformá-la num percentual menor para controle fiscal, mas temos de estabelecer um debate com o Governo – e eu sou da Base do Governo – no sentido de que é a hora, se vamos votar a CPMF até o final do ano, de votarmos a regulamentação, que é a famosa Emenda nº 29. Essa é a lei complementar definida no art. 198 da Constituição Federal, para que possamos definir quanto cada ente da Federação vai gastar com a área de saúde e o que é gasto de saúde.

O que se aprovou na Comissão de Assuntos Econômicos – eu não estive na reunião, porque estava no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – foi a definição do aumento do gasto com saúde por meio da variação do PIB e o vínculo, como gasto de saúde, com saneamento básico em cidades de até cinqüenta mil habitantes e com pagamento de despesas com pensionistas e aposentados.

Isso, contudo, acaba retirando dinheiro da saúde. Não que investimento em saneamento não seja importante para a saúde. É importante, mas, se vincularmos os investimentos em saneamento como investimento em saúde, o que precisamos de investimento em saneamento hoje é tão grande que daqui a pouco não teremos, efetivamente, investimentos nas ações de saúde de forma direta.

Então, o que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou não atende à população brasileira, não atende aos prefeitos e aos governadores. Vai diminuir os recursos para a área da saúde.

Portanto, Senadora Relatora da CPMF, esse é um debate que faremos, daqui para frente, com muita intensidade. Acho, Senador Paulo Paim, que poderemos fazer esse vínculo, abriremos esse debate com o Governo a partir de hoje.

É possível que possamos aprovar a CPMF? É possível. É possível debatermos isso? É. Tem que haver diálogo com a Oposição? Tem que haver.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Casagrande, peço permissão para interrompê-lo, a fim de saudar essa extraordinária mulher gaúcha, Yeda Crusius, Governadora do Rio Grande do Sul, que nos visita.

Esta Casa tem a melhor delegação da história de todo o Rio Grande do Sul: os Senadores Simon, Paim e Zambiasi.

E essa extraordinária mulher, Yeda Crusius, sem dúvida alguma tem uma das mais belas carreiras políticas femininas do nosso País. Foi Ministra do Planejamento e Orçamento no Governo Itamar Franco, foi Deputada Federal e talvez seja a primeira Presidente mulher.

Poderemos ter nos Estados Unidos, na Argentina e aqui.

A palavra está à disposição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Renato Casagrande, V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Eu só gostaria que V. Ex<sup>a</sup> registrasse que o senhor lançou a candidatura da Governadora Yeda Crusius à Presidência da República num pronunciamento que eu estava fazendo.

Concederei o aparte, Senador José Nery, em um minuto, só para completar esse raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E lembrar que V. Ex<sup>a</sup> é do Espírito Santo.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – E a capital é Vitória.

Sr. Presidente, só para eu poder concluir o meu raciocínio, para que eu não perca essa oportunidade, primeiro, só teremos um resultado positivo aqui num debate com a Oposição. O Ministro Guido Mantega hoje – lógico, é matéria de jornal, pode ser que esteja um pouco desvirtuada – disse que, se não aprovarmos a CPMF, vamos aumentar o IOF e o imposto de importação porque não podemos ficar sem os recursos etc.

Acho que esse debate não colabora com nosso diálogo dentro do Senado. Precisamos ter um diálogo com a Oposição para que tenhamos um procedimento de votação e uma tentativa de uniformização em torno do mérito.

Penso que unificaremos em torno do mérito e definiremos em termos de procedimentos se nós, de fato, tivermos uma decisão de vinculação de que é fundamental aumentarmos o percentual de recurso e definirmos em torno de 10% o volume de recursos da União para a área de saúde.

Concedo um aparte ao Senador José Nery.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Renato Casagrande, quando pedi a palavra, na verdade era para interromper o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, aproveitando a carona da interferência do Senador Mão Santa, quando pediu permissão a V. Ex<sup>a</sup> para anunciar a presença, em plenário, da Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul – e, na oportunidade, inclusive, fez o lançamento da candidatura de S. Ex<sup>a</sup> à Presidência. Eu queria, igualmente, registrar, aproveitando a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me confere, a presença, na galeria de honra desta Casa, da cineasta Tizuka Yamazaki, que está visitando o Congresso Nacional – o Senado Federal e a Câmara dos Deputados –, procurando apoio para uma importante iniciativa, a produção de um filme chamado Amazônia Caruana, baseado nas lendas e histórias do povo da ilha de Marajó, no Pará. Para realizar essa produção cinematográfica, evidentemente, é imprescindível o apoio dos órgãos e instituições públicas, e hoje ela visita o Senado e a Câmara à procura desse apoio. Eu queria saudar, inclusive, a presença de sua produtora Liane, que está aqui conosco. Quero dizer da nossa satisfação em recebê-las. Com certeza, V. Ex<sup>a</sup>, como brasileiro e Senador pelo Estado do Espírito Santo, também tem interesse em apoiar toda e qualquer atividade cultural que resgate tradições e histórias do nosso povo, seja do centro-sul do País, seja da Amazônia, essa importante Região brasilei-

ra, que grande contribuição pode oferecer, não só do ponto de vista da sua biodiversidade, da sua história, mas também da valorização da sua cultura. O filme, que pretende ser realizado no Estado do Pará, especialmente no Marajó, é parte dessa valorização cultural das histórias, das tradições e das lutas do nosso povo. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> por permitir este aparte.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador José Nery.

Também saúdo a presença da Sr<sup>a</sup> Tizuka Yamazaki junto a nós. Muito nos orgulha e honra seu trabalho no País, pelo resgate da cultura. Especialmente nesse tema, pode contar conosco, para que possamos, junto com o Senador José Nery, darmos nossa colaboração e contribuição, na medida das nossas possibilidades.

Para concluir meu pronunciamento, reafirmo que vamos debater permanentemente a questão da CPMF, mas eu gostaria de deixar já hoje, aqui, registradas as frentes em que vamos debater o tema. O tema é uma grande oportunidade para o debate fiscal do Governo; é uma grande oportunidade para que possamos melhorar o perfil do gasto do Governo, e o perfil do gasto do Governo vai ser aperfeiçoado com a ampliação de recursos para algumas áreas – e a área de saúde é fundamental. O Ministro da Saúde pode nos assessorar muito, porque S. Ex<sup>a</sup> defende a ampliação dos gastos. Se S. Ex<sup>a</sup> estiver acompanhando, se o Ministério estiver acompanhando o pronunciamento, ele deve nos procurar, procurar o Senado, além da audiência pública que vamos ter, porque teremos oportunidade de fazer um debate efetivo, de fato, da definição clara dos recursos que o Governo Federal tem que aplicar na área da saúde neste momento.

É, por fim, um tema importante para que possamos debater: a melhoria do gasto, a qualidade do gasto da Administração Pública. Vamos debater, nos próximos dias, esse tema da CPMF, mas vamos vincular as questões da carga tributária, da política fiscal e da qualidade dos gastos na Administração Pública, especialmente com relação à área da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

PARA COLORIR

# TURMA DO AGOSTINHO

MIRIAM ESTÁ TENTANDO ESTUDAR, MAS MESMO COM O VENTILADOR LIGADO, JANELA ABERTA, JARRO DE ÁGUA NA MESA, O CALOR NÃO DÁ UMA TRÉGUA. ELE LIGA PARA A AMIGA SARA ...

SARA, TUDO BEM? NOSSA, EU ESTOU PREOCUPADO COM ESSE CALOR TODO. ISSO NÃO É NORMAL, NÉ? NEM CONSIGO ESTUDAR DIREITO.

... ANTES A GENTE PODIA BRINCAR O DIA TODO NA PRAIA. AGORA COM UMA HORA DE SOL QUASE FRITAMOS.

EU LI QUE ISSO ESTÁ ACONTECENDO POR CAUSA DO AQUECIMENTO GLOBAL.

## NA BIBLIOTECA...

AGOSTINHO PEGA UM LIVRO GROSSO QUE FALA SOBRE O ASSUNTO. COLOCA O LIVRO NA MESA E ABRE. TODOS PRESTAM BASTANTE ATENÇÃO.

"...O AQUECIMENTO GLOBAL É UM FENÔMENO NATURAL, QUE ATINGE TODO O PLANETA. A QUESTÃO É QUE ESTE AQUECIMENTO AUMENTOU NAS ÚLTIMAS DÉCADAS E PODE CRESCER AINDA MAIS POR CAUSA DA EMISSÃO DOS CHAMADOS GASES DO EFEITO ESTUFA"...

...DERRETIMENTO DAS CALOTAS POLARES E DE GELEIRAS QUE ELEVA O NÍVEL DOS OCEANOS CAUSANDO INUNDAÇÕES EM CIDADES DO LITORAL...

"...SE NÃO TRABALHARMOS LOGO PARA MUDAR ESSA SITUAÇÃO VAMOS, NO FUTURO, SOFRER MUITO MAIS SUAS CONSEQUÊNCIAS. ISSO NÃO É FICÇÃO. ESTAMOS VENDO TODO DIA NA TV"...

... EM OUTROS LUGARES PODEM SURTIR DESERTOS E PROLIFERAR INSETOS E ANIMAIS NOCIVOS...

MAS SE TODO MUNDO SABE QUE ISSO É TÃO GRAVE, PORQUE OS GOVERNOS NÃO SE UNEM PARA RESOLVEREM O PROBLEMA?

JÁ EXISTE UM GRUPO DE REPRESENTANTES DOS PAÍSES, QUE SE REÚNEM PARA IDENTIFICAR AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PLANETA.

VOCÊ VAI SEMPRE NESSAS REUNIÕES, NÃO É?

DE REPENTE UMA LUZ BEM BRILHANTE SAI DO LIVRO. LOGO DEPOIS SURGE UMA FIGURA... O SUPER OX.

EU SOU AQUELE QUE VAI AJUDAR VOCÊS A SAÍREM DESSA CONFUSÃO. ME CHAMO OXIGÊNIO SOU UM DOS ELEMENTOS VITAIS DA NATUREZA, MAS PODEM ME CHAMAR DE SUPER OX.

QUEM É VOCÊ?

**NOOSSSA!!**

**PUXA VIDA!**

VAMOS PARA ONDE? VOCÊ AINDA NÃO NOS CONTOU O QUE ESTÁ ACONTECENDO.

VIM PARA AJUDAR A RESOLVEREM ESSE GRANDE PROBLEMA. VAMOS LOGO PORQUE NÃO TEMOS MUITO TEMPO.

AHHH É MESMO! ESQUECI CONTO NO CAMINHO.

BEM, VOU LEVAR VOCÊS PARA A FLORESTA AMAZÔNICA PARA EXPLICAR MELHOR COMO OCORRE O EFEITO ESTUFA.

**HUMM!**

VOCÊS DA TERRA PRECISAM DO EFEITO ESTUFA PARA GARANTIR A TEMPERATURA EQUILIBRADA. CASO CONTRÁRIO, NÃO HAVERIA VIDA.

A ATMOSFERA DA TERRA É TRANSPARENTE E DEIXA ENTRAR A MAIOR PARTE DOS RAIOS QUE VÊM DO SOL, MANTENDO NOSSO PLANETA AQUECIDO O SUFICIENTE PARA QUE HAJA VIDA. MAS, QUANDO PARTE DESSES RAIOS NÃO SÃO REFLETIDOS DE VOLTA PARA O ESPAÇO, A TERRA ESQUENTA DEMAIS.

NO ENTANTO, A POLUIÇÃO DOS ÚLTIMOS 150 ANOS AUMENTOU A QUANTIDADE DESSES GASES NA ATMOSFERA. A FUMAÇA QUE É SOLTA PELAS GRANDES INDÚSTRIAS, PELOS CARROS, ENTRE OUTROS, SOLTA MAIS GASES NA ATMOSFERA E FAZ COM QUE MAIS CALOR FIQUE RETIDO AQUI.

PORTANTO, QUANTO MAIS DESSES GASES FOREM LANÇADOS NA ATMOSFERA, MAIS CALOR É RETIDO.

E O PIOR É QUE AS FLORESTAS QUE AJUDAM A CAPTURAR PARTE DESSES GASES EXTRAS, COMO O DIÓXIDO DE CARBONO, ESTÃO SENDO DESTRUÍDAS E ISSO AGRAVA AINDA MAIS A SITUAÇÃO.

FORAM TANTOS CARBONOS EXTRAS LIBERADOS PELA ATIVIDADE DESCONTROLADA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANETA QUE SE JUNTARAM E FORMARAM UM INIMIGO MORTAL O BRUTUS CARBONUS. POR ISSO ESTAMOS AQUI. ELE PRETENDE ACABAR COM TODO O VERDE DO PLANETA, COMEÇANDO PELA AMAZÔNIA. TEMOS QUE CAPTURAR ESSE VILÃO QUE ESTÁ ESCONDIDO AQUI NA FLORESTA.

O SUPER OX REUNIU AS ÁRVORES MAIS FORTES E ROBUSTAS DA FLORESTA PARA TENTAREM CAPTURAR O BRUTUS CARBONUS. MAS SOZINHAS AS PLANTAS NÃO CONSEGUEM DETÊ LO.

MAS COMO AS FLORESTAS PODEM AJUDAR COM O PROBLEMA DO AQUECIMENTO E CAPTURAR ESSES GASES?

AI É QUE ESTÁ, MEU CARO AMIGUINHO...

...ELAS CAPTURAM O DIÓXIDO DE CARBONO DO AR E LIBERAM O OXIGÊNIO. POR ISSO AS PLANTAS SÃO TÃO IMPORTANTES PARA O PLANETA.

SABEM EM QUE SE TRANSFORMA OS CARBONOS EXTRAS ABSORVIDOS DA ATMOSFERA PELAS PLANTAS? EM MADEIRA. ELE AUMENTA O CAULE DAS PLANTAS, E ASSIM,

**Na Amazônia...**

CHEGAMOS!

ESTAMOS NO CENTRO DA AMAZÔNIA. TROUXE VOCÊS BEM RÁPIDO PARA CÁ PELA ATMOSFERA. SÓ AQUI VAMOS CONSEGUIR AMENIZAR O PRINCIPAL PROBLEMA.

COMO ASSIM SUPER OX?

EU QUERO DESCER. TENHO MEDO DE ALTURA. PREFIRO CONTINUAR MEROÍNA PISANDO EM TERRA FIRME.

PRECISAMOS DA AJUDA DE TODOS.  
POR ISSO, PEDIMOS AOS NOSSOS  
AMIGOS PARA PLANTAREM ÁRVORES,  
FORMANDO UMA CORRENTE AMBIENTAL.  
COM MAIS ÁRVORES PODEMOS PRENDER  
O VILÃO CALORENTO.

COM A AJUDA DE TODOS,  
UMA DAS MAIORES ÁRVORES  
DA FLORESTA AMAZÔNICA  
CONSEGUIU APRISIONAR  
BRUTUS CARBONUS EM SEU  
CAULE. ISSO MOSTRA A  
FORÇA DAS FLORESTAS

ENTÃO  
O PROBLEMA ESTÁ  
RESOLVIDO.

NEM PENSAR  
DONA SARA.  
O TRABALHO  
ESTÁ APENAS  
COMEÇANDO!

ISSO MESMO  
MEU AMIGUINHO  
SENADOR. VEJO  
QUE ENTENDEU  
BEM A SITUAÇÃO

AGORA TÊMOS QUE CONSCIENTIZAR OS  
GOVERNANTES. VOU PARTICIPAR DE TODAS  
AS REUNIÕES DA ONU PARA DEBATER  
O ASSUNTO.

## REUNIÃO DA ONU...

... E ESSA, SENHORÉS. FOI NOSSA

O PROTOCOLO DE KYOTO, É UM DOCUMENTO ASSINADO POR VÁRIOS PAÍSES E É A PRINCIPAL ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA COMBATER O AQUECIMENTO GLOBAL DO PLANETA, COMO A REDUÇÃO DOS GASES POLUENTES ATÉ 2012. ESSE DOCUMENTO PROPÕE AÇÕES PARA AS NAÇÕES MAIS RICAS, QUE SÃO AS QUE MAIS POLUEM O PLANETA. ENQUANTO O PROTOCOLO DE KYOTO NÃO ENTRA EM PRÁTICA, OS LÍDERES DO MUNDO DISCUTEM AÇÕES EMERGENCIAIS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NA TERRA.

### PROPOSTAS:

- 1- No Setor de energia e transportes, buscar soluções de combustíveis alternativos como o biodiesel feito do óleo de alguns vegetais, etc;
- 2- O uso de fontes energéticas não-poluentes como a energia solar e energia a gás natural;
- 3- Proteger e valorizar o desenvolvimento sempre respeitando a natureza e a vida;
- 4- Proteger as florestas que ajudam a capturar o carbono do ar, investindo no combate às queimadas e desmatamento;
- 5- Incentivar o reflorestamento em áreas degradadas

Amiguinho e amiguinha *brum* ...

ANTES, QUANDO FALÁVAMOS EM AQUECIMENTO GLOBAL PENSÁVAMOS EM FUTURO. MAS AGORA ISSO JÁ FAZ PARTE DE NOSSA REALIDADE. JÁ ESTÁ ACONTECENDO. PARA ISSO, TENHO ALGUMAS DICAS PARA CONVIVERMOS COM O PROBLEMA E DESENVOLVERMOS JÁ UM COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL. CONFIRA ALGUMAS SUGESTÕES

**SEJA UM FISCAL DA NATUREZA NA SUA CASA...**

- 1. Não desperdice os alimentos na hora de cozinhar ou na hora de comê-los.
- 2. Evite acender as lâmpadas durante o dia, abra as janelas e as cortinas e aproveite no máximo a iluminação natural.
- 3. Sempre que sair de um lugar para outro, apague as luzes.
- 4. Dê preferência para lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares, pois além de gastarem menos energia para funcionar, duram mais e na maioria das vezes iluminam melhor.
- 5. Não utilize a parte traseira da geladeira para secar roupas, panos e tênis pois além do perigo da moque você estará aumentando o consumo de energia.
- 6. Antes de abrir a porta da geladeira, pense em tudo o que precisa colocar ou retirar para ficar o menor tempo possível com a porta aberta.
- 7. Peça a seus pais para usarem o ferro, somente quando juntarem bastante roupa para passar, evitando assim de ligá-la várias vezes no semana, o que consome mais energia.
- 8. Na lavanderia, não deixe a máquina de lavar com água parada.
- 9. Ao lavar o quintal, calçada ou garagem, não "varra" a sujeira com a mangueira de água. Na lavagem de automóveis use o balde. Lembre-se: a mangueira é responsável por até 20% de sua conta de água.
- 10. Procure nas latas de sardinha e atum a inscrição "protegem os golfinhos" o que significa que na ala de captura não se utilizam técnicas que matam os golfinhos e outros animais como o tartaruga-marinha.
- 11. Não use roupas, sacolas, bolsos, casacos e outros produtos feitos com couro de os mais silvestres como cabras, jacarés, aves, répteis, pássaros, e outros. A caça no Brasil é proibida, para denunciar ligue para o Ibama: 0800-61-8080.
- 12. Na supermercado procure produtos de limpeza que tenham a inscrição "biodegradável", significa que são menos nocivos ao meio ambiente.
- 13. Nunca use o vaso sanitário como lixeira. Além de desperdiçar uma grande quantidade de água você irá provocar entupimentos e muitos transtornos. A descarga do vaso sanitário é responsável por até 35% de sua conta de água.
- 14. Ao comprar produtos tipo aerossol verifique na rótula se foi utilizada CloroFluorcarbono (CFC) na sua produção, já que é uma substância prejudicial ao meio ambiente. Neste caso, procure outro produto similar.
- 15. Não deixe lixo perto de rios, nos praias e em locais públicos ou de preservação ambiental. Na sua casa, separe o lixo. Coloque
- 16. Por fim, fique mais perto da natureza. Ouça os sons do vento, admire as plantas, observe a água...

**POF FIM, MEUS COLEGAS DE TODOS OS PAÍSES, TEMOS QUE NOS UNIR PARA EVITAR QUE PROBLEMA E**

**7 CONTAMOS COM VOCÊS PARA AJUDAR O PLANETA TERRA.**

**TURMA DO PARA COLORIR**  
**AGOSTINHO**

## AUTORIZAÇÃO

Eu, Henrique César Faria, estudante universitário do curso de publicidade, identidade 1.967.975 SSP/ES, CPF 105.661.667-98 (Cópia dos documentos em anexo), residente na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 635, ap. 504, Centro, Vitória-ES, CEP 29010-331, Telefones de contato: (27) 3222-7741 – residencial, (27) 3315-2696 – comercial, (27) 8821-3986, Autorizo a Instituição Senado Federal à publicar quantidade indeterminada, quantas vezes forem necessárias, a cartilha educativa infantil com o tema “Turma do Agostinho em Aquecimento Global”, para fins didáticos e sem fins lucrativos. Todas as ilustrações do material são de minha autoria.

Vitória-ES, 1º de outubro de 2007. – **Henrique César Faria**, RG 1.967.975 SSP/ES, CPF 105.661.667-98.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos o brilhante pronunciamento ao Senador Renato Casagrande, de Vitória, Espírito Santo, e convidamos para usar da tribuna, de acordo com a inscrição, o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte. Depois, ainda estão inscritos os Senadores Eduardo Azeredo, Pedro Simon, que o País aguarda ansiosamente, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Todos usarão da palavra. Estamos aqui para garantir a liberdade de cada Senador.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, também quero dirigir minha saudação à cineasta que, ao lado da sua produtora, dá-nos a honra da sua presença neste instante. Espero que os contatos que ela vem mantendo aqui sejam proveitosos para a realização do seu objetivo.

Sr. Presidente, venho aqui falar sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal em torno da fidelidade partidária. O debate sobre essa decisão foi, no primeiro momento, muito pobre, Sr. Presidente. Foi um debate que não nos deixou antever suas conseqüências. Agora, pretendo encarar essas conseqüências, Senador Paulo Paim, não pelo aspecto jurídico, mas muito mais pelo aspecto político.

O Tribunal julgou mandados de segurança contra atos do Presidente da Câmara dos Deputados, que se negara a cassar os mandatos de vários parlamentares, a pedido de Partidos políticos, dando posse aos respectivos suplentes. Por ser assim, conforme a técnica processual até aqui vigente, tinha o Supremo dois caminhos a seguir: ou concedia o mandado de segurança, porque os Partidos tinham o direito líquido e certo alegado, ou o denegava, precisamente porque, em sentido inverso, os Partidos não tinham esse direito

líquido e certo. Denegado o mandado de segurança, estava convalidado o ato da Presidência da Câmara dos Deputados, e mantidos estavam os Deputados no exercício dos seus mandatos.

Foi isso o que aconteceu, porque nenhum mandato foi cassado pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Estava delineada, portanto, a conclusão: o Supremo Tribunal considerou que o mandato é dos Partidos, e quem abandona o Partido deve deixar com ele seu mandato, o que só poderá ocorrer – e isso será objeto de uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral – depois do dia 27 de março, data da resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

A história começa aí, mas ela tem um desfecho surpreendente, não só por esses aspectos de inovador arrojo na prática judiciária, mas especialmente pelo núcleo da argumentação da maioria da Corte, no sentido de ser titular do mandato o Partido, não o cidadão eleito pelo povo.

Sr. Presidente, em uma aparente leitura da Constituição, fora do seu sentido literal, temos que a Câmara dos Deputados não é composta de representantes do povo, como este Senado é composto de representantes dos Estados. A Câmara passa a ser composta por representantes dos Partidos.

Quanto ao primeiro aspecto, Sr. Presidente, sempre se observou no Brasil a regra constitucional segundo a qual às Casas do Parlamento cabe o julgamento dos seus membros, como está acontecendo agora com relação ao Presidente da Casa. Mas não está incluída a fidelidade partidária no elenco das causas de perda de mandato inscrito na Constituição. E, exatamente em face dessa omissão da Constituição, cujo silêncio sobre o tema é eloqüente, será preciso que o Tribunal Superior Eleitoral se substitua ao Congresso Nacional, para, por meio de resolução, disciplinar o que a Constituição e as leis não disciplinam.

As conseqüências disso, Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadores, são evidentes e contribuem para o crescente empobrecimento da atividade legislativa do Congresso, já diminuído pelo proliferar de edições de medidas provisórias pelo Poder Executivo.

Por outro lado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa – esta parece ser a questão mais grave, que não foi ainda devidamente percebida e absorvida pelo meio político –, num olhar sobre as conseqüências da deliberação do Supremo Tribunal Federal, haverá a intervenção do Judiciário em questões partidárias ou na disciplina da ação dos Partidos políticos, o que nunca houve e só pode despertar iguais apreensões.

Embora, hoje, haja muitas dúvidas sobre o real alcance do que foi decidido pela Suprema Corte, num primeiro instante, o que parece haver é a subordinação

do mandato parlamentar aos Partidos políticos, a pretexto de se coibir e punir a infidelidade partidária.

A respeito de fidelidade partidária, o orador que está aqui, nesta tribuna, pode falar – e o Senador Mão Santa sabe disto – com absoluta franqueza, porque defendo a fidelidade partidária com intransigência nos seus contornos políticos. Mal saído da adolescência, obtive meu primeiro mandato pelo MDB, em 1970 – lá se vão mais de 20 anos –, e, no PMDB, permaneci sob a liderança de Ulysses Guimarães e, no plano regional, do Ministro Aluísio Alves e do Presidente Tancredo Neves.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – São 37 anos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – São 37 anos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – De 1970 a 2007.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Já fez a conta, não é? Não é difícil de fazê-la. Muito obrigado, Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – O MDB foi transformado em PMDB, salvo engano, de 1979 para 1980.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> não nega que já passou pelo MDB, não é verdade?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Ingressei, em 1977, no MDB. Foram extintos o MDB e a Arena em 1979, e, em 1980, participei da fundação do PT. Já são 27 anos desde a fundação do PT e quase igual tempo da fundação do PMDB, que sucedeu o MDB.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Lamento que V. Ex<sup>a</sup> tenha deixado o MDB, o PMDB, mas, ao mesmo tempo, conforta-me ver V. Ex<sup>a</sup>, cada vez mais, defendendo aquelas grandes causas e princípios que construíram o MDB.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Por isso, tenho tanta afinidade com essas causas e com os amigos do PMDB até hoje!

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Suplicy.

Na verdade, não vim aqui para falar sobre minha vida política, embora ela tenha sido pautada, ostensivamente, pela fidelidade partidária. Vim dizer que não creio que se possa submeter o mandato popular, outorgado pelo povo aos seus escolhidos, aos Partidos políticos. E aí, perdoem-me, são todos os Partidos, sem exceção; não estou generalizando, o que estou dizendo é que todos têm seus pecados. Vamos, portanto, falar a respeito dessa autonomia que a Constituição assegura aos Partidos e que vem sendo usada não para fortalecê-los e arejá-los com a prática

democrática, mas para transformá-los em feudos de caciquismo, Sr. Presidente. A autonomia prevista na Constituição dá às direções partidárias a propriedade nua e crua das legendas, especialmente se olharmos para o tratamento dado às bases dos Partidos e aos seus núcleos municipais.

Sob o ponto de vista teórico, Senador Delcídio, o modelo é primoroso, pois contamos, nas bases municipais, com os filiados aos Partidos, sendo que, nessa instância, abre-se a possibilidade de participação direta nas deliberações partidárias. Dessa forma, os Partidos seriam canais de expressão de parcela da opinião pública, justamente porque suas bases municipais são formadas por filiados, eleitores comuns, que seriam os condutores de toda a atuação do Partido.

De fato, em eleições diretas e em convenções municipais, são eleitos não só os dirigentes no Município, mas também os delegados para as instâncias hierarquicamente superiores. Mas, Sr. Presidente, sabemos como, muitas vezes, constituem-se cartorialmente esses Partidos. Inclusive, não estou aqui para atirar a primeira pedra, porque, se fosse atirar a primeira pedra, eu iria, Sr. Presidente, atirá-la no meu próprio Partido. Estou aqui para fazer uma reflexão sobre o desvirtuamento que, hoje, aniquila grande parte da legitimidade e da autoridade desses Partidos.

Houve, aqui, um pequeno acidente, e eu pediria aos nossos assessores que me pudessem providenciar o discurso. Ainda bem, Senador Delcídio Amaral, que não passei por aquele vexame de determinado orador que tinha um discurso no bolso do paletó, discurso que foi surrupiado por alguns amigos-da-onça, que deixaram o pobre do orador sem o discurso e sem a possibilidade de fazê-lo de improviso, porque ele não era dos mais versáteis oradores da Assembléia Legislativa do meu Estado. Não vou contar o nome do santo, contei apenas o milagre.

Sr. Presidente, volto a falar sobre essa fidelidade partidária. Vê-se, Sr. Presidente, não ser possível, com esses exemplos de que falei aqui, exigir-se fidelidade do filiado se o Partido não lhe é fiel, nem é fiel à opinião da maioria de seus correligionários. Quero citar o exemplo do que se passou com os Senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon.

A fidelidade partidária está em evidência, mas essa evidência só se justifica se a fidelidade se estender aos Partidos. E fidelidade nos Partidos se afere na medida em que suas direções, em todos os níveis, estiverem em harmonia com o pensamento e as deliberações das bases. Para se exigir fidelidade aos filiados, o Partido deve, antes de tudo, ser a eles fiel. Isso só se obtém, Sr. Presidente, se, com a urgência mais absoluta, emprendermos a reforma da disciplina jurídica

e, por conseguinte, da prática e da ação dos Partidos políticos no Brasil. Pode-se até dizer que isso aconteceu nesta Casa, porque o Senado, afinal de contas, enviou um projeto de reforma política para a Câmara dos Deputados, mas o projeto do Senado morreu, Sr. Presidente! Na Câmara dos Deputados, não houve quem o ressuscitasse, e ele morreu. Assim, estamos, hoje, sem uma reforma política contemporânea que atenda aos melhores anseios do povo brasileiro.

Quero terminar, Senador Mão Santa, dizendo que, diante do problema do tempo e sabendo que há outros oradores inscritos, mutilei este discurso, mas acredito que ficou bem claro que fidelidade partidária não é apenas fidelidade do filiado ao seu Partido, mas é também a fidelidade do Partido aos seus filiados, pois a militância dos Partidos, que se constitui na sua gênese, na sua força, existe em função da fidelidade dos Partidos aos seus filiados.

Sr. Presidente, deixo aqui essa palavra. Pode ser que não a aceitem como tal, mas não deixa de ser uma palavra de advertência, para que nossos Partidos e nossos dirigentes partidários reflitam e para que, quem sabe, depois da eleição que vem aí, possa haver uma reforma política verdadeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos o importante pronunciamento.

Lembro, Garibaldi, que V. Ex<sup>a</sup> adentrou o Livro de Deus, que diz que a casa dividida será facilmente derrubada. Foi quando a Câmara Baixa não obedeceu à cabeça, a Câmara Alta, com o projeto de lei de reforma partidária do inspirado Bornhausen, extraordinário Senador que o fez em tempo hábil. E tal foi essa desmoralização que o contra-Poder, o Judiciário, sabia e corretamente, cutucou, porque eles não souberam, não tiveram a humildade de receber o projeto que saiu da cabeça, que é o Senado, e de uma das mais belas inteligências que por aqui passou: o ex-Senador Bornhausen.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim, neste dia que é do Rio Grande do Sul. E esteve aqui a Governadora agora.

**O SR. PAULO PAIM** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei um registro muito rápido.

Não poderia deixar de falar que, nesta semana, o Rio Grande perdeu dois ícones da nossa imprensa. Falo da morte de Amir Domingues e Lupi Martins. Por várias vezes, todos nós, Senadores gaúchos, fomos entrevistados por ambos.

Amir Domingues estava com 79 anos e faleceu na segunda-feira, no Complexo Hospitalar da Santa Casa de Porto Alegre. Com seu desaparecimento, Senador Mão Santa, calou-se uma das vozes mais importantes da imprensa gaúcha. Ao longo de seus 50 anos, dedicou-se ao jornalismo na empresa jornalística Caldas Júnior, atualmente grupo Record.

Ultimamente, apresentava um comentário diário na Rádio Guaíba e era responsável pela opinião do jornal **Correio do Povo**, como um dos seus editores. Apresentador do programa Agora até o início deste ano, Amir manteve, até 13 de junho, o comentário diário, data em que se licenciou por problemas de saúde.

Outro mestre que nos deixa, como eu disse, foi o jornalista Lupi Martins, irmão do também jornalista Lasier Martins.

Lupi estava com 63 anos e faleceu no Hospital da Ulbra, em Porto Alegre. Por mais de duas décadas atuou no programa Voz do Brasil, da Radiobrás.

Em 1965, recebeu convite para ingressar na Rádio Guaíba, onde se consagrou como repórter esportivo.

Na década de 70, tornou-se também funcionário da então Agência Nacional, depois Empresa Brasileira de Notícias. Após ser aprovado em concurso público, passou a atuar nos programas da Radiobrás, que lhe deixou conhecido como “A voz do Brasil no Rio Grande do Sul”. Além de participar do programa transmitido em cadeia nacional, entrava ao vivo na Tarde Nacional, no qual dava notícias sobre o Rio Grande.

Por iniciativa do Senador Pedro Simon, juntamente com o Senador Sérgio Zambiasi, apresentamos voto de pesar no Senado, já aprovado, pelo falecimento dos dois jornalistas, nossos amigos Amir Domingues e Lupi Martins.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa ao voto de pesar pelo passamento dos dois jornalistas gaúchos, lamentando o ocorrido.

Convidamos para fazer uso da palavra – anunciando que todos os oradores vão falar – o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais. Em seguida, Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, Flávio Arns, do PT do Paraná, e, para encerrar, Delcídio Amaral.

É bom anunciar, porque, sem dúvida nenhuma, a TV Senado vai liderar a audiência, não vai ter novela que resista aos oradores anunciados.

Chamamos a atenção da Dona Rosely Amaral – árvore boa dá bons frutos – para aguardar a palavra do seu filho, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aqui abordar a questão da partilha dos recursos da saúde. Ainda hoje, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, aprovamos requerimento no sentido de que o Ministro da Saúde aqui venha para discutir a regulamentação da PEC nº 29, assim como o Secretário de Saúde que representa o Conselho Nacional de Secretários Estaduais, o Secretário de Saúde que representa o Conselho Nacional de Secretários Municipais, um representante do Conselho Nacional de Saúde e, ainda, os Secretários de Saúde de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A PEC nº 29, em vigor desde 2000, carece de regulamentação, especialmente para definir melhor três pontos: o critério sobre a participação da União com gastos em saúde; as regras sobre a transferência de recursos da União para os Estados e destes para os Municípios; e uma definição mais efetiva das despesas que devem ser consideradas como gastos em ações e serviços públicos de saúde, para efeito de cumprimento da emenda.

A participação relativa da União no financiamento da saúde tem sofrido redução, embora o Governo embolse integralmente os recursos arrecadados pela CPMF, que são estimados em R\$40 bilhões para 2008, se for prorrogada. É o que se conclui de dados apresentados ainda este ano, em audiência pública nesta Casa.

Outros dados, também apresentados pelo Sr. Elias Antônio Jorge, são de que os gastos federais com saúde, em 2000, eram de R\$122,50 *per capita*, aumentando para R\$201,60 em 2005, uma variação de 64% de 2000 para 2005. Entretanto, nesse mesmo período, o gastos dos Estados no setor aumentaram de R\$38,00 para R\$93,50 *per capita*; ou seja, um aumento de 146%. Enquanto o Governo Federal aumentou 64%, de 2000 para 2005, o gasto *per capita*, os Estados aumentaram de R\$38,00 para R\$93,00, uma alta de 146%. E os Municípios também tiveram um aumento *per capita* superior ao do Governo Federal. Os Municípios aumentaram de R\$44,00 para R\$79,00; ou seja, 78% – Estados, 146%; municípios, 78% e Governo Federal, 64%, no período de 2000 e 2005.

Enquanto Estados e municípios aumentam seus gastos relativos em saúde, os repasses da União estacionaram. A União investiu em saúde 1,73% do PIB, em 2000. Esse índice foi mantido em 2001, caindo para 1,67% em 2002. Caiu em 2003 para 1,6%. Voltou a se recuperar em 2004, subindo para 1,68%. E em 2005 e 2006 voltou ao mesmo patamar do ano 2000, ou seja, houve redução nesse período, e os gastos dos Estados em saúde subiram de 0,54% para 0,80%, e nos municípios de 0,63% para 0,94%, sempre tomando

como referência o PIB. Portanto, os Estados aumentaram sua participação na área de saúde em relação ao PIB, e os municípios também.

O orçamento da saúde em 2007 deveria subir de R\$39,9 bilhões para R\$44,8 bilhões com a nova metodologia do cálculo do PIB. Entretanto, isso foi deixado de lado. Foram contingenciados, ao frigidar dos ovos, R\$5,9 bilhões de recursos do setor, além da retenção de R\$1 bilhão na rubrica de restos a pagar.

Todos se lembram muito bem de que, no que tange, por exemplo, às emendas de bancada e às emendas individuais apresentadas pelos Parlamentares, o Ministério da Saúde, praticamente, não pagou nada do que tinha sido colocado no ano passado; um dos piores desempenhos foi exatamente esse, quando todos os Parlamentares foram corretamente obrigados a colocar 30% das suas emendas em saúde. Nós colocamos em saúde, mas o dinheiro não foi pago. A perspectiva é a de isso seja corrigido ainda este ano. Evidentemente, o que passou passou, mas que o orçamento deste ano, no que diz respeito à saúde, tenha as emendas corretamente pagas.

Fazendo um breve histórico, ainda, dos critérios de repasse dos recursos da saúde aos Estados e Municípios, quero lembrar o que estabelecia o art. 35 da Lei nº 8.080/90:

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica dos programas e projetos:

- I – perfil demográfico da região;
- II – perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- III – características quantitativas e qualitativas da rede saúde na área;
- IV – desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;
- V – níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;
- VI – previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;
- VII – ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

Ocorre, entretanto, que esse art. 35 não era auto-aplicável, e estabeleceu-se, então, que, enquanto ele não fosse regulamentado, o repasse de recursos seguiria o critério *per capita* igualitário. Ou seja, pode-se dizer que o critério populacional norteia o repasse da União para os Estados, ainda que não seja fielmente seguido. Esse é o sistema de hoje.

A proposta do Senador Tião Viana prevê, em seu art. 15, que 70% dos recursos da União sejam repassados aos Estados, segundo o critério populacional; 25%, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.080/90, que trata dos critérios de necessidade de saúde; e 5%, vinculados a metas de desenvolvimento tecnológico. Portanto, 70% pela população, 25% de acordo com critérios de necessidade de saúde, e 5% vinculados a metas de desenvolvimento tecnológico. No rateio aos Estados, 75% de acordo com os critérios populacionais, 25% de acordo com os critérios de necessidade de saúde.

Além disso, o projeto de S. Ex<sup>a</sup> obriga a União a aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde 10% da receita corrente bruta, apurada no exercício financeiro anterior, acrescida da variação nominal do PIB. Essa medida aumentaria, de imediato, se aprovada, em R\$ 20 bilhões anuais o gasto da União com saúde.

Entretanto, lamentavelmente, esse ponto foi alterado, e, no projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que está agora na Comissão de Assuntos Sociais – em tempo, portanto, de ser modificado –, foi colocado que os recursos acrescidos seriam apenas da ordem de R\$3 bilhões, o que seria muito pouco em relação à proposta anterior.

Há que se levantar ainda a questão de que a emenda que foi aprovada também na Comissão de Assuntos Econômicos altera os critérios de repasse dos 25% dos recursos da União para os Estados e do mesmo percentual dos Estados para os Municípios. A distribuição de 75% seguiria como é hoje, com *per capita* igualitário e não de acordo com a população, e, para os 25% restantes, os critérios seriam substituídos pela mesma regra usada para a distribuição das cotas do Fundo de Participação dos Estados.

É importante lembrar que o foco dos critérios de rateio dos Fundos de Participação é a equalização dos desequilíbrios econômicos regionais. Por isso, as variáveis consideradas são a população e a renda *per capita*. Essas nada têm que ver, diretamente, com as necessidades de atenção à saúde, que sofrem impactos diferenciados, conforme a Região e o Estado.

São diferentes, por exemplo, os efeitos e as necessidades provocados por doenças típicas do subdesenvolvimento, que se relacionam à falta de cuidados básicos de higiene e de saneamento básico, questão muito presente, lamentavelmente, nas grandes cidades brasileiras, nas favelas e nas moradias de periferia; e pelas chamadas doenças modernas, resultantes especialmente dos avanços tecnológicos e organizacionais e das mudanças do mundo do trabalho. Estamos falando do estresse, do infarto, das doenças ergonômicas.

Não se pode aceitar, portanto, essa distribuição como foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Haveria uma redução muito expressiva do recurso para alguns Estados. É evidente que queremos que os outros Estados brasileiros tenham mais recursos, mas não à custa de alguns Estados mais populosos. O meu Estado de Minas Gerais teria uma perda de 10% no que recebe hoje. Minas Gerais recebe R\$2,4 bilhões e teria uma queda de 10%. É evidente que isso não pode acontecer em um Estado que já carece de atendimento de saúde, que já não pode prestar atendimento em todas as cidades.

Eu conversava com o Secretário de Saúde Marcus Pestana, que me dizia que a cidade de Ipatinga tem um déficit mensal de R\$500 mil no seu hospital público. A cidade atende as pessoas, mas o déficit vai-se acumulando, porque não há disponibilidade financeira, não há AIH. Precisamos aumentar, não reduzir, como aconteceria, caso o projeto fosse aprovado como saiu da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Azeredo, de forma muito rápida, queria neste momento fazer uma pequena homenagem à Relatora, Senadora Patrícia Saboya, porque hoje ela está de aniversário. Então, que ela receba muito carinho, muitos abraços; desejo-lhe muita saúde. Ela é uma Senadora muito querida. Ela preside a Comissão de Assuntos Sociais, mas, nesse ponto, fico com V. Ex<sup>a</sup>. Acho que a emenda da Senadora de fato não foi feliz. Recentemente, estive aqui no plenário a Governadora do nosso Estado, do seu Partido, o PSDB, mostrando enorme preocupação, pois, segundo os dados que nos passou, algo em torno de 20% poderá ser o prejuízo na área da saúde para o Rio Grande do Sul, se for aprovada a emenda nos moldes propostos pela Relatora. A Senadora Patrícia não se encontra aqui, mas sei que vai ser flexível. E nós, na Comissão de Assuntos Sociais – V. Ex<sup>a</sup>, hoje pela manhã, já pediu uma audiência pública, com que todos os Senadores daquela Comissão concordaram –, vamos tentar voltar para o projeto original, do Senador Tião Viana, que contempla, em tese, a todos. Faço questão de fazer um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentando-o pelo seu pronunciamento. Por poucas vezes, tive de escolher entre V. Ex<sup>a</sup> e a querida Senadora Patrícia e fiquei com V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Paim. Também quero cumprimentar a Senadora Patrícia pelo seu aniversário. S. Ex<sup>a</sup> fez, sem dúvida alguma, um trabalho muito bem-feito. Veja que, desde o ano 2000, estamos tentando fazer

a regulamentação da PEC nº 29. Então, é importante regulamentá-la. Agora, é tempo ainda de se fazer o aprimoramento mais adequado. Apesar do objetivo da emenda da Senadora Patrícia ser nobre, de buscar mais recursos para os Estados mais pobres, não podemos pensar apenas dessa maneira, porque existem pobres em situação de saúde muito mais precária ainda nas grandes cidades – nas favelas, como me referi.

Diria que, no nosso Estado de Minas Gerais mesmo, há regiões pobres, como a do Jequitinhonha, mas, na grande cidade de Belo Horizonte, nas suas favelas, a situação, do ponto de vista de saúde e de saneamento, é pior do que no Município mais pobre do Vale do Jequitinhonha.

Senador Flávio Arns, ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Também quero associar-me, como fez o Senador Paulo Paim, a toda a argumentação de V. Ex<sup>a</sup>. Como S. Ex<sup>a</sup>, também quero novamente desejar os parabéns à Senadora Patrícia Saboya pelo seu aniversário – já o fizemos na Comissão de Assuntos Sociais, hoje cedo – e assim dizer do respeito que temos pelo trabalho que ela desenvolve aqui. Acho que é uma questão de se discutir mais, de se convergir na apresentação dessa lei complementar. Mas, de fato, isso que foi levantado e que V. Ex<sup>a</sup> menciona é de muita preocupação. Por isso, nada mais justo e mais adequado do que aquilo que foi feito, hoje cedo, na Comissão de Assuntos Sociais: o convite, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>, para que o Ministro da Saúde venha discutir esse assunto, assim como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais, os usuários, para que debatamos e vejamos com racionalidade o que vem acompanhar essa lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29.

É um dos grandes anseios, pois a necessidade de saúde é intensa. Precisamos ver como isso será feito de maneira justa, equilibrada, de forma a não causar prejuízos também para vários Estados. Temos de, inclusive, examinar a política de acompanhamento da aplicação de recursos na saúde por Municípios e Estados. Às vezes, o Município tem alguma dificuldade em determinada região. Então, temos de ver o que o Município e o Estado estão aplicando e como o Governo Federal vai aplicar os recursos também. Mas me associo à argumentação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Quero lembrar que esse quadro que eu levantei aqui é exatamente uma análise mais técnica, ela não tem conotação política. Queremos evidentemente mais recursos para a saúde, mas que venha principalmen-

te daquele ente que é o organismo federal, que é o Governo Federal, que recebe os recursos da CPMF e que tem tido uma participação percentual estacionada, enquanto Estados e Municípios crescem a sua participação.

Ouç o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Também quero associar-me às ponderações de V. Ex<sup>a</sup> e igualmente cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya pelo seu aniversário e pelo interesse extraordinário que tem tido em causas da Comissão de Assuntos Sociais, especialmente as da criança, as do adolescente e as da saúde. Eu gostaria de externar à Senadora os meus votos de melhor recuperação para o seu filho Ciro, uma vez que hoje ela o está acompanhando numa cirurgia a que foi submetido em Fortaleza. Trata-se de uma questão não grave, mas é importante para ela, como mãe, estar ao lado do filho no momento da cirurgia. Tenho a convicção de que, levando em conta a análise que V. Ex<sup>a</sup> tem feito aqui e a preocupação da Governadora Yeda Crusius, a nós colocada durante sua visita a esta Casa, também os Governadores Aécio Neves, José Serra, Paulo Hartung e demais Governadores estão preocupados com esse assunto. De um lado, a Senadora Patrícia Saboya fez uma proposição que modifica e melhora a condição de alguns dos Estados, mas diminui muito significativamente a contribuição de recursos para a saúde nos Estados de maior população no Brasil, como o de V. Ex<sup>a</sup>, Minas Gerais, e de São Paulo. Mas tenho a certeza de que, com diálogo, a própria Senadora Patrícia Saboya, em cooperação com o Ministro Temporão, que ficou um pouco assustado e fez declarações muito incisivas, nesta semana, sobre o assunto, certamente fará com que, na próxima semana, consigamos chegar a uma solução adequada e de bom senso. Em uma ocasião como esta, Senador Eduardo Azeredo, é que se nota a importância do Senado Federal preocupado com as unidades da Federação. Queremos aqui chegar a uma solução que corresponda a um sentido de justiça para todos os Estados e para a população brasileira em todos os Estados. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Suplicy. Quero agradecer a sua ponderação. Realmente, eu tenho certeza de que nós poderemos, por meio do diálogo com a Senadora Patrícia Saboya e com todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Sociais, chegar a um entendimento que atenda a todos. Reitero que eu até, quando era Governador, aprovei uma lei de distribuição de ICMS, que ficou chamada de “Lei Robin Hood”, que exatamente procurava dar mais recursos para os Municípios mais pobres. De maneira que essa preo-

cupação está presente em todos nós. Tenho certeza de que nós temos de diminuir essa diferença geográfica que existe no Brasil, essa diferença regional que existe no País, mas não será na área de saúde. Nós podemos ter outros mecanismos para compensar, para aumentar a receita desses Estados menos desenvolvidos, mas não podemos utilizar o recurso da saúde, que já é muito pouco – aquela história do cobertor curto –, para cobrir a necessidade de alguns Estados e descobrir outros.

De maneira, Sr. Presidente, que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que também está sempre preocupado com a saúde. Tenho certeza de que este assunto será muito bem discutido e, assim, teremos um resultado final que atenda a todos os Estados brasileiros, a toda população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O dinheiro pode ter sido curto para a saúde, mas o tempo aqui foi de 20 minutos; V. Ex<sup>a</sup> tinha programa do oito.

Convidamos para usar da palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

A Grécia diz que é Demóstenes o melhor orador; a Itália, os romanos, Cícero; os ingleses, Churchill; alemães e prussianos, Bismarck; os portugueses, Padre Antônio Vieira; mas nós, brasileiros, temos consciência de que o melhor orador vivo neste País é Pedro Simon, que agora tem a tribuna, e jamais eu, como seu liderado, ousaria cortar o seu tempo.

V. Ex<sup>a</sup> é aguardado por todo o País.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Orgulho-me muito da amizade de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e volto a dizer o que tenho dito: V. Ex<sup>a</sup> tem de andar lá pelo Rio Grande do Sul, porque o respeito de muito mais gente do que pensam que assiste à TV Senado é muito grande por V. Ex<sup>a</sup>; muito, muito grande por V. Ex<sup>a</sup>.

São 19 horas e 37 minutos de uma sessão que está andando porque tem alguém como V. Ex<sup>a</sup> para presidir. Não era horário de eu estar falando aqui, mas venho e até prefiro que seja no final da sessão, porque tenho de falar de um assunto que eu preferiria não falar.

Está havendo uma insistência com relação aos fatos que estamos vivendo no Senado e o envolvimento de Senadores que estariam fazendo pesquisa, levantamento, uma série de coisas para investigar o Senador. Outro dia, apareceu um negócio com relação ao Senador Jefferson Péres, dizendo que a esposa dele trabalhava no gabinete dele. Eu nem perguntei, porque é uma questão íntima de cada Senador. Na semana passada, ele foi à tribuna, quando ficou sabendo, e disse: “Olha, não tenho nada a ver com quem tem ou

não tem. Realmente a minha mulher trabalha comigo”, disse ele. “Ela é mais simpática que eu, ela fica o tempo todo lá atendendo e tal. Só tem uma coisa: ela não é funcionária do Senado; nem do Senado nem minha. Ela trabalha porque é minha mulher, minha esposa, está trabalhando comigo”.

E isso tem-se repetido. Vimos ontem aquele problema com relação a Goiás. Fui atingido também. Quando o Senador Renan falou naquela reunião secreta – e olha que é uma coisa chata reunião secreta, porque todo mundo conta o que quer, você não pode dizer se foi, se não foi, o que é, o que não é –, não vi o Senador Renan olhar para mim e dizer: “A jornalista tem uma produtora de televisão. Se eu quisesse, eu podia usar a televisão dela, a produção dela e colocar na conta do Senado”. Ele disse isso, mas não disse o que a imprensa escreveu: “Não é, Senador Pedro Simon?”. O que eu ouvi foi ele dizer: “Senador Pedro Simon [e, quando eu olhei, ele me disse], V. Ex<sup>a</sup> está insistido muito que devo renunciar à Presidência do Senado, mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu não posso renunciar à Presidência do Senado, porque, se eu renunciar à Presidência do Senado, estarei reconhecendo que sou culpado e eu não sou culpado”. Foi o que ouvi. Mas a verdade é que a imprensa publicou de um jeito...

Ontem, no **jornal O Estado de S. Paulo**, e hoje, no **jornal O Sul**, de Porto Alegre: “Espionagem contra senadores reduz apoio a Calheiros”. Aqui aparece uma série de Senadores. “O Senador Pedro Simon foi acusado de utilizar as instalações da TV Senado irregularmente em 1996. Simon foi flagrado fazendo propaganda eleitoral para uma candidatura peemedebista no interior da emissora da Casa”.

Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, que me honram aqui – como sempre, nós do Rio Grande estamos unidos –, eu não tinha falado com vocês. Vi agora no jornal. **O Estado de S. Paulo**, de ontem, faz referência ao Senador Pedro Simon e a mais uma série de coisas. É a mesma coisa.

Vim à tribuna para fazer um histórico, estou colocando todo esse material para fazer parte do meu discurso e vou mandá-lo para todos os jornais. Daqui para frente, não voltar a essa matéria; quando falarem de novo, eu mando o meu discurso de hoje.

Está aqui a **Veja** de 25 de setembro de 1996: “O rei do vídeo. Tucano usa e abusa da TV Senado na campanha [referem-se ao Senador Vilela Filho, que era presidente do PSDB, às eleições municipais de 96]”. Lá também se disse: “Também gravaram mensagem os Senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma, Iris Rezende e Pedro Simon”. Foi isso que saiu a meu respeito na revista **Veja** de 25 de setembro de 1996.

No dia 30 de setembro, uma semana depois, eu vim à tribuna, e vou transcrever aqui, para os Anais, o discurso que proferi.

Eu tenho uma imagem de respeito à imprensa, quando está do meu lado e quando está contra mim, eu tenho uma imagem imparcial nesse sentido.

A imprensa tem sido, principalmente nos últimos anos, algo assim como os olhos de Deus na prática política e no tratamento da coisa pública [apontando as mazelas, os equívocos e as coisas que devem ser corrigidas].

[...]

Com a revista **Veja** não é diferente, ela sim parece ter o dom da onipresença. Na sua última edição, a de nº 1.463, ela me flagrou a cometer um pecado que eu classificaria como involuntário [...].

Aí eu conto que o pedido feito era para as eleições municipais. Eu fiz mais de cinquenta gravações de televisão a pedido de candidatos a Prefeito do meu partido por todo o Brasil.

A pedido do Senador Tebet, eu fiz uma gravação para um candidato – à época Prefeito de Campo Grande e hoje Governador do Mato Grosso. Quando fui ver essa gravação, quando fui investigar o que havia acontecido, constatei que a equipe do candidato que veio ao meu gabinete e fez a gravação usou equipamento da TV Senado. E isto eu fiquei sabendo: o equipamento era da TV Senado.

O que eu fiz? Primeiro, mandei um ofício cuja cópia tenho aqui – foi publicado no **Diário do Senado Federal** de terça-feira, 1º de outubro de 1996. No ofício aparece o seguinte o nome da empresa: Apoio Empreendimentos de Comunicação Ltda. É uma empresa técnica, especializada, que faz essas gravações, e disse que, para usar por dez minutos – tempo que usei – aquela aparelhagem, o valor era x. Eu peguei esse dinheiro e deposei na conta do Senado. Está aqui o número da conta e está aqui o comprovante de que eu deposei: Banco do Brasil, conta número tal e a importância que eu deposei em nome do Senado.

Mandei ofício ao Senador José Sarney, que era o Presidente do Senado à época, dizendo que a revista **Veja** colocou meu nome como um dos envolvidos e que fui ver, tal. Foi o único caso. Foi uma vez que apareceu meu nome em uma das gravações, no pleito de 3 de outubro, relatado por **Veja**. “Com o propósito de sanear este erro – repito, involuntário – decidi ressarcir os cofres do Senado Federal [...]”. No ofício, expliquei que estava pagando, devolvendo ao Senado o correspondente àquela gravação e depositando o dinheiro no Banco do Brasil.

Estou acrescentando aqui a carta que eu mandei para a revista **Veja**, onde agradeço, digo que o ato foi feito, mostro a minha ação.

A revista **Veja**, de 2 de outubro de 1996 – está aqui –, publica na seção Carta ao Leitor, com uma fotografia minha, o seguinte: “A sabedoria de um senador”. Acho positiva essa parte, que é o exemplo do que eu acho que deve fazer a imprensa brasileira, mas que, às vezes, não faz: publica matéria e não publica a retificação. Aqui a revista está publicando, com destaque até maior, modéstia à parte, a retificação: “A sabedoria de um senador”. Explica como foi, fala da acusação que fez de que eu tinha recebido, de que tinha visto, tinha vindo uma empresa técnica, era a importância x, que deposei na conta do Senado no Banco do Brasil.

Escrevi para a **Veja** dando todas essas explicações, e ela termina – eu poderia ler o editorial todo, que é bonito, modéstia à parte – dizendo o seguinte: “Veja já andou às turras com Pedro Simon. Algumas vezes, o senador estava certo. Noutras, a revista. Desta vez, no entanto, Pedro Simon não só mostra sua correção como dá uma lição de sabedoria.” É assim que a revista que publicou a matéria conclui, com as minhas explicações.

Tem mais ainda. O saudoso e querido Senador Tebet... Só falo para mostrar a grandiosidade do querido Tebet, se não fosse isso, nem tocaria no nome dele. O que ele faz? Manda uma carta para mim, dizendo que eu tinha atendido um pedido dele para fazer a gravação e que ele não sabia de que maneira tinha sido feita. E que ele tinha insistido para que eu recebesse aquela importância e que eu não aceitei. Ele depositou a importância, em meu nome, no Senado. Está aqui a carta.

O que eu fiz? Peguei essa importância e deposei na conta da senhora que servia o cafezinho – de acordo com o meu levantamento, no Senado, era quem recebia menos. Peguei o comprovante do cheque depositado em nome dela: está aqui nos Anais do Senado.

O Tebet ficou irritado comigo, porque achava que ele é que tinha de pagar, e eu fiquei irritado com ele, porque ele não tinha culpa nenhuma. Ele fez a parte dele, achou que tinha de depositar na minha conta. Peguei aquele dinheiro e deposei, em cheque, na conta da funcionária aqui do Senado. Foi isso o que aconteceu.

Onze anos depois, publicarem, como está sendo publicado aqui... “Renan levanta dados sobre despesa de todos os Senadores”. E eu apareço aqui com essa acusação. Nos jornais da minha terra apareço aqui... Como é? Meu Deus do Céu! Meu Deus do Céu! Fui acusado de utilizar as instalações da TV Senado irre-

gularmente: “Simon foi flagrado fazendo propaganda eleitoral para um candidato peemedebista do interior na emissora da Casa”.

Continuo felicitando a imprensa brasileira. Acho que é assim que se faz. Cumpri minha parte. A televisão cumpriu a parte dela. Só não entendo o fato de, dez anos depois, aparecer uma matéria que foi amplamente esclarecida, com o órgão que fez, inclusive o jornalista... Quero agradecer ao jornalista, que era da **Veja** e hoje está no **Estadão** e dizer que fiquei emocionado, o jornalista Expedito. Foi ele que me avisou, porque eu não sabia. Eu não sabia nem que... Quando vi essa matéria, pensei: “Mas que negócio de produção de televisão? Nunca usei esse negócio de televisão!” Onze anos depois, eu não lembrava desse episódio. Não me lembrava, digo de todo coração. Eu não me lembrava. Eu estava simplesmente desmentindo. Aí ele falou: “Senador, houve aquilo. Eu estava na **Veja** quando saiu aquela matéria; o senhor fez isso, fez isso, fez isso”. E tem a segunda matéria. Quem fez essa matéria só pegou o primeiro pedaço, pegou a primeira publicação e não pegou a segunda, que continha toda a retificação.

É o meu estilo. Meu estilo é esse.

Não ganho aposentadoria de Governador. Não ganho. Quem ganha, ganha bem. Não ganho, e não ganho mal. Não ganho aposentadoria que preenchi como Deputado Estadual. Agora, quando renunciei ao Governo do Estado para ser candidato a Senador, ganhei, porque fiquei seis meses... Só vivo com o salário do Senado. Só tenho isso. Então, recebi. Recebi, como Senador, quando da renúncia até a minha posse aqui. O que aconteceu? Assumi. Assumi, entreguei meu mandato, Senador da República, sentei na cadeira. Nem me passou pela cabeça que eu ia continuar recebendo a aposentadoria do Senado. A contabilidade é uma só, a tesouraria é uma só. Como eles me pagaram? Como Senador, tanto; e como aposentadoria do Senado, tanto. Achei aquilo ali estranho. Um mês, dois meses. Deixei um ano, não mexi no dinheiro. Não mexi, aquela conta estava ali, foi depositando ali, depositando, depositando. Quando completou um ano, vim para esta tribuna. E por que eu fiz isso? Não era para aparecer, não era para nada. Era para mostrar a este País como as irregularidades existem sem má-fé e como quanta coisa, quando tomamos conhecimento... O “cara” já morreu há 20 anos e continua ganhando aposentadoria, não sei o quê, não sei o quê! No Senado, já aconteceu disso.

Então, eu vim para esta tribuna. Mostrei o cheque que eu tinha depositado na conta do Senado Federal, mostrei que não tinha mexido naquele dinheiro. E disse para o Presidente: “Sr. Presidente, estou aqui

há um ano. Esperei um ano. Agora, mais que um ano, nem filho de burro leva para nascer. Eu esperei um ano para ver se a coisa iria ser alterada”. Eu estava com o dinheiro guardado, os “caras” iriam querer cobrar: “mas você recebeu irregularmente”. E estava lá no Banco do Brasil depositado o dinheiro. Vim, dei a explicação, mostrei para o Presidente Sarney a conta, o cheque, o depósito, e tudo bem! Dei a explicação para a imprensa, e tudo bem!

Então, quero dizer que não podemos brincar com a honra de ninguém.

Eu faço assim. Eu era líder da oposição no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, numa época muito dura. Desculpem-me, mas o Rio Grande do Sul sofreu mais do que qualquer outro Estado. O Brizola era do Rio Grande do Sul, o Jango, que tinha sido depositado, era do Rio Grande do Sul, e estavam ali do lado, no Uruguai. Então, massacraram-nos. O Peracchi foi “eleito” – entre aspas – Governador na Assembléia. Primeiro, tiraram do povo o direito de eleger; a eleição foi para a Assembléia. Na Assembléia, fizemos um entendimento: tínhamos 33 Deputados e apresentamos a candidatura do Cirne Lima. Pois o Governador cassou, fez o que podia e o Peracchi foi eleito com 23 votos, numa Assembléia com 55. Então, o clima era pesado entre nós e o Peracchi, Governador do Rio Grande do Sul.

Aí, houve um episódio grave, a fazenda Santa Rita, um negócio gravíssimo envolvendo venda pela metade do preço. Foi um escândalo. Ao final, fui para a tribuna dizer que o Peracchi não tinha responsabilidade. As pessoas do MDB não gostaram disso, mas eu estava lá dentro, e disse: “Ao Coronel Peracchi quero dizer que estão envolvidos na história da fazenda o fulano de tal, o fulano de tal, o fulano de tal”. Dei os nomes. “Agora, quanto ao Governador, tenho a convicção e provo que ele não sabia de nada.” O Coronel Peracchi chorou quando pronunciei isso. Disse: “Poxa, esse rapaz tinha uma oportunidade...”, porque era a minha palavra contra a de ninguém, “e faz uma coisa dessas”.

Mas esse é o meu estilo. É o meu estilo!

O MDB sempre teve a maioria na Assembléia do Rio Grande do Sul, mas não nos deixavam eleger o Governador. Em 1986, fizemos uma esmagadora maioria de Deputados, mas o Governador foi nomeado; quatro anos depois, cassaram tantos quantos necessários – tínhamos maioria no Colégio Eleitoral, “Assembléia Legislativa” –, cassaram tantos quantos necessários para eleger o Coronel Triches.

Olha que eu dei duro, bati, sofri. Mas eu tinha um lema: o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para o MDB. Não deixei que se misturasse a raiva que

tínhamos do governo, daquela gente da polícia pelo que faziam conosco, com as coisas que interessavam ao Rio Grande do Sul.

Eu, Presidente do MDB, líder da bancada, fui presidente da comissão que levou para o Rio Grande do Sul a Aços Finos Piratini. Fui presidente da comissão que levou para o Rio Grande do Sul o terceiro pólo petroquímico. E éramos da oposição. Falaram: “Não pode fazer isso. Esse pólo é uma coisa fantástica, vai gerar milhares e milhares em mão-de-obra, é um mar de dinheiro. Vão usar contra você”. Eu disse: “Não importa, é a favor do Rio Grande do Sul”.

Acho que esse é o estilo de fazer política, é o estilo de fazer política que eu tenho.

Por exemplo, tem Senadores que falam com uma vibração, com uma garra. Eu não sei falar assim quando se trata de cobrar de alguém. Só fui advogado de defesa. Nunca fiz uma acusação em toda a minha vida, só trabalhei na defesa. Vejo meu amigo Demóstenes, que foi Promotor, só trabalhou na acusação. Ele é brilhante. Quando fala, ele fala com garra, ele bate assim. Fico admirado, porque acho que é uma categoria dele que eu não tenho.

Quando falo do nosso querido Presidente do Senado, falo com profundidade. Estou machucado e estou vindo agora, às 8 horas da noite, para falar e mostrar ao Sul e ao Estado de São Paulo uma circunstância que aconteceu onze anos atrás, que não tem nada; mas venho porque tenho obrigação de explicar. “Mas como que é o Simon que é isso, que aquilo, de repente tem essas coisas?” Eu entendo que o Renan tem o direito de debater, de discutir, de fazer interrogações. Ele tem o direito. Mas quando digo que o nosso Presidente Renan deve se afastar da Presidência do Senado, não estou falando como opositor a ele.

E já quero deixar muito claro que, quando falamos e conversamos com a oposição, se porventura o Renan se afastar ou for afastado, não me passa pela cabeça participar de qualquer entendimento visando aproveitar isso para pegar alguém de oposição e fazer oposição na Presidência do Senado.

Se isso acontecer, temos que fazer como fizemos com o Tebet. Quando o Jader saiu, o Tebet era Ministro, mas era o homem que tinha a unanimidade da Casa – não é verdade, Senador? –, tinha a unanimidade da Casa. Era um homem que, de um lado tinha apresentado a denúncia contra um Senador da República, pedindo a cassação dele, e, de outro, era um homem que tinha independência com relação ao governo. E foi uma unanimidade o trabalho dele, foi uma unanimidade o trabalho dele. E veio para a Presidência do Senado e fez um trabalho brilhante.

Mas a sua escolha foi assim: conversou-se, conversou-se e tal e chegou-se a um entendimento.

Alguém fala no Jarbas. Eu sou apaixonado pelo Jarbas. O Jarbas é um ideal, uma identidade, um idealismo, uma pureza; o Jarbas está acima do bem e do mal, porque diz as coisas dele, é autêntico em tudo que fala. Quando falaram, eu disse na frente dele: “Eu acho que não é para proveito do Jarbas; nem falo em mim, porque ninguém fala em mim, mas também...” E o Jarbas disse da tribuna: “Estão falando o meu nome, parem com isso. Eu não posso ser candidato hoje a Presidente do Senado porque sou contra este Governo, não gosto deste Governo, acho que está errado. Então, não tenho isenção para ser Presidente do Senado”. Isso é um gesto de grandeza. É um gesto de grandeza.

Ninguém está preocupado em pegar... E não vejo, sinceramente não vejo, nem no PSDB, nem nos Democratas, nem nos outros partidos qualquer preocupação para usurpar o cargo, pelo amor de Deus, não estou vendo isso. Até no início eu dizia isso. O senhor se lembra quando o nosso Presidente fez o discurso dele da Presidência? Ele fez o pronunciamento dele na Presidência. Todo o Senado, inclusive eu, entrou na fila para felicitá-lo, embora ele tenha errado. Ele não deveria ter falado da Presidência, deveria ter ido para a tribuna. Mas o Líder do Governo pediu: Presidente, peço ao senhor para suspender a sessão para os abraços ao Presidente do Senado. Não era o Presidente do Senado, era um Senador que estava respondendo a uma denúncia. Ali ele tinha unanimidade. O PSDB estava com ele, o Líder do PSDB foi abraçá-lo. O PFL, os Democratas de hoje, também estava com ele. O MDB. A Líder do PT, meu Deus! Não podíamos tocar no nome do Presidente do Senado que ela virava uma leoa! Nunca vi ninguém defender tanto, com tanta convicção e paixão, como ela defendia o Presidente! Foi ali que fui ao seu gabinete falar com ele: “Renan, te licencia, te afasta. Tens que dar um exemplo de isenção e de grandeza. Está todo mundo contigo”.

Ele foi mal aconselhado. Nosso ex-Presidente... Alguns nomes, faço questão até de me esquecer, mas foi o Presidente do Senado que renunciou, do Pará... Jader. Ele foi falar com o Presidente Renan, dizendo o seguinte: “Olha, não te afaste. Eu me afastei, virei um morto-vivo andando por aí e depois tive que renunciar para não ser cassado”. Normal o que se fez. Anormal foi o Sr. Jader dar esse conselho infeliz. Isso martela na cabeça do Renan. Não era a mesma circunstância. Até então, era aquele primeiro caso, que ele respondeu com muita categoria: “Tive um caso. Atire a primeira pedra quem pode fazer”. Não vi ninguém querer atirar, até porque não dava. E ele teria

saído com categoria. Está lá, pagou a pensão, a coisa estava resolvida. Infelizmente, ele não... Eu não pedi a renúncia. Pedi a licença.

Pois, hoje, venho aqui para dizer a mesma coisa.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, V Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Só um minuto e já lhe darei.

Eu digo: “Renan, te licencia!”. Eu fiquei preocupado com o Renan ontem. Reparem que o Dr. Getúlio Vargas sofreu muito menos pressão e foi ao suicídio. O que ele está sofrendo de pressão é qualquer coisa de impressionante. Eu já teria largado há muito tempo! Ele tem uma capacidade de resistência, a fibra dele... Eu tiro o chapéu! Mas, ontem, ele mostrou que sua fibra está no fim. Está. Reparem a diferença entre as primeiras vezes que ele falava da Presidência, e falava com um, e dava aparte e não sei o quê, e ontem. Ontem, ele saiu do normal: a cassação da palavra do Mercadante, a cassação do término do Senador Demóstenes aqui, ele falando da Presidência, gesticulando. Quer dizer, ele está... Eu acho que não é hora nem momento de se querer criticar, de se querer cobrar. Eu tenho curso de Psicologia, embora não exerça a profissão, e digo isto: fiquei preocupado porque acho que ele está num esgotamento. Ele está numa situação realmente delicada. E, quando vejo a angústia dele, aquilo...

Eu, quando falei para dar um aparte a ele, falei devagarzinho, quase tinha medo de falar, porque eu olhava para ele e dizia: “Meu Deus do céu!”. Então, eu acho que a gente devia fazer uma pausa, e o nosso querido Presidente Renan se licenciar. Vai fazer uma recuperação, vai fazer um descanso, vai respirar.

Eu acho que ninguém tem dúvida da seriedade, da responsabilidade do 1º Vice-Presidente. Ninguém vai levar isso em dúvida. O 1º Vice-Presidente não vai ser menos fiel em cumprir as questões do que o Presidente do Senado de hoje, o Renan. O 1º Vice-Presidente vai ter autoridade, vai ter autenticidade, vai ter condições, realmente, de levar adiante, e não vai deixar as interrogações, porque nada do que o Presidente fez, se fosse o outro, teria tanta interrogação. Mas tudo que o Presidente fizer – o Renan – deixa uma interrogação, porque é ele que está em juízo.

Vim aqui para me defender e para felicitar a escolha do Jefferson Péres. Isso já mostra que o Presidente Renan, ontem, naquela sessão dramática, teve a humildade de se recolher, e a primeira resposta é a indicação do Jefferson Péres. Nota dez. Pela isenção, pelo caráter, pela seriedade do Jefferson Péres, sabemos, realmente, que foi um ato de muita coragem e de muito respeito.

Se o Presidente Renan se licenciar e for recuperar os seus nervos, a angústia, que deve sentir, S. Ex<sup>a</sup> vai fazer muito bem para si e para a Casa. E a Casa, sem essa angústia que vive hoje, vai ter a serenidade para fazer o julgamento.

Pois não, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, de forma muito rápida, quero primeiro dizer que a sua história, a sua vida avaliza, não só para este plenário, mas para o Rio Grande e para o País, a sua conduta. Conseqüentemente, Senador Pedro Simon, sinto-me até privilegiado, porque V. Ex<sup>a</sup> comentou comigo e pude ler os documentos que V. Ex<sup>a</sup> levou para a tribuna.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Comentei, não. Aconselhei-me com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Sérgio Zambiasi.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> não precisava, como disse muito bem, fazer esse comentário de notícias infundadas, de fato muito bem explicado pela própria revista **3**, acontecido há onze anos. Assim mesmo, V. Ex<sup>a</sup> foi à tribuna, e mais uma vez deixa claro ao País porque é tão querido por todos. A segunda questão, Senador Simon, é que deixo aqui registrada a minha solidariedade em relação ao fato de o PMDB retirar V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Jarbas da CCJ. Faço isso com o maior carinho e respeito a V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> também demonstrou solidariedade a mim quando, em um momento no passado, quando eu era Vice-Presidente, fui retirado da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Sei o quanto isso é chato, o quanto isso nos deixa desgostosos, essa conduta totalmente equivocada do PMDB quando retira V. Ex<sup>a</sup> da CCJ. Fica aqui registrada a minha total solidariedade. Repito: a sua vida mostra para todos nós que a sua conduta, a sua forma de agir é intocável. Eu diria que o Rio Grande do Sul, neste momento, está vendo este debate com muito orgulho do seu Senador Pedro Simon. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu fico emocionado e agradeço. Uma prova do respeito recíproco e de que nós conseguimos o fato meio inédito de três partidos diferentes, três correntes diferentes estarem juntas quando se trata do Rio Grande do Sul é que, nesta hora, 20 horas e 8 minutos, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Zambiasi estão aqui para me honrarem com as suas presenças.

Senador Sérgio Zambiasi, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sérgio Zambiasi** (Bloco/PTB – RS) – Senador Pedro Simon, eu estava, como todos aqui no plenário, acompanhando a sua manifestação, e V. Ex<sup>a</sup> nos permitiu viajar um pouco na história política do Brasil

e também do nosso Estado. Acho que são momentos ricos para esta Casa acompanhar uma manifestação como esta que estamos vivendo neste momento, com a franqueza, a clareza e a transparência que caracterizam a sua vida. É verdade que conseguimos construir na Bancada de Senadores do Rio Grande do Sul um conjunto de ações e de atuações que nos deixam muito felizes e, com certeza, aos gaúchos também, porque sabem que, quando o tema é de interesse do Estado, não existem diferenças entre nós, em nenhum sentido. Nós estamos aqui para uma causa, e a principal causa que nos traz até aqui é o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, mesmo esta sendo uma Casa da Nação. Então, o Estado tem consciência desse processo. Cheguei a comentar com o Senador Pedro Simon, ao perceber a sua preocupação com a ilação da notícia, que a grandeza do seu personagem, da sua pessoa, da sua história, não exigiria sequer uma explicação da tribuna. Mas, agora, vejo que eu estava errado, porque V. Ex<sup>a</sup> reafirma a grandeza do seu caráter, a retidão da sua conduta, e nos ensina, mais uma vez, que criticar uma posição não é ofender, que ter uma posição não é agredir. E somos testemunhas aqui de que a primeira voz neste plenário a sugerir ao Presidente Renan que se licenciasse foi a sua. Nesse sentido, V. Ex<sup>a</sup> foi a primeira voz, neste plenário, absolutamente respeitosa. V. Ex<sup>a</sup> não sugeriu renúncia, não sugeriu afastamento. Com sua sabedoria, com sua experiência de muitos anos na vida pública, tendo vivido e superado muitas crises – seja nesta Casa; seja no Executivo, como Governador de Estado ou como Ministro; seja como Deputado Estadual, conduzindo a Assembléia; na Oposição, no tempo da ditadura –, V. Ex<sup>a</sup> teve a serenidade de propor uma saída política adequada para aquele momento. Então, é bom se resgatar também aquele momento, quando a crise ainda estava apenas ensaiando nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup>, de forma respeitosa, propõe, publicamente, corajosamente, de forma transparente, a licença do Presidente, para que S. Ex<sup>a</sup> possa, com serenidade, trabalhar sua defesa e para que a Casa continue trabalhando. E, como bem comentou o Senador Paim, este também é o momento para – sem querer entrar nos assuntos internos da Bancada do PMDB – registrarmos nossa solidariedade, por um fato que, do nosso ponto de vista, foi um ato de injustiça. O Senado e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa precisam da sua presença, da presença do Senador Jarbas Vasconcelos e da presença de tantos quantos têm toda essa sabedoria, essa experiência, essa sensibilidade política para analisar os projetos, com a responsabilidade que se exige na análise dos projetos. Após tantas manifestações – e o Brasil inteiro manifestou-se –, não tenho

dúvida de que, hoje, o Senador Pedro Simon é uma das pessoas mais queridas, mais respeitadas deste País. Espero que a Liderança do PMDB possa rever essa situação e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o tenha de volta logo, para que V. Ex<sup>a</sup> possa continuar oferecendo sua experiência como forma de contribuição, a fim de que esta Casa continue seu caminho, sua história. Parabéns por tudo, Senador Pedro Simon! Estamos felizes por este momento! Engrandecidos, ouvimos um pouco das experiências da sua vida, que, não tenho dúvida, servem para reforçar a história política do Brasil. Cumprimento-o realmente pela sua transparência, por sua franqueza e pela forma justa com que sempre se manifesta.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Muito obrigado, Senador Zambiasi. V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Paim e eu consolidamos aqui uma amizade que me parece muito importante, o que demonstra que se pode, quando se quer, ter uma identidade de propósito pela busca do bem comum.

Não nego a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Paim que fiquei magoado. Estou há 25 anos no Senado. Ora, 25 anos é um quarto de século! Não acredito que eu fique aqui muito tempo. Faço aniversário exatamente no dia em que termina meu mandato: 31 de janeiro. Daqui a sete anos, estarei com 85 anos; o termo certo não é “estarei”, mas, sim “poderei fazer” 85 anos. Na minha família, ninguém chegou a essa idade. Meu pai, minha mãe, meus tios, meus avós, ninguém chegou a essa idade. Se eu chegar...

Eu disse ao PMDB do Rio Grande do Sul: “Terminei minha carreira”. Eles me disseram: “Mas o senhor não deve dizer isso”. “Mas, por que não devo? Ninguém vai me aceitar com 85 anos”. Perguntaram: “Mas e se o senhor chegar aos 85? E se o senhor decidir ser candidato?”. Respondi: “Bom, aí vocês me levem para um asilo de loucos, porque terei enlouquecido! Posso fazer até muita coisa, se Deus me ajudar, mas fora de uma posição dessa”.

Então, há 25 anos, no primeiro dia em que cheguei aqui, mandaram-me para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Estou lá até hoje. Nunca fui Presidente de Comissão, não é meu estilo. Nunca presidi Comissão: nem Comissão mista, nem CPI, nem Comissão permanente, nunca fui membro de Mesa nenhuma. É meu estilo. Mas que machucou, machucou! Mas tenho de olhar para frente. Até tenho mexido com o pessoal, dizendo: “Faço parte de Comissão demais. Posso, agora, dormir até um pouco mais tarde”. O diabo é que levanto cedo e não sei o que fazer.

Ouçõ o Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Pedro Simon, desde o primeiro dia em que passamos a conviver aqui, nesta Casa...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Senador Suplicy, perdoe-me, mas tenho de dizer mais uma vez algo que já disse dez, quinze vezes. Querido Senador Arns, houve época em que, aqui, em seu Partido, só havia o Suplicy. Só havia um Senador no seu Partido. E sou capaz de dizer que o Suplicy dava mais trabalho do que o PT hoje.

Em primeiro lugar, não consigo entender! No Rio Grande do Sul, há um Prefeito e um Deputado de Guaporé, Fernando Postal e Alexandre Postal, respectivamente, que são irmãos gêmeos: um é igual ao outro. Todos mexem com eles, dizendo que, nos grandes comícios, em final de campanha, um vai à frente; o outro, atrás. O Suplicy parecia que estava em vários lugares.

Vejo V. Ex<sup>a</sup> como um respeito muito grande. Não se sabia para onde é que ia o PT; não se sabia o que seria o PT. Os trabalhadores o criaram. E V. Ex<sup>a</sup>, aqui, desde o início, defende sua bandeira. Com o maior respeito, vejo V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Paim e o Senador Flávio Arns. V. Ex<sup>as</sup> são firmes em tentar manter uma identidade em relação àquilo que foram e em relação àquilo que são. Enalteço uma posição como essa. O Partido está no Governo há oito anos, e dizer “sim” para o Partido é a coisa mais simples. Os cargos estão abertos. V. Ex<sup>a</sup> disse “sim” à coerência. Isso não significa dizer “não” ao Partido, mas significa dizer “sim” à coerência.

Penso assim também, identifico-me com a idéia. Hoje, sou incompreendido, porque digo, com toda sinceridade, que o PT foi um Partido fantástico na Oposição.

Quando eu era do MDB, na época da ditadura, pensei que eu estava chefiando as Cruzadas. Aquela minha gente do MDB era de luta, era de garra. No Rio Grande do Sul, era ditadura, era cadeia, era prisão, era tortura, era desaparecimento! Tínhamos de juntar os tostões. Lembro-me, como se fosse hoje, do Prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise: ele estava preso, na cadeia, e tínhamos de ajudar a família dele a se recompor. Isso aconteceu centenas de vezes, e aquela gente lutava. Pensei que éramos os novos Apóstolos! Quando chegamos ao Governo, vi que não era bem assim. Isso aconteceu com o PSDB, que saiu do PMDB, porque éramos puros, mas, quando chegaram ao Governo... E isso aconteceu com o PT.

Passei oito anos criticando Fernando Henrique Cardoso, que era Ministro da Fazenda, um baita cara! O homem escreveu, escreveu e mandou que

esquecessem o que ele escreveu quando foi para o Governo. Eu era para ser o Líder do Governo dele. Saímos juntos do Palácio: o Itamar, ele e eu. Ele era nosso candidato; saímos juntos. Mas, quando percebi, não pude aceitar e passei oito anos ao lado do PT, batendo.

Agora, quando falo que estou do lado do PSDB, batendo no PT, as pessoas perguntam: “O que é isso?”. Com todo respeito, o nosso querido amigo Lula é um Fernando Henrique com mais competência. Fernando Henrique era um intelectual de primeira grandeza, um escritor espetacular, um orador, o melhor que conheço; o outro, um operário, também malandro, fala muito bem, é de outro jeito, tem outras características, mas as duas pessoas, para mim, estão se confundindo, estão se identificando.

A social-democracia, quando Fernando Henrique entrou, era moda no mundo inteiro, não somente no Brasil. A social-democracia estava na França, com Mitterrand; estava na Espanha, com Felipe González; estava na Inglaterra, com o então Primeiro-Ministro que terminou de deixar o governo; e chegou ao Brasil. Mas não era social-democracia. E, com todo o respeito, o PT também não foi um Partido de esquerda progressista. Mas V. Ex<sup>a</sup> está lá, com seu projeto de renda.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É o projeto de renda básica de cidadania, já aprovado, sancionado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Está defendendo seus princípios, e eu o admiro muito. Digo, do fundo do coração, que o admiro muito. Fiquei muito magoado com uma manchete que vi nos jornais. V. Ex<sup>a</sup>, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, discordou e apresentou uma proposta, e a manchete do jornal dizia: “Lula: quem botou o Suplicy no Conselho de Ética?”. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Termine o aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Pedro Simon, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, hoje, faz-me ter a certeza de que têm sido bons os momentos em que eu, tantas vezes, aqui conversei com V. Ex<sup>a</sup>, inclusive para me aconselhar quanto aos melhores caminhos vividos por ambos no Senado Federal. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com sua experiência e com seu conhecimento, que os princípios e anseios que tem, que são próprios do povo gaúcho e do povo brasileiro, hoje reconhecidos em todo o território nacional, são muito próximos dos meus. V. Ex<sup>a</sup>, com a forma transparente com que esclarece os fatos, hoje, dá mais um exemplo disso. Comungo com V. Ex<sup>a</sup> também com respeito à boa nova que surgiu, hoje, no Senado: a designação do Senador Jefferson

Péres, feita pelo Senador Leomar Quintanilha. V. Ex<sup>a</sup> quase quis dizer, no seu pronunciamento, que teria sido uma decisão do Senador Renan Calheiros, mas acredito que devamos reconhecer e dar esse mérito ao Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Por amor de Deus, V. Ex<sup>a</sup> está-me deixando mal!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É que V. Ex<sup>a</sup> fez uma observação.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não, não, V. Ex<sup>a</sup> foi correto. Quero dizer que cometi um equívoco. Tenho o maior carinho e a maior amizade pelo Senador Leomar Quintanilha e não tenho nenhuma dúvida de que S. Ex<sup>a</sup> tomou a decisão, mas também não tenho nenhuma dúvida de que o Senador Renan o aconselhou. Os dois conversaram, e a decisão foi do Quintanilha, depois de ouvir o Senador Renan.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero-lhe dizer que, ainda ontem – acredito que até passei por V. Ex<sup>a</sup> –, vim aqui, onde estavam os Senadores Leomar Quintanilha e Valdir Raupp. Disse a S. Ex<sup>a</sup>, no meio da tarde: “Olha, é muito importante que venha logo a escolher o Relator”. Saí daqui, e uma senhora aqui postada, por acaso, ouviu-os conversando. E um disse para o outro: “Quem sabe ele pudesse ser escolhido Relator!”. O outro falou: “Sim, seria bom, mas agora já escolhi o Senador Jefferson Péres”. Soube disso ontem à noite e achei ótima a escolha. Cumprimentei o Senador Jefferson Péres e aqui quero reiterar o cumprimento. Digo a V. Ex<sup>a</sup> que, se algum dia – e espero que isto não ocorra –, eu cometer alguma bobagem, alguma incorreção, e se V. Ex<sup>a</sup> e outros levarem-me, por justiça, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se for o Senador Jefferson Péres o escolhido para relatar, estarei certo de que a justiça será procurada. Tenho certeza disso e eu o disse, hoje, ao Senador Renan Calheiros. Hoje à tarde, quando S. Ex<sup>a</sup> veio aqui, eu concluía meu pronunciamento – V. Ex<sup>a</sup> adentrava o plenário – e tive a oportunidade de lhe falar, como amigo, como irmão, como se irmão eu fosse dele – conforme V. Ex<sup>a</sup>, ontem, tão adequadamente falou como amigo –, que seria bom se S. Ex<sup>a</sup> se licenciasse. Vejo, agora, no portal Terra, uma declaração do próprio Senador Renan Calheiros de que S. Ex<sup>a</sup> é como um coco: o coco pode cair naturalmente, mas, muitas vezes, as pessoas precisam subir na árvore para arrancá-lo. Ele disse que só sairá como um coco arrancado. Quero ponderar, mais uma vez, em concordância com o que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, está procurando transmitir: Senador Presidente Renan Calheiros, não se trata, de maneira alguma, de querer arrancá-lo

do topo da árvore. O que o Senador Pedro Simon e outros estão dizendo é que, no nosso entender, isso será melhor para V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Renan Calheiros, em quem votamos por duas vezes.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Por duas vezes, nele votamos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Estamos percebendo que, assim, o Senador Renan Calheiros poderia dedicar todo o seu tempo – ainda mais que o próprio Senador Jefferson Péres disse que, até o dia 02 de novembro, espera concluir e que os demais Relatores também se comprometeram a fazer o mesmo até a semana de Finados – não para descansar, porque tem a árdua tarefa de explicar os fatos, mas para se colocar à disposição dos Relatores João Pedro, Almeida Lima, Jefferson Péres e daquele que ainda deverá ser designado para o caso Francisco Escórcio. Ele poderia dizer: “Olha, estou à disposição para colaborar intensamente com os Senadores Relatores e com o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Perguntem-me o que vocês quiserem e chamem-me na hora que for preciso. Se quiserem, façam um diálogo com o Sr. João [o que foi seu sócio e fez uma denúncia] para um esclarecimento. Se for necessário um diálogo com ele, vou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e me disponho a esclarecer inteiramente, para que as Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores possam avaliar”. O Presidente Renan nos afirma que sua verdade é inteira e que, no seu entender, não feriu o decoro parlamentar. É preciso que, dada a circunstância e a forma como a imprensa e os meios de comunicação o estão tratando, S. Ex<sup>a</sup> possa nos persuadir e o povo brasileiro, para que retorne com tranquilidade à Presidência do Senado Federal se todos nós julgarmos e avaliarmos que S. Ex<sup>a</sup> não feriu o decoro parlamentar. Hoje, conversei com V. Ex<sup>a</sup> a respeito de qual seria o amigo próximo, o irmão que lhe pudesse dizer isso, para sensibilizá-lo. V. Ex<sup>a</sup>, no meu entender, é, em especial, esse amigo, seu companheiro de Partido. Queira Deus esteja o Senador Renan Calheiros ouvindo a recomendação de V. Ex<sup>a</sup>, dessa forma, ainda mais diante da observação dele, de que é como o coco e de que só sai dali arrancado. Sei que V. Ex<sup>a</sup> não deseja arrancá-lo lá de cima da árvore. V. Ex<sup>a</sup> quer dizer ao amigo: “Proceda da melhor maneira; eis o caminho melhor para você, meu amigo”.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado. Obrigado mesmo.

Senador Garibaldi Alves.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, creio que o povo do Rio Grande do Norte, a comunidade norte-rio-grandense, espera uma palavra minha, neste momento. Na verdade, eles não me entenderiam se eu não dissesse a V. Ex<sup>a</sup> que, no outro lado do País, no outro extremo, no outro Rio Grande – e há pouco eu dizia a V. Ex<sup>a</sup>, na presença da Governadora Yeda Crusius –, o Rio Grande mais pobre, o Rio Grande do Norte, lá também, não somente no seu Rio Grande, mas nesse outro Rio Grande, V. Ex<sup>a</sup> é ouvido, V. Ex<sup>a</sup> é acatado, V. Ex<sup>a</sup> é respeitado. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, porque já foi lá e já sentiu o carinho da nossa gente. Já participou de lutas políticas. Portanto, venho trazer esta palavra. Já trouxe a palavra de solidariedade; agora trago uma palavra de amizade, de carinho por V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo porque sempre tive por V. Ex<sup>a</sup> a maior admiração. Sou daqueles que ainda tenho um livro de V. Ex<sup>a</sup>, publicado com seus discursos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Está lá na minha estante, fazendo com que eu possa, aqui e acolá, ler o que V. Ex<sup>a</sup> dizia, com a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> não mandou ninguém esquecer o que V. Ex<sup>a</sup> disse quando era Deputado Estadual. Estou ao lado de V. Ex<sup>a</sup> nesta nossa luta para salvar a dignidade do Senado, para que o Senado volte a ser a Casa maior da Federação, representando nossos Estados, tanto o Rio Grande de V. Ex<sup>a</sup> como o meu Rio Grande. Muito obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Fico muito emocionado com V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, desde seu primeiro mandato, temos nos respeitado, e tenho acompanhado o brilho de V. Ex<sup>a</sup>. São impressionantes a liderança e o prestígio que V. Ex<sup>a</sup> tem no Rio Grande do Norte, com esse seu estilo manso, tranqüilo, sereno de falar, e é a grande voz nas horas difíceis.

Hoje V. Ex<sup>a</sup> tomou uma posição corajosa. V. Ex<sup>a</sup> realmente vem se debatendo no sentido de encontrar uma fórmula, não contra ninguém, mas a favor do nosso País, do nosso Rio Grande e do nosso querido PMDB. Essa luta nós vimos travando há longo tempo, V. Ex<sup>a</sup> com a sua competência, com a sua capacidade, no sentido de que nos lembremos das nossas origens. Nós nascemos na hora de uma aliança popular, na dramaticidade dos momentos que esta Nação já viveu, quando as armas dos militares pareciam que iam durar uma eternidade, vimos vindo, e não podemos agora esquecer nosso passado. V. Ex<sup>a</sup> é uma das figuras mais dignas, mais corretas e por quem tenho uma grande admiração. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Flávio Arns.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, é sempre uma ale-

gria, uma honra, um prazer escutá-lo e vê-lo também; não apenas sua palavra, mas sua presença é sempre sinal de entusiasmo, de esperança, de credibilidade. Vou dizer três coisas. A primeira, para o povo do Rio Grande do Sul, como Senador do Paraná. Que honra o Estado tem, que alegria, que satisfação em poder dizer, de peito aberto, de peito cheio, em relação à figura de V. Ex<sup>a</sup>: “Nós temos um excelente Senador, um Senador digno, um Senador combativo, um Senador competente, um Senador que tem um ideal para a sociedade, um Senador que tem uma palavra, esteja na oposição ou na situação”, como disseram as demais pessoas, ou seja, um Senador que tem uma palavra definida na sua história de vida. Como Senador do Paraná, digo ao povo do Rio Grande do Sul: “Sintam orgulho. Oxalá, povo do Rio Grande do Sul, que em...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, Petrônio Portela marcava uma hora para o grande Líder gaúcho, Brossard. O homem é o homem e as circunstâncias. Nossas circunstâncias são outras. Estou, em nome do Piauí, garantindo o tempo que V. Ex<sup>a</sup> queira. Há um orgulho no Piauí. Nós nos sentimos os gaúchos do Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> pode continuar na tribuna o tempo que julgar conveniente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> calcule a emoção que tenho com suas palavras. Realmente, tenho sensibilidade, e sei que estou ultrapassando, que estou abusando. V. Ex<sup>a</sup> é tão generoso que eu lhe aconselho daqui a pouco a apertar a campainha e cortar meu microfone, porque eu, às vezes, abuso mais do que o necessário.

De coração, muito obrigado.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Portanto, Senador, o primeiro ponto é transmitir essa mensagem dos outros Estados para o Estado do Rio Grande do Sul, com a certeza absoluta, em um segundo aspecto, de que este é o sentimento do Brasil. Por onde vamos pelo Brasil, as pessoas se lembram de V. Ex<sup>a</sup> e o associam àquilo que o Senado deveria ser. Esse é o motivo importante de reconhecermos e valorizarmos a presença, a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, no sentido da credibilidade que esta Casa tem que ter. Nós temos que ter referências, e V. Ex<sup>a</sup> é essa referência. O terceiro aspecto diz respeito a recapitular o que foi dito em relação aos partidos políticos, quando na oposição e quando no governo. Essa busca, essa necessidade – e V. Ex<sup>a</sup> fez uma reflexão sobre isso –, a necessidade da coerência, da questão ética, do compromisso social, do compromisso com o

povo organizado, de transformação, de transparência, de poder acreditar na palavra do político, que, antes de assumir o poder, tem uma palavra e, depois, tem que manter essa palavra. Como nós nos ressentimos de falta de exemplos nesse sentido! Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Qualquer explicação que V. Ex<sup>a</sup> tenha optado em oferecer à sociedade nesse sentido que V. Ex<sup>a</sup> colocou, de respeito, de querer também sempre dar a instrumentação para o eleitor, tenha a certeza de que, para todos nós, qualquer explicação que venha será recebida com solidariedade, com respeito, com admiração, com entusiasmo, pois V. Ex<sup>a</sup> é uma das maiores figuras públicas que o Brasil já apresentou para o povo em sua história. Parabéns! Que bom que estamos juntos, e oxalá, no dia 31 de janeiro, daqui a sete anos, V. Ex<sup>a</sup> esteja começando mais um mandato como Senador. Parabéns!

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Fico emocionado com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, sinceramente. Sou uma pessoa, no fundo, tímida e mais encabulada do que parece. As palavras de V. Ex<sup>a</sup> me gratificam, no sentido de que V. Ex<sup>a</sup> fez um gesto de carinho e de afeto. É muito bom, nesta hora que estamos vivendo, dias tão tumultuados, como foi a sessão de ontem, que nós aqui, Presidente, possamos mostrar, neste ambiente sereno, que o carinho, o amor e o respeito existem entre nós.

Tenho o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup>. Acho o seu trabalho no Paraná muito importante. V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa identificada com os problemas sociais; é uma das vozes, como o Senador Paulo Paim, que representa a gente mais simples, a gente mais humilde, a gente que, sinceramente, não tem voz.

Que bom se o exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, como o do Senador Paulo Paim, se multiplicasse e que mais representantes lá do nosso povo mais simples pudessem estar aqui.

Tenho ido ao Paraná, sou muito amigo do Governador Roberto Requião, somos grandes amigos. Considero-o um grande Governador, mas tenho brincado com ele.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Prorrogo novamente a presente sessão, para que se complemente o pensamento de Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> será o único Senador que vai completar 32 anos. Iguale-se a Rui Barbosa. O nosso futuro, as nossas crianças e os jovens vão saber qual foi o maior. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador do seu Estado, Rui Barbosa não foi Governador da Bahia. Será uma grande diversão para nossos jovens essa disputa de valores, Rui Barbosa e Pedro Simon engrandecem o Senado.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Eu não vou dormir à noite. Quando chegar em casa, não sei o que vou fazer. Minha mulher vai dizer: “Pedro, você está caminhando ou flutando?”

Obrigado.

Mas digo para o Requião assim: “Requião, tu tens grandes qualidades. Se tivesses a língua um pouco menor, tu serias um grande candidato a tudo que pudessemos imaginar.”

Às vezes estou lá e elogio o Governo dele. São coisas que vi, como, por exemplo, aquela escolinha de governo, que reúne toda a administração dele. Todo mundo pode criticar, falar, debater, analisar. Lá todo mundo fica sabendo o que há em todo o Governo. Se eu voltasse para o Governo, essa seria a primeira coisa que faria. Geralmente, o Secretário de Educação não sabe o que está acontecendo com a Polícia, e a Polícia não sabe o que está acontecendo...

Eu estava elogiando, falava da polícia comunitária, não sei mais o quê... Daqui a pouco, ele diz: “Pedro, esses caras que andaram falando contigo aí, essa gente é fraquinha. Não confia, que não é grande coisa, não.” Estava falando mal do Governo dele, porque a gente estava elogiando demais!

Mas V. Ex<sup>a</sup>, não. Tenho andado, e as referências, o sentimento pelo social, a preocupação pelo social... Em uma época em que estamos vivendo a ditadura do mercado, que dita todas as normas para o Brasil e para o mundo, é muito importante que gente como V. Ex<sup>a</sup> permaneça com seus ideais e com suas bandeiras. De coração, muito obrigado.

Meu querido Senador, V. Ex<sup>a</sup> fez um milagre. Quando foi escolhido Presidente daquela CPMI, a voz generalizada era a de que seria uma direção chapa-branca, que não daria em nada. Eu participei, e a isenção, a dignidade, a correção com que V. Ex<sup>a</sup> agiu, a imparcialidade... V. Ex<sup>a</sup> parecia um desembargador que não tinha andado por outro lugar, que não o Tribunal de Justiça, e os resultados estão aí.

O que o Supremo está julgando agora, que é uma maravilha, começou lá naquela comissão, em que ninguém acreditava, na comissão do fim do mundo. Achavam que não ia dar em nada, mas deu.

V. Ex<sup>a</sup> tem esse grande mérito, grande mérito! E alguns podem não compreender V. Ex<sup>a</sup>: “Mas, como? É companheiro nosso!” Acho que foi o ato talvez mais importante da sua vida, acho que o mais difícil. Pegar uma comissão daquela, com as pressões que sofreu e sair como V. Ex<sup>a</sup> saiu foi uma dignidade. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo a ser seguido. Meus cumprimentos.

**O Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Não poderia também deixar de registrar, nesta quarta-feira, depois de uma semana extremamente complicada...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – E o nome de V. Ex<sup>a</sup> dispensa comentários. Quando era estudante já ouvia falar de Pedro Simon, como Governador de Estado, como Ministro de Estado. V. Ex<sup>a</sup> tem 25 anos de mandato como Senador da República, poucos são os brasileiros que conseguiram essa honra. E V. Ex<sup>a</sup> não a conseguiu à toa: tem uma biografia irretocável. V. Ex<sup>a</sup> honra seu Estado, o Rio Grande do Sul, um Estado em que é difícil fazer política, porque é pujante e tem pessoas com um discernimento grande – não que os outros também não o tenham, mas o Rio Grande do Sul, até pelo perfil econômico de sua sociedade, é um Estado muito rigoroso com seus homens públicos. Com a história de V. Ex<sup>a</sup>, não tenho dúvida nenhuma de que todas as proações e obstáculos que poderia passar como homem público, como político, V. Ex<sup>a</sup> ultrapassou, mas, acima de tudo, V. Ex<sup>a</sup> honrou seu Estado e o Brasil. E, no momento em que existe uma carência tão grande de homens públicos com a imagem de V. Ex<sup>a</sup>, com seu caráter, com seu perfil, temos, mais do que nunca, de ter muito cuidado, muito apreço por V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tem um valor inestimável em função das crises todas que infelizmente o nosso País enfrenta, principalmente com relação aos homens públicos, à classe política. Estamos vivendo um drama, há mais de três meses; a cada semana, uma novidade, e o desgaste aumenta dia a dia. Acho que, no final, Senador, erramos todos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – Meu pai dizia que não poderíamos morrer por delicadeza. E, talvez por delicadeza, tenhamos chegado aonde chegamos. Ontem, aliás, desde a semana passada, tenho acompanhado o recrudescimento das nossas dificuldades aqui no Senado. Falo publicamente, porque disse isso sinceramente ao Líder do PMDB, quando tomei conhecimento, em Mato Grosso do Sul, na semana passada, do afastamento de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Jarbas Vasconcelos da CCJ. Com a pouca história que tenho como político e detentor de mandato, acho que foram muito poucas as situações em que isso ocorreu, principalmente, focando-se figuras ilustres da política nacional, como V. Ex<sup>a</sup> e como o Senador Jarbas Vasconcelos. Dentro de um ambiente degradado, entendia que essa medida funcionaria como um complicador grave dentro do processo que estamos vivenciando. Esta semana, na tarde de ontem, quase como

um desaguadouro de todos esses desvios e equívocos, eu talvez tenha assistido à sessão mais patética que este Senado desempenhou. Todos saímos menores depois do que aconteceu ontem. Não tenho dúvida nenhuma disso, por mais nobres que fossem os sentimentos de muitos ou da maioria dos Senadores e Senadoras. O reflexo disso, Senador Pedro Simon, é olhar V. Ex<sup>a</sup> trazendo matérias de dez anos atrás da revista *Veja*, curiosamente em função de um programa eleitoral que gravou para o atual governador do meu Estado, Mato Grosso do Sul, naquela época, para a campanha eleitoral dele a prefeito de Campo Grande; é assistir a V. Ex<sup>a</sup>, com toda essa bagagem, com toda essa história, ter de vir à tribuna para justificar coisas absolutamente ultrapassadas, que foram, mais do que nunca, ultrapassadas com a transparência e a postura pública que V. Ex<sup>a</sup> sempre teve! E agora, de uma hora para outra, e pelo que entendi da sua exposição, até jornais do seu Estado estão colocando dúvidas com relação à carreira pública, absolutamente digna, transparente, cristalina, republicana de V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, meu caro Senador Pedro Simon, quero dizer que tudo isso que estamos vivendo aqui, e dentro dessa conversa serena que, como V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, há muito tempo não temos neste plenário, assistindo a V. Ex<sup>a</sup> responder a coisas que nenhum brasileiro pode colocar em xeque, situação que mostra o clima absolutamente descontrolado que infelizmente o Senado tem vivido, leva-me a falar por todos os sul-mato-grossenses – tomo a liberdade de falar por todos os sul-mato-grossenses – que o senhor não somente tem a nossa solidariedade, porque sabemos o homem público que V. Ex<sup>a</sup> é, mas também que é uma honra compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> um assento aqui no Senado Federal, aprender com V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência, com a sinceridade, com aquele misto de emoção e sensibilidade de argúcia em função do momento que enfrentamos ou de vários outros que enfrentamos aqui. Portanto, não só tenha a admiração de todos nós sul-mato-grossenses, mas, acima de tudo, o respeito da nossa Bancada por tudo que V. Ex<sup>a</sup> representa e que honra, com trabalho e com determinação. Não sabia que V. Ex<sup>a</sup> – fiz as contas e concluí – já estava na casa dos 78 anos; e 78 anos bem vividos, vividos principalmente com preocupação com o Brasil, com a nossa população e com o futuro da nossa terra e da nossa gente. Conte conosco sempre e que Deus continue sempre iluminando V. Ex<sup>a</sup> nessa caminhada de êxitos e, acima de tudo, de brasilidade. Um grande abraço, Senador Pedro Simon. Conte conosco sempre.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>; agradeço muito mesmo. Fui grande amigo do companheiro Tebet, que sei que era grande amigo de V. Ex<sup>a</sup>. E, por intermédio dele,

tive a oportunidade de conhecer muito Mato Grosso do Sul. Quando vou lá, tenho me queixado um pouco. É tanto gaúcho bom que vejo lá que digo: é por isso que o Rio Grande tem esse problema, os bons estão indo embora. Mas a identificação deles com a terra de vocês, o carinho que eles têm por ela! Participei, Senador Paim, de um congresso regionalista do CTG em Mato Grosso do Sul – não sei qual número do congresso regionalista foi, mas havia uma infinidade de CTGs, que nos fazia a nós do Rio Grande do Sul ficar com inveja. E eles estão ali levando o mesmo espírito, a mesma garra, a mesma dedicação. Eu, com muito carinho, com muito amor, dizia-me: mas essa gente faz falta para nós. Nós estamos sentindo falta dessa gente. Há uma identidade na maneira de ser, porque o Mato Grosso do Sul é um Estado em que o cidadão se dedica à terra: planta, colhe, vive, ama a sua terra. E, de certa forma, o gaúcho está quase melhor ali do que em seu Estado, porque lá tem as montanhas, tem os morros; em Mato Grosso é uma espetacular terra, da qual V. Ex<sup>a</sup> é um digno representante.

No entanto, saliento a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> no que tange à hora que estamos vivendo. E V. Ex<sup>a</sup> disse uma coisa muito importante: na sessão de ontem, ninguém saiu ganhando. Nesses três meses que estamos vivendo aqui, não vamos nos iludir, ninguém está somando, ninguém está ganhando. Cai o Congresso, caímos nós, estamos caindo no mesmo nível. Se tivermos uma solução de grandeza, vai somar para todos.

Meu amigo Renan, veja, aqui estamos nós, do PMDB, do PT, debatendo, analisando. E sinto aqui um ar de carinho pelo Presidente. Ninguém entra aqui com o espírito de que algo aconteça contra o Presidente. Meu amigo Renan, as coisas acontecem. Todos nós temos os momentos de altura e os momentos de descida. A vida é um dia depois do outro como diz o Eclesiástico, “a cada dia a sua agonia”. Alguns têm mais, outros têm menos.

Eu já tive momentos na minha vida que achei não ter mais o que fazer. Perder um filho de dez anos em um acidente. Minha mulher estava guiando o carro, terminou não suportando, e eu a perdi também por diminuição de amor, de entendimento da realidade, uma depressão real. Até hoje, se vocês me perguntarem: “Mas Simon, como tu te elegeste Governador do Rio Grande do Sul?”, eu juro que eu não me lembro. Meu filho morreu, seis meses depois morreu a minha mulher e seis meses depois fui eleito Governador. Não sei. Tiraram-me de casa não sei como. Eu nunca respondi que era ou que não era. Fizeram a convenção, indicaram-me e eu me elegi Governador. Eu sempre digo que foi uma hora muito triste. E eu acho que, se

fosse depois, eu teria sido um Governador bem melhor, porque eu vivi uma fase muito difícil. Mas passou.

O importante, como é dito, é que não há porta que se feche e que não se abra outra. Não há janela que se feche e que não se abra outra. Não há dia, por mais escura a noite, por mais torturante, por maior relâmpago que possa acontecer, sempre vai nascer um raio anunciando a aurora de um novo dia. Amanhã é outro dia. Acho que isso é importante.

Doutor Renan, isso é muito importante. Não sucumba; licencie-se. Vá gozar o descanso que você tem direito. Não vai ter de dar nenhuma explicação, porque a sessão de ontem mostrou. Duvido que alguém... O que ele disse eu não levo... Duvido que alguém... Eu não suportaria três meses que nem ele está vivendo. Eu não suportaria. Juro por Deus, eu não suportaria. Vá descansar, vá repousar. Homens que nem Jefferson Péres, por exemplo, tenho a convicção de que nós aqui...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... doa a quem doer.**

Meu querido irmão Mão Santa, as palavras que V. Ex<sup>a</sup> leu da sua mãe, querida Ministra-Chefe da Coligação Franciscana do Piauí, mostra que ela tinha visão. Você era o grande tesouro da vida dela, o senhor é hoje um grande orgulho para todos nós.

Tenho visto, Senador, V. Ex<sup>a</sup> a cada semana tem dois ou três livros diferentes do que tem de mais importante na política do mundo inteiro – biografia do Lincoln, biografia do Churchill –, as coisas mais significativas. Depois, vejo V. Ex<sup>a</sup> fazer as citações, o debate e a comparação entre o ontem e o hoje; V. Ex<sup>a</sup> está buscando e conseguindo trazer um clima de responsabilidade.

A sua simpatia, o seu Piauí ... Eu podia fazer o mesmo que V. Ex<sup>a</sup>, eu devia dizer, nós gaúchos deveríamos dizer: o Rio Grande do Sul, mas nem o Paim... O Colares dizia na Assembléia. Como Deputado Federal, todo mundo meio que ria dele, mas ele dizia o Rio Grande do Sul.

Tenho muito respeito por V. Ex<sup>a</sup>, apesar de seus pecados veniais. Eu e V. Ex<sup>a</sup> cometemos um pecado venial muito grande: o tamanho do tempo que V. Ex<sup>a</sup> permitiu que eu ficasse nesta tribuna.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

<b>Documentos</b>
-------------------

**1) Matéria revista Veja: "O rei do vídeo".**

(25/Setembro/1996)

---

**2) Discurso comunicando pagamento do uso involuntário da TV Senado.**

(30/Setembro/1996)

---

**3) Editorial revista Veja: "A sabedoria de um senador".**

(02/Outubro/1996)

---

**4) Ramez Tebet: Simon comunica que Tebet o ressarcia da despesa.**

(19/Outubro/1996)

---

**5) Discurso: Carta ao IPC**

(19/Dezembro/2007)

**1) Matéria revista Veja: "O rei do vídeo"**

(25/Setembro/1996)

como quem não sabe de nada. No caso do DF, o governador optou por não mover uma palha e deixar seu serviço secreto cometendo abusos. Depois, pelo visto, passou a gostar dos relatórios. Para o presidente da CUT do Distrito Federal, o petista José Zunga, que chegou a levar ao governador sua indignação quando soube da arapongagem da PM meses atrás, Cristovam até lhe ofereceu cópia dos relatórios. "Uma vez o governador me contou que acompanhava a movimentação sindical por esses informes e até mandaria uma cópia para mim", lembra o sindicalista Zunga.

**Circo** — Extremamente vaidoso, dono de uma personalidade de poeta, o governador Cristovam Buarque é do tipo que conversa como quem sempre terá a melhor idéia da noite e tem certeza de que fará um grande governo porque é um homem de grandes sacadas — e o resultado é que sua gestão é uma pilha de projetos. Assim, com apenas vinte meses de governo, conseguiu romper com quase todo o PT, sofre uma oposição braba do movimento sindical e ainda enfrenta a oposição dos opositores de sempre. Isolado, para influir nas decisões do partido ou saber o que acontece numa reunião sindical, precisou trocar a militância ou o trabalho político por algum sargento de polícia.

Confrontado com a informação de que VEJA publicaria uma reportagem sobre o assunto, o Palácio do Buriti montou um circo na noite de sexta-feira passada. Depois de ter a polícia secreta funcionando a todo o vapor desde o início do governo, e produzindo relatórios com uma frequência quase diária, o governador mostrou-se indignado e decidiu extinguir a sua polícia secreta. Os agentes serão destacados para o policiamento de rua e os tais relatórios de bisbilhotagem, enviados para um arquivo público. A decisão foi tomada pelo governador interino, o petista Geraldo Magela, presidente da Câmara Distrital, depois de uma longa reunião com membros da cúpula militar. Em viagem ao Chile, para participar de um seminário promovido pela Unesco, Cristovam Buarque soube da decisão por telefone. "Estou estarelecido com essas informações. Nada tenho a acrescentar e concordo 100% com a decisão tomada", mandou dizer o governador. Como fez outro Cristovão, cinco séculos atrás, só na semana passada o de Brasília descobriu a América. ■

## Teotônio Vilela Filho, na TV do Senado: dezenas de gravações

Brasil Senado

### O rei do vídeo

#### Tucano usa e abusa da TV do Senado na campanha

**A** gráfica do Senado ficou célebre por imprimir propaganda eleitoral dos senadores em calendários e cadernos escolares. No ano passado, o Senado criou uma emissora de TV a cabo para divulgar o trabalho dos parlamentares, mas já está indo para o mesmo brejo da gráfica. Ali, senadores estão fazendo gravações de apoio aos seus candidatos a prefeito, em desacordo com o regulamento da Casa. O rei das gravações é o senador Teotônio Vilela Filho, de Alagoas. Ele é o presidente nacional do PSDB, vice-presidente do Senado, e suas gravações se contam às dezenas. Na quarta-feira passada, lá estava ele outra vez usando as instalações, os equipamentos e os funcionários da TV para produzir um vídeo de apoio ao candidato tucano à prefeitura de Sorocaba, em São Paulo. "Fiz essas gravações por comodismo", justifica o senador Vilela Filho. "Foi uma bobagem, não deveria ter feito."

De acordo com o regulamento, os senadores têm direito a trinta minutos por mês para gravar fitas de vídeo com pronunciamentos e entrevistas. Mas o artigo 4º do regulamento proíbe os parlamentares de produzir vídeos de caráter pessoal nos dois meses que antecedem qualquer eleição — ou seja, desde o dia 3 de agosto, as gravações estão suspensas. "Essas gravações estão próximas da situação de abuso de autoridade", afirma o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, o mesmo que relatou o processo pedindo a cassação do senador Humberto Lucena por uso indevido da gráfica do Senado. Lucena, na época, só não perdeu o mandato porque o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu assinar sua anistia, alegando que, se não perdoasse o senador, as reformas seriam bloqueadas no Congresso.

**25 000 reais** — Vilela Filho até contratou uma produtora para gravar seus pronunciamentos depois de assumir a presidência do PSDB. O partido paga 25 000 reais

por mês pelo serviço, mas aí também fica esquisito, pois, sem pagar um tostão, a empresa utiliza os equipamentos e as instalações da TV do Senado para fazer o serviço. Embora seja o mais assíduo, Vilela Filho não está sozinho. Também gravaram mensagens os senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma, Iris Rezende e Pedro Simon. Até mesmo uma não parlamentar, Nice Lobão, mulher do senador Edison Lobão, achou por bem gravar uma mensagem de apoio ao seu candidato à prefeitura de São Luís. As gravações não são transmitidas pela TV do Senado. Os senadores levam suas próprias fitas para os estúdios, gravam e a reproduzem onde quiserem. "Nós não podemos impedir nada", diz Fernando César Mesquita, secretário de Comunicação do Senado. "Se os senadores quiserem fazer strip-tease, nada podemos fazer." Numa prova de que o procedimento não é correto, José Sarney, presidente da Casa, chefe de Mesquita e mentor da idéia de criar uma TV no Senado, já fez 34 gravações de apoio a candidatos nesta eleição — todas em produtoras independente. ■

Exedito Filho

## 2) Discurso comunicando pagamento do uso involuntário da TV Senado

(30/Setembro/1996)

### Ata da 153ª Sessão não Deliberativa em 30 de Setembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura  
Presidência do Sr. Valmir Campelo  
(Inicia-se a Sessão às 14h e 30min)

○ **SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Com a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

○ **SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu expediente da Embaixada do Iraque encaminhando convite do Presidente da Assembleia Nacional daquele país, para visita de uma delegação parlamentar brasileira àquele país, em data a ser definida. (Diversos nº 84/96)

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

○ **SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Não há oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Pedro Simon e Valmir Campelo enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.<sup>as</sup> serão atendidos.

○ **SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, este meu breve discurso é, na verdade, a manifestação de um ato de contrição. Como sabem todos aqueles que professam a fé religiosa, perante Deus, os pecados se classificam em mortais e veniais. Isso, sem contar o pecado original, que é a própria concepção do homem.

A minha profissão de fé e o meu temor a Ele me orientam no sentido de, enquanto receber a graça da vida neste mundo, tentar manter a alma limpa dos pecados que possam mortificá-la.

Como um ser humano, à semelhança do Criador, não carrego mais a mácula do pecado original: O meu nome, Pedro, foi consagrado, desde logo, na pia batismal de Caxias do Sul e, sobre essa mesma pedra procurei edificar, sempre, a minha própria vida.

A vontade de Deus e a confiança da população do Rio Grande do Sul me fizeram um homem público. Tenho a consciência de que os homens públicos, hoje, padecem do mal da falta de credibilidade. As pesquisas mostram que, ao que tudo indica, a população brasileira recitou, na classe política, uma nova versão do pecado original: para a grande maioria, o

homem público já nasce com o pecado da corrupção. Talvez seja por isso que se diz que o homem público tem, necessariamente, que passar pelo "batismo" das urnas. Talvez seja, também, por isso que parece que todo eleitor, ao depositar o seu voto na urna ou ao apertar os botões, na sua versão eletrônica, parece proferir as palavras que lhe são sagradas: eu te batizo em nome da ética, da probidade e do caráter. Mais do que isso: esse mesmo batismo tem que ser confirmado a cada quatro anos, algo assim como uma "crisma" eleitoral.

Fui "batizado", na vida pública, há quarenta anos e venho sendo "crismado", sucessivamente, desde então. A população gaúcha, esses verdadeiros confessores a quem procuro sempre, manifestar todos os meus atos; tem me confirmado a graça e a honra de representá-la no Congresso Nacional.

Como homem público sou, antes de tudo, um ser humano. Por isso, não estou imune de todos os pecados veniais. Não os omito, porque a omissão é, para mim, o maior dos pecados mortais. Mas os reconheço e os confesso, para não repeti-los. Nasci à semelhança do Criador, mas nunca tive a pretensão da infalibilidade.

A imprensa tem sido, principalmente nos últimos anos, algo assim como os olhos de Deus na prática política e no tratamento da coisa pública. Foi o seu dedo que apontou as mazelas da administração pública que culminaram no impeachment de um Presidente e na cassação de parlamentares. E a população Confessora foi implacável na penitência: para alguns, o purgatório da inelegibilidade temporária, para outros, o inferno do esquecimento e do desdém.

Com a revista Veja não é diferente. ela sim parece ter o dom da onipresença. Na sua última edição, a de número 1463, ela me flagrou a cometer um pecado que eu classificaria como involuntário. Tanto assim que eu mesmo dele tomei conhecimento quando li a matéria "O Rei do vídeo", na página 40. Foi ali que eu soube que havia cometido tal erro. Nos últimos dias, como é de conhecimento amplo, tenho gravado, em vídeo, inúmeras participações em campanhas eleitorais, todas elas para manifestar

o meu apoio a candidatos que, repito, julgo serem merecedores do "batismo" das urnas: éticos, probos e de caráter intangível. E, em todas elas, foram utilizados equipamentos de emissoras independentes. Em um único caso, a pedido de um ilustre Senador, gravei mensagem eleitoral recomendando um candidato à prefeitura da capital de seu estado. Ali, como que a me tentar, estava um equipamento do Senado Federal.

Mas os princípios que nortearam a criação da TV Senado e os regulamentos que orientam o seu funcionamento provaram que a **Veja** tem razão. Eu cometi um pecado, apesar de involuntário. Só espero que os pecados involuntários sejam, no máximo, veniais. É por isso que, imediatamente, procurei confessá-lo, e não menos incontinente, penitenciar-me.

Procurei abrigo na minha consciência e na opinião de pessoas mais próximas, como se fossem a verdadeira síntese de todos os meus "confessores" e procurei redimir-me da forma que nos pareceu mais justa: a de ressarcir a população dos gastos incorridos com tal atitude.

Ato contínuo, vali-me de um levantamento de custos, com profissionais independentes, a partir de indicadores conhecidos na gravação efetivamente elevada a efeito.

Neste sentido, encaminhei ao Senhor Presidente do Senado Federal o ofício anexo, do qual peço transcrição, para os Anais desta Casa, datado de 24 de setembro de 1996.

Encaminhei, ainda, à revista **Veja**, a correspondência 63/96, cujo teor, também, peço que se transcreva.

Em ambos os casos, juntei cópia do orçamento da empresa Apoio Empreendimentos de Comunicação Ltda, sítio SAAN Quadra 03 Lotes 70/80, fone (061) 234-8181 e do correspondente depósito de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais), na Conta do Senado Federal, de nº 55557351-6, Agência 2636-0.

Espero que este meu ato de contrição (e de penitência) permita que eu possa continuar recebendo o divino sacramento da Comunhão.

Mas, senhor Presidente, se me obrigo a cumprir as leis de Deus e dos homens, entendo que todos estão obrigados a cumpri-las, também. Desde modo, não possa aceitar o descaso com que foram tratados os regulamentos da Casa, no episódio em questão. A observação do ilustre servidor, transcrita por **Veja**, de que "se os Senadores quiserem fazer **streap-tease**, nada podemos fazer", "não podemos impedir nada", caracteriza imperdoável omissão. O

Regimento Interno e as demais normas que regem o Senado Federal têm que ser obedecidos por todos que a integram, independente do seu status. E compete a quem incumbido de fazê-los cumprir, exigir o seu cumprimento. Ninguém – seja o Presidente, o Senador, o Diretor de Secretaria, o Chefe de Departamento, o escriturário ou o contínuo – deve ser tratado diferentemente no que diz respeito à observância das leis e regulamentos que lhes incumbe observar.

A proibição de utilizar a TV Senado, em casos como este, está correta e, independente de considerá-la correta, entendo que, fazendo ela parte do regulamento, tem que ser cumprida. E o responsável pela obediência à norma tem que exigir seu cumprimento, por todos. Portanto, todos os Senadores estão proibidos de utilizar os serviços da TV Senado, fora das normas estabelecidas no regulamento. Isto deve ser cumprido. Cabe ao serviço responsável pela TV Senado impedir, proibir tal utilização. Se não é permitido utilizar o serviço da TV Senado fora do regulamento, nenhum Senador pode querer utilizá-la. E, se quiser, tem que ser impedido, a qualquer custo, pela direção da TV Senado.

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1996. –  
Senador **Pedro Simon**.

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:

OF.PSIM Nº 062/96

Brasília, 24 de setembro de 1996

A SUA EXCELÊNCIA  
Senador José Sarney  
DD. Presidente do Senado  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à matéria publicada na revista **Veja** edição 1463, de 25 de setembro de 1996, pág 40, sob o título "O rei do vídeo". Como ali se observa, o jornalista Expedito Filho cita o meu nome como um dos senadores que se utilizaram dos equipamentos da TV do Senado para gravação de mensagem eleitoral. Neste aspecto, cumpre-me informar-lhe que a matéria reflete a expressão da verdade. No dia, à pedido de um ilustre Senador do PMDB, gravei mensagem de apoio ao candidato do nosso partido à prefeitura da capital do seu estado.

Imaginava eu que, a TV Senado, fosse permitida a venda de espaço para gravações fora de sua programação normal, a exemplo do que ocorre com a comercialização de publicações técnicas do Senado Federal e de outras receitas que, eventual-

mente, poderiam ser oblidadas a partir de trabalhos realizados no âmbito desta Casa.

Vale enfatizar que, ao longo dos últimos meses, gravei um número significativo de contribuições às campanhas eleitorais de candidatos a prefeito e vereador, com utilização de equipamentos de emissoras independentes. Em único caso, e na campanha de um candidato que concorre ao pleito de 3 de outubro, fora de meu estado, incorri no erro relatado pela Veja. A TV Senado não pode permitir que seus equipamentos de transmissão sejam utilizados ao arremisso dos princípios que nortearam sua criação e dos regulamentos que orientam o seu funcionamento.

Com o propósito de sanear este erro – repito, involuntário – decidi ressarcir os cofres do Senado Federal, dos custos envolvidos na referida gravação. Para tanto, solicitei orçamento a profissionais independentes, a partir dos elementos conhecidos no trabalho efetivamente realizado, quais sejam: deslocamento de pessoal, tempo de gravação, material utilizado etc. O valor total apontado no referido orçamento foi, por mim, depositado na conta nº 55557351-6, Fundo do Senado Federal, no Banco do Brasil, Agência 2636-0, do Senado Federal, conforme documentos anexos.

Como Vossa Excelência observa, não discordo da matéria da Veja. Ao contrário, considero que seu trabalho deve ser reconhecido e louvado. É este o papel da imprensa livre e democrática. Não posso concordar, entretanto, com as observações ali colocadas como de autoria de um ilustre servidor do Senado Federal, dando conta de que "se os senadores quiseram fazer *striptease*, nada podemos fazer", "nós não podemos impedir nada". Podemos sim, Senhor Presidente. Se a norma regimental existe é para ser cumprida e para ser exigido o seu cumprimento por quem de direito. Cabe, portanto, ao responsável pela TV Senado impedir que ela seja utilizada indevidamente. Além dos preceitos regimentais, o dirigente da TV conta com o exemplo de Vossa Excelência, seu superior hierárquico que, conforme a própria matéria da revista, já fez 34 gravações de apoio a candidatos às próximas eleições, todas elas com produtores independentes.

Receba Vossa Excelência, nesta oportunidade, a renovação dos protestos do meu mais alto apreço e distinta consideração. – Senador Pedro Simon.

#### O REI DO VÍDEO

##### *Tucano usa e abusa da TV do Senado na campanha*

A gráfica do Senado ficou célebre por imprimir propaganda eleitoral dos Senadores em calendários e cadernos escolares. No ano passado, o Senado criou uma emissora de TV a cabo para divulgar o trabalho dos parlamentares, mas já está indo para o mesmo brejo da gráfica. Ali, senadores estão fazendo gravações de apoio aos seus candidatos a prefeito, em desacordo com o regulamento da Casa. O rei das gravações é o senador Teotonio Vilela Filho, de Alagoas. Ele é o presidente nacional do PSDB, vice-presidente do Senado, e suas gravações se contam às dezenas. Na quarta-feira passada, lá estava ele outra vez usando as instalações, os equipamentos e os funcionários da TV para produzir

um vídeo de apoio ao candidato tucano à prefeitura de Sorocaba, em São Paulo. "Fiz essas gravações por comodismo", justifica o senador Vilela Filho. "Foi uma bobagem, não deveria ter feito".

De acordo com o regulamento, os senadores têm direito a trinta minutos por mês para gravar fitas de vídeo com pronunciamentos e entrevistas. Mas o artigo 4º do regulamento proíbe os parlamentares de produzir vídeos de caráter pessoal nos dois meses que antecedem qualquer eleição – ou seja, desde o dia 3 de agosto, as gravações estão suspensas. "Essas gravações estão próximas da situação de abuso de autoridade", afirma o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, o mesmo que relatou o processo pedindo a cassação do senador Humberto Lucena por uso indevido da gráfica do Senado. Lucena, na época, só não perdeu o mandato porque o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu assinar sua anistia, alegando que, se não perdoasse o senador, as reformas seriam bloqueadas no Congresso.

25.000 reais – Vilela Filho até contratou uma produtora para gravar seus pronunciamentos depois de assumir a presidência do PSDB. O partido paga 25 000 reais por mês pelo serviço, mas aí também fica esquisito, pois, sem pagar um tostão, a empresa utiliza os equipamentos e as instalações da TV do Senado para fazer o serviço. Embora seja o mais assíduo, Vilela Filho não está sozinho. Também gravaram mensagens os senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma, Íris Rezende e Pedro Simon. Até mesmo uma não parlamentar, Nice Lobão, mulher do senador Edison Lobão, acho por bem gravar uma mensagem de apoio ao seu candidato à prefeitura de São Luís. As gravações não são transmitidas pela TV do Senado. Os senadores levam suas próprias fitas para os estúdios, gravam e as reproduzem onde querem. "Nós não podemos impedir nada", diz Fernando César Mesquita, secretário de Comunicação do Senado. "Se os senadores quiserem fazer *striptease*, nada podemos fazer". Numa prova de que o procedimento não é correto, José Samey, presidente da Casa, chefe de Mesquita e mentor da idéia de criar uma TV no Senado, já fez 34 gravações de apoio a candidatos nesta eleição – todas em produtoras independentes.

#### APOIO EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA

Brasília, 23 de setembro de 1996.

Ao

Gabinete do Senador Pedro Simon

Att: João Carlos Fontoura

Ref.: Orçamento

Prezado Senhor,

Atendendo solicitação, vimos apresentar proposta de Prestação de Serviços para gravação de depoimento com cerca de 10 minutos de duração.

Para a realização desse trabalho a Apoio utilizará equipamento Betacam-SP, microfone de lapela e iluminação. Ao final dos serviços cederá original em Betacam.

Custo para gravação externa: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Custo para gravação em estúdio: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)

Forma de pagamento: à vista

Atenciosamente, – Airton Maia Farias, Diretor.

Recibo	Agência (preço - cv)	Código (preço - cv)
	2636-0	55557351-6
Para crédito de		
FUNDO DO SENADO FEDERAL		
Em dinheiro - R\$	Em cheque - R\$	
480,00		
Código identificação - cv		
BANCO DO BRASIL		
BB 2636010056 260996		
456.000000175		
Receivimos a importância autenticada mecanicamente		

OF.PSIM Nº 063/96

Brasília, 25 de setembro de 1996

A Sua Senhoria o Senhor  
 Dr. Mário Sérgio Conti  
 MD. Diretor de Redação da Revista Veja  
 Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 – Freguesia do Ó  
 02909-900 – São Paulo – SP  
 Senhor Diretor.

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à matéria publicada por *Veja*, edição nº 1463, desta data, página 40, sob o título "O rei do vídeo", com o propósito de cumprimentá-lo e ao repórter Expedito Filho pela pertinência da notícia ali veiculada. Do fato, embora equivocado, procedi como ali descrito e me penitendo do erro.

Para conhecimento dessa Revista, estou remetendo, como anexo, ofício que encaminhei ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, onde explicito e acontecido e informo sobre o depósito, em conta-corrente do Senado Federal, de importância correspondente aos custos da gravação, de acordo com levantamento que mandei efetuar junto a profissionais independentes do ramo, a partir de elementos conhecidos do trabalho efetivamente realizado.

*Veja*, mais uma vez, exerceu o papel de uma imprensa livre e democrática, à qual compete divulgar acertos e, também, os erros que cometem aqueles que, como eu, exerço, uma função pública de estrita confiança da sociedade, em especial daqueles que me honraram com sua escolha para representar sua vontade no Senado Federal.

Queira, nesta oportunidade, acolher as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração. – Senador **Pedro Simon**.

**O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF)** – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, em muitas regiões do País os agricultores estão abandonando o campo e migrando para as grandes cidades, em busca dos serviços básicos a que têm direito. Uma vez na cidade, inchando as estatísticas dos sem-teto, dos sem-água, dos desempregados, tornando-se visíveis para os governantes que, só então, preocupam-se ou fingem preocupar-se com sua situação.

Esse problema, que é grave em todo o País, torna-se, particularmente, mais dramático ao verificarmos que regiões de destaque pela sua produção agrícola vêm a produção definhando, com suas roças abandonadas e seus rebanhos reduzidos drasticamente.

Essa situação desesperadora ocorre bem perto de nós, a cento e sessenta quilômetros de Brasília, em Unai-MG, conforme relato das lideranças dos agricultores locais.

Para quem não sabe, Unai abastece Brasília, Minas Gerais e outros Estados da Federação de milho, soja, feijão e carne. Nesse município são produzidos mais de duzentos mil litros de leite por dia; em seus pastos encontra-se o segundo maior rebanho bovino de Minas Gerais e em seus campos é produzida a maior parte de grãos daquele Estado. É tal a importância da agricultura e da pecuária, que chegam a constituir 90% da produção municipal.

É de se espantar, portanto, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, que uma região com tal pujança esteja em crise. Pois está! A agricultura local não recebe o crédito na proporção de que precisa nem a juros compatíveis com os preços dos produtos agrícolas; a zona rural não conta com escolas suficientes para estimular a permanência daquelas famílias que desejam educar seus filhos; há carência de estradas para transportar a produção; enfim, naquele município foram gestados todos os ingredientes de estímulo ao êxodo rural, todos os elementos que favorecem o abandono das culturas e dos rebanhos.

Os agricultores tradicionais não se beneficiam nem mesmo dos incentivos que os assentamentos mais recentes têm recebido, como crédito e assistência técnica.

O reflexo dessa crise no campo já chegou à cidade, com fechamento de casas comerciais e de empresas prestadoras de serviços, redução da produção industrial e elevação do desemprego a patamares jamais vistos.

A situação particular de Unai é o reflexo de mais de trinta anos de políticas públicas que levaram à descapitalização do setor agrícola, em benefício dos setores não-agrícolas.

Sendo assim, não se diferencia do restante do País, onde se verifica que a renda **per capita** no meio rural é equivalente a mil dólares, ou seja, quatro vezes menor que a dos setores urbanos.

Os mais atingidos são os pequenos e médios produtores de alimentos para consumo interno, que têm menos acesso a tecnologias e a créditos, elementos que estimulam a produção.

### 3) Editorial revista Veja: - "A sabedoria de um senador" (02/Outubro/1996)

**Carta ao leitor**

## A sabedoria de um senador

Na edição passada, VEJA publicou na seção de Brasil uma reportagem feita pelo editor Expedito Filho, de Brasília, intitulada "O rei do vídeo". Em três parágrafos, o jornalista revelava em primeira mão que parlamentares estavam utilizando os equipamentos, estúdios e funcionários da emissora de televisão do Senado para gravar vídeos de apoio a seus candidatos a prefeito. Tal uso da TV é expressamente vetado pelo artigo 4º do Senado, que proíbe os parlamentares de produzir vídeos de caráter pessoal nos dois meses que antecedem eleições. A reportagem dava os nomes de senadores que usaram indevidamente a TV do Senado: Teorônio Vilela Filho, Ramos Tebet, Edison Lobão, Iris Rezende e Pedro Simon. Razoável imaginar que a reportagem não seria do agrado dos senadores nela citados.

Foi uma enorme surpresa, portanto, a carta que Pedro Simon fez chegar à redação de VEJA. Primeiro, o senador cumprimenta a revista pela "pertinência da reportagem". Depois, diz que, "embora equivocado, procedi como ali descrito e me penitencio do erro". Pedro Simon então explica as providências que tomou quanto ao caso e junta anexos à sua carta. Num anexo, o senador informa ao presidente do Senado, José Sarney, que a reportagem de VEJA está correta, mas que está ressarcindo a TV do Senado. Noutro anexo, uma produtora de vídeo orça em 480 reais a gravação de um depoimento de dez minutos de duração — o tempo que Simon usou o estúdio da TV do Senado indevidamente. Por fim, o senador junta o comprovante do seu depósito de 480 reais na conta do Senado. Não só reconhece o erro, ainda que involuntário, como pede desculpas e devolve aos cofres públicos o dinheiro gasto indevidamente.

VEJA já andou às turras com Pedro Simon. Algumas vezes, o senador estava certo. Noutras, a revista. Desta vez, no entanto, Pedro Simon não só mostra sua correção como dá uma lição de sabedoria.

Sua atitude, assim como a dos companheiros Iris Rezende e Romeu Tuma, de seguirem o procedimento que a consciência me inspirou, me emociona e gratifica, já que me dá mais segurança ainda de haver agido corretamente.

Entretanto, não posso concordar com a decisão do amigo de assumir por mim as conseqüências financeiras de um erro nos é comum e ao qual nos conduziu involuntariamente. Por isso, e para evitar que a questão vá além, resolvi destinar a quantia que depositou em minha conta a quem dela precisa, certamente, muito mais que qualquer um de nós dois. Deste modo, determinei que os R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) fossem depositados na conta nº 231848-2, do Banco do Brasil - Agência Senado Federal, da Sra. Tereza Alves da Conceição, que nos serve o cafézinho no Plenário, com tanta solicitude, apesar de seu salário modestíssimo. Junto a esta é o comprovante.

O episódio involuntário que nos envolveu e aos demais companheiros, malgrado a inconveniência de nos haver levado a ferir os regulamentos, teve a virtude de fazer consolidar, ainda mais, a amizade e o respeito mútuo que nos une e nos faz mais úteis à sociedade que nos confiou as decisões sobre o seu destino. Além disso, serviu para que, - espero que de uma vez por todas - se tornassem claras para todos as regras que presidem o uso dos recursos da TV Senado.

Receba o amigo as expressões do meu respeito e amizade e um cordial abraço.

*Pedro Simon*  
Pedro Simon

**BANCO DO BRASIL**  
Depósito com cartão magnético  
Controle do cliente

130.223-1  
Pedro Simon  
R\$ 480,00

488.00DC00195  
488.00FC00195  
2636-0

BB 2636010045 161096  
BB 2636019045 161096  
208.009232273-4  
PEDRO LORGE 5140W

**Recibo**

Agência (qualific. - dv) **2636-0** Conta nº - dv **231848-2**

Para crédito de **Tereza Alves da Conceição**

Em dinheiro - R\$ **480,00** Em cheque - R\$ **480,00**

Cartão magnético - dv **2636-0**

**BANCO DO BRASIL**  
BB 2636010070 161096 488.00RC2177

Recebemos a importância autenticada mecanicamente

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h30min.)

**(\*) ATO DA COMISSÃO DIRETORA  
Nº 18, DE 1996**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, tendo em vista a necessidade da padronização do mobiliário funcional e residencial do Senado Federal,

portância em causa a um *tertius*, entendendo que, assim, nenhum de nós se sentiria constrangido. Foi, deste modo, Senhoras e Senhores Senadores, que mandei depositar os R\$480,00, na conta-corrente do Banco do Brasil, Agência Senado Federal nº231848-2, de Dona Tereza Alves da Conceição, a senhora que, com tanta amabilidade e dedicação, nos serve o cafezinho, no salão ao lado do Plenário do Senado Federal. Essa importância, pouco expressiva para qualquer um dos dois contendores pela assunção da responsabilidade de ressarcir a TV Senado, haverá de ter algum significado para D. Tereza, diante do seu modestíssimo salário. Não tive com isso a pretensão de reeditar o sábio gesto do Rei Salomão, mas, sem dúvida, busquei inspiração, neste e em outros ensinamentos da Bíblia, para acudir ao impasse que se estabelecera entre a minha vontade e a do prezado amigo e colega.

Em sua carta, o Senador Ramez Tebet informa, outrossim, que os Senadores Íris Rezende e Romeu Tuma, que participaram do mesmo episódio e sob as mesmas circunstâncias, decidiram, como ele, seguir os mesmos procedimentos que a consciência me inspirou, naquela ocasião, e irão ressarcir o Senado Federal pelo uso de seus estúdios e equipamentos de TV. Tal fato me é duplamente gratificante, por convalidarem o meu gesto e por entender que esta atitude serviu de inspiração aos ilustres colegas para que eles restabeleçam a verdade sobre sua inegável honestidade e sua retidão de propósitos, ao assumirem a grave responsabilidade de representarem as vontades dos milhões de eleitores que lhes confiou seus mandatos.

Deste modo, Senhor Presidente, entendo que esse episódio, malgrado os desgastes que trouxe, para nós e para a Casa que representamos, foi providencial para que, desde os primeiros tempos de funcionamento deste importantíssimo serviço de divulgação dos trabalhos parlamentares que é a TV Senado, se estabeleça, de uma vez por todas, que há normas a serem observadas e que essas normas não podem ser violadas ou escamoteadas sob qualquer pretexto e por quem quer que seja. Se foi esse o preço a pagar, em termos de constrangimento para nós e tudo mais, foi pouco. Resgatar e assegurar a honesta utilização dos recursos da TV Senado vale o sacrifício do *mea culpa* com que nós, os quatro Senadores aqui citados, procuramos restabelecê-la.

Com este discurso, Senhor Presidente, estou

entregando cópias da carta que me dirigiu o Senador Ramez e da carta que lhe dirijo em resposta, juntamente com o comprovante do depósito que fez em minha conta bancária e o comprovante do depósito que fiz na conta de D. Tereza, pedindo a Vossa Excelência que os faça publicar, no **Diário do Senado Federal**, ao final deste pronunciamento.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Brasília, 16 de outubro de 1998.

Meu caro Simon:

Tenho insistido em vão para ressarcir-lo do depósito efetuado por você em favor do Senado no valor de R\$ 480,00 ( quatrocentos e oitenta reais ). Sua recusa tem sido sistemática e teimosa, fruto de sua fidalguia, generosidade e companheirismo, qualidades que, dentre outras, ornamentam sua personalidade e me emocionam.

Quero, todavia, contar com sua compreensão. Os fatos falam por si mesmos. Quando o convidei para gravar depoimento em favor do deputado federal André Puccinelli, candidato a prefeito de Campo Grande/MS, pelo nosso PMDB, não sabia que era proibido. Sei que ninguém pode alegar ignorar a lei, mas aqui, digo, agimos, de forma simples, na mais absoluta boa-fé, até mesmo porque os responsáveis pela TV Senado nada nos informaram e o serviço é novo na Casa. A fita utilizada, inclusive, é de minha propriedade.

Surpreendidos que fomos com a notícia publicada na Veja, edição de nº 1463, imediatamente entrei em contato com você, com o Tuma e o Íris, contando com a compreensão de todos, ao tempo em que, publicamente indagado pela "Folha de São Paulo", prestei os esclarecimentos e assumi a responsabilidade.

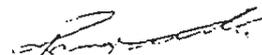
Você tomou as providências recomendadas pelo seu zelo e experiência, ressarcindo o Senado, apesar de, no nosso entendimento, não termos cometido qualquer ilícito, sendo inquestionável nossa boa-fé.

Ontem, conversando mais uma vez com o Tuma e o Íris, entendemos de seguir seu procedimento e estamos providenciando o ressarcimento. Avisei-os de que minha consciência impõe-me o dever de não admitir que os colegas sofram prejuízos financeiros e fique encarregado de efetuar os respectivos depósitos.

Assim, peço sua compreensão para a decisão que tomei, à sua revelia, efetuando em seu nome o depósito de R\$ 480,00 ( quatrocentos e oitenta reais ).

Pedindo, mais uma vez, excusas pelo transtorno involuntário que lhe causei, rogo-lhe que aceite o meu fraternal abraço e o prêmio de minha gratidão.

Atenciosamente,



Ramez Tebet

Brasília, 17 de outubro de 1998

Prezado amigo Ramez Tebet,

Inútil resistir aos propósitos de quem, como o amigo, tem a ética e a fidalguia como paradigmas de procedimento e se sentir no dever de assumir a responsabilidade por um erro igualmente involuntário para todos nós que dele participamos.

## 4) Ramez Tebet: Simon comunica que Tebet o ressarcir da despesa.

(19/Outubro/1996)

Brasil têm realmente conseguido resultados fantásticos, bem superiores aos nossos ganhos.

A Coréia do Sul, por exemplo, que gasta cerca de 4 por cento do seu Produto Interno Bruto com educação, percentual muito próximo do brasileiro, conseguiu alfabetizar 97 por cento dos adultos contra apenas 81 por cento no Brasil. Os demais Tigres também conseguiram os mesmos resultados. Na opinião dos que entendem de educação, essa diferença entre o Brasil e os Tigres Asiáticos explica-se simplesmente pelo fato de que a educação universal básica para eles é a grande prioridade enquanto no nosso caso o importante até hoje tem sido o investimento no ensino superior que consome cerca de 60 por cento do orçamento da educação. Assim, foi investindo no ensino básico que esses países asiáticos conseguiram dinamizar o seu desenvolvimento. Para se ter uma idéia, ainda referente à Coréia do Sul, desde 1962, seu crescimento verificou-se a uma taxa média de 7,2 por cento e o seu PIB cresceu 57 por cento desde 1990. O número de professores primários aumentou 600 por cento desde 1945 e a expectativa de vida, que era de apenas 53 anos em 1960, já atingia, em 1994, 71 anos.

Os dados que acabamos de examinar mostram claramente que o Brasil é um país que investe pouco em capital humano. Gastamos hoje apenas cerca de duzentos e sessenta reais por aluno por ano. A bem da verdade, essa quantia é realmente ridícula quando sabemos que os Estados Unidos gastam mais de quatro mil dólares por ano. Mesmo guardando as proporções, se o Governo brasileiro tivesse realmente vontade política de acabar com o analfabetismo e preparar as populações mais pobres para o usufruto de uma cidadania mais digna, estaria gastando hoje pelo menos oitocentos reais por aluno por ano.

Equilíbrio social, mas também ao próprio futuro do País que necessita qualificar a sua mão-de-obra para modernizar o seu parque industrial, aperfeiçoar cada vez mais a qualidade dos seus produtos, aumentar os ganhos de produtividade e dispor de uma classe trabalhadora em todos os níveis bem nutrida e alfabetizada. O verdadeiro encontro do Brasil com o mundo sofisticado do século XXI está na tomada deste caminho e não na continuidade de uma política elitista e discriminadora que privilegia o ensino superior com mais da metade das verbas destinadas à educação. Portanto, a Bolsa-Escola já poderia ser a primeira de

uma série de lições que deveria ser aprendida agora e aplicada em seguida em todos os Estados brasileiros.

Para finalizar, gostaria de dizer que é intolerável saber que o desperdício dos recursos da educação é absolutamente generalizado e que a situação do ensino básico vai da consternação à vergonha e da vergonha à revolta. Inevitavelmente, a continuidade de tal política obrigará o Brasil e permanecer atolado no subdesenvolvimento.

Muito obrigado!

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, retorno à presença de Vossas Excelências para tratar dos desdobramentos da atitude que resolvi assumir em relação ao uso involuntário dos estúdios e equipamentos da TV Senado para a gravação de mensagem de apoio ao candidato do PMDB à Prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Deputado Federal, André Puccinelli, conforme pedido do companheiro e amigo, Senador Ramez Tebet, cujo nome cito, agora, pelas razões que se verão a seguir.

Em discurso apresentado a esta Casa, em 30 de setembro último, procurei esclarecer a todos sobre o engano então cometido e informar das providências que tomei para ressarcir o Senado Federal da importância correspondente ao uso dos seus estúdios e equipamentos.

Desde a publicação da matéria "O rei do vídeo", pela Revista **Veja**, edição de 25 de setembro passado, enfocando o episódio, o ilustre Senador Ramez Tebet vem insistindo comigo em assumir, por inteiro, a responsabilidade pelo ocorrido, uma vez que o convite para efetuar a gravação partiu dele, com o que não concordei, evidentemente, por enxergar, no ocorrido, minha parcela de responsabilidade.

Ontem, finalmente, à minha revelia, o Senador Ramez Tebet decidiu depositar, em minha conta-corrente no Banco do Brasil, a importância de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais), correspondente à quantia que eu havia recolhido aos cofres da Casa, em ressarcimento ao uso de seus estúdios e equipamentos.

Ao enviar-me o comprovante de depósito, para conhecimento, o ilustre colega e amigo, fê-lo acompanhar de uma amável carta explicativa das razões que o levaram a esse gesto de grandeza e altruísmo.

Decidi, então, ao invés de manter a elegante contenda sobre a quem caberia o ônus de ressarcir o Senado dos custos incorridos, destinar a im-

## 5) Discurso: Carta ao IPC (19/Dezembro/2007)

O projeto de lei que ora trazemos à consideração desta Casa é por essa razão oportuníssimo, pois define e tipifica todas as situações que dizem respeito ao rejeito tóxico, abrangendo suas diferentes etapas, que vão desde sua produção até sua destinação final.

É aspecto a levar-se em consideração, ainda, que, a partir de Angra I, o lixo atômico brasileiro aumentou em quantidade, o que corresponde, proporcionalmente, ao inevitável aumento de risco. O mais perigoso tipo de lixo nuclear, que são os rejeitos do combustível irradiado nos reatores ou reaproveitados, está, na Usina Angra I, sob piscinas, provisoriamente. São mais de 3 mil tambores e 20 caixas em Angra e, na Cidade Universitária, em São Paulo, há mais de 540 tambores e 50 caixas estocados, resultado das atividades do IPEN — Instituto de Pesquisas Nucleares. Os rejeitos expedidos pelos seus reatores ocupam uma piscina, debaixo de 18 metros d'água. Seis mil tambores e caixas de material contaminado é o saldo do acidente do Césio em Goiânia. Aproximadamente, são 10 mil embalagens de lixo radioativo em todo o País a nos expor, em depósitos improvisados e provisórios, e em regiões de significativa densidade populacional.

No IPEN e em Angra, a estocagem do lixo está conforme às regras internacionais, o que não significa que essa situação provisória possa permanecer indefinidamente. Ademais, na eventualidade do conserto de um reator, por exemplo, com o seu desligamento surge incontornável risco, pela necessidade de descontaminação de material. E, quanto ao lixo proveniente dos radioisótopos usados na medicina, na indústria, na agricultura e nos laboratórios de pesquisa, embora de menor periculosidade pela sua mais baixa radioatividade, ainda que embalado e acondicionado, há o risco de vazamentos provocados por corrosão dos tambores ou acidentes. E há, ainda, aquele lixo não embalado, absolutamente fora de controle das autoridades sanitárias. Foi nessas exatas circunstâncias que se deu o caso do acidente de Goiânia.

Até os Estados Unidos, sempre fiéis aos cuidados preconizados pelos regulamentos internacionais sobre a matéria, já chegaram à conclusão de que é impossível prever todos os efeitos da radioatividade, e, apesar das cautelas, enormes danos e contaminação de monta já se concretizaram naquele país. A previsão de gastos para recuperar esses locais que ficaram contaminados, a despeito da observância de todas as regras recomendadas, é de um trilhão de dólares, preço tão alto para os próprios americanos, que eles já começam a pensar na idéia de abandonar as áreas afetadas e não mais descontaminá-las.

Importa ainda ressaltar, no fecho desse pronunciamento, que o PLS nº 366/91, de nossa autoria, prevê e proíbe, em um de seus dispositivos, o transporte do lixo tóxico de uma unidade da Federação para outra, bem como a sua importação e exportação. A Greenpeace, organização ambientalista internacional, denunciou, recentemente, que firma norte-americana exportaria lixo hospitalar, industrial e tóxico, em quantidade aproximada de 40 mil toneladas anuais, de Nova Iorque para a Argentina e a Venezuela. Especula-se que o Brasil, ainda de acordo com a Greenpeace, já estaria recebendo lixo contendo chumbo, através do recebimento de acumuladores usados para reciclagem. Esta denúncia deixa claro que os países do Terceiro Mundo correm sério risco de se verem transformados em quintais desses lixões importados. Mas, por outro lado, a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul vai pagar Cr\$73 milhões para transportar (por via marítima) e incinerar 41 toneladas de óleo asfáltico,

à empresa inglesa Rechem Environmental Service, de Londres. É tal comportamento igualmente vedado pelo nosso projeto de lei, pois não podemos nos escudar na afirmativa de que no Brasil não existem meios adequados para dar destinação final ao resíduo atômico.

A nossa propositura, Sr. Presidente e nobres Pares, estabelece competência e responsabilidade para todos os organismos que produzam lixo tóxico. E essa é a conduta a nos habilitar a tomar assento ao lado das Nações desenvolvidas, que colocam em prática uma política de controle dos resíduos atômicos.

Nós brasileiros já pagamos preço muito alto — os casos concretos que trouxemos à tona evidenciam — pela incurrência do nosso Governo em relação aos nossos efluentes. A normatização que pretendemos evitará os riscos, coibirá os abusos e protegerá, de forma a mais ampla, a sociedade brasileira como um todo. Para tanto, contamos com o aval de cada uma das Senhoras e de cada um dos Srs. Senadores à nossa propositura.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores, as falhas de controle da previdência apareceram com destaque neste ano. O Congresso Nacional chegou a constituir, no início da atual legislatura, uma CPI mista para apurar suas falhas e adotar providências para corrigi-las. O próprio Governo adotou várias medidas e, no entanto, diariamente, são apontadas novas distorções.

O controle previdenciário não é fácil. A nova Diretoria do Instituto de Previdência dos Congressistas merece todo o nosso respeito pelos esforços desenvolvidos, pois, além da reconhecida eficiência, tem corrigido muitos equívocos. Apesar de tudo, ainda há muito que fazer e estamos certos de que será feito.

Há dias encaminhei ao Presidente do IPC, Deputado Domingos Juvenil, a quem rendo minhas homenagens, uma carta solicitando o estorno de quantia que havia sido depositada, indevidamente em minha conta bancária. Sua Excelência determinou providências imediatas para verificar porque ocorreu o engano e, como tem agido sempre a atual Diretoria, apurar a existência de casos semelhantes, visando melhorar o sistema de controle da Previdência.

Anexo, Sr. Presidente, para conhecimento dos meus pares, a carta que encaminhei ao Presidente Domingos Juvenil, os documentos que há acompanham.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Em 19 de dezembro de 1991. — Senador Pedro Simon.

*DOCUMENTOS AOS QUAIS SE REFERE O  
SENADOR PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:*

Brasília, 16 de dezembro de 1991.

Exm<sup>o</sup> Sr.  
Deputado Domingos Juvenil  
DD. Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas  
Brasília — DF

Senhor Presidente,  
Na qualidade de segurado do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, devo alertar V. Ex<sup>a</sup> para a falha

que constatei existir no sistema de controle e pagamentos da entidade. Está sendo paga minha aposentadoria como ex-Senador, o que, de acordo com a legislação do IPC, não é possível. Deixei, propositalmente, que isso ocorresse para verificar se o sistema de controle detectaria o equívoco. Agora, ao término do Exercício Financeiro, é tempo de corrigir a falha e descobrir suas causas para que possamos adotar as providências necessárias.

Como se pode verificar das cópias dos comprovantes em anexo, desde que assumi o atual mandato, em fevereiro do corrente, todos os pagamentos efetuados pelo IPC, foram diretamente à conta nº 21.057-9 do Banco do Brasil, em Porto Alegre e depositados no Fundo-Ouro para que não sofressem desvalorização decorrente da inflação e ali mantidos sem qualquer retirada.

O sistema de controle, ficou provado, é deficiente. É preciso, portanto, melhorá-lo. Se é assim no IPC, que tem número razoavelmente pequeno de pensionistas, se é assim mesmo não havendo dolo, fácil será prever os erros que podem ocorrer no sistema previdenciário. O País continua tomando conhecimento, diariamente, de fraudadores do INSS; descobrem-se, com frequência, pensões milionárias e muitas são contestadas. A legislação, bem o sei, estabelece que o pensionista deve comunicar sua posse no exercício do mandato legislativo e que cabe ao IPC providenciar, de ofício, a sua exclusão.

Há que debatemos esta questão para evitarmos as falhas compreensíveis e eliminar os abusos dolosos. O que aconteceu

comigo pode estar acontecendo com outros. O episódio deve servir para que essa Diretoria determine o reexame da sistemática existente, procurando, como é de sua intenção, aperfeiçoá-la.

Passo às suas mãos, Senhor Presidente, o cheque do Banco do Brasil nº 537278 — Agência 0010 — Banco 001, no valor de Cr\$6.031.665,45 (seis milhões, trinta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco cruzeiros e quarenta e cinco centavos), acompanhado dos extratos do Fundo-Ouro Conta nº 21.057-9, comprovando todos os depósitos efetuados e os créditos dos rendimentos deles resultantes, solicitando seja feito o extorno das importâncias que me foram indevidamente creditadas, acrescidas dos rendimentos que lhes corresponderam, no período, ou seja:

Saldo atual..... Cr\$6.728.356,03  
 (—) Saldo em 31-1-91} Rendimentos..... Cr\$696.690,58  
 ( ) Total a restituir..... Cr\$6.031.665,45

Ao requerer este extorno, solicito a imediata suspensão dos pagamentos que me vêm sendo feitos a esse título e, também, sejam adotadas as medidas administrativas que se impõem para assegurar ao IPC a respeitabilidade pública pela qual a Diretoria de V. Ex.º tanto se empenha.

Contando com a atenção de V. Ex.º para as solicitações aqui expressas, sirvo-me da oportunidade para renovar-lhe protestos de consideração e apreço. — Senador Pedro Simon.

Tabela dos Rendimentos do Fundo-Ouro.  
 Mês a mês (Rendimentos líquidos).

Fevereiro	-	5,79%
Março	-	8,56%
Abril	-	9,17%
Mai	-	9,05%
Junho	-	9,24%
Julho	-	10,73%
Agosto	-	12,89%
Setembro	-	16,66%
Outubro	-	21,02%
Novembro	-	28,28%

00100773100014301980

PORTO ALEGRE-CENTRO RS 0010-8 00000000/0010-22 007430

21.057-9 91 00000 0000 11023 21091,38.01-X

CP PEDRO J SIMON

MAI/91 ABR/91

29.04.91 213842,68C

15631 31 604 000000 209407,33C 1842,68C 211250,21C

PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-B	00000000/0010-82	1	007358
21.057-9	95	00000	20000	110891	31001.98.01-X
CP PEDRO J SIMON		JUN/91	MAR/91		
		31.05.91		211250,21C	
<del>00000000000000000000</del>		<del>00000000000000000000</del>		1250,21C	
15628 28 604 000000		209407,53C		210657,74C	

BANCO DO BRASIL S.A.

PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-B	00000000/0010-82	1	002111
21.057-9	95	00000	80000	110891	31001.98.01-X
CP PEDRO J SIMON		JUL/91	JUN/91		
		28.06.91		210657,74C	
<del>00000000000000000000</del>		<del>00000000000000000000</del>		657,74C	
15631 31 604 000000		209407,53C		210665,27C	

BANCO DO BRASIL S.A.

PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-B	00000000/0010-82	1	009078
21.057-9	95	00000	50000	091291	31001.98.01-X
CP PEDRO J SIMON		AGO/91	JUL/91		
		31.07.91		210665,27C	
<del>00000000000000000000</del>		<del>00000000000000000000</del>		1065,27C	
00000 09 262 000000		422,00D		643,27C	
15630 30 604 000000		213161,63C		213804,90C	

BANCO DO BRASIL S.A.

NOME DO AGENCIA		NOME DO		C.C.C.		POLÍCIA	
PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-B		00000000/0010-B2		1 007316	
CENTRO		INTER-LOC.		LIMITE		TÍTULO E CONTRA	
21.057-9 95 00000		300000		091291		31001.98.01-X	
NOME		DATA DO INÍCIO		DATA DO FIM		SALDO ANTERIOR	
CP PEDRO J SIMON		SET/91		AGO/91			
		DATA DO GOV. ANTERIOR		SALDO ANTERIOR			
		30.08.91				215894,90C	
15630 31 604 000000		346821,92C				804,90C	
17606 06 604 000000		375906,83C				1,00	
15630 31 604 000000		346821,92C				6711,79C	
						353533,71C	

BANCO DO BRASIL S.A.

NOME DO AGENCIA		NOME DO		C.C.C.		POLÍCIA	
PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-B		00000000/0010-B2		1 008722	
CENTRO		INTER-LOC.		LIMITE		TÍTULO E CONTRA	
21.057-9 95 00000		300000		091291		31001.98.01-X	
NOME		DATA DO INÍCIO		DATA DO FIM		SALDO ANTERIOR	
CP PEDRO J SIMON		OUT/91		SET/91			
		DATA DO GOV. ANTERIOR		SALDO ANTERIOR			
		30.09.91				353533,71C	
15630 31 604 000000		346821,92C				3533,71C	
15631 31 604 000000		346821,92C				350355,63C	

BANCO DO BRASIL S.A.

NOME DO AGENCIA		NOME DO		C.C.C.		POLÍCIA	
PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-B		00000000/0010-B2		1 010804	
CENTRO		INTER-LOC.		LIMITE		TÍTULO E CONTRA	
21.057-9 95 00000		150000		130491		31001.98.01-X	
NOME		DATA DO INÍCIO		DATA DO FIM		SALDO ANTERIOR	
CP PEDRO J SIMON		JAN/91		DEZ/90			
		DATA DO GOV. ANTERIOR		SALDO ANTERIOR			
		27.12.90				15238,07C	
15631 31 604 000000		190804,03C				206042,10C	

BANCO DO BRASIL S.A.

PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-8	00000000/0010-82	1	010089
21.057-9	91	00000	150000	130491	31001.98.01-X
CP PEDRO J SIMON		FEV/91	JAN/91		
		31.01.91	206042,10C		
<del>15628 28 604 000000</del>		<del>190804,03C</del>		1042,10C	
15628 28 604 000000		190804,03C		191846,13C	

BANCO DO BRASIL

PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-8	00000000/0010-82	1	005992
21.057-9	91	00000	150000	130491	31001.98.01-X
CP PEDRO J SIMON		MAR/91	FEV/91		
		28.02.91	191846,13C		
<del>15627 27 604 000000</del>		<del>228011,02C</del>		1846,13C	
15627 27 604 000000		228011,02C		229857,15C	

BANCO DO BRASIL

PORTO ALEGRE-CENTRO RS		0010-8	00000000/0010-82	1	008266
21.057-9	91	00000	80000	110891	31001.98.01-X
CP PEDRO J SIMON		MAR/91	MAR/91		
		27.03.91	229857,15C		
<del>15623 29 604 000000</del>		<del>209407,53C</del>		4857,15C	
15623 29 604 000000		209407,53C		4435,15C	
				212842,68C	

BANCO DO BRASIL

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Pedro Simon, agradecemos a Deus por participar desta sessão e por presidi-la, uma das mais importantes na história da democracia brasileira.

Senador Pedro Simon, o dia de hoje foi igual ao da apologia de Sócrates, o dia em que Cícero acalmava a república romana. Pedro Simon, no início, eu o saudava como o grande orador do Brasil, superando Demóstenes, Cícero, Churchill, Bismarck e Vieira. Pedro Simon, atentai bem: seu amigo Ulysses era saudado como o “Sr. Diretas”, V. Ex<sup>a</sup> é saudado aqui, neste Senado, como o “Sr. Decência”.

E já que falamos na Grécia... Andava um filósofo com uma lamparina todas as noites, e lhe perguntavam: “O que Diógenes procura?” E ele dizia: “Ando a procurar um homem de vergonha”. Paim, aquele homem de vergonha que Diógenes buscava na Grécia está aqui no Senado da República do Brasil: é Pedro Simon!

Convidamos o Senador Flávio Arns a usar da palavra para dar seqüência a esta histórica sessão de desagravo, de homenagem, de engrandecimento de Pedro Simon.

Estamos aqui para garantir o tempo que V. Ex<sup>a</sup> achar conveniente.

Quero anunciar para o Brasil, quero anunciar para a mãe Rosely Amaral, para a esposa-amante Maika Amaral, que esta sessão terá como último orador o nosso Delcídio Amaral.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas pretendo ser o mais breve possível.

Quero destacar para os colegas Senadores e Senadoras e para todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que a Subcomissão Permanente de Assuntos da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, que é presidida pelo Senador Eduardo Azeredo e vice-presidida por mim, que nós dois, em conjunto com a Senadora Marisa Serrano, do Estado do Mato Grosso do Sul, e com outros Senadores, entregamos hoje ao Ministro da Educação Fernando Haddad um documento da subcomissão, oficial – com o apoio também de muitos outros Senadores que não fazem parte da subcomissão –, dizendo para o Ministro tomar iniciativas para que o documento oficial do MEC – preliminar, porém oficial – que está causando muita angústia, muita incerteza, muito desânimo, muita desesperança para as famílias brasileiras que têm filhos com deficiência seja alterado de imediato.

Esse documento do Ministério da Educação, como eu já enfatizei em outra ocasião desta tribuna, recomenda que, daqui para frente, não sejam mais criadas escolas especiais para pessoas com deficiência, como as escolas das Apaes, as escolas das Pestalozzis, as

escolas para crianças surdas, cegas, com paralisia cerebral, enfim, para crianças, jovens e adultos que precisam de um atendimento que é ofertado em escola especial. Comentamos, no documento, que 3.500 municípios do Brasil praticamente não têm nada em educação para essas pessoas com deficiência.

Isso é um equívoco, isso é um erro, isso não acontece em país algum do mundo. Pode-se procurar em qualquer país do mundo que tenha dito que não vai mais ter escolas especiais, isso não acontece em qualquer lugar do mundo.

O documento recomenda que as escolas existentes deixem de ser escolas e que elas sirvam somente como apoio para as pessoas com deficiência. O que as escolas oferecem hoje em dia são programas baseados na Constituição Federal, na lei. As escolas especiais oferecem Educação Infantil de zero a seis anos, oferecem Ensino Fundamental e, dependendo da área, oferecem até Ensino Médio. Quantas escolas para surdos no Brasil oferecem o Ensino Médio para a população surda? Quantas oferecem educação de jovens e adultos, educação para o trabalho? Dirigindo-nos ao Ministro, dissemos que temos certeza de que S. Ex<sup>a</sup> não conhece esse documento oficial do MEC, documento que é preliminar, mas que traz muita desesperança para o Brasil. Além do mais, o documento recomenda que não sejam feitos convênios, parcerias com Apaes e Pestalozzis, com entidades que, há sessenta anos, como as Pestalozzis, e há mais de 50, como as Apaes, estão presentes em dois mil municípios do Brasil, atendem pessoas com deficiência, são a âncora para o movimento de pais e amigos de pessoas com deficiência no Brasil.

Por que isso tudo? Porque existe um grupo de pessoas que, baseado numa experiência da Europa, não bem analisada, querem fazer a mesma coisa no Brasil.

O que acontecia nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa com relação às pessoas com deficiência? Essas pessoas eram enviadas para instituições, passavam a vida nessas instituições, quarenta, cinquenta, sessenta anos longe das famílias.

Existe um movimento na Europa, muito adequado, que diz: “Vamos acabar com essas instituições. Essas pessoas têm o direito de ficar com as famílias, de ter sua escola próxima da residência de suas famílias, de ter assegurada a sua vida na comunidade”. É isso o que estão fazendo na Europa.

Nós, inclusive, temos um exemplo clássico disso no filme *Rain Man*, com Dustin Hoffman, no qual o pai falece e o irmão, com vinte e tantos anos de idade, acaba descobrindo que tinha um irmão autista que vivia, que morava numa dessas instituições.

Essas pessoas que estão municinando o Ministro da Educação no Brasil dizem: “Olhe, estão acabando com essas instituições na Europa. Vamos acabar com as Apaes no Brasil também”. São coisas completamente diferentes. As Apaes, as Pestalozzis, as escolas de surdos são escolas em primeiro lugar, estão nas suas comunidades.

Os nossos filhos – eu também tenho um filho, como já disse, com deficiência mental que participa de escola especial – vão para a escola de manhã e voltam na hora do almoço; vão de manhã e voltam à tarde. Essas escolas têm credibilidade, são comunitárias, são escolas públicas, não-estatais, que lutam por um processo de educação – inclusive dissemos para o Ministro hoje cedo: “Educação no sentido verdadeiro da palavra”.

Na palavra “educação”, há esse “ex”, que é o prefixo que quer dizer para fora.

O “duc” de “educação” quer dizer “conduzir”, conduzir de dentro para fora, para a independência, para o desenvolvimento do potencial, para a inclusão dessas pessoas na família, na comunidade, no trabalho, enfim, onde for possível. Há exemplos tão bonitos do que vem acontecendo.

Ontem, foi aberta a exposição de esculturas no Senado Federal, e cada Senador teve oportunidade de indicar uma escultura, uma obra. Estão sendo apresentadas, aqui, as esculturas de dois alunos da Apae de Toledo: o Diogo e o Alan, que têm Síndrome de Down e que estiveram aqui com o professor e artista plástico Neimar Proença. Assim, essas esculturas poderão ser apreciadas pelo Brasil. Isso significa inclusão, respeito, participação, chance, oportunidade.

Há alunos, educandos de escolas especiais, neste momento, que estão participando das Olimpíadas Especiais na China. Alunos de escolas especiais estão mostrando seu talento, sua garra, sua disposição, participando das Olimpíadas na China. Quantos não vão para a China?

Se compararmos o Brasil com os países europeus, eu diria que, no Brasil, há muito mais inclusão do que nos países europeus. Hoje, na Inglaterra, há escolas especiais para onde os alunos vão e onde ficam o ano inteiro, só voltando para suas famílias nas festas de fim de ano, apesar de, a duas ou três quadras dessa escola, haver um centro internacional que debate inclusão.

Nossas escolas são muito mais inclusivas, quer dizer, estão junto com a comunidade. Os alunos estão lá todos os dias, trabalhando, estudando. São escolas de educação básica autorizadas, reconhecidas, que prestam o trabalho que o Poder Público deveria prestar, mas que não tem condição de fazê-lo, porque o

Poder Público jamais faria esse trabalho com a mesma doação e com o mesmo amor dos pais e das famílias que freqüentam essas escolas.

Portanto, esse clima, eu diria, de perseguição em relação a essas entidades é um crime que se comete. E uso a palavra “crime”, porque foi utilizada outro dia pelo Senador Romeu Tuma, quando presidia uma sessão e quando esse assunto foi abordado. É um crime que se comete!

O Ministério da Educação diz: “Vamos acabar com as escolas especiais, porque vamos criar alternativa nas escolas comuns”. Simplesmente, dizemos o seguinte: “Criem! Somos a favor disso. Criem alternativa nas escolas comuns!”. Acabar com uma coisa boa, que os pais reconhecem como boa, e dizer que vão criar algo na escola comum? Criem alternativa na escola comum, e a família poderá, inclusive, escolher onde o filho deve estudar.

Um dos princípios que são aceitos mundialmente e que teriam de ser observados no Brasil não é o de escutar a palavra do especialista, do técnico, da pessoa que não tem a experiência de família na condução desses casos, como é a situação do Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Quando se tem alguma dúvida sobre o que é que se vai fazer ou sobre como as coisas podem ser conduzidas, mundialmente se fala, em primeiro lugar, com as pessoas com deficiência e com suas famílias; assim, obtêm-se as respostas, por meio desse diálogo com as famílias e com as pessoas com deficiência.

Lamentamos que isso esteja acontecendo. Entregamos o documento, como Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, para que o Ministro da Educação tome a iniciativa de devolver a tranqüilidade para o Brasil nessa área, porque quem está em escola especial é aquela criança, aquele jovem, aquele adulto que mais precisa de apoio para seu desenvolvimento.

Outro dia, recebi um *e-mail* de um pai que tem um filho autista de 40 anos de idade. Ele dizia: “Concordo. Temos de falar, temos de discutir! Nossos filhos merecem apoio”. E ele dizia que seu filho tinha 40 anos, era autista e cego, inclusive porque bateu muito com a cabeça, nos movimentos estereotipados, contra a parede; ficou cego por conseqüência.

Então, aproveitamos o momento em que estamos nesta tribuna para fazer novamente o apelo ao Sr. Ministro da Educação, para que não se deixe levar por argumentos fora da realidade, fora de contexto, de pessoas que não têm a experiência para considerar a História do Brasil nessa área. E eu diria até que falta para essas pessoas – e muito – algo de que o Brasil, sem dúvida alguma, também precisa muito hoje em dia:

humanidade, solidariedade. É preciso pensar, escutar bastante, dialogar com as pessoas, achar soluções conjuntas e ver o que pode ser feito em conjunto, para que todos os cidadãos do Brasil possam ter chances, possam ter oportunidades. É esse espírito bom que deveria conduzir a coisa pública e que está muito em falta em certos setores do Ministério da Educação em nosso País.

Essas mudanças têm de acontecer, para que haja tranquilidade e segurança, para que os direitos sejam respeitados, para que haja inclusão na escola comum, para que haja apoio às escolas especiais, quando necessário, para que possamos dizer que estamos construindo cidadania, direitos assegurados, democracia e participação.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Arns, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte bem rápido?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Só quero dizer, Senador Flávio Arns, que eu o considero – já disse isto outras vezes e vou repetir – a pessoa mais preparada no Congresso Nacional, não só no Senado, para falar desse tema. Tenho muito orgulho de V. Ex<sup>a</sup>. Sempre digo que V. Ex<sup>a</sup> construiu uma grande obra como Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. V. Ex<sup>a</sup>, na sua humildade, sempre diz: “Mas V. Ex<sup>a</sup> é que apresentou o original!”. Mas se não fosse o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, o Estatuto não seria a realidade que é hoje. Já existe, inclusive, em nível nacional, uma campanha pela aprovação do Estatuto já, baseada no trabalho de V. Ex<sup>a</sup> na Câmara dos Deputados, que fará as alterações que entender necessárias, em relação às quais, como sei, V. Ex<sup>a</sup> não terá divergência. Quero cumprimentá-lo por essa sua luta, argumentada por V. Ex<sup>a</sup> com muita clareza da tribuna do Senado neste momento, pelas escolas especiais, sem nenhum prejuízo para a inclusão permanente das pessoas com deficiência. Tenho a certeza, Senador Flávio Arns, de que o Ministro da Educação há de ouvi-lo. Quero ser soldado de V. Ex<sup>a</sup> nessa caminhada – iremos juntos ao Ministério quantas vezes for necessário –, a fim de garantir, nos moldes que V. Ex<sup>a</sup> apresenta e com o mesmo equilíbrio de V. Ex<sup>a</sup>, as escolas especiais para as pessoas com deficiência, como um passo fundamental para que possamos conquistar, enfim, a inclusão para todos, sem prejuízo desse espaço fundamental que é a escola especial. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Quero caminhar ao seu lado. Tenho viajado muito e estado em contato com as pessoas com deficiência, e todos me dizem que V. Ex<sup>a</sup> está com a razão. Temos de dialogar mais com o Ministro da Educação, Ministro Haddad. Sei que S. Ex<sup>a</sup> há de se sensibilizar diante dos argumentos que

V. Ex<sup>a</sup> apresenta, com muita precisão, para o conjunto da sociedade brasileira. Parabéns!

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Quero enfatizar, como disse V. Ex<sup>a</sup>, que ninguém é contra a inclusão. O grande objetivo de todos nós, seja na educação comum, seja na educação especial de pessoas com deficiência ou sem deficiência, é a plena participação dessa pessoa na família, na comunidade, no trabalho. Tudo tem de ser feito para esse cidadão participar.

Quando uma família tem um filho com deficiência, é uma situação nova, é uma situação difícil, a família precisa ter apoio. Mas, particularmente, quando a família tem um filho com deficiência mais acentuada, com necessidades de desenvolvimento mais acentuadas – podemos citar inúmeros casos –, a família não está perguntando onde o filho vai estudar. A família, com certeza, vai fazer a pergunta: “O que posso fazer? Onde meu filho pode ter um bom atendimento, para que se desenvolva, para que seja feliz, para que tenha chances, para que os direitos sejam respeitados?”.

Então, a discussão não é onde, mas como podemos ajudar e como os direitos podem ser respeitados. Há tantos exemplos no Brasil extraordinários, e é uma luta que tem de ser reconhecida no País, não só para a pessoa com deficiência mental. Às vezes, as pessoas até dizem que o Flávio, falando assim, é contra a inclusão. De maneira alguma! Somos totalmente a favor e, inclusive, questionamos o MEC quanto a ter essa atitude discriminatória de dizer “vamos acabar e daí vamos construir”. Só inverta: vamos construir, vamos criar oportunidades e vamos deixar que os pais optem, como acontece em qualquer país do mundo!

A História do Brasil, inclusive pela característica do seu povo, de solidariedade, de humanidade, de união, no sentido de que quer fazer as coisas de forma conjunta, é reconhecida no mundo inteiro. Os europeus ficam entusiasmados quando vêem que, no Brasil, 2,5 mil Municípios contam com movimentos organizados nessa área, atendendo à pessoa com deficiência, às suas famílias. Na Europa, por exemplo, são 400 Municípios, 300 Municípios. Nos Estados Unidos, são 900 entidades. O Brasil tem duas mil entidades nessa área. Então, o Brasil é referência.

O apelo que fazemos para o Sr. Ministro da Educação, desta tribuna – e S. Ex<sup>a</sup> tem obtido muito sucesso em muitas áreas, como V. Ex<sup>a</sup> disse –, é para que principalmente haja equilíbrio, bom senso, sensibilidade, para que S. Ex<sup>a</sup> consiga resgatar, nessa área da pessoa com deficiência – digo resgatar, porque o Ministério já teve isso –, princípios de respeito, de solidariedade, de dignidade, de diálogo, de compreensão, de busca conjunta, com o povo organizado, encontrando soluções para os grandes problemas que têm de

ser enfrentados em muitas áreas e também na área da pessoa com deficiência, para a construção da sua cidadania.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Este é o Senado da República. Assim como Pedro Simon é o senhor decência, Flávio Arns é o senhor solidariedade, o amor nas dificuldades.

Convidamos, como último orador, o Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul. A árvore boa dá bons frutos: filho de Rosely Amaral, a quem agradeço. É mãe santa, e aquelas é que são mãos santas: ela me brindou com uma obra de arte, um lenço.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– E tem um respeito muito grande por V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– E este é Delcídio Amaral, o Senador que teve a competência de dirigir a CPI mais séria para este País, a dos Correios. Ele é o ícone, ele foi o agente etiológico da moralização. Ele mostrou ao País os aloprados que estão aí indiciados.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Presidente Senador Mão Santa.

Senador Pedro Simon, hoje estou encerrando um dia histórico para mim. Há muito tempo que precisávamos desse silêncio para conversar sobre as coisas do País, para conversar sobre as coisas do Senado Federal com serenidade, com tranquilidade, sem tensionamento, falando com o coração, falando com carinho, com solidariedade e, acima de tudo, com sinceridade.

Fico muito feliz de estar encerrando hoje esta sessão, Sr. Presidente, agradecendo a paciência de V. Ex<sup>a</sup> e, mais uma vez, esse carinho especial que V. Ex<sup>a</sup> tem por mim, deixando-me falar às 21 horas e 26 minutos de uma quarta-feira, dia 10 de outubro de 2007.

Fizemos aqui quase que uma catarse, pela exegese que fizeram alguns Senadores a respeito dos fatos, dos sentimentos; enfim, de tudo aquilo que tem nos afligido nesses últimos meses. Para mim, foi excepcional; valeu muito este dia de hoje. Precisávamos, nessa tranquilidade, conversar sobre o Brasil, sobre o futuro e sobre as providências que precisamos tomar para que continuemos caminhando, e caminhando para frente, em busca de um Brasil melhor.

Venho aqui, Sr. Presidente, registrar que amanhã, dia 11 de outubro, é o aniversário do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Trinta anos de existência, um dos estados mais novos da Federação. Mato Grosso do Sul tem uma história belíssima, uma cultura importante. A Guerra do Paraguai passou por ali, Senador Pedro Simon. Em Forte Coimbra, na minha cidade, Corumbá,

onde está a minha mãe, os guaicurus lutaram com o Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, guerreiros valentes, corajosos.

Meu Estado talvez tenha sido o grande indutor, através do rio Paraguai, do desenvolvimento da Região Centro-Oeste brasileira.

Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma idéia, a agência do Banco do Brasil de Corumbá, minha cidade, Senador Paulo Paim, é de nº 14, mostrando a importância de toda aquela região. Uma terra com história, com cultura, com música. Uma terra dos sul-mato-grossenses, uma terra dos paraguaios, dos bolivianos, que fazem ali fronteira conosco. Uma terra dos gaúchos, como disse muito bem o Senador Pedro Simon. A colonização gaúcha muito nos ajudou a levar aquela cultura do Rio Grande, aquela determinação no trabalho, aquela experiência acumulada. Os paranaenses, os catarinenses, os paulistas, os mineiros, os nordestinos. O Mato Grosso do Sul dos guaranis. Temos a segunda maior população indígena do Brasil – se não me engano, perdemos somente para o Estado do Amazonas. O Mato Grosso do Sul de todos nós – filhos e aqueles que escolheram Mato Grosso do Sul para criar suas famílias, para criar seus filhos, na busca, mais do que nunca, de um futuro melhor.

O Mato Grosso do Sul do Pantanal, uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo. Eu, que vivi, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, na Amazônia, com todo o respeito que tenho pela Amazônia, Senador Pedro Simon, e por tudo que eu vivi: o Pantanal é uma das coisas mais maravilhosas que existem no mundo, pela sua diversidade, pela sua fauna, pela sua flora e pela coragem da sua gente. O Pantanal, Presidente Mão Santa, não é para qualquer um, não; não é para qualquer um, não! Viver no Pantanal não é fácil, por causa da temperatura, do clima, da umidade, da riqueza da fauna, que, ao mesmo tempo em que é uma riqueza, ela também nos obriga a ter um cuidado especial, por causa dos riscos inerentes às atividades de um homem pantaneiro.

O Mato Grosso do Sul do urucum, do minério de ferro, do manganês; ali, na divisa da Bolívia, próximo a Puerto Suarez. O Mato Grosso do Sul de Bonito, de águas calcárias, cristalinas, onde temos o privilégio de nadar no meio dos peixes, que, ao nosso lado, quase nos dão boas-vindas ou dão boas-vindas a todos aqueles que vão visitar nosso Estado.

O Mato Grosso do Sul do Chapadão, o Mato Grosso do Sul das serras da região norte, o Mato Grosso do Sul dos rios extraordinariamente ricos: rio Paraguai, rio Paraná, rio Correntes, rio Sucuriú. O Mato Grosso do Sul cujas fronteiras, Senador Paim, foram costuradas quase que cirurgicamente pelo Barão do

Rio Branco. O Brasil fará justiça a um dos maiores diplomatas que o mundo conheceu e que teve tamanha percepção, ao descobrir que, na região de Corumbá, Senador Simon, toda a fronteira corria como fronteira líquida. Ele, ali, deu um passo: saiu da fronteira líquida e entrou pela fronteira seca, porque existiam jazidas minerais naquela região.

O Mato Grosso do Sul, que faz divisa com Estados importantes da Federação: com Minas Gerais, com São Paulo, com Paraná. O Mato Grosso do Sul, que, antes, Senador Mão Santa, era um Estado – há muito pouco tempo – somente ligado à bovinocultura e à soja, conquistas inegáveis a partir da tecnologia da engenharia genética, mas que não poderiam jamais prevalecer ao longo da história do nosso Estado. E o Estado percebe, nitidamente, em função da sua posição estratégica, no coração da América do Sul, seu papel fundamental como catalisador do desenvolvimento do nosso Continente e da Região Centro-Oeste.

O Mato Grosso do Sul que fez valer a Ata de Borobó, de décadas e décadas atrás, que aludia a um sonho chamado gás natural; e que, hoje, gera riqueza e atravessa nosso Estado.

O Mato Grosso do Sul não só dos rios, mas das ferrovias; uma das ferrovias mais emblemáticas do País, a antiga Noroeste do Brasil, que nos permitia, meu caro Senador Mão Santa, chegar até a cidade de Santa Cruz, na Bolívia. Meu pai teve a honra de comandar a construção do trecho que liga Puerto Suarez a Santa Cruz.

O Mato Grosso do Sul das BRs: da BR-163, da BR-262, da BR-267, e o Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, agora, da diversificação econômica, associada a esse esforço na sua infra-estrutura. O Mato Grosso do Sul, hoje, produz milho na safrinha, produzi algodão e compete no mercado internacional com altíssima tecnologia, inclusive com a introdução do algodão transgênico, sobre o qual discutimos intensamente no Senado Federal.

O Mato Grosso do Sul dos biocombustíveis, do *biodiesel*, do etanol. O Mato Grosso do Sul da energia renovável, por meio do bagaço de cana. Um Estado que se consolida, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, no turismo: no turismo de eventos, no turismo contemplativo, que é o turismo que mais gera empregos no mundo.

Meu caro Presidente, Senador Mão Santa, estamos no limiar de um novo tempo para nosso Estado. Dividiram o antigo Mato Grosso, o Mato Grosso de Antônio João, de Camisão, do próprio Rondon. Tenho o privilégio de ter, na minha fazenda, a linha de telégrafos que atravessava o Pantanal e chegava até o Forte Coimbra, construída pelo General Rondon. Um gran-

de brasileiro, um homem que adentrou toda a Região Centro-Oeste e que teve respeito e carinho especial por todas as populações que lá viviam.

Hoje, caro Senador Mão Santa, estamos na véspera dos 30 anos do nosso Estado, Mato Grosso do Sul, que patinou, durante bons anos, exatamente porque era governado ou dirigido por algumas pessoas que não entendiam o sinal dos tempos, que acreditavam que nosso Estado era um simples fazendão, um Estado no qual prevaleceria, mais do que nunca, no futuro, o bucolismo; um Estado contemplativo.

Graças a Deus, viramos uma página nessa história. E estamos comemorando, Sr. Presidente, o aniversário de 30 anos de Mato Grosso do Sul com pompa e circunstância, com orgulho do Estado que estamos construindo a duras penas, com todas as dificuldades que enfrentamos.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui, mais do que nunca, dizer da alegria e da honra que Deus me deu de nascer em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul. E espero que, com dignidade, com trabalho, com honestidade e com perseverança, venhamos, efetivamente, a partir de agora e a partir dos passos que foram dados há poucos anos, a preparar e a consolidar um Estado pujante, um Estado que nasceu para ser rico, um Estado que nasceu para produzir, com uma gente hospitaleira, com uma gente dedicada e com uma gente que, acima de tudo, respeita sua história, porque quem não respeita sua história e sua cultura não tem direito a ter futuro.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Eu acredito que, por tanto conhecimento desse Estado, por ter o coração nesse Estado, seu torrão natal, seu pedaço, seu quinhão, Deus o escolheu para governá-lo.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Que Deus ouça V. Ex<sup>a</sup>, meu caríssimo Senador Magno Malta! Quero agradecer a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, que conhece bem, assim como o Senador Pedro Simon, o nosso Estado. V. Ex<sup>a</sup> esteve conosco lá, andando pelos vários Municípios e conferindo a sua liderança e o respeito que a população do meu Estado tem por V. Ex<sup>a</sup>, assim como tem, especialmente, pelo Senador Pedro Simon.

Espero, Sr. Presidente, que Deus ilumine os nossos caminhos e abençoe o nosso futuro, para que consolidemos um Mato Grosso do Sul solidário. Falamos muito, aqui, de solidariedade...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Delcídio, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – V. Ex<sup>a</sup> falou que conheço o seu Estado. Realmente, aqueles quilô-

metros de fronteira aberta com os nossos vizinhos, que fazem do nosso País um entreposto para o tráfico internacional, o qual maltrata tanto a juventude brasileira e as famílias, não somente de Mato Grosso, mas do País inteiro. Há uma luta constante das famílias que vivem na fronteira e um esforço do povo de Mato Grosso, que deveria ser olhado com mais carinho pelo Governo Federal na guarda das fronteiras. Um milagre é feito pela Polícia Federal, que sempre elogiei, naquela fronteira. Conheço bem a região devido à CPI do Narcotráfico – acredito que foi a isso que V. Ex<sup>a</sup> se referiu –, quando ali estive para levar a minha contribuição e colaboração ao Estado, de uma forma definitiva. Pois bem, neste meu aparte, digo a V. Ex<sup>a</sup> que, por causa dessa CPI, estou pagando um preço muito alto. Pelo fato de ter mapeado o crime neste País, tenho sido, de forma acintosa, muitas vezes atingido por aqueles em cujos interesses eu mexi, na CPI do Narcotráfico, alguns deles do seu Estado. Recebo suas palavras, agora, com muita alegria, e compartilho este aparte com V. Ex<sup>a</sup>, até porque sei que a senhora sua mãe nos está assistindo, uma pessoa por quem tenho profundo amor. A nossa amizade é de irmão, e quisera Deus eu tivesse um cabelo como o seu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, lembro-me do nome de Dadá, sua mãe, e do nome da mãe do Senador Delcídio, também: Roseli Amaral.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Roseli Amaral, que nos está assistindo, essa figura tremenda, que me manda cartão, poema, DVD do Mato Grosso e a quem devo uma visita. Nós nos amamos de longe, e o Senador Delcídio é o correio dessa amizade tão sadia. Quero compartilhar este momento com ela, porque a minha mãe, Dadá, viva não mais está, e com o povo do Espírito Santo. Hoje, dia 10 de outubro – faço aniversário no dia 16 –, o STF determinou a anulação de indiciamento do Senador Magno Malta. Senador Delcídio, este País me conhece, o meu Estado me conhece e sabe que sou um homem incapaz de indignidades. Fui acintosamente atingido. A nota diz: “O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria e de acordo com o voto do vice-presidente da Corte, Ministro Gilmar Mendes, decidiu que a Polícia Federal não tem competência para indiciar, sem autorização do STF ou pedido do Procurador-Geral da República, os detentores da prerrogativa (...) A decisão se deu no julgamento da questão de ordem levantada pelo Ministro Gilmar Mendes no Inquérito (INQ) 2411, que investiga a participação de parlamentares na fraude de ambulâncias, a chamada Operação Sanguessuga (...)” – que desconheço, nunca vi e da qual nunca participei. As minhas mãos continuam limpas, como limpas sempre foram. O Ministro questionou a validade do indiciamento do

Senador Magno Malta por iniciativa da Polícia Federal, sem autorização do Supremo. O voto-vista do Ministro Gilmar Mendes foi acompanhado pela maioria. Então, este é um dia festivo para a minha alma e para a minha família, que tanto sofreu, mas a luta continua, vai continuar, porque reafirmo, neste microfone, que, no País, o que tenho feito é praticar dignidade, ética, serenidade e princípio. No entanto, nenhum de nós, que participamos da vida pública, está livre. Eu perguntava, hoje à tarde: quem tem medo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar? Eu não tenho, porque me conheço, sei quem eu sou. Sei que se V. Ex<sup>a</sup>, amanhã, lá for jogado, não temerá. Estamos sujeitos a qualquer desafeto, em qualquer Estado, a alguém que morra envenenado de inveja por querer ser como nós. O invejoso é aquele que gostaria de ser como você e não conseguiu, gostaria de estar no seu lugar e não está. Para ele, o caminho mais fácil é atingi-lo. Se, por qualquer publicidade de jornal, aqui for feita uma representação à Mesa, essa é obrigada a enviá-la para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e o sujeito já vira criminoso no seu Estado. O processo é dolorido, uma vez que a política brasileira foi criminalizada. Eu quero incentivá-lo a persistir no seu ideal. V. Ex<sup>a</sup> é predestinado para governar o seu Estado, não sei se hoje ou se amanhã. Todos sabem disso e conhecem o seu preparo, o seu conteúdo, a sua qualidade. O povo do seu Estado vê e enxerga isso, e o seu momento, certamente, chegará. Não estou rasgando seda para V. Ex<sup>a</sup>, porque não preciso, e V. Ex<sup>a</sup> também não precisa que eu o faça. Trata-se da sua própria história de homem preparado, de homem que já prestou seu serviço ao País, não somente ao seu Mato Grosso. Quem não conhece o seu preparo na área energética do País? Quem não sabe quem é Delcídio Amaral? Certamente, o seu Estado será muito bem servido. Quero apenas propor algo a V. Ex<sup>a</sup>. Se não o fizerem, se o Governo Federal não o fizer – e eu o propus –, sugiro que V. Ex<sup>a</sup>, ao governar o seu Estado, chame os Governadores da Amazônia, de Mato Grosso, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo, o meu Estado, e de Minas Gerais e proponha um orçamento comum, chamado orçamento de fronteira, para que esse dinheiro, em vez de ser gasto nos Estados com força-tarefa quando se queimam ônibus, seja mandado para a fronteira. Com esse orçamento de fronteira, participativo, poderemos coibir o crime na entrada, o que será muito mais barato e, sim, um investimento. Comprar arma quando o crime já está instalado e carros para a polícia, dentro do fogo cruzado, é gasto. O que eu proponho é um investimento para os dois Mato Grossos, para os Estados da Amazônia, para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Minas Gerais e para o meu querido Estado do Espírito Santo. V. Ex<sup>a</sup> tem capacidade de comandar um processo como

esse. Eu estive com o Diretor-Geral da Polícia Federal, que é o criador da força-tarefa, e lhe expus esse raciocínio. Seus olhos brilharam. Apenas com um gesto do Governo Federal, convocando os Governadores, o Brasil receberia isso rapidamente de presente. No entanto, se isso não acontecer, por favor, faça-o pelo meu pequeno Estado do Espírito Santo, e comande esse processo a partir do Estado de Mato Grosso. V. Ex<sup>a</sup> tem capacidade de fazer essa arregimentação para dar esse presente ao Brasil, porque, fatalmente, V. Ex<sup>a</sup> será Governador do seu Estado.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Amém. Muito obrigado, Senador Magno Malta. Quero registrar que acompanhei V. Ex<sup>a</sup> por todo esse período em que, injustamente, foi envolvido em um escândalo, depois conhecido nacionalmente, ligado a licitações de ambulâncias. Nunca duvidei do posicionamento público de V. Ex<sup>a</sup>, da sua retidão de caráter e da sua postura. Hoje, Deus está, mais uma vez, confirmando, por intermédio do STF, tudo aquilo que esperávamos, mas sei o que V. Ex<sup>a</sup> deve ter sofrido. Sei o que V. Ex<sup>a</sup> deve ter sofrido.

Hoje, ouvi o Senador Pedro Simon, que tem uma biografia extraordinária, justificando, talvez por estar tão magoado ou triste com aquilo que viu. Agora, V. Ex<sup>a</sup> nos fala do julgamento do STF.

Tenha certeza absoluta, meu caro Senador Magno Malta, que ninguém, nesta Casa, tinha qualquer dúvida com relação a V. Ex<sup>a</sup>, homem que trabalha, determinado, homem de bem, homem sério. Infelizmente, nós, homens públicos, estamos sujeitos a isso, até em função do clima em que se vive hoje, lamentavelmente. Às vezes, uma biografia que é construída durante 25, 30 ou 40 anos, talvez por um texto mal redigido ou mal-intencionado, acaba, eventualmente, derrubando por terra todo um cenário de realizações.

É difícil viver assim? É, mas o País está melhorando, o senso crítico das pessoas e o nível de exigência de cada homem público crescem dia a dia. Vejo de maneira positiva o que vem por aí, apesar do nosso sofrimento, que não é pequeno. De todos nós, acredito. Todos enfrentamos situações, se não parecidas, assemelhadas.

Sr. Presidente, ao concluir – nesta sessão histórica, inegavelmente –, desejo a toda a população do meu Estado que Deus ilumine e abençoe as famílias sul-mato-grossenses, as famílias de todos aqueles que nos ajudaram a construir o Mato Grosso do Sul, e que, se lá não nasceram, escolheram Mato Grosso do Sul para viver.

Vou, mais do que nunca, orar, trabalhar, marchar junto com meu povo para que Mato Grosso do Sul seja aquele Estado que todos nós sempre espe-

ramos, e sempre sonhamos: um Estado fraterno, solidário, de gente decente, digna; um Estado que vai construindo seu futuro consolidando cada vez mais a nossa cidadania.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, desejo todo sucesso do mundo ao meu Estado, ao meu povo. Parabéns Mato Grosso do Sul pelos 30 anos de idade e desejo muito sucesso a todos nós, sul-mato-grossenses, nesta grande caminhada rumo ao futuro, rumo ao Estado que todos nós sempre sonhamos e que agora, mais do que nunca, entra em uma nova era, um novo tempo, e, se Deus quiser, vai corresponder a tudo aquilo que sonhamos em algumas décadas em que, infelizmente, perdemos o bonde da história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Mato Grosso do Sul, pelos seus 30 anos de idade!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos entusiasmados com a representação de Mato Grosso do Sul, que comemora 30 anos, e com seu Senador.

Ó Pedro Simon, é Caxias do Sul, é Corumbá! Magno é nascido na Bahia; e eu, no Piauí, em Parnaíba. Quis Deus, para encerrar esta sessão histórica, estando eu na sua Presidência, que eu apresentasse a grandeza da minha cidade. Há um almanaque de Parnaíba que faz 82 anos de publicação, é um anuário. Na capa, está a sede da Academia Parnaibana de Letras. Na contracapa, mostra-se a comemoração dos 100 anos do Ginásio N. S. das Graças, onde fiz o jardim de infância e onde Adalgisa era normalista – eu a busquei ali para casar.

Digo ao Delcídio, de Corumbá, e ao Pedro Simon, de Caxias do Sul, nesta sessão solene, que é evidente que vou morrer, e, quando eu morrer, digam por aí que morri como nasci e vivi: orgulhoso de ser parnaibano, parnaibano, parnaibano!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2007**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 14 a 19 de outubro do corrente, quando estarei integrando comitiva do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem oficial ao Continente Africano.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Marcelo Crivela**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.156, DE 2007**

Requeremos, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Lupi Martins, ocorrido ontem, e que sejam enviadas condolências à família.

#### **Justificação**

Lupi Martins ficou conhecido no rádio brasileiro por trabalhar na “Voz do Brasil” durante 25 anos. Nessas duas décadas e meia, ele foi a voz dos gaúchos nesse programa de integração da Radiobrás. Na Rádio Nacional de Brasília, chegou a apresentar o programa “Brasil em dois minutos”, onde narrava, direto de Porto Alegre, casos polêmicos.

Lupi Martins também trabalhou na Rádio Guaíba, onde foi setorista do Grêmio Futebol Porto-Alegrense por 25 anos, e na RBS-TV. Atualmente, era editor do **Jornal do Hipisimo**.

Neste momento em que a comunicação social do Rio Grande do Sul está enlutada pela perda desse grande profissional, queremos registrar a enorme contribuição que Lupi Martins deu ao rádiojornalismo brasileiro.

Senado Federal, 10 de outubro de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2007**

(Nº 181/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ichu, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 699 de 23 de outubro de 2006, que outorga

autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ichu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 252, DE 2007**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 699, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ichu, Estado da Bahia.

Brasília, 19 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 693 EM

Brasília, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu explore o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ichu, Estado da Bahia, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo

nº 53640.000486/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

#### **PORTARIA Nº 699, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000486/99 e do Parecer/MC/Conjur/GSL/Nº 1.594 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu, com sede na Avenida Joaquim Lázaro Carneiro, nº 140, 1º andar, Centro, no município de Ichu, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º45'00"S e longitude em 39º12'00"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES**

##### **RELATÓRIO Nº 266 /2005/RADCOM/ DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53640000486/99 protocolizado em 10/05/2004.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu – Independente FM, município de Ichu, Estado da Bahia.

#### **I – Introdução**

A Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu – Independente FM inscrita no CNPJ sob o número 02.625.867/0001-68, no Estado da Bahia, com sede na Av. Joaquim Lázaro Carneiro, nº 140, 1º andar, Centro, município de Ichu, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 25/03/04 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 28-1-04 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Joaquim Lázaro Carneiro, nº 140, 1º andar, Centro, no município de Ichu, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 11º45'13"S de latitude e 39º11'28"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise mediante solicitação datada de 22-3-04.

A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 172/173, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao foral, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalta-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise Radcom, houve justificativa às fls. 265.

Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a**, **c** da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 177 a 266).

Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 250/251, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 264/265. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 266, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu – Independente FM,

#### • quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Adailton Conceição Carneiro	Presidente
Geraldo Edmilson dos Santos	Vice Presidente
Maria Natalina Oliveira Carneiro	Secretário Geral
Rosângela Ferreira Reis Almeida	2º secretária
Ivan Mário Carneiro de Almeida	1º tesoureiro
Antônio Gomes Carneiro	2º tesoureiro
Edivan Carneiro de Almeida	Dir. de Operações
Iradilso Lúcio Carneiro	Vice Dir. de Operações
Maria Margarida Oliveira	Dir. Cultural e de Comunic. Solcial
Antônia Trindade dos Santos	Vice Dir., Cultural e de Comunic. Dos Santos

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Joaquim Lázaro Carneiro, nº 140, 1º andar, município de Ichu, Estado da Bahia.

#### • coordenadas geográficas

11°45'00" de latitude e 39°12'00" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro

de Análise de Instalação da Estação” – fls. 264/265, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 250/251 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu – Independente FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640000486/99 de 10 de maio de 2004.

Brasília, 11 de novembro de 2005. – **Luciana Coelho Costa**, Relator da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, de novembro de 2005. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de novembro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 14 de novembro de 2005. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, – decisão terminativa.)*

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 324, DE 2007

(Nº 183/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 737 de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusivi-

dade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## MENSAGEM Nº 254, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 737, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarabira, Estado da Paraíba.

Brasília, 19 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 700 EM

Brasília, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, no Município de Guarabira, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o capuz do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº

53730.000062/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 737, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53730.000062/1999 e do Parecer/MC/Conjur/RBP/Nº 1674 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, com sede na Rua Celina Pinto, nº 637, Bairro do Nordeste, no município de Guarabira, Estado da Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º51'16"S e longitude em 35º28'52"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **RELATÓRIO Nº 136/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 5373000062/99, protocolizado em 16-4-1999

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, município de Guarabira, Estado da Paraíba.

### **I – Introdução**

1. A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, inscrita no CNPJ sob o número 08.582.678/0001-31, no Estado da Paraíba, com sede Rua Celina Pinto, nº 637, Bairro do Nordeste, no município de Guarabira, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12-4-99, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18-3-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante, e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação dos Taxistas de Guarabira – Processo nº 53730000705/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade infringiu o artigo 1º da Lei nº 9.612/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 3.815, datado de 31-5-2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

### **II – Relatório**

#### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária,

aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Monsenhor Walfredo Leal, nº 47, Centro, no município de Guarabira, Estado da Paraíba, de coordenadas geográficas em 06°51'20"S de latitude e 35°29'15"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 79, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, observou-se que a entidade teve seu processo arquivado em 11-3-2004, em 5-4-2004 pediu reconsideração e foi reconsiderado pelo departamento responsável, no qual constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a**, **b**, **c**, **f** e **g** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls.01 a 216).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 184, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar, 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 214/215.

Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 215, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados,

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comungaria, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;

• **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Flávio dos Santos Araújo	Presidente
José Maurício Evaristo da Silva	Vice presidente
Maria Elza Belarmino dos Santos	1º secretária
Maria José Galdino da Silva	2º secretária
Elenildo Gomes dos Santos	1º tesoureiro
Sebastião Santos de Souza	2º tesoureiro
Maria Machado Moreno	Dir. de Moradia
José de Assis dos Santos	Dir. Esporte e Cultura

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Celina Pinto, nº 637, Bairro Nordeste I, Município de Guarabira, Estado da Paraíba;

• **coordenadas geográficas**

06°51'16" de latitude e 35°28'52" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 214/215, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 184 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMAR-BN, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53730000062/99, de 16 de abril de 1999.

Brasília, 7 de julho de 2005. – **Luciana Coelho Costa**, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária e Relatora da conclusão Jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão / SSR e Relatora da conclusão.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 11 de julho de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À Consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 11 de julho de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviço.

Aprovo o Relatório nº /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 11 de julho de 2005. – **Sergio Luiz Moraes Diniz**, Secretário de Serviço de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 325, DE 2007**

(Nº 184/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 804 de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 261, DE 2007**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 804, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Andradas, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 19 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 817 EM

Brasília, 12 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos, no Município de Andradas, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53710.000085/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 804, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000085/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0203 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos, com sede na Rua Coronel Oliveira, nº 788/A – Centro, no Município de Andradas, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º04'28"S e longitude em 46º34'38"W, utilizando a frequência de 106,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos

do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

#### **RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES**

#### **RELATÓRIO: Nº 68/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53710.000.085/99, protocolizado em 20 de janeiro de 1999.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos, Município de Andradas, Estado de Minas Gerais.

#### **I – Introdução**

1. A Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos, inscrita no CNPJ sob o número 02.927.748/0001-60, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Coronel Oliveira – nº 788/A – Centro, no Município de Andradas – MG, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18 de janeiro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18 de março de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Andradas – Processo nº 53710.001.477/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a en-

tidade encontra-se em local desconhecido, conforme motivos constantes da devolução do AR Postal, sem possibilidade de apresentar os documentos solicitados no ofício relacionado na publicação, cuja cópia se encontra anexo. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 268 de 31-1-2005.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua João Miranda da Silva – nº 171, Vila Santo Antônio, no Município de Andradas, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 22°04'12"S de latitude e 46°33'58"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 54, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o

que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom houve justificativa às folhas 233.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **c, e, h, i e j** da Norma Complementar nº 1/2004, certidão cartorária comprovando o devido registro da ata de constituição e do estatuto social da entidade, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 60 a 238).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 151, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 232 e 233. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 238, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em

conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos;

#### • quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Vera Lúcia Carradori Ramos	Presidente
Kátia Thomé Barbosa	Vice-Presidente
Tathiane Ramos Alves	1ª Secretária
Martinho Alonso	2º Secretário
Camila Carradori Ramos	1ª Tesoureira
Lilian Mirante Miranda	2ª Tesoureira

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Coronel Oliveira – nº 788/A, Município de Andradadas, Estado de Minas Gerais;

#### • coordenadas geográficas

22°04'28" de latitude e 46°34'38" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 232 e 233,

bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 151 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710.000.085/99 de 20 de janeiro de 1999.

Brasília, de abril de 2005. – **Lídia Souza El-Careb Moreira**, Chefe de Serviço / SSR e Relatora da conclusão Jurídica \_ **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço / SSR e Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 4 de abril de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de abril de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 68/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 11 de abril de 2005. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 326, DE 2007

(Nº 189/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 582 de 15 de setembro de 2006, que ou-

torga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **MENSAGEM Nº 304, DE 2007**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 582, de 15 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 3 de maio de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 563 EM

Brasília, 26 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense, no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.001013/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

### **PORTARIA Nº 582, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001013/02 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1.367 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 163, Bairro Pindorama, no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º28'06"S e longitude em 53º55'16"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

## RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

### RELATÓRIO Nº 102 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

**Referência:** Processo nº 53.790.001.013-02, protocolizado em 13-9-2002.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense, Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

#### I – Introdução

1. A Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense inscrita no CNPJ sob o número 05.270.482/0001-13, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na rua Princesa Isabel, nº 163, Bairro Pindorama, Município de Três Passos, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 13 de setembro de 2002 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 11-11-2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Princesa Isabel, nº 163, Bairro Pindorama, no Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 27°28'06,1"S de latitude e 53°55'16"W de longitude. Estas coordenadas foram arredondadas para apenas dois dígitos, passando a constar: 27°28'06"S e 53°55'16W.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 84 e 85, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, comprovante de que obteve o assentimento prévio, comprovação do devido registro da Ata de Fundação, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 88 a 162).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 97, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 108 e 109. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 162 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j**, da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trêspassense;

#### • quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Seredo Gartner	Presidente
Airton Canova	Vice- Presidente
Leandro Winter	Secretário
Romaldo Wulff	Tesoureiro

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Princesa Isabel, nº 163 – Pindorama, Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

#### • coordenadas geográficas

27°28'06" de latitude e 53°55'16" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 108 e 109, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 97 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trêspassense, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.790.001.013-02 de 13 de setembro de 2002.

Brasília, 20 de maio de 2005. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 23 de maio de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de maio de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 102/2005(RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 30 de maio de 2005. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327, DE 2007

(Nº 228/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 919 de 5 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de março de 1997, a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.

para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 188, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os processos abaixo relacionados, referentes às renovações de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão:

Processos com proposta de declaração de preempção da outorga:

1. Processo nº 29100.000487/1990

Rádio Cidade de Pedreira Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média local – Pedreira – SP

2. Processo nº 53830.000190/2000

Rádio Cidade de Pedreira Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média local – Pedreira – SP

Processos com documentação complementar:

1. Processo nº 50680.000224/1992

Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.

Serviço de radiodifusão de sons e imagens – São Luis – MA

2. Processo nº 53103.000351/2001

FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Arco Verde – PE

3. Processo nº 53790.000694/1998

Fundação Cultural da Serra

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Garibaldi – RS

4. Processo nº 53670.000084/2002

Rádio Goiatuba Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Goiatuba – GO

5. Processo nº 53790.000166/1998

Rádio Difusora Três Passos Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Passos – RS

6. Processo nº 53730.000014/1997

Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – João Pessoa – PB

7. Processo nº 53830.001380/1999

TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.

Serviço de radiodifusão de sons e imagens – Brasília – DF

8. Processo nº 53740.000684/1997

Rádio Educadora de Loanda Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Loanda – PR

9. Processo nº 53710.000134/1998

Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Pará de Minas – MG

10. Processo nº 53640.000109/1997

Fundação Antena Azul Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Cícero Dantas – BA

11. Processo nº 53640.000193/1998

Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Santa Cruz de Cabrália – BA

12. Processo nº 53790.001024/1997

Rádio Santuário FM Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Santa Maria – RS

13. Processo nº 53650.002926/1998

Rádio Guaraciaba Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Guaraciaba do Norte – CE

14. Processo nº 53700.000584/1998

Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Navirai – MS

15. Processo nº 53730.000380/1997

Rádio Cidade de Sumé Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Sumé – PB

16. Processo nº 53710.000614/1998

Rádio Montanhosa Menino Jesus de Praga Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Machado – MG

17. Processo nº 53830.001280/1997

Rádio Notícias de Americana Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Americana – SP

18. Processo nº 53650.000526/1998

Rádio Pajeú FM Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Fortaleza – CE

19. Processo nº 53830.000949/1998

Energia FM de São José dos Campos Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – São José dos Campos – SP

20. Processo nº 53830.001111/1998

Rádio Nova Amparo Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Amparo – SP

21. Processo nº 53700.000051/1998

Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Aparecida do Taboado – MS

22. Processo nº 53720.000173/1998

Rádio Xinguará Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Xinguará – PA

23. Processo nº 53740.000675/1998

Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Palmital – PR

24. Processo nº 53730.000941/1996

Rede Litorânea de Rádio Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – João Pessoa – PB

26. Processo nº 53730.000329/1999

Televisão Paraíba Ltda.

Serviço de radiodifusão de sons e imagens – Campina Grande – PB

26. Processo nº 53820.000042/1998

Rádio FM do Porto Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada – Porto União – SC

27. Processo nº 53650.002844/1998

Rádio Rio das Graças Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Itarema – CE

Brasília, 27 de março de 2007. – **Luiz Inácio**

**Lula da Silva.**

MC nº 842 EM

Brasília, 19 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional dos processos relacionados em anexo.

2. Trata-se de 29 processos de renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão, integrantes do grupo de 225 processos que, conforme Mensagem Presidencial nº 474, de 23 de junho de 2006, foram retirados de tramitação no Congresso Nacional, por solicitação deste Ministério, na forma da Exposição de Motivos nº 347, de 26 de junho do corrente ano. Dentre as proposições ora encaminhadas há proposta de declaração de perempção da permissão outorgada deferida a uma das entidades, nos termos da Lei nº 5.785, de 1972, e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 88.066, de 1983.

3. Ressalte-se que permanecerão retidos neste Ministério um total de 150 processos, também relacio-

nados em anexo, cujos atos de renovação perderam seu objeto, padecendo, portanto, de caducidade, uma vez que os prazos das concessões e permissões por eles renovados foram ultrapassados, enquanto aguardavam aprovação no Congresso Nacional.

4. As outorgas alcançadas por esse evento são mantidas em caráter precário, juridicamente amparadas que estão pelas disposições da legislação acima citada. Observe-se que as mesmas terão tratamento conjunto, quando da apreciação e decisão dos novos pedidos de renovação das outorgas relativos aos períodos subseqüentes. Tal conduta não é estranha às praxes administrativas, haja vista a ocorrência de precedentes quanto à renovação de concessões e permissões para dois períodos consecutivos.

5. Permanecerão neste Ministério o restante de 46 processos que aguardam complementação dos documentos e que serão submetidos a Vossa Excelência no momento em que for implementada essa condição.

6. Nessa conformidade e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que os atos de renovação somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam novamente encaminhados os referidos processos.

Respeitosamente,

#### **PORTARIA Nº 919, DE 5 DE JUNHO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53730.000014/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de março de 1997, a permissão outorgada à Rádio Jornal de João Pessoa Ltda., pela Portaria nº 164, de 2 de março de 1977, e renovada pela Portaria nº 166, de 15 de setembro de 1989, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 16, de 26 de fevereiro de 1991, publicado no **Diário Oficial da União** em 27 seguinte, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º A exploração do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

**RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.**  
**CNPJ/MF nº 08.843.146/0001-00**  
**7ª ALTERAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular: I – ALEXANDRE TEIXEIRA JUBERT, brasileiro, natural da cidade de João Pessoa - PB, nascido em 01/06/1965, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, inscrito no CPF/MF nº 518.450.084-72 e CI nº 906.434 SSP/PB 2ª Via, residente e domiciliado à Rua Silvío Coelho de Alverga, nº. 165, Apto 502 Bessa, CEP.: 58037-330, João Pessoa - PB, II – JOSÉ FERNADES NETO, brasileiro, natural da cidade de Monteiro – PB, nascido em 06/02/1938, casado em regime de comunhão total de bens, contador, inscrito no CPF/MF nº 003.283.164-15 e CI nº 071.381.650-2 ME, residente e domiciliado à Rua São Gonçalo, nº. 464, Manaira, CEP.: 58038-330, João Pessoa - PB, e III – JOSÉ HELÍ TENÓRIO, brasileiro, natural da cidade de Santana do Ipanema - AL, nascido em 02/06/1953, casado em regime parcial de bens, comerciante, inscrito no CPF/MF nº 111.401.864-34 e CI nº 581.050 SSP/PB 2ª Via, residente e domiciliado à Rua Marieta Steimbach Silva, nº 122, Miramar, CEP.: 58043-320, João Pessoa – PB, únicos sócios da empresa **RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº 08.843.146/0001-00, registrada na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob nº. 25200058984 por despacho em 05/09/1984 resolvem, de pleno acordo, efetuar a consolidação do Contrato Social, de acordo com o novo Código Civil através da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO**

A denominação social da sociedade é **RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.**, com sede e domicílio à Av. Dom Pedro II, nº 623 – Centro, João Pessoa - PB - CEP.: 58013 - 420.

**CLÁUSULA II - DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem como objeto social a execução dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas curtas, ondas tropicais, frequência modulada e serviços especiais, além de serviços de radiodifusão sonora em sons e imagens, outorgado através de portarias ou decretos pelo Governo Federal, de acordo com as normas legais em vigor.

**CLÁUSULA III – DA DURAÇÃO DA ATIVIDADE**

A sociedade iniciou suas atividades em 05/09/1984, com aprovação da Junta Comercial do Estado da Paraíba, e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA IV - DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$ 5.983,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e três reais), dividido em 5.983 (cinco mil, novecentas e oitenta e três) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, pelos sócios e assim distribuídas:

**RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.**  
**CNPJ/MF nº 08.843.146/0001-00**  
**7ª ALTERAÇÃO**

Quotistas	Nº de Quotas	Vir. Quotas
ALEXANDRE TEIXEIRA JUBERT	2.932	R\$ 2.932,00
JOSÉ FERNANDES NETO	2.752	R\$ 2.752,00
JOSÉ HELI TENÓRIO	299	R\$ 299,00

**CLÁUSULA V – DA CESSÃO DAS QUOTAS**

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade salvo para efeito de transferência e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ - **primeiro** – O sócio pode ceder suas quotas, total ou parcialmente a quem seja sócio, independente da anuência dos demais, ou a estranhos, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

§ - **segundo** – A cessão terá eficácia quanto à sociedade e terceiros a partir da averbação do respectivo instrumento, subscrito pelos sócios anuentes.

§ - **terceiro** – Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

§ - **quarto** – Não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, sem prejuízo do disposto no art. 1004 e parágrafo único do Código Civil, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros de mora, as prestações estabelecidas no contrato mais despesas.

**CLÁUSULA VI – DA REPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ - **primeiro** - Após a integralização, a responsabilidade do sócio é limitada e não solidária; cada sócio responde pela parcela do capital que integralizar.

§ - **segundo** – O patrimônio pessoal dos sócios não pode ser alcançado nem executado em razão de dívidas e obrigações sociais.

**CLÁUSULA VII – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A administração da sociedade caberá ao sócio ALEXANDRE TEIXEIRA JUBERT, que representará a sociedade, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso

**RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.**  
**CNPJ/MF nº 08.843.146/0001-00**  
**7ª ALTERAÇÃO**

do nome empresarial, vedado, no entanto, atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

§ - **primeiro** - O exercício dos poderes de administração poderá ser atribuído à pessoa física e jurídica, sócios ou não, designados em contrato social ou em ato em separado desde que atendidos os requisitos legais.

§ - **segundo** - A administração, se exercida por não sócios, dependerá da aprovação da unanimidade dos sócios se o capital não estiver integralizado e de dois terços, no mínimo, após integralização.

§ - **terceiro** - O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham poderes necessários ou mandatários especialmente e legalmente constituídos.

§ - **quarto** - A sociedade somente se obriga quando regularmente representada por seus administradores.

**CLÁUSULA VIII – DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ - **Único** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão, em reunião, sobre as contas e designarão o administrador quando for o caso.

**CLÁUSULA IX – DA ABERTURA DE FILIAIS**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, show - room, agências, escritórios, nomear representantes em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA X – RETIRADA DE PRO LABORE**

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes, ou, dentro dos limites e níveis permitidos pela legislação vigente, a distribuição do lucro apurado em balanço. A distribuição de lucro poderá ser efetuada de forma anual, trimestral ou mensal, desde que para tanto seja levantado balanço definitivo do período em questão e esteja registrado no mesmo todas as provisões relativas a obrigações Tributárias, Trabalhistas e Previdenciárias.

**RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.  
CNPJ/MF nº 08.843.146/0001-00  
7ª ALTERAÇÃO**

**CLÁUSULA XI – DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade não se dissolverá falecendo ou interdito qualquer sócio, a mesma continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado e liquidado em no máximo 10 parcelas mensais e sucessivas.

§ - Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA XII – DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE MERCANTIL**

O administrador declara, sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA XIII – DA SAÍDA DA SOCIEDADE**

Quando houver aprovação da modificação do contrato, fusão ou incorporação terá o sócio discordante o direito de retirar-se da sociedade, nos 30 dias subseqüentes à deliberação, aplicando-se a forma de pagamento descrita na Clausula XI deste contrato.

**CLAUSULA XIV – DA EXCLUSÃO DA SOCIEDADE**

O sócio pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações ou ainda, por incapacidade superveniente, se declarado falido, se suas quotas tenham sido liquidadas nos termos do parágrafo único do art. 1.026 da Lei 10.406 de 10/01/2002 que instituiu o Código Civil.

§ - Único – Será excluído o sócio por justa causa, exigindo-se apenas reunião de sócios, especialmente convocada para esse fim, quando a maioria dos sócios, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade ou quando o sócio encontrar-se em mora em relação às quotas subscritas.

**CLÁUSULA XV – DA REPONSABILIDADE DOS HERDEIROS E SUCESSORES**

A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a

**RÁDIO JORNAL DE JOÃO PESSOA LTDA.  
CNPJ/MF nº 08.843.146/0001-00  
7ª ALTERAÇÃO**

resolução da sociedade, nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

**CLÁUSULA XVI – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

As deliberações sociais serão sempre tomadas pela maioria representativa de 75%(setenta e cinco por cento) do Capital Social.

§ - **primeiro** - As deliberações sociais serão tomadas em Reunião Simples enquanto o número de sócios for inferior a dez, somente funcionando quando convocada, pelos administradores e/ ou sócios, conforme legislação em vigor, desnecessários, no entanto, a realização dos procedimentos solenes e formais da assembléia de quotistas.

§ - **segundo** – O sócio pode ser representado na reunião por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata.

§ - **terceiro** – Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente.

**CLÁUSULA XVII – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de João Pessoa, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

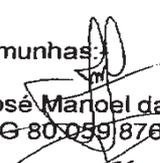
João Pessoa, 10 de Dezembro de 2003.

  
ALEXANDRE TEIXEIRA JUBERT

JOSÉ FERNANDES NETO

JOSÉ HELI TENÓRIO  


Testemunhas:

  
1ª - José Manoel da Silva  
RG 80.059.876 SSP/RJ

2ª - Ricardo Pacheco da Silva  
RG nº 1.378.903 SSP - PB

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 328, DE 2007**

(Nº 234/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 333 de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 177, DE 2007**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 333, de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 27 de março de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 381 EM

Brasília, 21 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM, no Município de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da

filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53000.000038/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira**.

**PORTARIA Nº 333, DE 7 DE JULHO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.000038/03 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 0048 – 1.08/ 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM, com sede na rua Getúlio Vargas, nº 360, no Município de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º55'16"S e longitude em 53º56'28"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos

do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

### **RELATÓRIO Nº 248/2004/RADCOM/DOS/ SSCE/MC – SLP**

**Referência:** Processo nº 53000.000038/03 protocolizado em 28-5-2002.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

**Interessado:** Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM Município de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Freqüência Modulada FM inscrita no CNPJ sob o número 05.009.987/00014-29, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na rua Getúlio Vargas, nº 360, Município de Chiapeta, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 16 de maio de 2002 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 11 de novembro de 2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda

a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na rua Getúlio Vargas, nº 360, no Município de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 27º54'58" S de latitude e 53º56'47" W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 14/15, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, passando a constar no seguinte endereço: Rua Carvi, nº 700 – sala 02 – centro – e coordenadas para: 27º55'16" S e 53º56'28" W, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, IV, VIII, X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede e assentimento prévio, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 23 a 212).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 141, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 192 e 193. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede ad-

ministrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 213 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### – nome:

Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Frequência Modulada FM

#### – quadro diretivo:

Presidente: Francisco Assis Taborda  
 Vice-presidente: Oromar Fernando dos Anjos  
 Secretário: Jair Souto  
 1º Tesoureiro : Telmo Moreira Coelho  
 2º Tesoureiro: Luiz Carlos Halberg  
 Diretor de Oper.: Waldemar Dias  
 Diretor de Partimônio.: Neo Altamiro Beskow  
 Diretor de Cultura e Comunicação Social: Eloí Betio da Veiga Maron

#### – Localização do transmissor sistema irradiante e estúdio

Rua Carvi, nº 700 – sala 02 – centro, município de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.

#### – coordenadas geográficas

27°55'16" de latitude e 53°56'28" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 192 e 193, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 141 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural Comunitária (RADCOM) Rádio Líder Frequência Modulada FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.000038/03 de 28 de maio de 2002.

Brasília, 8 de outubro de 2004. – Relatora da Conclusão Jurídica, **Sibela Leanara Portela**, Chefe de Divisão/SSR. – Relatora da Conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Brasília, 11 de outubro de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador – Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 14 de outubro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 248 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 14 de outubro de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços e Comunicação Eletrônica.

*(À Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, (Decisão Terminativa.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 329, DE 2007**

(Nº 255/007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 709 de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 307**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 709, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Sales, Estado do Ceará.

Brasília, 3 de maio de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 692 EM

Brasília, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA, no Município de Campos Sales, Estado do

Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade; auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53.100.000.494-04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade, com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa**.

**PORTARIA Nº 709, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.100.000.494-04 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/nº 2.025 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA, com sede na Rua Lúcio Alencar, nº 130, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Campo Sales, Estado do Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização rege-se pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 7º04'35"S e longitude em 40º22'34"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

## RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

### RELATÓRIO Nº 158/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

**Referência:** Processo nº 53.100.000.494-04, protocolizado em 30-3-2004.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

**Interessado:** Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA, Município de Campos Sales, Estado do Ceará.

#### I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA inscrita no CNPJ sob o nº 05.910.225/0001-07, no Estado do Ceará com sede na Rua Lúcio Alencar, nº 130, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Campos Sales, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18 de março de 2004 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação é ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencio-

nada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Lúcio Alencar, nº 130, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Campos Sales, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 07º04'35"S de latitude e 40º22'40"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indica deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 68 e 69 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que quando da apresentação do projeto técnico às fls. 91, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências; apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **b,c** da Norma Complementar nº 1/2004, tendo sido apresentado o projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 72 a 107).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 91, firmado

pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 105 e 106. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 107, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Nome. Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA

#### • quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Cícera Eguinalda Gomes	Presidente
Carlos Alberto Bezerra	Vice-Presidente
Geraldo Assis Lima	Secretário
José Dorgival Henrique Sudário Lins	Tesoureiro

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Lúcio Alencar, nº 130, Bairro Nossa Senhora Aparecida, município de campos Sales, Estado do Ceará.

#### • coordenadas geográficas

07°04'35" de latitude e 40°22'34" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 105 e 106, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 91 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – ARCOMNOSSA, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.100.000.494-04 de 30 de março de 2004.

Brasília, 29 de julho de 2005. – Relatora da Conclusão Jurídica, **Sibela Leanara Portela**, Coordenadora de Serviços de Radiodifusão Comunitária, CORAC/CGRC/DEOC/SC, Relatora da Conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 1º de agosto de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 1º de agosto de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 158/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 7 de agosto de 2005. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 330, DE 2007**

(Nº 256/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à  
Associação Comunitária de Desenvolvimento  
Cultural e Artístico de Reduto para executar  
serviço de radiodifusão comunitária na cidade  
de Reduto, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.033 de 26 de dezembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reduto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 334, DE 2007**

Senhores membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 1.033, de 26 de dezembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Reduto, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 22 de maio de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 857 EM

Brasília, 29 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto, no Município de Reduto, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse

braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000785/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

**PORTARIA Nº 1.033,  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.100.000785/04 e do Parecer/MC/CONJUR/GAT/Nº 1.241 –1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto, com sede na Rua São João Batista, nº 97 B, Centro, no Município de Reduto, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º13'8"S e longitude em 41º58'57"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no

prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

## **RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES**

### **RELATÓRIO Nº 200/2005/RADCOM/ DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53.100.000.785/04, protocolizado em 3 de maio de 2004.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto, Município de Reduto, Estado de Minas Gerais.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto, inscrita no CNPJ sob o número 05.294.545/0001-71, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua São João Batista nº 97B, Centro, Município de Reduto, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 13 de fevereiro de 2004 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28 de janeiro de 2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrente

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessório e aspectos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas Critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apre-

sentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua São João Batista nº 97 – B – Centro, no município de Reduto, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20º13'08"S de latitude e 41º58'57"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 91 e 92, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que as coordenadas ao local de instalação participante do aviso 01/2004 são as mesmas que a tornaram a selecionada.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **b, c, d e I** da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o

8. disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 95 a 129).

Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls.121, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 130 e 131. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no

limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 129 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • Nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto;

#### • quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Paulo Hott	Presidente
Nilton Tasmio de Oliveira	Vice-Presidente
Adélia Elisa Gomes	Secretária Geral
Wander Pereira	Tesoureiro
Ermes Nogueira da Costa	Diretor Administrativo

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua São João Batista, 97 – Centro, município de Reduto, Estado de Minas Gerais.

#### coordenadas geográficas

20°13'08" de latitude e 41°58'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 130 e 131, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 121 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.100.000.785/04, de 3 de maio de 2004.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Aline Oliveira Prado Magalhães Lopes**, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária, Relator da Conclusão Jurídica, **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária, Relator da Conclusão Jurídica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços Brasília, de setembro de 2005.

  
Coordenadora do Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 21 de setembro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 0200/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de setembro de 2005. – **Joanilson L.B.Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 331, DE 2007

(Nº 257/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 432 de 29 de setembro de 2005, que outorga

permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 335, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 432, de 29 de setembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Brasília, 22 de maio de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC nº 292 EM

Brasília, 21 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.034412/2005, de interesse da Fundação Vicente Pinzón, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 2.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

### PORTARIA Nº 432, DE 29 DE SETEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.034412/2005, e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1.523 –1.07/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

### INFORMAÇÃO Nº 141/2005/CONEN/CGLO/DEOC/SC

**Referência:** Processo nº 53000.034412/2005

**Interessada:** Fundação Educativa Vicente Pinzón

**Assunto:** Outorga de permissão de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos.

1. A Fundação Educativa Vicente Pinzón, com sede no Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, requer, nos presentes autos, que lhe seja outorgada permissão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, utilizando o Canal 238E, disponível no Plano Básico de Distribuição de Canais no Município Ipojuca, Estado de Pernambuco (fls. 81).

2. O Estatuto da entidade aprovado pela Promotora de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Estado de Pernambuco, e registrado sob o Livro A-04, Fls. 17 a 35, com data de 12 de junho de 2001, no Serviço de Registro de Títulos e Documentos Civil e das Pessoas Jurídicas do Município de Cabo de Santo Agostinho, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls. 36/38).

3. De acordo com Ata da Assembléia Extraordinária do Conselho Curador (fls. 40/52), a Diretoria teve seus membros eleitos pelo Conselho Curador, por tempo indeterminado, constituindo o seguinte quadro diretivo:

ELIANA FERREIRA SOARES	Presidente
GIOVANNI JOSÉ DA ROCHA LINS SILVA	Diretor - Presidente
DEVERVAL FLORENCIO DE MIRANDA	Diretor - Técnico
DANIEL ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR	Diretor - Adm./Financeiro

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, encontrando-se às fls. 61 a 78.

5. A outorga de concessão para executar Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra **a** do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

(...)”

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o Serviço de Radiodifusão e de Sons e Imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores encontra-se completa e em ordem (fls. 04, 13/55 e 56/78).

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quer quanto a entidade, quer quanto a seus diretores, conforme declarações (fls. 09).

10. A Fundação apresentou declaração, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Por-

taria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações (fls. 08).

11. De acordo com os registros existentes neste Ministério, nenhuma entidade formulou igual pedido de outorga para o mesmo serviço para a localidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

12. Diante o exposto, informamos que o presente processo encontra-se devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria e o pedido poderá ser deferido, a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à dita Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 29 de setembro de 2005. – **José Maciel Neto**, Estagiário de Direito – **Adriana Magalhães Rosa**, Advogada.

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas.

Em 29 de setembro de 2005. – **Vanea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão da Região Sudeste, Norte e Nordeste e Distrito Federal.

De acordo. A consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 29 de setembro de 2005. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Encaminhem-se os presentes autos à dita Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em – **Joanilson Laércio Barbosa Ferreira**, Secretário de Serviço de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 332, DE 2007

(Nº 283/2007, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 29 de agosto de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 14 de novembro de 1999, a

concessão outorgada à Televisão Paraíba Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 785, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 29 agosto de 2002, que “Renova as concessões das entidades que menciona, para explorar serviços radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

I – em onda média:

a) Rádio Cultura de Linhares Ltda., na cidade de Linhares – ES;

b) Rádio Moreno Braga Ltda., na cidade de Vigia – PA;

c) Rádio Placar Ltda., na cidade de Ortigueira – PR;

d) Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., na cidade de Terra Rica – PR;

e) Fundação Dom Rey, na cidade de Guajará-Mirim – RO;

II – em onda tropical:

Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., na cidade de Santarém – PA; e

III – de sons e imagens:

a) Televisão Cabo Branco Ltda., na cidade de João Pessoa – PB;

b) Televisão Paraíba Ltda., na cidade de Campina Grande – PB;

c) Rede Família de Comunicação S/C Ltda., na cidade de Limeira – SP; e

d) TV Record de Rio Preto S.A., na cidade de São José do Rio Preto – SP.

Brasília, 10 de setembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 1.138 EM

Brasília, 16 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Rádio Cultura de Linhares Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53770.000956/00);

- Rádio Moreno Braga Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vigia, Estado do Pará (Processo nº 53720.000236/98);

- Rádio Placar Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná (Processo nº 053740.000048/98);

- Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000186/98);

- Fundação Dom Rey, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia (Processo nº 53800.000018/99);

- Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Santarém, Estado do Pará (Processo nº 53720.000172/98);

- Televisão Cabo Branco Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000328/99);

- Televisão Paraíba Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000329/99);

- Rede Família de Comunicação S/C Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001259199);

- TV Record de Rio Preto S/A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000535/99).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis,

demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **DECRETO DE 29 DE AGOSTO DE 2002**

##### **Renova as concessões das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

Decreta:

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, os seguintes serviços de radiodifusão sonora:

1 – em onda média:

**a)** Rádio Cultura de Linhares Ltda., a partir de 11 de agosto de 1998, na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, outorgada pelo Decreto nº 81.991, de 18 de julho de 1978 (Processo nº 53770.000956/00);

**b)** Rádio Moreno Braga Ltda., a partir de 30 de setembro de 1998, na cidade de Vigia, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 96.644, de 5 de setembro de 1988 (Processo nº 53720.000236/98);

**c)** Rádio Placar Ltda., a partir de 7 de julho de 1998, na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 96.014, de 6 de maio de 1988 (Processo nº 53740.000048/98);

**d)** Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., a partir de 14 de junho de 1998, na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 95.933, de 19 de abril de 1988 (Processo nº 53740.000186/98);

**e)** Fundação Dom Rey, a partir de 19 de janeiro de 2000, na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, outorgada originariamente à Rádio Educadora de Guajará-Mirim Ltda., conforme Decreto nº 65.519, de 21 de outubro de 1969, renovada pelo Decreto de 4 de novembro de 1994, e transferida pelo Decreto de 1º de dezembro de 1995, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53800.000018/99):

II – em onda tropical:

Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., a partir de 24 de julho de 1998, na cidade de Santarém, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 62.754, de 22 de maio de 1968, e renovada pelo Decreto nº 96.834, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53720.000172/98).

Art. 2º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I – Televisão Cabo Branco Ltda., a partir de 11 de janeiro de 2000, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 90.748, de 20 de dezembro de 1984 (Processo nº 53730.000328/99);

II – Televisão Paraíba Ltda., a partir de 14 de novembro de 1999, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 90.287 de 9 de outubro de 1984 (Processo nº 53730.000329/99);

III – Rede Família de Comunicação S/C Ltda., a partir de 4 de janeiro de 2000, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à TV Studios de Limeira S/C Ltda., conforme Decreto nº 90.514, de 16 de novembro de 1984, e autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 392, de 16 de novembro de 1998 (Processo nº 53830.001259/99);

IV – TV Record de Rio Preto S.A., a partir de 15 de agosto de 1999, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Televisão Rio Preto Ltda., conforme Decreto nº 64.705, de 17 de junho de 1969, autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 3.112, de 1º de novembro de 1984, e renovada pelo Decreto nº 91.819, de 22 de outubro de 1985 (Processo nº 53830.000535/99).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação das concessões somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

**TELEVISÃO PARAÍBA LTDA.**  
**CNPJ/MF n.º 08.584.526/0001-78**  
**NIRC 2520005367-2**

**SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo nomeadas e qualificadas:

1. **JOSÉ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG n.º 23.940 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o n.º 003.340.304-04, residente e domiciliado a Av. Governador Argemiro de Figueiredo n.º 2.500, bessa, município de João Pessoa, Estado da Paraíba;
2. **RICARDO DE OLIVEIRA CARLOS DA SILVA**, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador da cédula de identidade RG n.º 889.702 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o n.º 390.127.864-87, residente e domiciliado a Av. Governador Argemiro de Figueiredo n.º 2.500, bessa, município de João Pessoa, Estado da Paraíba;
3. **EDUARDO DE OLIVEIRA CARLOS DA SILVA**, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG n.º 765.799 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o n.º 306.978.324-49, residente e domiciliado na Av. São Paulo n.º 758, bairro dos Estados, município de João Pessoa, Estado da Paraíba;

Os três únicos sócios da **TELEVISÃO PARAÍBA LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na Rua Quinze de Novembro, n.º 2000, bairro Palmeira, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.584.526/0001-78, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRC 2520005367-2, por despacho de 21 de março de 1984, deliberam por unanimidade de votos, alterar o Contrato Social, nas seguintes condições:

- I. É admitida na sociedade a senhora **ELIANE DE OLIVEIRA CARLOS FREIRE**, brasileira, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade RG n.º 511.190 SSP/PB, inscrita no CPF/MF sob o n.º 839.908.954-00, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes n.º 188, Tambaú, município de João Pessoa, Estado da Paraíba. A sócia ora admitida, declara nos termos da LEI 8.934 de 18/11/1994 que não está impedida de exercer atividade mercantil ou participar da administração de sociedade mercantil;
- II. Com anuência dos demais sócios, o sócio **JOSÉ CARLOS DA SILVA JÚNIOR**, já qualificado, neste ato cede e transfere a importância de R\$ 585.120,00 (Quinhentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte reais), do montante de R\$ 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais) que possui de participação no capital social, sendo:

R\$ 407.040,00 (Quatrocentos e sete mil e quarenta reais) para a sócia recém admitida **ELIANE DE OLIVEIRA CARLOS FREIRE**, já qualificada;  
 R\$ 89.040,00 ( Oitenta e nove mil e quarenta reais) para o sócio **RICARDO DE OLIVEIRA CARLOS DA SILVA**, já qualificado;  
 R\$ 89.040,00 ( Oitenta e nove mil e quarenta reais) para o sócio, **EDUARDO DE OLIVEIRA CARLOS DA SILVA**, já qualificado, passando o capital social a estar distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR (R\$)	%
José Carlos da Silva Júnior	01	50.880,00	4%
Ricardo de Oliveira Carlos da Silva	08	407.040,00	32%
Eduardo de Oliveira Carlos da Silva	08	407.040,00	32%
Eliane de Oliveira Carlos Freire	08	407.040,00	32%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>1.272.000,00</b>	<b>100%</b>

III. Tendo em vista as mudanças ocorridas no capital social da empresa, em função das deliberações anteriores, decidem alterar a cláusula terceira , relativo ao capital social, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA TERCEIRA DO CAPITAL SOCIAL”**

O Capital Social é de R\$ 1.272.000,00 ( Um milhão, duzentos e setenta e dois mil reais), dividido em 25 (vinte e cinco) quotas, no valor nominal de R\$ 50.880,00 (Cinquenta mil, oitocentos e oitenta reais) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR (R\$)	%
José Carlos da Silva Júnior	01	50.880,00	4%
Ricardo de Oliveira Carlos da Silva	08	407.040,00	32%
Eduardo de Oliveira Carlos da Silva	08	407.040,00	32%
Eliane de Oliveira Carlos Freire	08	407.040,00	32%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>1.272.000,00</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade dos quotistas, conforme a lei, é limitada à totalidade do capital social (Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, artigo 2º, "in fine").

**Parágrafo Segundo** - Cada quota confere o direito a um voto nas deliberações dos quotistas, que serão sempre tomadas por maioria de votos.

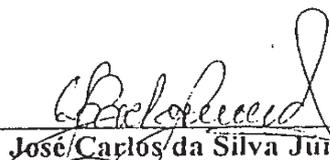
Autentico este instrumento de produção em original; dou fé. José Pessoa  
 R. L. P. M. 2004

(continuação da sexta alteração do contrato social da Televisão Paraíba Ltda.)

- IV. Permanecem em pleno vigor e inalteradas as demais cláusulas do contrato social e aditivos posteriores, aqui não expressamente modificadas.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo.

Campina Grande (PB), 21 de agosto de 2001.

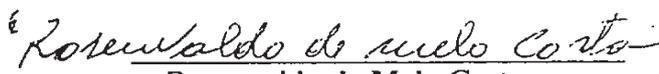
  
\_\_\_\_\_  
José Carlos da Silva Junior

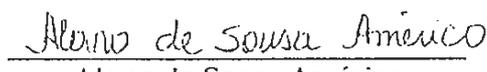
  
\_\_\_\_\_  
Ricardo de Oliveira Carlos da Silva

  
\_\_\_\_\_  
Eduardo de Oliveira Carlos da Silva

  
\_\_\_\_\_  
Eliane de Oliveira Carlos Freire

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Rosivaldo de Melo Costa  
CPF 154.808.951-68  
RG 684.817 SSP/GO

  
\_\_\_\_\_  
Alano de Sousa Américo  
CPF 690.250.294-34  
RG 1.295.141 SSP/PB

(À Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 323 a 332, de 2007**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 (quarenta e cinco) dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, de 2007 do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, DE 2007**

**Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para revogar a determinação de apreciação prévia pelo Senado Federal da escolha dos diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogado o parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Diferentemente do que ocorre em relação a cargos como os de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, de Procurador-Geral da República e de presidente e diretores do Banco Central, a apreciação prévia pelo Senado Federal da indicação dos diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) não decorre diretamente da exigência constitucional fixada no art. 52, inciso III, entre as competências privativas desta Casa.

Trata-se de matéria de norma ordinária, derivada, a seu turno, do preceito genérico inscrito na alínea f do mencionado dispositivo constitucional, que admite a extensão da competência do Senado para “titulares de outros cargos que a lei determinar”.

Originalmente, a Lei nº 10.233, de 2001, que, entre outras providências, criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de

Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), não previa, para esta última autarquia, mas tão-somente para as Agências, o exame prévio do Senado Federal. A exigência para o DNIT foi posteriormente incorporada à Lei pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Decorridos seis anos da vigência dessa última norma, pode-se hoje vislumbrar mais claramente que a equiparação dos dirigentes do DNIT às demais autoridades para as quais se impôs a audiência prévia do Senado não se mostra adequada. O DNIT, ao contrário do papel de entes reguladores reservados às Agências, detém competências apenas executivas, a exemplo de outras tantas autarquias cujos dirigentes não têm a nomeação examinada pelo Senado.

Assim, formulamos a presente proposição com o objetivo de restabelecer o caráter de seletividade e similaridade que deve ser conferido à competência atribuída a esta Casa pela Constituição Federal, bem como, subsidiariamente, o sentido de evitar a possibilidade de futuras atribuições de competência, com a mesma impropriedade, ao Senado Federal.

São esses os argumentos que justificam o projeto, para o qual solicito o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Delcídio Amaral**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

**Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 88. Os Diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades, e serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. As nomeações dos Diretores do DNIT serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa).*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 588, DE 2007

### Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Luta pelos direitos das Pessoas com doenças Falciformes, que será celebrado no dia 27 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A anemia falciforme é uma doença genética e hereditária, causada por anormalidade da hemoglobina dos glóbulos vermelhos do sangue, responsáveis pela retirada do oxigênio dos pulmões, transportando-os para os tecidos. Quando diminui a quantidade de oxigênio no sangue, os glóbulos vermelhos das pessoas falcêmicas tomam a forma de foice ou meia lua (daí o nome falciforme). Essas células são mais rígidas e têm dificuldades para passar pelos vasos sanguíneos mais finos com conseqüente obstrução destes vasos e dificuldade na circulação do sangue. Esta dificuldade gera microinfartos locais com crises dolorosas e comprometimento progressivo de diversos órgãos.

Os casos têm prevalência nos estados com maior concentração de afrobrasileiros e entre as pessoas de classes sociais mais baixas. A taxa de mortalidade entre as crianças que nascem com alguma dessas doenças é bastante alta. Cerca de 25% delas não atingem os cinco anos de idade se não estiverem sob cuidados específicos.

Dados da Fenafal nos revela a proporção de nascidos vivos diagnosticados com doença falciforme. Por exemplo: Bahia: 1/650; Rio de Janeiro: 1/1.200; Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais: 1/1.400.

Diante da importância de cuidados em torno do assunto, queremos assegurar o bem estar do portador de doença falciforme e outras hemoglobinopatias, promovendo e coordenando ações nos múltiplos aspectos ligados às suas necessidades e realidades vivenciadas, proporcionando à assistência ao paciente.

Visando a sensibilização, a mobilização e organização das pessoas com Doença Falciformes, proponho instituir o dia 27 de outubro, como Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

*(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007

### Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos automóveis para transporte de mercadorias, de fabricação em países integrantes do Mercosul, quando adquiridos por agricultor familiar, por suas cooperativas ou associações.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º será concedida na forma do regulamento, e será declarada nula, para todos os efeitos, sendo o imposto cobrado com todos os acréscimos legais, se verificado o seguinte:

I – alienação do veículo adquirido nos termos desta lei antes de três anos contados da data da sua aquisição, a pessoas, físicas ou jurídicas, que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos no art. 1º; ou

II – a comprovação de uso do veículo em atividade diversa da que houver justificado o benefício;

Art. 3º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de que trata o art. 1º desta Lei somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, ou ainda, excepcionalmente, nos casos em que ocorra sua destruição completa ou o seu desaparecimento por furto ou roubo.

Art. 4º Fica assegurada à manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem, empregados na industrialização dos produtos referidos nesta Lei.

Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos de série ou originais do veículo adquirido nos termos do art. 1º.

Art. 6º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 6º.

### Justificação

O agricultor familiar utiliza, basicamente, sua própria força de trabalho e a de seus familiares, na gestão, na produção e na venda de seus produtos. Para muitos pequenos produtores rurais essa ainda é uma atividade tipicamente de sobrevivência e com todas as dificuldades que são peculiares a esse tipo de labor. De qualquer modo, o setor é responsável pela maior parte da produção nacional de feijão, de mandioca, leite e suínos, além de contribuir, substancialmente, com a oferta de outros hortifrutigranjeiros. Além disso, a agricultura familiar é um importante instrumento para reduzir a migração do homem do campo para a cidade, já que o agricultor enquadrado no ramo da agricultura familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo a ela.

Mas quem produz precisa vender. E para vender melhor é imprescindível que o agricultor disponha de meios adequados para transportar sua produção para o mercado consumidor ou para os pontos de distribuição. Além disso, precisa também dotar sua propriedade dos insumos de que precisa, sem o que, não há como se estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável às famílias envolvidas no Pronaf.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já dispõe de linha de crédito para financiamento de caminhões, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, camionetas de carga e de uso misto ou múltiplo e utilitários rurais, desde que destinados especificamente à atividade agropecuária. Com o presente projeto, propomos que seja concedido benefício fiscal ao pequeno produtor e sua cooperativa ou associação a fim de que possam, efetivamente, fazer a aquisição de veículo destinado ao transporte da produção, sendo esse mais um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar no nosso País.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

#### **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

### Seção II

#### **Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu §1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II  
**Dos Orçamentos**

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

*(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, DE 2007**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos de passageiros com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e os veículos de carga máxima não superior a cinco toneladas, quando adquiridos pelas associações, sindicatos e federações representativas de categorias de trabalhadores ou de categorias econômicas, exclusivamente para uso em suas atividades-fim.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º será concedida na forma do regulamento, e será declarada nula, sendo o imposto cobrado com todos os acréscimos legais, se verificada antes de decorridos três anos da aquisição:

I – a transferência, a qualquer título, da propriedade dos veículos objeto da isenção, salvo às pessoas jurídicas de que trata a presente lei e mediante a prévia anuência do órgão de administração fiscal;

II – a comprovação de uso dos veículos em atividade diversa da que houver justificado o benefício; ou

III – a descaracterização dos veículos, se a isenção houver sido baseada no disposto no art. 3º desta lei.

Parágrafo único. A isenção de que trata a presente lei só poderá ser concedida uma vez, ressalvadas

as hipóteses sinistro com perda total, furto, roubo ou da transferência de propriedade prevista no inciso I deste artigo.

Art. 3º O regulamento poderá restringir a concessão da isenção de que trata esta lei ao atendimento dos requisitos de identificação do veículo que especificar, inclusive quanto à pintura externa e à identificação por palavras ou símbolos.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos veículos objeto da isenção de que trata o art. 1º.

Art. 5º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 5º.

**Justificação**

No mês de janeiro deste ano comemoramos cem anos do sindicalismo no Brasil. Instituído pelo Decreto nº 1.637/1907, do Presidente Affonso Penna, ele foi inspirado na legislação francesa e previa que “Os sindicatos profissionais se constituem livremente, sem autorização do governo, bastando (...) depositar no cartório” os documentos necessários.

Por esse decreto, facultou-se a todas as classes de trabalhadores a formação de sindicatos, inclusive para profissionais liberais, o que estimulou a criação e surgimento de vários deles, sob diversas designações, todas com frágil poder de pressão, pois foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos primeiros líderes do movimento sindical brasileiro, vez que, eram perseguidos tanto pelo governo quanto pela classe de empregadores.

Exatamente os grandes empresários eram os mais irascíveis no combate à organização de qualquer forma de associação, penalizando àqueles que corajosamente insistiam pela constituição de associações ou sindicatos.

Após anos de anos de acirradas lutas, as organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores passaram a ser plenamente reconhecidas

como essenciais ao funcionamento harmônico da economia e da própria sociedade, na busca do cumprimento dos objetivos fundamentais da República, tal como expressos no art. 3º da Constituição Federal.

Efetivamente, o papel de conciliação dos interesses do capital e do trabalho, por elas desempenhado, contempla, ao fim e ao cabo, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional e contribuindo para erradicar a pobreza e a marginalização.

A importância das organizações sindicais está ressaltada na própria Constituição, em seu art. 8º. Ao tempo em que torna indispensável e obrigatória a participação sindical nas negociações coletivas (inciso VI), o dispositivo fundamental deixa claro que, independentemente da contribuição livremente estabelecida, o sindicato será mantido por contribuição prevista em lei (inciso IV).

Isso sinaliza no sentido de que, embora os sindicatos assumam a forma de pessoa jurídica de direito privado, o Estado brasileiro lhe proporciona fonte de subsistência de origem pública compatível com a importância que a Constituição Federal destaca sua atuação para a vida nacional.

Nesse contexto, a isenção de IPI na aquisição de automóveis de passageiros e caminhões ora proposta representa apenas complemento de estímulo oficial ao seu eficiente funcionamento.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Marcelo Crivela**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“.....

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....  
Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

.....  
IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo

da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

.....  
VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

.....

#### Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.”

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

#### Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

“.....

#### Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....  
 (À Comissão de Assuntos Econômicos – em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, DE 2007**

**Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (“Lei Geral de Telecomunicações”), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei da Concessão de Serviço Público”), e 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 3º .....

XIII – à compensação, no prazo de até quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado, independentemente da solicitação do usuário, sob pena de repetição do indébito, por valor igual ao dobro do cobrado indevidamente, acrescido de correção monetária e juros legais. (NR)”

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 7º .....

VII – receber compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços públicos prestados por concessionárias ou permissionárias, independentemente de solicitação, sob pena de repetição do indébito, por valor igual ao dobro do cobrado em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais. (NR)”

Art. 3º O art. 33 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 33. ....

.....  
 III – receber compensação, em até quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão do serviço de TV a Cabo, independentemente de solicitação do assinante, sob pena de repetição do indébito, por valor igual ao dobro do cobrado indevidamente, acrescido de correção monetária e juros legais. (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

**Justificação**

A presente proposição tem por objetivo assegurar aos usuários de serviços de telecomunicações, de banda larga na internet ou de TV a Cabo, a compensação dos dias em que houver suspensão desses serviços.

A Constituição Federal, em seu artigo 170, enumera os princípios regentes da ordem econômica brasileira, destacando como tal, em seu inciso V, a defesa do consumidor, denotando a especial preocupação para com aquele que é, em regra, a parte mais frágil na relação de consumo.

Tal preocupação do legislador constituinte se renova várias vezes: ao impor que a defesa do consumidor é dever do Estado (art. 5º, inciso XXXII); ao prever a competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar sobre a reparação de danos ao consumidor (art. 24, inciso VIII); ao prescrever o direito dos consumidores de serem esclarecidos, por lei, acerca de impostos que incidam sobre mercadorias e serviços (art. 150, § 5º); ao determinar que a lei deverá dispor sobre o direito dos usuários de serviços públicos prestados diretamente pelo Poder Público ou sob regime de concessão ou permissão (art. 175, parágrafo único, inciso II); e, por fim, quando impôs ao Congresso Nacional elaborasse o Código de Defesa do Consumidor (art. 48, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Em nada obstante à existência desses reiterados comandos de proteção ao consumidor, o que se observa na prática é o crescente número de queixas de usuário dos serviços de telecomunicações – inclusive de TV por assinatura, de banda larga na internet e de TV a Cabo, em sua maioria resultantes de falhas na continuidade dos serviços, que aliadas à dificuldade de comunicação com as operadoras, vêm impondo ao consumidor prejuízos que elas deveriam suportar.

Sobre esse tema, cumpre-nos mencionar que o art. 476 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), prevê que, nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua

obrigação, pode exigir o implemento da do outro. Trata-se da “exceção de contrato não cumprido”. Se uma das partes não cumprir a sua obrigação, então a outra não pode ser forçada a cumprir a sua.

Sendo assim, na hipótese de plano de valor pré-ajustado, o fornecedor deverá proceder à compensação do período em que efetivamente não houve prestação dos serviços de banda larga na internet, TV a Cabo ou telefonia, com fundamento no art. 476 do Código Civil. O instituto da exceção de execução de contrato não cumprido deve ser aplicado de acordo com o princípio da boa-fé.

Como se vê, a nossa proposta está em perfeita consonância com os comandos constitucionais aplicáveis à espécie e na regra contida no art. 476 do Código Civil.

Assim, cabe agora aprimorar os dispositivos legais pertinentes aos direitos dos usuários previstos nas Leis nºs 9.472, de 1997; 8.987, de 1995; e 8.977, de 1995. Para isso, torna-se necessário o acréscimo de disposição que estabeleça, como direito, o recebimento de compensação, no prazo de até quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão do serviço de telecomunicações, de banda larga na internet ou de TV a Cabo, independentemente da solicitação do usuário.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que, se convertido em lei, beneficiará sobremaneira os usuários de serviços de banda larga na internet, TV por assinatura ou telefonia.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2007. – Senador **Marcello Crivella**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V – defesa do consumidor;

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

II – os direitos dos usuários;

#### Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

#### Institui o Código Civil.

“.....

Art. 476. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

#### Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

“.....

Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:

I – de acesso aos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade e regularidade adequados à sua natureza, em qualquer ponto do território nacional;

II – à liberdade de escolha de sua prestadora de serviço;

III – de não ser discriminado quanto às condições de acesso e fruição do serviço;

IV – à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços;

V – à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucionais e legalmente previstas;

VI – à não divulgação, caso o requeira, de seu código de acesso;

VII – à não suspensão de serviço prestado em regime público, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de condições contratuais;

VIII – ao prévio conhecimento das condições de suspensão do serviço;

IX – ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela prestadora do serviço;

X – de resposta às suas reclamações pela prestadora do serviço;

XI – de peticionar contra a prestadora do serviço perante o órgão regulador e os organismos de defesa do consumidor;

XII – à reparação dos danos causados pela violação de seus direitos.

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

**Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.**

“.....  
Art. 7º Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I – receber serviço adequado;

II – receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III – obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV – levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VI – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995

**Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências.**

“.....  
Art. 33. São direitos do assinante do serviço de TV a Cabo:

I – conhecer, previamente, o tipo de programação a ser oferecida;

II – receber da operadora de TV a Cabo os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos necessários à recepção dos sinais.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2007

**Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir prazo de reflexão à renúncia de representação.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 16. ....  
Parágrafo único. Na audiência de que trata o **caput** deste artigo, o juiz estabelecerá o prazo de sessenta dias para que a ofendida ratifique ou não a renúncia à representação. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

Trata-se da instituição de prazo de sessenta dias, a ser fixado pelo juiz na audiência especialmente designada para a renúncia à representação da ofendida, nas ações penais públicas condicionadas – aquelas em que representação da ofendida ou de seu representante legal constitui condição para que o Ministério Público promova a ação penal -, prevista no art. 16 da Lei nº 11.340 de 2006 (“Lei Maria da Penha”).

O prazo de sessenta dias tem por escopo impedir que a vítima, movida por medo ou compaixão

momentânea, volte atrás, e retire a representação contra o agressor, o que pode incentivar a reiteração da hostilidade.

Segundo resultado de pesquisa realizada pela DataSenado, quando perguntadas sobre quantas vezes foram vítimas de algum tipo de violência doméstica, quarenta por cento das mulheres da região Sudeste entrevistadas responderam que já a haviam sofrido quatro vezes ou mais.

Nesses casos, não raro, após as fases de tensão, marcada por insultos, por vezes recíprocos, e de agressão, chega a vez da fase da reconciliação, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que aquilo não voltará a acontecer.

É comum que esse ciclo se repita, com cada vez maior violência e intervalo menor entre as fases. A experiência mostra que, ou esse ciclo se repete indefinidamente, ou, pior, muitas vezes termina em tragédia, com uma lesão grave ou até o assassinato da mulher.

Assim, a fixação do prazo de sessenta dias servirá para que a vítima decida serenamente e, **a posteriori**, possa retornar à presença do juiz, mais segura e consciente, para manifestar a sua vontade de renunciar à representação criminal formulada ao Ministério Público.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

**Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.**

“.....  
Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.  
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira.

São os seguintes os itens transferidos:

1

#### **PARECER Nº 688, DE 2007**

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

2

#### **PARECER Nº 689, DE 2007**

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Hesio de Albuquerque Cordeiro* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3

#### **PARECER Nº 716, DE 2007**

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

4

**MENSAGEM Nº 117, DE 2007**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)*

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Julio Cezar Zelner Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

5

**MENSAGEM Nº 118, DE 2007**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)*

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

6

**MENSAGEM Nº 128, DE 2007**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 30, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 381, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de seis bilhões, trezentos e vinte milhões,

novecentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 381, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.9.2007)

Prazo final (prorrogado): 16.11.2007

8

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2004**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004 (nº 7701/2006, naquela Casa), que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES*.”

Dependendo de leitura do Parecer da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável.

(Dependendo de leitura do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti.)

(Sobrestando a pauta a partir de 14.10.2007)

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007*.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 333, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 854, de

2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2007*.

Parecer nº 854, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nº 104 e 105, de 2007.

### 11

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(*Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

### 12

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007**

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito)*.

### 13

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

### 14

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

### 15

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

##### **Nº 13, DE 2003**

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favo-

rável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

## 17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

## 18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 38, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro

signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Parecer sob nº 1.058, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 50, DE 2006**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Parecer favorável, sob nº 816, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

## 21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

## 22

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

## 23

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

## 24

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Esta-*

*dos, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

## 25

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

## 26

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

## 27

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 566, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005 (nº 43/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ.

Parecer favorável, sob nº 263, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2007 (nº 1.041/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000.

Parecer favorável, sob nº 343, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007 (nº 220/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.

Parecer favorável, sob nº 381, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2007 (nº 1.065/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua”, celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000”.

Parecer favorável, sob nº 276, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora “ad hoc”: Senadora Serys Shessarenko.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2007 (nº 1.838/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston, em 27 de agosto de 1998.

Parecer favorável, sob nº 612, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2007 (nº 2.316/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999.

Parecer favorável, sob nº 384, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

**35****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 113, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007 (nº 2.219/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Parecer favorável, sob nº 693, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**36****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 115, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2007 (nº 2.381/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-Produção Cinematográfica, assinado em Berlim, em 17 de fevereiro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 613, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

**37****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 116, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2007 (nº 12/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2006.

Parecer favorável, sob nº 614, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

**38****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 196, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007 (nº 39/2007, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Parecer favorável, sob nº 694, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**39****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 199, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007 (nº 2.240/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 695, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

**40****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 202, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2007 (nº 2.538/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Estabelecimento da Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística – Icranet, organização internacional com sede em Pescara, Itália, e de seus Estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 810, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

**41****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 212, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2007 (nº 1.898/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004.

Parecer favorável, sob nº 823, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Rosalba Ciarlini.

**42**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 220, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2007 (nº 1.975/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 827, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

**43**

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.

**44**

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

**45**

**REQUERIMENTO 958, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2007, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

**46**

**REQUERIMENTO Nº 1.092, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.092, de 2007, do Senador Flávio

Arns, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, à Comissão de Educação, uma vez que o prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se encontra esgotado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação os **Requerimentos nºs 1.149, 1.151 e 1.155, de 2007**, lidos anteriormente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Romero Jucá e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a educação das pessoas, não há quem duvide, é o que faz a diferença entre as nações que avançam, crescendo em riqueza material e humana, e aquelas que ficam para trás, estagnadas e paralisadas na miséria física e espiritual. Instruir as pessoas, prepará-las para a autonomia no mundo do trabalho e do conhecimento é, reconhecidamente, uma obrigação de toda organização estatal legítima. Nossa Constituição, muito acertadamente, inclui dispositivo nesse sentido, o artigo 215, no qual fica determinado que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ora, o próprio texto constitucional explicita, nesse dispositivo, a possibilidade, e até a necessidade, da participação da família e da sociedade na tarefa educacional. Com efeito, a ação do Estado nunca será suficiente para as demandas da educação, sobretudo em um país extenso, diverso e marcado pelos contrastes como é o Brasil. Sempre haverá, portanto, espaço para as instituições não-estatais de ensino, sejam privadas, comunitárias, filantrópicas ou confessionais. Algumas dessas escolas figuram, mesmo, entre as mais tradicionais e prestigiadas do sistema nacional de ensino. E entre essas instituições filantrópicas e confessionais, poucas terão o percurso histórico e a dimensão intelectual e humanitária do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Como parlamentar com trajetória político-administrativa ligada à educação e às questões sociais, não posso deixar de registrar, desta tribuna, o recebimento do Balanço Social de 2006 do Instituto Presbiteriano Mackenzie, enviado por seu Diretor-Presidente, o Rev. Marcos José de Almeida Lins. Trata-se de uma edição caprichada, que bem faz jus ao reconhecido cuidado com que a instituição realiza suas atividades, tanto no

campo da instrução básica e universitária quanto nos serviços sociais e comunitários.

Na verdade, o que hoje conhecemos como uma enorme organização nasceu, em 1870, como uma pequena escola na casa do casal presbiteriano Mary e George Chamberlain, que receberam em sua sala de jantar três crianças: uma menina, um garoto negro e um filho de imigrantes. Nesse grupo mínimo, em um tempo marcado pela escravidão e pela discriminação social, já estava configurado o caráter da instituição que se fundava: o pluralismo, a ação social e a rejeição de todo preconceito. A Escola Americana, como se chamou inicialmente, foi a primeira escola mista do Brasil e a primeira a adotar metodologia pedagógica na qual a memorização mecânica e os castigos físicos davam lugar à experimentação e à ênfase no exemplo como bases de uma educação para a independência intelectual e moral dos alunos. Foi também pioneira em incluir a educação física nos programas e – ponto muito importante em instituição confessional – a enfatizar a liberdade religiosa.

Desde então, o Instituto Presbiteriano Mackenzie cresceu em dimensão física e em alcance social. Encontra-se, hoje, presente em seis cidades brasileiras, oferecendo desde a educação pré-escolar, nas unidades de Brasília e de Tamboré, no município paulista de Barueri, até cursos de pós-graduação, nas unidades de Campinas, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Tamboré. A excelência do ensino ministrado nessas unidades pode ser atestado, nos níveis de ensino fundamental e médio, pelo recebimento, no ano passado, do prêmio E-Learning do Brasil, conferido por instituição internacional de ensino à distância por intermédio da telemática. Na educação básica, há um total de 4.676 alunos distribuídos pelas três unidades – Barueri, Tamboré e Brasília.

Nos níveis universitários, de graduação e pós-graduação, a excelência é largamente reconhecida: trata-se de uma das poucas instituições privadas de ensino superior do País a não somente manter atividades de pesquisa, o que já é extraordinário, mas sobretudo a dispor de um fundo próprio de apoio e incentivo à pesquisa, o Fundo Mackenzie de Pesquisa, ou Mackpesquisa.

É apropriado mencionar aqui o fato de que o mundo da pesquisa não é, necessariamente, afastado da realidade humana e social. O Instituto Presbiteriano Mackenzie é um exemplo também no sentido da promoção de pesquisas voltadas para a solução de problemas práticos das pessoas comuns, especialmente das comunidades mais carentes. Exemplo disso é o estudo que levou ao desenvolvimento de uma ferramenta para facilitar o trabalho das quebradeiras de coco babaçu do baixo curso do Rio Mearim, no Maranhão, uma das áreas do País mais atingidas por um quadro de aguda pobreza crônica.

Esse espírito de serviço à população transparece nas três mensagens iniciais do Relatório, escritas pelo Rev. Roberto Brasileiro Silva, Presidente do Supremo

Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Juarez Marcondes Filho, Presidente do Conselho de Curadores do Instituto Presbiteriano Mackenzie, e Adílson Vieira, Presidente do Conselho Deliberativo. Em “Responsabilidade social e sustentabilidade, uma questão de princípios”, Roberto Brasileiro Silva destaca a necessidade da preservação dos valores e princípios morais do Mackenzie diante das desigualdades sociais do País. Em “Moradas da paz”, Juarez Marcondes Filho acentua o fato de que a função da escola ultrapassa a educação, abrangendo a formação intelectual e moral, sobretudo em um tempo em que a sociedade parece em crise de identidade, com a desmoralização das instituições políticas, com tantos escândalos aparecendo sucessivamente nos meios de comunicação, tantos episódios de violência extrema, tanta pobreza e exclusão social, e com a aparente falta de solução para o problema do poder do crime organizado que se abriga nas comunidades pobres, desassistidas pelas instituições do Poder Público. Finalmente, Adílson Vieira, em “A contribuição do Mackenzie como agente de transformação da sociedade”, menciona os projetos sociais próprios e em parceria, além da concessão de bolsas de estudos, em que foram investidos R\$75 milhões, beneficiando direta ou indiretamente cerca de 350 mil pessoas.

Em todas as suas unidades, em todos os níveis de ensino, o Instituto Presbiteriano Mackenzie procura conscientizar seus alunos, professores e colaboradores para a importância da preservação do meio ambiente e para as práticas do emprego racional dos recursos naturais. Dessa maneira, faz sua parte no esforço mundial para reduzir a poluição e minorar as emissões dos gases causadores do efeito-estufa e do aquecimento global.

São programas como “Dia Mackenzie voluntário”, de intervenção direta em comunidades carentes com ações no campo da saúde, da higiene e do serviço social em geral, que mobilizam funcionários, professores e alunos, “Criar e tocar” e “Mãos e coração”, voltados para a atenção a famílias pobres, e “Design responsável”, que, juntamente com os cursos de usinagem e soldagem, integram a ação do Mackenzie no campo do ensino profissionalizante gratuito.

Uma instituição assim tão dedicada à ação social não poderia deixar de ter uma política interna também voltada para a humanização das relações de trabalho e convivência harmônica. Pois o relatório dá conta ao leitor das preocupações do Instituto Presbiteriano Mackenzie com a valorização do profissional, com a premiação da experiência e a promoção da diversidade, empregando número significativo de mulheres, pessoas maduras e portadores de necessidades especiais. A todos oferece, além do salário, um pacote de benefícios que inclui plano de previdência privada, bolsas de estudos para os dependentes dos colaboradores, plano de saúde, seguro de vida em grupo, vale-refeição, cesta de alimentos, vale-transporte, convênio odontológico e restaurante interno.

Em todas as secções do seu Relatório Social de 2006, o Instituto Presbiteriano Mackenzie põe em destaque os ícones internacionalmente acordados para representar os Compromissos Sociais do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas. Mais que sua inserção responsável na sociedade brasileira, o Instituto Presbiteriano Mackenzie demonstra sua inserção no movimento mundial pelo aperfeiçoamento da humanidade. Trata-se de posição consistente com sua vinculação confessional com a Igreja Presbiteriana e com o próprio Cristianismo, em sua expressão mais profunda, do reconhecimento da condição de irmãos em todas as pessoas.

Parabenizo, portanto, o Instituto Presbiteriano Mackenzie, nas pessoas de seus dirigentes e de todos os seus professores, colaboradores e alunos, pela continuidade das realizações acadêmicas e sociais dessa instituição mais que centenária.

Muito obrigado.

"A grave crise que atinge o Senado da República, decorrente da insistência do senador Renan Calheiros em permanecer na sua Presidência, indiferente ao clamor da sociedade civil brasileira, ultrapassa o limite do bom senso e da compostura. Configura por si só nova quebra de decoro

A crise política decorrente de seu gesto se arrasta desde maio, quando a primeira das cinco denúncias que ele hoje enfrenta veio à tona. São cinco meses de resistência injustificada. Até os seus aliados de primeira hora já admitem que sua permanência no cargo prejudica não apenas a imagem, mas o próprio funcionamento do Senado e do Congresso Nacional.

A OAB, desde o primeiro instante, refletindo pensamento dominante na sociedade brasileira posicionou-se pelo imediato afastamento do senador

Sendo réu, não pode simultaneamente estar no comando do rito de seu próprio processo, nomeando e afastando relatores, ameaçando colegas, valendo-se em suma, do cargo em proveito próprio. É um despropósito e uma imoralidade - e soa como deboche à cidadania.

A OAB associa-se desde já às manifestações da sociedade civil brasileira em prol do imediato afastamento do senador Renan Calheiros da presidência do Senado Federal - em nome da ética e em defesa da integridade moral da República.

O Senado da República não merece ser confundido com seu presidente. Mas, se os senadores assim não compreenderem estarão, perigosamente, contribuindo com aqueles saudosistas que querem extinguir o próprio parlamento. Restabelecer a dignidade do Parlamento brasileiro é tarefa urgente e fundamental para aqueles que defendem o Estado Democrático de Direito.

O Brasil é maior do que os seus parlamentares. Espera-se que os atuais representantes da cidadania brasileira também assim compreendam".

**O SR ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa nota à imprensa há pouco divulgada pelo Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, criticando a insistência do Senador Renan Calheiros em permanecer na Presidência do Senado. Diz que, sendo réu, não pode ele simultaneamente estar no comando do rito de seu próprio processo.

Peço que a nota seja inscrita nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esta sessão, que se iniciou às 14 horas, encerra-se às 21 horas e 55 minutos, e nela estiveram presentes 61 Senadores, debatendo os problemas mais importantes que farão a grandeza deste País.

Agradecemos aos que fazem a grandeza do Senado: Senadoras, Senadores e o corpo funcional aqui presente, trabalhando para engrandecer a República do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, 11 de outubro, às 14 horas, a seguinte:

**ORDEM DO DIA****1****PARECER Nº 688, DE 2007**

*(Escolha de Autoridade)*  
*(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**2****PARECER Nº 689, DE 2007**

*(Escolha de Autoridade)*  
*(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Hesio de Albuquerque Cordeiro* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**3****PARECER Nº 716, DE 2007**

*(Escolha de Autoridade)*  
*(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de

Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

**4****MENSAGEM Nº 117, DE 2007**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*  
*(Votação secreta)*

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Julio Cezar Zelner Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

**5****MENSAGEM Nº 118, DE 2007**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*  
*(Votação secreta)*

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

**6****MENSAGEM Nº 128, DE 2007**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 30, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 381, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de seis bilhões, trezentos e vinte milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais, para os fins que específica* (proveniente da Medida Provisória nº 381, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:  
3.9.2007)

Prazo final (prorrogado): 16.11.2007

8

**SUBSTITUTIVO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2004**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,  
§ 1º, da Constituição Federal)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353,  
parágrafo único, do Regimento Interno)*

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004 (nº 7701/2006, naquela Casa), que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

(Dependendo de leitura do Parecer da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável.)

(Dependendo de leitura do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Ideli Salvatti.)

(Sobrestando a pauta a partir de  
14.10.2007)

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo  
único do art. 353 do RI)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos,

Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.*

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 333, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo  
único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 854, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2007.*

Parecer nº 854, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nº 104 e 105, de 2007.

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos do Requerimen-  
to nº 647, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

12

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimen-  
to nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos

como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

## 13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

## 14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

## 15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

## 16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

## 17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

## 18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2006**

Parecer favorável, sob nº 816, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 86, DE 2007**

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

24

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exer-*

*cício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

**27**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2006 (nº 6.350/2002, na Casa de origem), que dispõe sobre a guarda compartilhada.

Parecer sob nº 241, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

**28**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

**29**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

**30**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 566, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005 (nº 43/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto dos Termos de Referência e Regras*

*de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ.*

Parecer favorável, sob nº 263, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

**31**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2007 (nº 1.041/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 343, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

**32**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007 (nº 220/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.*

Parecer favorável, sob nº 381, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

**33**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2007 (nº 1.065/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua”, *celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000*”.

Parecer favorável, sob nº 276, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora “ad hoc”: Senadora Serys Shlessarenko.

**34****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 22, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2007 (nº 1.838/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston, em 27 de agosto de 1998.*

Parecer favorável, sob nº 612, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

**35****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 23, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2007 (nº 2.316/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999.*

Parecer favorável, sob nº 384, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

**36****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 113, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007 (nº 2.219/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 693, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**37****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 115, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2007 (nº 2.381/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da*

*República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-Produção Cinematográfica, assinado em Berlim, em 17 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 613, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

**38****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 116, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2007 (nº 12/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 614, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

**39****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 196, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007 (nº 39/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 694, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**40****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 199, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007 (nº 2.240/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 695, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

**41**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 202, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2007 (nº 2.538/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Estabelecimento da Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística – Icranet, organização internacional com sede em Pescara, Itália, e de seus Estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 810, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

**42**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 212, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2007 (nº 1.898/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 823, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Rosalba Ciarlini.

**43**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 220, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2007 (nº 1.975/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevideú, em 14 de setembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 827, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mão Santa.

**44**

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.

**45**

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

**46**

**REQUERIMENTO 958, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2007, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

**47**

**REQUERIMENTO Nº 1.092 DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.092, de 2007, do Senador Flávio Arns, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, à Comissão de Educação, uma vez que o prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se encontra esgotado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 55 minutos.*)

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

<b>Bahia</b> DEM – Antonio Carlos Júnior* <sup>(S)</sup> PR – César Borges* PDT – João Durval **	<b>Rio Grande do Sul</b> BLOCO-PT – Paulo Paim* BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi* PMDB – Pedro Simon**	<b>Amazonas</b> PSDB – Arthur Virgílio* PDT – Jefferson Péres* BLOCO-PT – João Pedro** <sup>(S)</sup>
<b>Rio de Janeiro</b> BLOCO-PRB – Marcelo Crivella* PMDB – Paulo Duque* <sup>(S)</sup> BLOCO-PP – Francisco Dornelles **	<b>Ceará</b> PDT – Patrícia Saboya <sup>3</sup> * PSDB – Tasso Jereissati* BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**	<b>Paraná</b> BLOCO-PT – Flávio Arns* PDT – Osmar Dias * PSDB – Alvaro Dias **
<b>Maranhão</b> DEM – Edison Lobão* PMDB – Roseana Sarney * BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **	<b>Paraíba</b> DEM – Efraim Morais* PMDB – José Maranhão* PSDB – Cícero Lucena **	<b>Acre</b> PMDB – Geraldo Mesquita Júnior* BLOCO-PT – Sibá Machado* <sup>(S)</sup> BLOCO-PT – Tião Viana**
<b>Pará</b> PSOL – José Nery* <sup>(S)</sup> PSDB – Flexa Ribeiro* <sup>(S)</sup> PSDB – Mário Couto**	<b>Espírito Santo</b> PMDB – Gerson Camata* BLOCO-PR – Magno Malta* BLOCO-PSB – Renato Casagrande**	<b>Mato Grosso do Sul</b> BLOCO-PT – Delcídio Amaral * PMDB – Valter Pereira* <sup>(S)</sup> PSDB – Marisa Serrano**
<b>Pernambuco</b> DEM – Marco Maciel* PSDB – Sérgio Guerra* PMDB – Jarbas Vasconcelos**	<b>Piauí</b> DEM – Heráclito Fortes* PMDB – Mão Santa * BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**	<b>Distrito Federal</b> PDT – Cristovam Buarque * DEM – Adelmir Santana * <sup>(S)</sup> PTB – Gim Argello** <sup>(S)</sup>
<b>São Paulo</b> BLOCO-PT – Aloizio Mercadante* DEM – Romeu Tuma* BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**	<b>Rio Grande do Norte</b> PMDB – Garibaldi Alves Filho * DEM – José Agripino* DEM – Rosalba Ciarlini**	<b>Tocantins</b> BLOCO-PR – João Ribeiro * PMDB – Leomar Quintanilha* DEM – Kátia Abreu**
<b>Minas Gerais</b> PSDB – Eduardo Azeredo* PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* <sup>(S)</sup> DEM – Eliseu Resende**	<b>Santa Catarina</b> BLOCO-PT – Ideli Salvatti* PMDB – Neuto De Conto * <sup>(S)</sup> DEM – Raimundo Colombo **	<b>Amapá</b> PMDB – Gilvam Borges* PSDB – Papaléo Paes* PMDB – José Sarney **
<b>Goiás</b> DEM – Demóstenes Torres * PSDB – Lúcia Vânia* PSDB – Marconi Perillo**	<b>Alagoas</b> PMDB – Renan Calheiros* PSDB – João Tenório* <sup>(S)</sup> PTB – Euclides Mello <sup>1, 2</sup>	<b>Rondônia</b> BLOCO-PT – Fátima Cleide* PMDB – Valdir Raupp* BLOCO-PR – Expedito Júnior**
<b>Mato Grosso</b> DEM – Jonas Pinheiro * BLOCO-PT – Serys Slhessarenko* DEM – Jayme Campos **	<b>Sergipe</b> PMDB – Almeida Lima* BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares* DEM – Maria do Carmo Alves **	<b>Roraima</b> BLOCO-PT – Augusto Botelho* PMDB – Romero Jucá* BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

### Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

<sup>1</sup> O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

<sup>2</sup> O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

<sup>3</sup> Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA <sup>(1)</sup></b> <b>(DEM/PSDB)</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b> <b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

**Leitura: 15.3.2007**  
**Designação: 5.6.2007**  
**Instalação:**  
**Prazo Final:**

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**

**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**

**Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)</b>	
(vago) <sup>3</sup>	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) <sup>2</sup>
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
<b>PDT</b>	
(vago) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

<sup>2</sup> O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

<sup>3</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

**Leitura: 25.4.2007**

**Designação: 15.5.2007**

**Instalação: 17.5.2007**

**Prazo Final: 26.11.2007**

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) <sup>1</sup>
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>1</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup>
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>(PMDB, PSDB, PDT)<sup>(2)</sup></b>	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB  
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>
Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS  
(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB  
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [somcas@senado.gov.br](mailto:somcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
<b>DEM ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: (vago) <sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Adelmiir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) <sup>1</sup>	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

<sup>1</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**  
(5 titulares)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) <sup>1</sup>
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM**  
**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB**

**(12 titulares e 12 suplentes)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
<b>PMDB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB  
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB  
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shlessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT  
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>1</sup>	7. Papaléo Paes
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**  
**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
<b>PMDB</b>	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
<b>PSOL</b>	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) <sup>1</sup>
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM**

**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -  
CCT  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha**<sup>8</sup>

**Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana**<sup>3</sup>

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) <sup>9</sup>	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) <sup>5</sup>	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) <sup>2</sup>	SC	2171
(vago) <sup>1</sup>			4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
<b>MAIORIA (PMDB)</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima <sup>4</sup>	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>DEM</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) <sup>10</sup>	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio <sup>6</sup>	MS	3016
Marisa Serrano <sup>7</sup>	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007.

<sup>2</sup> Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

<sup>3</sup> Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>4</sup> Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

<sup>5</sup> Eleita na Sessão de 27.6.2007.

<sup>6</sup> Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

<sup>7</sup> Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

<sup>8</sup> Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>9</sup> Eleito na Sessão de 16.08.2007.

<sup>10</sup> O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2 4 5</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

<sup>4</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

<sup>5</sup> O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>1</sup>

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda<sup>1</sup>

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

<sup>1</sup>. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (DEM-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

---

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)<sup>2</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR <sup>3</sup> (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI <sup>4</sup> (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) <sup>1</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

<sup>4</sup> Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 220 PÁGINAS**